

SUZANA ARAKAKI

**AS IMPLICAÇÕES DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO SUL DE MATO
GROSSO: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964 – 1969).**

DOURADOS – 2015

SUZANA ARAKAKI

AS IMPLICAÇÕES DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO SUL DE MATO GROSSO: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964 – 1969).

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD).

Orientador: Prof^o. Dr. João Carlos de Souza
Área de Concentração: Fronteira, identidade e Representações.

DOURADOS –2015

Arakaki, Suzana

As implicações do golpe civil-militar no sul de Mato Grosso: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964-1969)/ Suzana Arakaki (Dourados), (MS) : (UFGD), 2015. 213p.

Orientador Profº Drº João Carlos de Souza
Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Mato Grosso do Sul. 2. Ditadura civil militar. 3. Autoritarismo. 4.Repressão . Título.

SUZANA ARAKAKI

AS IMPLICAÇÕES DO GOLPE CIVIL-MILITAR NO SUL DE MATO GROSSO: apoio civil, autoritarismo e repressão (1964 – 1969).

Tese apresentada para obtenção do título de doutora em História

_____ em _____ de _____ 2015

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador:

João Carlos de Souza (Drº em História/UFGD) _____

1ª Examinadora

Profª Drª Geni Rosa Duarte (Drª História/Unioeste) _____

2ª Examinadora

Profª Drª Ana Maria Colling (Drª História/UFGD) _____

3º Examinador

Profº Dr. Angelo Aparecido Priori (Drº História/UEM) _____

4º Examinador

Profº Dr. Eudes Fernando Leite (Drº História/UFGD) _____

AGRADECIMENTOS

Sou um ser iluminado. Apesar de achar que a vida conspira contra mim, no fundo sei que não é assim. Pessoas boas cruzaram meus caminhos e eis-me aqui concluindo talvez a última etapa da minha vida acadêmica, a defesa da tese de doutorado em História, abordando um tema ainda doloroso da vida política brasileira, a ditadura militar.

Demorei 20 anos para concluir o curso de graduação em História, depois veio o mestrado, alguns anos de docência e finalmente o doutorado. Doutorado que veio num momento complicado de amadurecimento, o momento crucial de todo trabalhador: quando a apuração do seu tempo de serviço diz que você já pode ir para casa. Mas como assim parar, tenho *apenas* pouco mais de 50 anos.... E daí me dei conta de uma vida de trabalho iniciada aos 9 anos de idade, como a de muitos da minha geração. Vieram casamento, filhos, erros, acertos, trabalho, trabalho e trabalho.... Isso leva a pensamentos que ainda não consegui assimilar

Mas enfim, chegar até aqui me faz devedora de muitas dívidas, a começar pela banca examinadora do primeiro processo seletivo pelo qual passei e que deu início à minha vida docente. Sou muito grata aos professores Antonio Luiz Lachi, Paulo Roberto Cimó Queiróz e Osvaldo Zorzato. A generosidade desta banca de doutos, moldou meu modo de analisar as pessoas em qualquer situação de disputa. Antonio Luiz Lachi ainda participou da banca do concurso no qual fui efetivada no cargo de professora universitária;

Minha profunda gratidão ao professor João Carlos de Souza, que me acompanha desde o mestrado. Obrigada pela paciência e compreensão nos meus momentos de impedimento de ‘caminhar’ na tese;

A todos os professores do PPG, doutorado em História da UFGD e à banca de qualificação, professores Ana Maria Colling, Paulo Roberto Cimó Queiróz e Eudes Fernando Leite;

Grata à família, que não me abandona mesmo sendo eu uma auto-alienada parental deliberada. Pais, irmãos, marido e filhos que sempre estão do meu lado, a generosidade de vocês me dá certeza de que vim de um molde trocado. Obrigada minha irmã Celina que me acolhe sempre na sua casa em Campo Grande e minha cunhada Zilah Lacerda que me recebe em sua casa no Rio de Janeiro desde 2004, quando participei do evento *40 anos do golpe militar*, coordenado pelo professor Carlos Fico;

Aos colegas Viviane Scalon Fachin, gerente da unidade da UEMS em Amambai e Jocimar Albanez Lomba, coordenador do Curso de História da Unidade, que sempre estiveram prontos para me ajudar, bem como os demais colegas;

Às pessoas que me concederam entrevistas, uns, vencendo barreiras para falar sobre um período triste da nossa história ou até mesmo aquele que ainda busca justificar o golpe;

Aos funcionários do Centro de Documentação Regional da UFGD, do Arquivo Público de Mato Grosso do Sul, do Arquivo Público de Mato Grosso, do Instituto Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, do Instituto Luiz de Albuquerque, das Prefeituras e Câmaras Municipais das cidades pesquisadas;

A todos os colegas do doutorado, a quem devo desculpas pelo atraso no encerramento da turma, mas infelizmente havia uma pedra no meio do caminho. Mas espero alcançá-los e trabalharemos juntos em novos projetos, novas pesquisas. Somos de várias cidades e até mesmo de outros estados brasileiros, vamos continuar a tecer essa rede;

E, por fim, ao meu marido e companheiro Manoel Frost Capillé, pelo companheirismo e pelos sonhos de goiabada nesses dois últimos anos, que trazia diariamente na tentativa de me resgatar dos momentos de tensão, das minhas crises típicas, acho, dessa fase de *madurescência*. Seus cuidados para comigo me fazem acreditar que sim, duraremos mais 28 anos;

À querida professora Aurea Rita Ferreira de Ávila pela revisão do texto;

Enfim, obrigada a todos que me acompanharam durante a pesquisa e contribuíram de alguma forma para este esperado momento!

RESUMO

Esta tese debate as implicações do golpe civil-militar de 1964 no sul do estado de Mato Grosso, implementado pelas Forças Armadas brasileira. A hipótese desta pesquisa é de que, mesmo sendo um estado fora do eixo dos principais eventos que culminaram com o golpe, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasília, Rio Grande do Sul ou São Paulo, a efetiva presença civil no sul do estado de Mato Grosso foi decisiva na consolidação do golpe e do regime militar nessa região. A escolha da análise recaiu principalmente sobre as cidades da fronteira oeste do sul do estado de Mato Grosso, onde existem guarnições das Forças Armadas. O contexto das décadas de 1950 e 1960, a Guerra Fria e a disseminação do anticomunismo entre a população brasileira, foram objeto de reflexão. O trabalho trata do contexto do golpe e dos primeiros anos da ditadura militar, como foram vividos e que desdobramentos tiveram nesta região fora do eixo do teatro das ações do golpe. As reações, contudo, foram imediatas. Nos primeiros dias, ocorreram várias cassações de mandatos de vereadores, deputados estaduais, prefeitos principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ou de gente ligada ou simpatizante do Partido Comunista Brasileiro PCB. O apoio e participação efetiva de civis nessas ações ocorreram através de uma organização de direta, a Ação Democrática de Mato Grosso – ADEMAT. Nos primeiros anos da ditadura que se seguiu, muitos que resistiram ou eram enquadrados como suspeitos, sofreram com perseguições, cassações, delações, vigilâncias e prisões. A repressão atingiu principalmente lideranças políticas, sindicais e estudantis.

Palavras-chave: Ditadura civil militar. Sul de Mato Grosso. Autoritarismo. Repressão.

ABSTRACT

This thesis debate the implications of the civil-military coup of 1964 in the southern state of Mato Grosso, implemented by the Brazilian Armed Forces. The hypothesis of this research is that even being a state off-axis of the main events that led to the coup, such as Minas Gerais, Rio de Janeiro, Brasilia, Rio Grande do Sul and São Paulo, effective civilian presence in the southern state Mato Grosso was decisive in the consolidation of the coup and the military regime in that region. The choice of the analysis fell mainly on the cities of the western border of the southern state of Mato Grosso, where there are garrisons of the Armed Forces. The context of the 1950s and 1960s, the Cold War and the spread of anti-communism among the Brazilian population, have been the subject of reflection.

The work deals with the context of the coup and the early years of the military dictatorship as lived and that developments were in this region outside the theater shaft of the actions of the coup. The reactions, however, were immediate. In the early days, there were several cassafoes councilors mandates, state legislators, mayors mainly the Brazilian Labor Party - PTB or on or sympathizer of the Brazilian Communist Party PCB us. The support and active participation of civilians in these actions occurred through an organization directly, the Democratic Action Mato Grosso - ADEMAT. In the early years of the dictatorship that followed, many who resisted or were classified as suspects, suffered persecution, cassafoes, denunciations, surveillance and prisons. Repression reached mainly political leaders, trade union and student.

Keywords: civil-military dictatorship. South of Mato Grosso. Authoritarianism. Repression

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 01- Acervo DOPS/Guanabara | 20 |
| Figura 02 Organograma aparelho repressivo do Estado | 77 |
| Figura 03 – O Brasil, ed. 23, p.3..... | 106 |
| Figura 04 - Comunicado enviado aos veículos de comunicação pela Marinha. Disponível no site http://racismoambiental.net.br | 114 |
| Figura 05 -Diário Oficial de Mato Grosso 12.05.64..... | 117 |
| Figura 6 Relação de alguns dos principais comunistas no Banco do Brasil Curitiba... | 121 |
| Figura 07 Revista Brasil Oeste março 1964..... | 132 |
| Figura 08 Planilha de Registro Ricardo Brandão | 136 |
| Figura 09 Requisição do preso Ricardo Brandão pelo CENIMAR..... | 139 |
| Figura 10 Pedido de informações | 144 |
| Figura 11 Pedido informações ao DOPS..... | 144 |
| Figura 12 - Presos no navio-prisão Guarapuava Corumbá 1964..... | 146 |
| Figura 13 Relatório Sindicância no Banco do Brasil Agência Ponta Porã | 152 |
| Figura 14 O Momento 26.10.66 | 157 |
| Figura 15 <i>Jornal Correio</i> do Estado 26.10.66..... | 160 |
| Figura 16 Reunião Câmara de Vereadores de Fátima do Sul..... | 161 |

LISTA DE SIGLAS

ADEMAT – Ação Democrática de Mato Grosso
ADFG – Ação Democrática Feminina Gaúcha
ADP – Ação Democrática Parlamentar
AI – Ato Institucional
AIB – Ação Integralista Brasileira
ALEF – Aliança Eleitoral pela Família
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APMS – Arquivo Público de Mato Grosso do Sul
APMT – Arquivo Público de Mato Grosso
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNH – Banco Nacional de Habitação
BS – Boletim de Serviço
CAMDE – Campanha da Mulher pela Democracia
CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CDF – Cruzada Democrática Feminina do Recife
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CGI – Comissão Geral de Investigações
CIA – Agência Central de Informações dos Estados Unidos da América
CNV – Comissão Nacional da Verdade
CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
DEOPS – Departamento de ordem Política e Social
DO – Diário Oficial
DOI – Destacamento de Informações e Operações
ESG – Escola Superior de Guerra
EUA – Estados Unidos da América
FAB – Força Aérea Brasileira
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FFAA – Forças Armadas

G-11 – Grupo dos Onze

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IEA – Instituto de Energia Atômica

IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

JEC – Juventude Estudantil Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

LC – Ligas Camponesas

LMD – Liga da Mulher Democrática de Belo Horizonte

MA – Ministério da Agricultura

MAC – Movimento Anticomunista

MR 8 – Movimento Revolucionário 8 de outubro

NOB – Noroeste do Brasil

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PARA-SAR – Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PF – Polícia Federal

PM – Polícia Militar

PRODEGRAN – Programa

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SMT – Sul de Mato Grosso

SN – Segurança Nacional

SPI – Serviço de Proteção do Índio

STF – Supremo Tribunal Federal

STM – Superior Tribunal Militar

SUDECO – Superintendência para Desenvolvimento do Centro Oeste

SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária

UCF – União Cívica Feminina de São Paulo

UDN – União Democrática Nacional

UME – União Mato-grossense de Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE ABREVIATURAS

SUL DE MATO GROSSO - SMT

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 16 |
| Capítulo 1 | |
| Mundo binário: cenário do golpe de 1964..... | 28 |
| 1.1 Década de 60: Brasil na conjuntura da Guerra Fria | 28 |
| 1.2 Conjuntura política pré golpe de 64, o pêndulo à direita | 37 |
| 1.3 Ascensão dos movimentos sociais | 43 |
| Capítulo 2 | |
| Ditadura civil militar brasileira e historiografia do golpe | 52 |
| 2.1- O Golpe e o papel das Forças Armadas | 52 |
| 2.2 - A Autoimagem condescendente e heroica das Forças Armadas | 60 |
| 2.3 - Arranhões na autoimagem: desfiguração não assimilada..... | 63 |
| 2.4 - Outras tensões e disjunções nas Forças Armadas | 72 |
| 2.5 - Golpe e ditadura civil militar na academia: historiografia brasileira..... | 78 |
| 2.6 - 1964 na historiografia sul-mato-grossense | 84 |
| CAPITULO 3 | |
| Golpe e ditadura no sul de Mato Grosso | 88 |
| 3.1 Década de 60: partidos políticos no SMT | 88 |
| 3.2- O golpe e as instituições públicas: combate aos <i>vermelhos e rosados</i> | 98 |
| 3.3- Fronteira SMT: espaços de confinamento | 119 |
| CAPÍTULO 4 | |
| O SUL DE MATO GROSSO E OS EFEITOS DE UMA “PRETENSA REVOLUÇÃO” | 128 |
| 4.1- Comando de caça aos Comunistas no SMT: o papel da ADEMAT no sul do estado de Mato Grosso. | 128 |

| | |
|---|-----|
| 4.2- O golpe e perseguições a militantes e lideranças políticas | 133 |
| 4.3 Trabalhadores e o golpe no sul de Mato Grosso: perseguição e resistências possíveis | 143 |
| 4.4- Imprensa no SMT: ações e reações ao golpe..... | 153 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 164 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 170 |

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo evidenciar os acontecimentos ocorridos no sul do estado de Mato Grosso logo após o golpe militar em 31 de março de 1964 com a deposição do presidente João Goulart por forças militares, apoiados por parte da população civil brasileira. Tema muito pesquisado em outras regiões brasileiras, aqui no estado de Mato Grosso do Sul, bem como no estado de Mato Grosso, poucos foram os trabalhos realizados até o presente. A pouca opção pelo tema de pesquisa pode ser entendida pela escassez de fontes no estado. Algumas pistas podem ser observadas em alguns livros biográficos e alguns fatos ocorridos no período vieram à tona no estado com a implantação da Comissão da Verdade de Mato Grosso do Sul

O ano de 2014 foi promissor na discussão sobre o tema no estado, com revelações até então desconhecidas, como a existência de um navio-prisão na cidade de Ladário, onde se encontra instalada o 6ª Batalhão Naval da Marinha, local em que foram presas várias pessoas, a maioria da cidade de Corumbá, entre elas um ex-vereador pelo PTB que depôs na Comissão. Este tema, quase tabu no estado, faz parecer que nesta região, pouco ou quase nada aconteceu.

Os primeiros trabalhos de pesquisas acadêmicas específicos sobre o tema, podem ser facilmente contados, resumindo-se a duas produções, sendo a primeira a dissertação de mestrado de Eudes Fernando Leite, defendida em 1994 no Programa de Pós-Graduação da Unesp/Assis. Leite pesquisou a ditadura militar em Aquidauana a partir de Inquéritos Policiais Militares – IPMs. Tais fontes, privilegiadíssimas, encontram-se no arquivo do Fórum da cidade pesquisada.

A segunda produção, também uma dissertação de mestrado, defendida no programa de Pós-Graduação em História da UFGD, é de minha autoria e teve como enfoque a cidade de Dourados.

As prisões relatadas na minha dissertação de mestrado, concluída em 2003, constavam de algumas obras de memória local e também foram confirmadas por pessoas entrevistadas, mas as buscas nos arquivos do Fórum local foram em vão. Não

havia processos em nome das pessoas mencionadas nas entrevistas, nem mesmo de dois vereadores presos e cassados logo após o golpe. As prisões mencionadas na pesquisa puderam ser confrontadas com uma pequena nota publicada no jornal local por ordem de uma autoridade militar, encarregada pelo Exército para averiguar as prisões que estavam ocorrendo na cidade de Dourados. Uma nota oficial, sem nenhum destaque, perdida em meio aos anúncios de rotina. Foi o único dado oficial sobre as prisões. Outra fonte relevante foram as atas das sessões da Câmara de Vereadores, onde foram registradas as sessões de cassação de dois vereadores do PTB bem como o clima de insegurança política e social que pairava sobre a cidade.

A dificuldade de localizar fontes para esta pesquisa também ocorreu. Em diversas cidades pesquisadas documentos da Câmara de Vereadores ou prefeitura haviam desaparecido.

A Câmara de Vereadores de Ladário, município onde foi registrada a existência do navio-prisão, não possui arquivos de 1964. Um incêndio destruiu parte dos arquivos, dentre eles, os documentos de 1964. Mas o incêndio, segundo o funcionário que cuidava do arquivo, não foi intencional, a causa foi um curto-circuito.

Porto Murtinho, cidade margeada pelo rio Paraguai também foi palco de grandes enchentes. Alguns documentos da Câmara de Vereadores foram preservados, dentre eles a da sessão que cassou o mandato do prefeito em 1965. Este documento foi relevante para identificar que as razões para cassação não foram políticas, como em outras cidades pesquisadas.

Em algumas cidades o cuidado com as atas preservaram a memória do período. Em Amambai, Corumbá e Três Lagoas, os arquivos das Câmaras estão preservados e muito bem cuidados. Setores específicos guardam os documentos.

Também em Cuiabá, os documentos de 1964 da Assembleia Legislativa de Mato Grosso se perderam. Segundo a diretora do Instituto Memória da Assembleia Legislativa, até o advento da criação do Instituto que hoje guarda os documentos, caixas e caixas de documentos se perderam em enchentes ou mudanças de locais, inclusive as atas das sessões da Assembleia Legislativa.

A busca pelas fontes revelou-se desanimadora no Arquivo Público de Mato Grosso, com a revelação de que uma comissão foi formada para reunir documentos do período da ditadura militar. Em 2005 o governo do estado de Mato Grosso designou, através de portaria uma comissão composta por historiadores e representantes de várias instituições para “[...] procurar pelos documentos do extinto Departamento de Ordem

Política e Social de Mato Grosso.” Representantes das universidades estadual, federal e particulares, bem como da Ordem dos Advogados do Brasil, seção MT, além de representantes do governo estadual através de suas secretarias, compuseram a comissão.

A comissão, segundo o técnico Waltemberg dos Santos do Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, se dissolveu logo depois. Segundo ele, um membro da comissão, pertencente aos quadros da Polícia Militar do estado, informou que tais documentos não existem. E os trabalhos de buscas cessaram. Sobre o período no arquivo, documentos de rotina foram encontrados, mas nada que interessasse a esta pesquisa.

Ao noticiar a criação desta comissão um jornal local informou que durante este período o DOPS era comandado pelas Forças Armadas. Este fato é relevante e talvez explique o desaparecimento de documentos sobre o período.

Forças Armadas são setores altamente burocráticos que tem por costume arquivar cuidadosamente qualquer documento de fatos sob sua guarda. É fato também que os setores militares fazem registrar todas as suas ações. São vários os registros de memorandos e correspondências com recomendações de sigilo e responsabilidade de guarda por documentos produzidos.

O fato é que os documentos do DOPS/MT não foram localizados em nenhum arquivo. É possível que, além do descuido habitual com “arquivo morto” usual, tais documentos tenham se perdido após a divisão do estado em 1977. Não estão no APMT, tão pouco os localizei no Arquivo Público de Mato Grosso do Sul – APMS. Onde estarão?

É bem possível que tenha tido o mesmo destino de vários arquivos desaparecidos, alguns até encontrados queimados. Fatos como a queima e desaparecimento de documentos relativos ao período não são recentes, mas após a posse do presidente Luis Inácio Lula da Silva, ex-líder sindicalista e ex-presos político durante a ditadura, ficaram mais evidentes. O primeiro mandato iniciou em 2003. Em 2005 a TV Globo divulgou a existência de documentos da ditadura queimados na Base Aérea da Bahia. Com ampla repercussão na imprensa, o fato foi investigado pela Polícia Federal. Vários fragmentos de documentos foram resgatados e se tratavam, de fato, de documentos produzidos no âmbito das Forças Armadas. Eram verdadeiros, atestou a Polícia Federal. A inscrição de “confidencial” e “sigiloso” indicavam a autoria. À época, a veracidade dos documentos foi atestada pelo próprio ministro de Defesa, Nelson Jobim. A Aeronáutica negou que tenha queimado documentos na Base Aérea.

Negar em todas as instâncias. O Comando Naval de Ladário também negou a existência do navio-prisão, bem como que tivesse feito prisioneiros em suas dependências durante a ditadura militar.

E durante todos os governos pós 2003, as Forças Armadas tem negado acusações de participação em atos de prisão e tortura em suas dependências, bem como se recusado a abrir seus arquivos.

Confrontando ordens da presidência ou do ministro da defesa, os comandantes das Forças Armadas não permitiram a abertura de seus arquivos. Em todas as instâncias e unidades.

Para fins desta pesquisa, requeri à unidade do Exército, 11º RC de Ponta Porã, que me fosse permitido pesquisar os Boletins de Serviço - BS, daquela unidade. Percorri as instâncias possíveis no estado, inclusive requerendo ao 9º Comando Militar do Oeste em Campo Grande. Recomendaram que procurasse o Arquivo do Exército no Rio de Janeiro, guardião dos arquivos das unidades do Exército.

Todavia, os Boletins de Serviço são documentos de cada unidade. Retomando o caminho percorrido no Exército, volto ao 11º RC de Ponta Porã. Acreditando que a lei de acesso à informação estivesse vigendo, estive no 11º RC de Ponta Porã, pedi audiência com o comandante e fui recebida. Expliquei minha pesquisa e reiterei que os documentos que desejava ver eram importantes. Um especialista em História como se anunciou, e não acreditando na metodologia adotada, o comandante quis demonstrar a insignificância dos documentos que pretendia ver e me levou à sala de arquivos onde se encontravam os BS da unidade. Não sem antes me mostrar uma sala onde se acham expostas várias fotografias de militares expoentes do Exército Brasileiro. “Estes são os heróis que você procura ou que importam para a História” pensei ser o recado e razão da proposital passagem por aquela sala tão bem cuidada.

Na sala do arquivo, disse que eu podia escolher qualquer um dos BS, escolhi um mês qualquer de 1964. Entre anotações de saídas e chegadas de viaturas, aplicação de vacinas em cavalos, morte desses animais e informações sobre soldados, em dado momento, anotação de liberação de um civil (deduzi ser civil porque não havia indicação de patente) me chamou atenção. Em clima de informalidade mostrei ao comandante a anotação e observei que, se aquele civil estava sendo liberado, haveria outra anotação anterior de sua prisão e quem sabe o registro do motivo.

Senti boa vontade por parte do comandante, mas a hierarquia falou mais alto. Citando normas internas das Forças Armadas, disse que de qualquer modo eu deveria

requerer autorização em Dourados já que aquela unidade se reportava à 4ª Brigada. De Dourados fui encaminhada a Campo Grande e de lá para o Rio de Janeiro.

Se o Exército não franqueou seus arquivos, parte das informações que pretendia obter sobre Ponta Porã, foram fornecidas por um oficial de reserva do próprio 11º RC, o médico Astúrio Marques, atualmente com 81 anos, que me concedeu entrevista.

Se as Forças Armadas negaram acesso, sua participação está registrada em documentos produzidos por eles mesmos e que faziam parte do acervo DOPS da Guanabara. Encontrados semi-destruídos nas dependências da Polícia Federal, esta documentação está sob a guarda do Arquivo Público Estadual do Estado do Rio de Janeiro – APERJ.



Acervos arquivísticos das polícias políticas sob guarda da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro. Fotografia desconhecida.

preceitos constitucionais, instada pelos grupos empe-

Figura 01- Acervo DOPS/Guanabara

Foi neste acervo que localizei documentos que comprovam a vigilância exercida sobre pessoas da comunidade, jornalistas, vereadores e estudantes. Dossiês produzidos contra o então estudante Ricardo Brandão, preso em Mato Grosso e recambiado para Guanabara, trouxeram novas luzes para a interpretação da entrevista concedida a mim pela viúva do referido estudante. Até então, não havia nenhum registro da prisão. Da

mesma forma o dossiê do ex-ministro da Saúde Wilson Fadul, deputado federal por Mato Grosso, foi localizado.

Por seu turno, o Arquivo Público de Mato Grosso do Sul – APMS também não abriga os arquivos do Dops, nem mesmo os da porção sul do estado. Mas neste arquivo foi possível pesquisar os diários oficiais do período. Lá se encontram os registros da ocorrência da Comissão Geral de Investigação – CGI, instalada em todo país logo após o golpe, por determinação do presidente da república.

Mas este mesmo diário oficial não traz nenhum registro das cassações de mandatos sofridas por deputados estaduais. Cinco deputados foram cassados em 1969 e nenhuma anotação foi encontrada, nem mesmo nos documentos do Instituto Memória da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, localizado em Cuiabá. Nada, nenhuma palavra. Nenhuma notícia nos jornais. Quem então comprovaria tais cassações?

Notícias desencontradas, fatos negados, falta de fontes, como então desenvolver a pesquisa?

Além das fontes documentais, houve a necessidade de ouvir pessoas que de alguma forma vivenciaram o período estudado, como o servidor que trabalhava em alguma instituição pública, ou o estudante morador na fronteira, além dos políticos, como o vereador cassado em Corumbá.

Fiz uso de entrevistas, tomando precauções no uso dessas memórias, considerando essa memória como representação do passado de cada entrevistado. Não há como aceitar como verdades absolutas a memória de um militar reformado, assim como não se deve aceitar como verdade o depoimento de um ex-presos político assinado nas dependências de uma unidade militar. Esta é uma observação constante em qualquer arquivo onde se buscam documentos, especialmente do período da ditadura militar.

As entrevistas deram suporte aos documentos coletados e historiografia do período. Todavia, em algumas cidades como Bela Vista, pequena e marcada pela forte presença de uma unidade do Exército, apenas um morador se prontificou a falar sobre o período na cidade. Um militar reformado com ideias tendenciosas, próprias da ideologia militar sobre a ditadura. O entrevistado chegou a afirmar que Vladimir Herzog era informante da polícia, delatava os companheiros do PCB.

Já na cidade de Ponta Porã, o entrevistado foi um médico, ex-capitão do Exército, que não teve dificuldade nenhuma em dizer que o quartel da cidade ficou cheio de presos após o golpe, inclusive um secretário seu estava preso sob acusação de subversão.

Com idades variadas, nunca menos de 60 anos, foi escolhido um entrevistado em cada cidade pesquisada, com exceção da cidade de Porto Murinho. A pessoa escolhida não se encontrava na cidade e também não respondeu ao pedido de entrevista em outra data.

Em *História a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*, Durval Muniz de Albuquerque pensa nas dificuldades da escrita da história. As dificuldades levam ao pensamento de que a História está a serviço do esquecimento.¹ Tema árduo no âmbito do estado, melhor seria o esquecimento salvo poucas lembranças.

Neste ponto me encontro com a pesquisa e as razões que me levam ao tema. Ainda lembrando Muniz de Albuquerque, para quem o historiador não pode esconder o lugar histórico e social de onde fala², me vi por diversas ocasiões, questionada pela opção por este tema. Por outros e por mim mesma. Durante as aulas de mestrado um professor disse: “se não tiver tesão pelo tema, a pesquisa não anda”. Por que então essa predileção pelo tema, sabendo ser um campo árido, praticamente sem fontes para dela beber?

Um ser humano normal incentivado pelo desafio. Pesou o desafio de pesquisar o desconhecido, o veladamente falado, a vontade de conhecer a realidade no estado após conhecer a história do período em âmbito nacional e mundial. Sim, mundial. Fatos pitorescos como ter um primo nascido durante o período do regime militar e que se chama Danilo Emílio em homenagem ao então presidente Emílio Garrastazu Médici, ou então ter sentido a tensão da Guerra Fria dentro de casa, através das conversas de pais e irmãos mais velhos.

Guerra Fria dentro de casa? Como isso ocorre, como uma criança percebe tal tensão? “Vai estourar a bomba atômica a qualquer momento, vai ter a 3ª guerra mundial já, já” ouvia de meu pai constantemente. Um pai nipo-brasileiro, filho de migrantes japoneses e que, ainda criança, foi mandado ao Japão em fins da década de 1930 para estudar, acompanhado da avó paterna. No Japão, cursava o equivalente ao ensino médio quando se casou com minha mãe e logo depois estourou a grande guerra. O Japão, um dos países do Eixo, foi atacado pelos Estados Unidos e foi laboratório para a experiência da primeira bomba atômica. A bomba destruiu as cidades de Hiroxima e Nagasaki em 1945.

¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru SP: Edusc, 2007, p. 61.

² Idem. p. 61.

Meus pais e três irmãos mais velhos nascidos no Japão viveram essa guerra. E ela fez parte da nossa vida durante muito tempo. Em conversas com os mais velhos, nos longos silêncios dos dois quando não conseguiam nos dar respostas. Meu pai falava mais, minha mãe calou muito. Devem ser episódios muito dolorosos, como o contado por meu pai quando teve alimentos roubados durante a guerra, por pessoas da própria aldeia, ou a necessidade de matar um cavalo porque não havia alimentos. As fugas de navio para lugares mais seguros, separação de famílias, as aflições pelos reencontros.

As perspectivas de segurança os fizeram vir para o Brasil. Meus pais aportaram no Brasil em 1950, como muitas famílias que fugiram das dificuldades do pós-guerra.

No Brasil, liam os jornais japoneses. Não tenho muita certeza, mas acho que as notícias discutidas no âmbito doméstico vinham de lá, através desses jornais. A imprensa do Japão, país então fortemente alinhado aos EUA depois da guerra, devia repercutir o mesmo ideário americano, um dos protagonistas da Guerra Fria.

Na infância conheci a guerra através da experiência de meus pais. E na adolescência, o pendor incendiário de todo adolescente me fez questionar por que aquela cantora americana chamada Joan Baez foi proibida de cantar no Brasil na década de 80. Ela cantava umas músicas contra a guerra do Vietnã e isso era bom, pensava eu. Eram as músicas de protestos até então proibidas no Brasil, como aquela do Geraldo Vandré, proibida de tocar nas rádios brasileiras, mas que todo mundo conhecia.

O plano pessoal colocou no meu caminho um sul-mato-grossense que na década de 40 foi para o Rio de Janeiro, levado por toda família que fugia da violência endêmica nesta região após um atentado contra um dos irmãos. A trágica lei do 44 fez a família se desfazer de uma fazenda conseguida com o aval da famosa Companhia Matte Laranjeira. Foram todos para o Rio de Janeiro onde estudaram e reconstruíram a vida.

Ao concluir o curso de arquitetura no Rio de Janeiro, Manoel Frost Capillé, hoje meu marido, foi trabalhar na USP, na Fundação para construção da cidade universitária – FUNDUSP. Prestava serviços ao Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN, mais conhecido como Instituto de Energia atômica – IEA. Trabalhou no período de 1966 a 1970 quando foi demitido sem nenhuma razão plausível. Esse tipo de tratamento pela instituição a funcionários, certamente não se tratou de caso isolado, a considerar as pesquisas de Ana Maria Pinho Leite Gordon sobre o autoritarismo e o

controle ideológico na USP durante o período do regime militar.³ Após a demissão do FUNDUSP, Manoel foi contratado para trabalhar exclusivamente no IEA, na condição de terceirizado, pelo diretor Rômulo Ribeiro Pieroni, um civil que dirigiu o IEA de 1963 a 1979 com a anuência do governo militar.⁴ Manoel permaneceu no IEA até a demissão de Pieroni. A influência dos militares no IEA, segundo Manoel, intensificou-se a partir da construção da usina de Angra dos Reis. Neste período, as pesquisas nucleares eram desenvolvidas no IEA em conjunto com os militares.

Não posso deixar de citar que durante a graduação em arquitetura, Manoel teve como colega de turma Ivens Marchetti, um dos 13 presos políticos libertados após o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick por membros do Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR8. Um sujeito pacato, meio desleixado, típico aluno da turma do fundo, mas que assustou muitos colegas com a divulgação da foto ao lado do Hércules 56, avião da FAB que os tirou do país.

Muitas lembranças do Rio de Janeiro e São Paulo durante o período da ditadura embalsamaram estes 28 anos de casados. Pelo menos em casa a memória do período estava assegurada.

Essas experiências e vivências pessoais, direta e indiretamente, ajudaram a constituir o interesse pela temática que teve início no mestrado, concluído em 2003. O tema deste doutorado foi uma sequência quase que natural, a ditadura militar no sul de Mato Grosso. Em certo sentido mantém a motivação que me levou à elaboração da dissertação de mestrado e, não deixa de ser uma certa continuidade.

O presente trabalho tem por objetivo identificar as implicações do golpe civil-militar de 64 nas cidades fronteiriças com a Bolívia e o Paraguai, onde existisse alguma unidade das Forças Armadas. Por tratar-se de região de fronteira internacional, de segurança nacional era natural que houvesse maior atenção sobre esse espaço por parte dos militares e que, portanto os acontecimentos foram mais incisivos. Amambai, Bela Vista, Corumbá, Ladário, Ponta Porã e Porto Murtinho. Além dessas, as cidades de Campo Grande e Três Lagoas foram pesquisadas, a primeira por ser cidade polo na antiga região do sul de Mato Grosso, e a outra, por ter sido, durante o período, área de Segurança Nacional em razão da hidrelétrica lá instalada. Também me reporto à cidade de Dourados, precisamente quando discorro sobre o tema comunismo na região. Aqui se

³ GORDON, A.M.P.L. Tecnologia estratégica e controle ideológico o IEA/IPEN (Brasil, 1964-1985). In: SILVA, M. (Org). *Brasil 1964-1985: a ditadura já era ditadura*. São Paulo SP: LCTE Editora, 2006. pp 211-240.

⁴ Idem, p. 219.

concentrava o maior contingente de petebistas do sul do estado e estes, no período foram indevidamente identificados como comunistas. A proximidade entre o PCB e o PTB dava a impressão de os partidos buscarem os mesmos objetivos. De forma geral, contrariar a ação militar da tomada do poder já era suficiente para ser caracterizado como comunista e denunciado às autoridades. Também nessa região se verificou a ocorrência do Grupo de Onze, grupos de resistência comandados por Leonel Brizola a partir do estado do Rio Grande do Sul.

Quanto à delimitação temporal, abrange os anos iniciais da ditadura militar, 1964-1969, período em que efetivamente se estabelece, principalmente com a edição do Ato Institucional 5 – o AI-5, tido como o mais severo dos 17 Atos editados, e gerador da repressão sem limites pelas forças governamentais. O AI-5 é considerado por alguns autores como o golpe dentro do golpe e foi, no entendimento dos mesmos, o fato gerador de várias arbitrariedades perpetradas contra os opositores da ditadura militar, como o cerceamento da liberdade de imprensa e até mesmo a pena de morte. Na região se constataram os efeitos do endurecimento do regime, as cassações de deputados estaduais ocorridas após o AI 5, em 1969.

A escolha da fronteira oeste do SMT e de Campo Grande levou-nos a problematizar, se os atos de perseguição política, cassações e prisões foram, ou não, mais intensificados e motivados, pelo fato de ser região de fronteira internacional, por questões de segurança nacional e portanto de iniciativa das Forças Armadas. Ou se estavam relacionados a outros fatores, como por exemplo, o marcante autoritarismo exercido nessa região, que no período se expressava principalmente pelos setores conservadores filiados aos partidos políticos UDN e PSD. Vale destacar que a tradição autoritária nas relações de poder na região era de longa data. Pode ser identificada quer pela conhecida ação de domínio da Mate Laranjeira (1882-1943), inclusive por seu aparato de caráter policial exercido sobre os trabalhadores dos ervais, como também pela tradição de mando de coronéis.

O suporte teórico, além do referencial mais geral sobre em que consiste o ofício da historiadora, busquei me fundamentar no debate da História Política, uma vez que o caráter político da temática em foco é inegável. Reconheço a importância do tratamento deste campo da história na perspectiva do que vem sendo chamada de Nova História Política, portanto perspectiva aqui adotada se contrapõe à chamada história política positivista, preocupada quase que exclusivamente com o Estado, seu aparato e seus líderes.

Ao debater sobre a Nova História Política, José D' Assunção Barros, baseado em estudos de Le Goff e Jim Sharp, observa que esta se dá por uma nova demanda historiográfica que se desenvolve a partir dos anos 80 do século XX.⁵ Barros observa que a Nova História Política emerge da necessidade de abrir espaços para uma nova forma de analisar o poder, que não o poder de Estado, característica da história política tradicional, cujo expoente sempre foi o Estado e seus mandatários. Segundo Barros:

[...] a Nova História Política passou a abrir um espaço correspondente para uma 'História vista de Baixo', ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o 'indivíduo comum', e que por isto mesmo pode se mostrar como um portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo. [...] a Nova História política toma para seu objeto um indivíduo, não mais visa a excepcionalidade das grandes figuras políticas que outrora os historiadores positivistas acreditavam ser os grandes condutores da História.⁶

Por seu turno, René Rémond observa que a História Política está relacionada com o poder estabelecido, não somente à conquista e a prática do poder sem limitação pelo Estado:

[...] ela se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo político [...] Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político: [...] campo da história política irradia em todas as direções.⁷

Sob esta perspectiva, observa-se a movimentação decisiva, na década de 60, de novos atores sociais na cena política: os trabalhadores unidos em torno de suas organizações sindicais, estabelecendo novas relações de poder, tanto nas reivindicações salariais com o patronato, quanto na luta pela implantação das Reformas de Base, pretendidas pelo presidente João Goulart.

A partir do objeto geral da pesquisa, da problemática exposta e das opções teóricas e das fontes organizei o texto em 4 (quatro) capítulos para dar melhor entendimento ao estudo proposto.

O primeiro capítulo estabelece o cenário mundial e nacional que possibilitam compreender as influências internacionais para a ocorrência do golpe de estado no

⁵ BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 107.

⁶ Idem, p. 107.

⁷ RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René.(Org). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 444.

Brasil. O historiador Carlos Fico, especialista no tema, afirma que o golpe de estado no Brasil não pode ser analisado fora do contexto da Guerra Fria.

Este capítulo abarca também o cenário nacional brasileiro na década de 60, a radicalização partidária de vários partidos da direita, bem como o cenário de grandes transformações sociais em curso, principalmente no que se refere aos movimentos sociais rurais e urbanos, marcado pela efetiva participação de representações sindicais.

O segundo capítulo aborda o papel das Forças Armadas no golpe, o firme propósito de estabelecer um papel decisivo e positivo na condução do golpe. Um papel que afirma as Forças Armadas como a grande salvadora da pátria contra o perigo comunista, ao mesmo tempo em que busca desvencilhar-se de fatos negativos como o caso PARA-SAR e RIOCENTRO.

De outro lado, estabeleço a discussão sobre o golpe de estado através das produções acadêmicas desenvolvidas por historiadores e demais cientistas de áreas pertinentes. Concluindo este debate historiográfico, insiro as produções sul-mato-grossenses. Parcas, contudo, relevantes para a discussão.

O cenário dos partidos políticos no sul do estado de Mato Grosso e as consequências do golpe nas instituições públicas dessa região são discutidos no terceiro capítulo. Perseguições, cassações, vigilâncias ocorridas no âmbito das instituições eram fatos desconhecidos, levantados no decorrer da pesquisa nas fontes já referenciadas.

O sul do estado também foi espaço de confinamentos determinados pelo Exército como o caso do sindicalista Fernando Tristão Fernandes, ou até mesmo voluntário, como do pecebista que veio ao estado para estabelecer bases para o Partido Comunista Brasileiro. Sendo descoberto, foi enviado para São Paulo onde permaneceu preso junto com o jornalista Herzog, um dos símbolos da repressão durante a ditadura militar brasileira.

O apoio ao golpe e repressão aos resistentes estão estabelecidas no quarto e último capítulo. As ações do grupo Ação Democrática de Mato Grosso – ADEMAT deixam bem claro o apoio civil ao golpe. O entrosamento com os militares deu poderes de polícia aos membros deste grupo que perseguiram, prenderam, destruíram documentos e amedrontaram a população civil com suas ações armadas e violentas. Perseguições principalmente contra organizações de trabalhadores. Fecha este capítulo o apoio da imprensa e seu conluio com os golpistas, fazendo-se, por vezes, de porta-voz destes. Não há como deixar de registrar a inexistência de nenhuma nota sequer sobre a cassação de cinco deputados no estado de Mato Grosso em 1969, logo após o AI-5.

Capítulo 1

Mundo binário: cenário do golpe de 1964

1.1 Década de 60: Brasil na conjuntura da Guerra Fria

A expressão mundo binário é usado para caracterizar a década de 60 do século XX e bem reflete o clima estabelecido pela Guerra Fria pós-segunda guerra mundial: o bem e a democracia do mundo livre defendido pelos Estados Unidos da América, contra o mal e a escravidão, representados pelo comunismo dos países socialistas, capitaneados pela Rússia e China, visão veiculada no mundo capitalista. Sobre o comunismo explicita Brown:

Durante maior parte do século XX, o Comunismo foi o movimento político internacional dominante no mundo. As pessoas reagiam a ele de maneiras diferentes – como se fosse uma fonte inspiradora de esperança de um futuro radiante ou a maior ameaça da Terra. Nas décadas de meados do século passado, havia governos Comunistas não apenas em uma série de Estados satélites soviéticos na Europa, mas também na América Latina e na Ásia. O Comunismo predominava no que se tornou o ‘Segundo Mundo’. O ‘Primeiro Mundo’ – encabeçado pelos Estados Unidos e seus principais aliados europeus – empreenderia uma prolongada luta contra o Movimento Internacional por influência no ‘Terceiro Mundo.’⁸

Na visão das Forças Armadas, sendo o Brasil, um país de proporções continentais, era muito visado por ambos os lados, mas principalmente pelos comunistas:

Havia anos que os vermelhos olhavam com água na boca o grande país, maior que a parte continental dos Estados Unidos e que então continha 80 milhões de habitantes, aproximadamente metade da população da América do Sul. Além de imensamente rico em recu

⁸ BROWM, Archie. *Ascensão e queda do comunismo*. Rio de Janeiro: Record, 2012, p.12.

ainda inaproveitados, o Brasil era a enorme chave para todo o continente. Como o Brasil se limita com dez países – toda América do Sul, exceto Chile e Equador – seu domínio direto ou indireto pelos comunistas ofereceria excelentes oportunidades para subverter um vizinho após outro. A captura deste fabuloso potencial mudaria desastrosamente o equilíbrio de forças contra o Ocidente.⁹

O interesse dos EUA pela América Latina foi despertado no pós-guerra efetivamente a partir de 1958 com a crise em Cuba e a implantação do regime socialista naquele país. Ao comentar essa situação, o historiador Carlos Fico afirma que: “A decisão dos Estados Unidos de não aceitar “outra Cuba” na América Latina tornou a região uma espécie de palco secundário da Guerra Fria.”¹⁰

As relações do Brasil e EUA no início dos anos 60, contudo, guardavam algumas tensões, em razão de vários aspectos de suas agendas, um dos problemas era a negociação da dívida externa brasileira e outro a regulamentação do capital estrangeiro na economia nacional. Além disso, em Washington havia desconfiança em relação à política externa independente assumida pelos governos brasileiros à época:

[...] A política externa independente iniciada por Jânio Quadros e mantida pelo novo chanceler, San Tiago Dantas, tinha componentes inaceitáveis para os norte-americanos no auge da conjuntura da Guerra Fria: contrariava as exigências de alinhamento do Brasil diante dos dois polos do poder mundial – EUA e URSS –, insistia em construir a autonomia brasileira a partir de uma diversificação de parceiros e, no que dizia respeito à América Latina, se opunha às sanções contra Cuba propostas pelos Estados Unidos no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA).¹¹

Naquele momento, a nova geopolítica dos EUA para a América Latina teve desdobramentos práticos, criaram um programa de ajuda financeira para os países latino-americanos. Tratava-se da Aliança para o Progresso, cujo principal objetivo, contudo, era o combate ao comunismo, o que gerou desconfiança entre os países da região. Tal dimensão pode ser mais bem avaliada considerando-se que afirmava o coordenador do programa:

Thomas C. Mann, também secretário assistente para Assuntos Interamericanos e assistente especial do presidente Lyndon B. Johnson para a América Latina, lançou a tese segundo a qual os

⁹ *A NAÇÃO QUE SE SALVOU A SI MESMA*. Bibliex, s/d, p.5.

¹⁰ FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro RJ: Record, 2004, p.29.

¹¹ SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015, p. 438.

Estados Unidos não deveriam questionar os regimes militares anticomunistas da América Latina, mesmo que autoritários.¹²

As dificuldades e tensões junto ao governo brasileiro não significaram que os EUA não tivessem inserção no Brasil, encontrou aliados entre amplos setores do empresariado e das Forças Armadas. Nesse contexto, também se utilizaram de publicações para divulgar o seu modo de vida e combater o comunismo. Uma dessas foi a revista *Seleções*, editada nos EUA e divulgada em diversas línguas, inclusive na língua portuguesa.

A ideia defendida por setores das Forças Armadas de que o Brasil estava fortemente influenciado pela ideologia comunista pode ser verificada num encarte publicado em novembro/1964 na revista *Seleções*, cujo título é bem revelador: *A NAÇÃO QUE SE SALVOU A SI MESMA*. Mais de uma década depois, em 1978, ainda em plena ditadura, referido texto voltaria a ser publicado, desta feita em formato de livro, pela Editora da Biblioteca do Exército, Bibliex, reforçando a ideia de que 64 representou a libertação do Brasil do jugo comunista. Na última página, pode ser constatada a recomendação: “Por se tratar de documento de significação especial, mas editado em número reduzido, leia-o e faça-o chegar às mãos de outras pessoas.”

A revista *Seleções* foi uma forte disseminadora de sentimentos anticomunistas no Brasil. Seus principais artigos traziam depoimentos das agruras sofridas nos países comunistas, contadas por sobreviventes ou descontes.¹³

Esta revista, segundo Pereira, demonstra como as populações de classe média se aglutinaram e somaram forças para combater o perigo comunista, simbolizado pela escravidão e pelo ateísmo, com referências especiais às mulheres, maiores defensoras dos valores da família e da fé cristã. A mobilização por elas promovida durante o período pré-golpe demonstram como realmente a propaganda anticomunista foi convincente. Segundo o artigo:

[...] é às mulheres do Brasil que cabe uma enorme parcela de crédito pela aniquilação da planejada conquista vermelha. Em escala sem paralelo, na história da América Latina, donas-de-casa lançaram-se à luta aos milhares, fazendo mais para alertar o País para o perigo do que

¹² Idem, p. 29.

¹³ PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. *SELEÇÕES DO READER'S DIGEST, 1954-1964: um mapa da intolerância política*. Tese (Doutorado em História) FFLCH USP, 2006.

outra força qualquer. ‘Sem as mulheres’, diz um líder de classe média da contra-revolução, ‘nunca teríamos podido sustar a tempo o mergulho do Brasil em direção à ditadura. Muitos dos nossos grupos de homens tinham de trabalhar disfarçadamente, mas as mulheres trabalharam às claras... e como trabalharam’¹⁴

Golpe de estado não tem sido a palavra mais apreciada pelos representantes das Forças Armadas, para quem 31 de março de 1964 tem o significado de Revolução Redentora. A revolução que salvou o país do jugo da escravidão comunista.

Para opositores, João Goulart, acuado pelas Forças Armadas, deixou a capital Brasília, na noite de 1º de abril, retirando-se para seu estado natal, o Rio Grande do Sul e em seguida exilando-se com sua família no Uruguai. Até a ida para o sul, uma situação ilegal confusa pairava sobre a nação. O presidente não estava em Brasília, mas estava em solo brasileiro, para onde rumou após a movimentação bélica promovida pelo Exército de Minas Gerais.

A pretensa legalidade, já que Goulart ainda se encontrava em solo brasileiro, foi estabelecida com a declaração da vacância do cargo de presidente, e logo a seguir, da posse do presidente do Congresso Nacional, deputado Aldo de Moura Andrade. Daí para ascensão dos militares foi rápida.

Devidamente estabelecidos na presidência da república, os militares deram sequência ao combate aos opositores.

Os militares estavam convictos de que travavam uma guerra. Uma guerra encarada pelos comunistas como revolucionária e que já conquistara países no continente europeu, asiático, africano e que ganhava espaço no continente americano com a conquista de Cuba.

É bem verdade que Cuba não foi uma conquista comunista. Fidel Castro e Che Guevara não pertenciam ao Partido Comunista cubano. Fidel Castro liderara uma luta contra o governo de Fulgêncio Batista e por este motivo foi preso e condenado a 26 anos de prisão. Ficou pouco mais de um ano preso e foi libertado por interferência de religiosos. Exilou-se no México onde conheceu Che Guevara e juntos formaram o Movimento 26 de julho e deram início aos planos de combater o governo cubano. Chegaram a Cuba em 1956 com apenas 82 guerrilheiros e deram início às guerrilhas que culminaram com a tomada de Sierra Maestra e, a partir daí, chegar ao poder em 1959.

¹⁴ PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. *SELEÇÕES DO READER'S DIGEST, 1954-1964: um mapa da intolerância política*. Tese (Doutorado em História) FFLCH USP, 2006, p.18.

Todavia, cabe ressaltar que Fidel Castro não era comunista nem mesmo filiado ao Partido comunista cubano. Ao contrário, era visto como um líder democrático. Sequer teve apoio do Partido Comunista cubano na sua luta contra Batista. O PC cubano era aliado do governo, ocupando alguns postos e a atuação de Fidel Castro e Che Guevara contrariava interesses do partido:

Na verdade o PC cubano fazia parte do governo Batista. E quando Fidel, com um pequeno bando de seguidores, tomou as colinas de Cuba, em 1956, para começar a tentar remover à força o regime corrupto e autoritário de Batista, os Comunistas cubanos o desprezaram, considerando-o um ‘golpista’ e referindo-se ao seu movimento como ‘burguês’ e ‘romântico’. Este último adjetivo era apropriado o bastante. O PC cubano só aderiu a Fidel quando ficou claro que os revolucionários estavam em ascensão e o regime de Batista, condenado.¹⁵

Somente em 1963 o governo cubano foi reconhecido como socialista pela União soviética, por ocasião da primeira visita de Fidel Castro à Rússia. Mas não era esse o entendimento de grande parte da população mundial, e no Brasil, dos militares em particular. E sobre os governos militares foi e continua sendo grande, até mesmo imperiosa, a necessidade de estabelecer o perigo comunista que exigiu desse segmento, ações enérgicas quanto aos rumos políticos do país.

Jarbas Passarinho ao prefaciar a volumosa coleção *História Oral do Exército*, composta por 16 volumes, afirma que:

No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Na década de 60, o comunismo era uma ameaça concreta e não apenas uma paranoia assim como é pensada atualmente.¹⁶

A guerra de guerrilha exitosa em Cuba prenunciava também perigo no Brasil. Em verdade, a guerrilha nos moldes cubanos teve início a partir de 1964, protagonizado por Leonel Brizola que empreendeu ao norte de Minas, precisamente em Caparaó, uma das primeiras tentativas dessa modalidade de combate revolucionário no Brasil. Uma curta e malfadada experiência, mas que alertou os setores militares porque havia a presença de militares de baixa patente na guerrilha.

Rolleberg resume a empreitada revolucionária de Caparaó:

¹⁵ BROWM. Archer. Op. cit, p.356.

¹⁶ Passarinho J. In; MOTTA, Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército*, Rio de Janeiro: Bibliex, 2003, p.25).

Em outubro de 1966, os 14 homens se instalaram na Serra de Caparaó, onde passaram cinco meses, isolados da população local e enfrentando todo tipo de dificuldades. Entre os guerrilheiros, cinco tinham treinamento em Cuba. E, em início de abril de 1967, sem ter havido nenhum embate com as forças inimigas, caía o foco mais promissor de Brizola. Em condições muito precárias, mal-alimentados, isolados, alguns doentes, psicologicamente debilitados, os guerrilheiros foram presas fáceis da Polícia Militar de Minas Gerais. O Exército [...] mobilizou dez mil soldados [...] a Aeronáutica enviou dezenas de aviões [...] O CENIMAR também esteve presente nas operações. Todos foram presos e condenados, inclusive os articuladores do Rio de Janeiro.¹⁷

O apoio cubano veio em dinheiro e em treinamento guerrilheiro e os contatos eram feitos via embaixada de Cuba no Uruguai, através de Leonel Brizola, que de lá, comandava a luta armada via guerrilhas:

Fracassado o projeto da ‘quartelada’ e sem alternativa, Brizola acabou aderindo á teoria do foco guerrilheiro cubano. A partir daí, os planos da luta armada ganharam novos rumos. Seriam implantados três focos: um na Serra de Caparaó [...], sob o comando do ex-sargento Amadeu Felipe, [...] um ao norte de Mato Grosso (fronteira com a Bolívia), comandado por Marco Antônio da Silva Lima, ex-fuzileiro naval, [...] e outro no norte de Goiás, que acabou se concentrando em Imperatriz, oeste do Maranhão, sob o comando de José Duarte, ex-marinheiro [...] Haveria mais um grupo de apoio na região fronteira do RS até MT.¹⁸

A guerrilha brasileira, segundo Ferreira pode ser interpretada como uma coalizão de forças de esquerda, reunidas com o objetivo de promover mudanças:

[...] tratava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo um desenvolvimento econômico autônomo e estabelecimento de justiça social.¹⁹

Ferreira observa ainda que tais forças, mobilizadas ainda durante a campanha da legalidade pela posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, ao verem frustradas as transformações desejadas, lideradas por Leonel Brizola, contrariando orientações do PCB, radicalizaram e partiram para a luta armada, após a deposição de Goulart. O PCB, segundo Ferreira:

¹⁷ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro RJ: Mauad, 2001, p.34).

¹⁸ Idem, p.28).

¹⁹ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar (Org). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. v 3, rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 351.

[...] grande partido da esquerda marxista da época, participava ativamente da vida política do país nesse momento. Superando a linha ultra-esquerdista e sectária que vinha adotando até então, o partido, com a Declaração de Março de 1958, passou a reconhecer a questão democrática e a possibilidade da passagem pacífica ao socialismo, bem como a defender, no Brasil, um governo que, unindo operários, camponeses e burguesia nacional, patrocinasse uma política reformista, sobretudo no tocante à questão agrária.²⁰

As ações que culminaram na ditadura militar no Brasil, iniciadas com a renúncia de Jânio Quadros da presidência da república, em 1961, demonstram muito bem como setores políticos estavam organizados para o combate ideológico que se travava no país. João Goulart estava na China quando Jânio renunciou, tendo assumido então, o presidente da Câmara dos deputados Ranieri Mazzilli.

Foi no espaço de tempo entre a posse de Mazzilli e o retorno de João Goulart que setores das Forças Armadas atuaram na mudança do regime de governo. Para limitar as ações do novo presidente, foi adotado o regime parlamentarista no Brasil. Segundo Boris Fausto:

Enquanto o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumia provisoriamente a presidência da República, os ministros de Jânio – general Odílio Denys, da Guerra; brigadeiro Grun Moss, da Aeronáutica, e o almirante Sílvio Heck, da marinha – vetaram a volta de Jango ao Brasil, por razões de Segurança Nacional. [...] Afinal, o Congresso adotou uma solução de compromisso. O sistema de governo passou de presidencialista para parlamentarista, e João Goulart tomou posse com poderes diminuídos.²¹

O alegado motivo de Segurança Nacional, ainda segundo Fausto diz respeito ao combate às influências externas:

A vitória da Revolução cubana demonstrava aos olhos de determinados setores militares a implantação, no mundo subdesenvolvido, de uma guerra revolucionária que corria paralelamente ao confronto entre os dois grandes blocos de potências. Para esses militares, a guerra revolucionária, cujo objetivo final seria a implantação do comunismo, abrangia todos os níveis da sociedade e usava como instrumentos desde a doutrinação e a guerra psicológica até a luta armada. [...] As Forças armadas, nesse contexto, deviam ter um papel permanente e ativo, tendo por objetivo derrotar o inimigo, garantindo a

²⁰ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar (Org). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.* v 3, p. 352.

²¹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp., 2008, p.443.

segurança e o desenvolvimento da nação. Nascia assim a Segurança Nacional²²

Os dois momentos acima explicitados, da vítima e dos algozes da ditadura militar no Brasil permitem pensar o clima psicológico que se abateu sobre o Brasil nos anos anteriores e imediatamente após o golpe militar e podem ser analisados sob a ótica de um sistema simbólico de dominação, assim entendido por Bordieu quando os sistemas ideológicos do Estado são legitimados e aceitos pela população que a aceita como legítima.

A ditadura militar no Brasil pode ser analisada, conforme asseveram Jose de Souza Martins e Boris Fausto, como uma grande mobilização de forças contrárias na luta por seus respectivos projetos políticos. De um lado o bloco capitalista que abraçou a “causa democrática” e de outro, o bloco socialista, que vinha somando conquistas e ameaçava as Américas.

Neste sentido os representantes das Forças Armadas que faziam parte do governo agiram de forma a concentrar o poder de Estado, desmobilizando assim forças contrárias, ou seja, João Goulart. Atuando sob forma legal, ainda que forjada, os militares travam e vencem uma luta simbólica. Segundo Bordieu:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as frações dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por meio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem os interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação; a fração dominada.²³

Durante o governo de João Goulart, que em janeiro de 1963 volta a ter plenos poderes após vencer o plebiscito pela volta ao presidencialismo, novos atores ganham espaço político no governo. Os movimentos sociais ganham espaço, principalmente os trabalhadores urbanos e rurais, representados pelos sindicatos e Ligas Camponesas, assustando as forças conservadoras. Projeto político como as Reformas de Base exigidos pelos movimentos sociais, alvoroçou e deixou em alerta as forças contrárias. Para Boris Fausto:

²² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp., 2008, p.452.

²³ BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro RJ: Difel, 2010, p. 12.

A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo ²⁴

As Reformas de Base pretendidas por João Goulart soavam como ameaçadoras, principalmente na questão agrária. A criação da Superintendência de Reforma Agrária, a SUPRA, via decreto, assim como várias outras decisões do presidente, como a tentativa de decretar estado de sítio, mobilizaram os setores militares.

O golpe foi inevitável, assegura Boris Fausto. Sem apoio popular e político, João Goulart foi deposto e configurou-se a “revolução”.

Os governos militares que seguiram imediatamente após o golpe foram aceitos como legítimos por grande parte da população. As representações criadas em torno do mundo comunista, criadas para conquistar a população deram certo. E os esforços nesse sentido foram fortes, a exemplo do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, financiada pelo governo norte americano e que patrocinou várias ações no país.

O poder auferido pelo governo golpista, não suscitou reação à altura, assim de simbólico, passou a efetivo. Não houve guerra civil, mas uma guerra psicológica. Recorro a Bordieu para compreender os mecanismos desse processo nada simples:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário ²⁵

O amplo apoio civil, mobilizados pelas forças conservadoras durante o período pré-golpe, imobilizaram os movimentos populares, possibilitando o golpe.

²⁴ FAUSTO, Boris. Op. cit. p. 458.

²⁵ BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1988, p.14.

1.2 Conjuntura política pré golpe de 64, o pêndulo à direita

O governo de João Goulart foi conturbado desde o nascedouro. Sua posse após a renúncia de Janio Quadros foi conseguida após intenso embate entre militares, o Congresso Nacional e os apoiadores da Campanha da Legalidade. Setores militares conspiraram contra a posse de João Goulart, e após a Campanha da Legalidade promovida por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Goulart, a posse foi resolvida. Não sem antes impor ao governo indesejado, a armadilha política de um governo indireto, resultando, primeiramente no parlamentarismo, que durou até 1963, quando via plebiscito, João Goulart conseguiu vencer o parlamentarismo.

A Campanha da Legalidade, é importante ressaltar, foi promovida por Leonel Brizola que reuniu todas as forças políticas “[...] contra a iniciativa e praticamente tornou o estado uma região rebelada. [...] recebeu apoio de boa parte da sociedade sul-rio-grandense, a grande maioria dos deputados, sindicalistas, estudantes etc [...]”²⁶

Durante todo governo de João Goulart, Brizola cobrou a implementação das Reformas de Base e, por ocasião da campanha pela volta do presidencialismo, sua atuação foi veemente. Pregava a aprovação das Reformas na lei ou na marra. Politicamente Brizola e Goulart estavam meio afastados, com Brizola cobrando as Reformas e Goulart pacificando.

O fim do parlamentarismo²⁷ foi outra luta enfrentada por Goulart tanto interna quanto externamente. Os Estados Unidos que desde a posse do presidente não conseguira cooptá-lo, tendo sido rechaçado em várias ocasiões, agiu contra o governo brasileiro. Goulart tornara-se um problema para os Estados Unidos com suas recusas em agir de acordo com os interesses americanos.

O presidente Kennedy imiscuía-se em todos os assuntos de interesse brasileiro, tendo chegado ao ponto de determinar ao seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, para que tratasse diretamente com governadores e prefeitos brasileiros as propostas de empréstimos da *Aliança para o Progresso*. Goulart proibiu essa prática, mas por ocasião da campanha pelo fim do parlamentarismo, a prática voltou. Os EUA promoviam acirrada campanha contra João Goulart:

²⁶ KONRAD, A.D, LAMEIRA, R.F. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n.33, p; 67-98, jul.2011.

²⁷ O plebiscito estava previsto para acontecer em 1965, de acordo com a Constituição de 1946, mas Goulart enviou projeto à Câmara, pedindo antecipação para 1962, ano de eleições. O plebiscito foi aprovado para realização em 1963.

[...] julgava-o, por exemplo, um demagogo, fraco e oscilante, em cujo período de governo, se tornou ‘necessária toda persuasão de dois brilhantes embaixadores, Lincoln Gordon, no Rio, e Roberto Campos, em Washington, para manter alguma racionalidade nas relações brasileiro-americanas’.²⁸

Por ocasião da campanha pela volta do presidencialismo, Kennedy chegou a recomendar expurgo de elementos comunistas, repressão aos trabalhadores, julgando inoportuna a presença desses dois segmentos no governo brasileiro. Isso poderia ocasionar agravamento das relações econômicas com os EUA: “ [...] Mostrou-se, nesse particular, muito intransigente com a questão trabalhista”. (BANDEIRA: 1983, p. 86).

Fazendo uso também da imprensa, noticiavam fatos negativos brasileiros, atribuindo-os à má administração de João Goulart, cuja direção provocara uma grave crise financeira, além de do perigo da radicalização da esquerda brasileira de impor soluções totalitárias aos problemas do país:

A declaração feita por Kennedy de que outra nação estava em bancarrota não tinha precedente na História das relações internacionais. Seus efeitos econômicos e políticos seriam, evidentemente, desastrosos para o Brasil, em especial para seu crédito, considerando que a acusação partira do chefe do maior centro capitalista mundial. Kennedy, sem a menor cerimônia, alinhou-se à oposição interna ao governo de Goulart, como qualquer político brasileiro, incentivando a sua *desestabilização*, antes mesmo de restaurado o presidencialismo. (BANDEIRA: 1983, p. 84).

O jornal americano *Record American*, às vésperas do plebiscito, chegou a recomendar cautela aos brasileiros, insinuando que um novo presidente seria a melhor solução para o Brasil

Mas o brasileiro, na sua esmagadora maioria formada pela classe trabalhadora urbanos e rurais, disse sim à volta do presidencialismo e foi, para João Goulart, sua maior vitória em eleições.

Goulart considerou aquele resultado como outra eleição para a Presidência da República, a mais expressiva de toda história do país, maior que a de Quadros, até então recorde, com 6 milhões de votos. Era seu *triumfo pessoal* como *The New York Times* reconheceu.²⁹

²⁸BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1983, p. 82.

²⁹ Idem, p.88).

No Brasil, os grupos internos além dos partidos políticos contrários à Goulart, se movimentaram arduamente contra a volta do presidencialismo, vários deles encabeçada pelas mulheres. Segundo Janaína Martins Cordeiro:

[...] No início da década de 1960, por todo país surgiram entidades cívicas femininas que, se apresentando publicamente como mães, esposas e donas de casa, investiam-se de forte retórica conservadora e anticomunista com o objetivo de ‘alertar a opinião pública para a pressão que as famílias estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático’.³⁰

Os grupos femininos mencionados por Cordeiro surgiram por quase todo país, dentre eles a União Cívica Feminina de São Paulo, UFC/SP; a Liga da Mulher Democrática - LIMDE, de Belo Horizonte; a Cruzada Democrática Feminina –CDF, no Recife; a Ação Democrática Feminina Gaúcha -ADFG e a Campanha da Mulher pela Democracia, a CAMDE, criado em 1962, com apoio da igreja Católica e de setores militares, organizado por:

Amélia Molina Bastos, professora primária aposentada, reuniu em sua casa no bairro de Ipanema ‘alguns vizinhos’. Ao todo 22 famílias e, segundo a própria dona Amélia, a reunião ‘era parte de um trabalho meu para a paróquia de Nossa Senhora da Paz [...] Nessa reunião [...] compareceram ainda [...] o general Antonio de Mendonça Molina, irmão de dona Amélia e o engenheiro economista Glycon de Paiva. Estes eram descritos pelo histórico da associação como integrante de um ‘movimento de âmbito nacional em prol da democracia’, leia-se, como membros do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes).³¹

Nesta reunião também estava presente o frei Leovigildo Balestieri, pároco de Ipanema, que levou para a reunião com as famílias, fichas da Aliança Eleitoral pela Família – ALEF, para serem distribuídas. A ALEF, foi criada em 1961 para orientar os fiéis da igreja nas eleições de 1962, direcionando votos para os candidatos indicados pela Igreja: “Depois o cardeal diria os nomes que podiam ser eleitos.” (idem, p.47). O pároco abriu a reunião, ressaltando a grave crise que o país atravessava e que a mulher tinha muita força, por ser um elemento novo na política, com força para mudar os rumos da nação. Outros grupos foram formados na Guanabara, chegando à favela da Rocinha. Segundo Cordeiro, a atuação das mulheres da elite da zona sul carioca:

³⁰ CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p.43-44.

³¹ idem, 46-47.

[...] deve nos deixar atentos para um aspecto fundamental que compõe a cultura política de segmentos sociais conservadores da sociedade conservadora àquela época: o elitismo de suas posturas, pode-se dizer mesmo de um elitismo udenista e que fazia com que algumas mulheres sentissem o dever de *instruir* social e politicamente os mais pobres, de *prepará-los* para exercer a cidadania.³²

As mulheres participantes desses movimentos, contaram com o respaldo da Igreja, de setores militares e da imprensa³³, lutaram contra o inimigo, mobilizando as famílias contra o perigo comunista. Antes, durante e após o golpe, as mulheres tiveram atuação marcante. Perdida a batalha pelo parlamentarismo, ocasião em que a CAMDE enviou 30 mil cartas ao Congresso, e na eminência da nomeação de San Tiago Dantas para chefia do primeiro gabinete parlamentarista, a CAMDE movimentou-se novamente, manifestando contrariedade à nomeação de um deputado petebista para o cargo:

No manifesto, as mulheres acusavam o ministro de ser ‘fator de escravidão nacional’ e conclamavam as outras associações femininas espalhadas pelo país a se juntarem a elas em seu protesto, constituindo ‘um movimento preservador de um clima de liberdade pessoal dentro do qual sempre temos resolvido nossos problemas nacionais’. [...] Fundada sob preceitos fortemente anticomunistas, associavam as reformas de base à ‘infiltração de ideologias estranhas’ no país.³⁴

San Tiago Dantas foi nomeado primeiro-ministro não obstante os reclamos da CAMDE e neste mesmo ano, ano de eleições, as mulheres da CAMDE se mobilizaram para eleição dos candidatos por elas chamados de democratas. Era agosto, mês do dia dos pais e a CAMDE fez veicular em vários jornais brasileiros, a foto do garoto russo Pavlik Morosov, que havia denunciado o próprio pai aos dirigentes russos. A foto era um alerta às famílias brasileiras “[...] para o desvinculamento produzido pelo comunismo na família russa, onde o próprio filho trae (sic) o pai.”³⁵

³² CORDEIRO. Janaina. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro RJ: FGV Editora, p. 52.

³³ As reuniões da CAMDE eram realizadas na sede das Organizações Globo. Além do apoio da Globo, que tinha no diretor Rogério Marinho um forte aliado, o movimento tinha acesso fácil a outras empresas jornalísticas, conforme apurou Cordeiro. *idem*, p. 48-49.

³⁴ *idem*, p. 48.

³⁵ *idem*, p. 54.

Com as eleições próximas de acontecer, a CAMDE distribuiu milhares de panfletos com os dizeres “Deus é verdade; democracia é liberdade” e também “Papai, vote num democrata, para que eu continue livre amanhã”.

As eleições de 1962 foram significativas para o PTB. Sua bancada de 66 deputados federais passou para 104 parlamentares. Mas ainda assim UDN e PSD juntos, detinham 54% do total de parlamentares. A governabilidade ainda estava comprometida. Ainda nestas eleições, Leonel Brizola foi eleito deputado federal pelo estado da Guanabara com expressiva votação, assustando as mulheres da CAMDE contra sua atuação, por elas considerada subversiva. Novo manifesto foi publicado no jornal O GLOBO contra a atuação do deputado Leonel Brizola no Rio de Janeiro que, segundo a CAMDE: “[...] Em sua pregação revolucionária, acirra ódios num país que não tem preconceito de raça e religião, nem prevenções regionalistas [...]”³⁶

João Goulart já com plenos poderes, tentou de várias maneiras fazer aprovar seu projeto Reformas de Base, e não conseguindo, tomou atitudes consideradas drásticas, atraindo cada vez mais a ira conservadora. Não conseguiu mobilização para reagir e deixou o país. Era a vitória da conspiração.

Este momento também teve participação da CAMDE. As mulheres se mobilizaram novamente para pedir Humberto Castelo Branco na presidência e “[...] trabalhar em benefício da consolidação do regime e da limpeza das instituições.” A marcha da vitória, mobilizada pela CAMDE, reuniu cerca de 1 milhão de pessoas no centro do Rio de Janeiro. À frente da marcha estavam as diretoras da CAMDE e o ex-presidente Eurico Gaspar Dutra. Ao fim da passeata, Amélia Bastos foi uma das oradoras.

Falando em nome da CAMDE, Amélia Bastos lembrou do perigo vencido com a ajuda de Deus e conclamou os cidadãos ao exercício da brasilidade autêntico dizendo não ao “nacionalismo soviético”. Neste comício o general Mourão Filho saudou “o povo que nós libertamos”.

Janaína Martins Cordeiro observa que o empenho da CAMDE no apoio a Castelo Branco para a presidência teve a intenção de levar ao poder o chefe militar do movimento, bem como desempenharam o papel de legitimadoras do novo governo:

³⁶ CORDEIRO. Janaína. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 56.

A partir do golpe, as mulheres da Camde se organizaram em dois tipos de ação distintos: primeiramente, colaborar para a institucionalização do regime, levando apoio a determinadas medidas do governo [...]. O outro tipo de atuação é, na verdade, um desdobramento dessa primeira e, basicamente, consistia em se colocar em *posição de vigilância* pela continuidade da *ação revolucionária*. [...] Sua função seria, a partir de então, a de ‘colaboradora’, para que os rumos da Revolução não fossem desvirtuados.³⁷

E atuaram firmemente junto ao novo governo de Humberto Castello Branco e logo após a posse, realizaram juntamente com os *Diários Associados* a campanha *Ouro para o Bem do Brasil*, difundida por todo país.³⁸

O papel da Igreja pode ser percebido nas ações da CAMDE, na medida em que incentivava as mulheres na luta contra o perigo comunista. As mulheres, por sua vez, na condição de mães, falaram e atuaram em nome da mulher brasileira pela defesa da família, a pátria e a própria Igreja.

Militares, Igreja e a sociedade, destacando principalmente o papel das mulheres, organizadas em suas associações como a Campanha da mulher pela democracia – CAMDE, que obteve até mesmo do jornal *O Globo*, e a partir desta, várias associações surgiram, como a Liga das mulheres democráticas – LIMDE, de Belo Horizonte. A luta das mulheres da LIMDE mereceu destaque, principalmente os confrontos e lutas contra a reforma agrária proposta por Leonel Brizola. Quando da realização do Congresso de Reforma Agrária, em fevereiro de 1964, 3.000 mulheres invadiram o evento e puseram-se a rezar o terço, impedindo o pronunciamento de Leonel Brizola.³⁹

Seguindo a CAMDE e a LIMDE, a *Marcha da família com Deus pela liberdade*, protagonizada pelas mulheres de São Paulo, em 19 de março de 64, reuniu cerca de 600 mil pessoas, consternando todos que assistiam., foi a “[...] demonstração mais comovente da história brasileira’ afirmou um espectador.”⁴⁰ Pode-se afirmar que foi uma reação ao Comício das Reformas (Comício da Central do Brasil), ocorrido dias antes.

Em março ainda ocorreriam em torno oito marchas em cidades do interior de São Paulo. As marchas da família voltaram a acontecer nos primeiros dias após o

³⁷ CORDEIRO, Janaina Martins. Op.cit., p. 71-72.

³⁸ A mesma campanha fora realizada em 1932 na Revolução Constitucionalista, contra o governo de Getúlio Vargas.

³⁹ , CORDEIRO, Janaina Martins. Op.cit. p. 22

⁴⁰ Idem, p. 24-25.

golpe, em comemoração ao sucesso do mesmo. Em diversas capitais e em cidades do interior foram várias as manifestações dessa natureza, durante os meses de abril a junho/64, o que revela a influência e poder dessa organização e o apoio da igreja católica⁴¹

1.3 Ascensão dos movimentos sociais

*O período do governo Goulart representou um momento privilegiado das lutas sociais e políticas no Brasil. Reformas sociais e econômicas e a ampliação da democracia política eram reivindicadas, no campo e na cidade...
Caio Navarro de Toledo*

A década de 60 foi marcada pela atuação maciça de trabalhadores urbanos e rurais, cujas atuações através de greves e pressões políticas, foram entendidas como radicais pelos setores conservadores da sociedade brasileira, uma ameaça à ordem social, um dos seus argumentos para a precipitação do golpe civil-militar de 64.

Na década de 30, com o governo de Getúlio Vargas, as organizações dos trabalhadores urbanos e rurais começam a ganhar estrutura com apoio estatal. Ao mesmo tempo, Vargas estendia negociações com a classe patronal, atuando no sentido de controlar as relações de trabalho. Segundo Rodrigues:

No Brasil, a nova elite getulista combinou, sob as influências das ideologias autoritárias da década dos trinta, a extensão de benefícios sociais às classes assalariadas urbanas com a formação de sindicatos controlados e legalizados pelo Estado.⁴²

E será justamente no retorno de Getúlio Vargas em 1951, que a atividade sindical voltará a se manifestar, agora com mais força, considerando o aumento do

⁴¹ Cf. FICO, Carlos. *Além do Golpe*. O autor traz um panorama dessas Marchas - Cronologia do Regime Militar, p. 207 – 210.

⁴² RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)*. In: FAUSTO, Bóris (Org). *História Geral da civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. 3ª Ed.. São Paulo: Difel, 1986, p. 555.

número de entidades sindicais que se deu com o aumento das atividades industriais principalmente em São Paulo.

Rodrigues destaca três grandes greves ocorridas em São Paulo, que marcaram a atuação dessa nova classe, a de trabalhadores urbanos: de 1953, 1957 e 1963. A primeira greve teve a participação de cerca de 300 mil trabalhadores, reunindo os setores têxteis, metalurgia e posterior adesão de marceneiros, vidreiros e gráficos. A greve se deu por reajuste salarial de 80%, mas foi encerrada com a aceitação de uma proposta de 32%, com mediação da Justiça do Trabalho. A partir desta primeira mobilização de trabalhadores, teve início a criação de um órgão que reunisse todas as representações sindicais para coordenar a greve, seria uma Comissão Intersindical de Greve.⁴³

A segunda grande greve por reajuste salarial, de 1957, mobilizou cerca de 400 mil trabalhadores dos diversos setores. A greve acabou após dez dias e reajuste de 25%, mediado pelo Tribunal Regional do Trabalho. Verifica-se, neste momento, a criação de um órgão único para coordenar a greve que movimentou diversas entidades sindicais. Foi criado o Comitê Intersindical de Greve.

Esta segunda greve recebeu apoio de políticos como o do prefeito Jânio Quadros e do vice-governador Porfírio Paz.

A terceira grande greve foi a de 1963. Rodrigues observa que esta greve teve outro componente além da reivindicação de reajuste salarial, a união dos vários sindicatos, um embrião do Comando Central dos Trabalhadores para negociar com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. O reajuste salarial de 100% foi negociado com a oferta de 80%, além da libertação de sindicalistas presos durante a greve. Para Rodrigues, o clima de instabilidade política no país levou o empresariado a ceder nas negociações:

Em termos exclusivamente salariais, o resultado pode ser considerado uma vitória parcial para os trabalhadores pois os 100% inicialmente solicitados devem ser considerados mais como uma base para negociações. É possível que, para concessão dos 80%, o patronato considerasse não somente os aspectos trabalhistas da greve mas também o clima político, de tensão e instabilidade que marcou os últimos meses do governo de Goulart.⁴⁴

⁴³ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)*. In: FAUSTO, Bóris (Org). *História Geral da civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. 3ª Ed.. São Paulo: Difel, 1986, p. 539.

⁴⁴ Idem, p. 541.

Rodrigues observa esta última greve teve um forte componente político, com a atuação dos sindicatos na luta pelas reformas de Base, propostas pelo presidente João Goulart. Com a participação de membros dos partidos de esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro, atuando nas bases dos movimentos sindicais, a atuação destes passa a ter caráter político:

A evolução do movimento sindical, neste período, esteve relacionado ao seu envolvimento nas lutas partidárias. Este envolvimento dará à ação sindical um caráter mais político do que propriamente sindical. Este aspecto aparece na participação dos principais sindicatos na luta em prol das chamadas 'reformas de base' e nas alianças com outras facções partidárias.⁴⁵

Integrados e afinados, os principais sindicatos passam a influenciar na política nacional e nas decisões presidenciais, constituindo-se num dos pilares de sustentação do governo de João Goulart.⁴⁶

É o momento que, ainda segundo Rodrigues, a atuação sindical deixa de ser exclusividade dos grandes centros industrializados para atingir as demais cidades de todas as regiões do país.

Os trabalhadores rurais no campo, por sua vez, também nas décadas de 1950 e 60 se organizaram para reivindicar melhores condições de trabalho, e mais do que isso, cobrar a Reforma Agrária.

Jose de Souza Martins avalia o encontro dos camponeses com a política como uma espécie de tomada de consciência de classe e necessidade de organização:

Particularmente a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir reparo de uma injustiça ou o pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária, resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos.⁴⁷

É neste contexto político, pela organização e monopólio das lutas camponesas, que na década de 50 se debateram as Ligas Camponesas, Igreja e PCB:

⁴⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Sindicalismo e Classe Operária (1930-1964)*. In: FAUSTO, Bóris (Org). *História Geral da civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. 3ª Ed.. São Paulo: Difel, 1986, p.542.

⁴⁶ Idem, p. 543.

⁴⁷ MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 10.

[...] disputa apoiada nas lutas camponesas que irromperam, então, em vários pontos do país. Da aliança tácita entre católicos e comunistas, excluídas as Ligas, surgiu o mais importante resultado político, desse período - a CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e a estrutura sindical que lhe corresponde.⁴⁸

Foi nesse cenário da questão agrária brasileira, que o Partido Comunista Brasileiro – PCB fundou o periódico *Terra Livre* em maio de 1949. O periódico se apresentava como um veículo de comunicação que buscava denunciar os conflitos e exploração de trabalhadores no campo, atividade que desenvolveu até 1964, quando foi fechado.

O periódico *Terra Livre* foi um dos canais utilizado pelo PCB para aproximação com os trabalhadores rurais. Através dele os trabalhadores rurais puderam socializar suas lutas contra os latifundiários de então. Com a tutela do PCB os trabalhadores rurais fazem-se ver e ouvir, deixando de ser:

[...] como aquele que está em outro lugar, no que se refere ao espaço, e como aquele que não está senão ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, num certo sentido, um excluído. É assim, excluído, que os militantes, os partidos e os grupos políticos vão encontrá-lo, como se fosse um estranho chegando ao debate político.⁴⁹

Para Martins, a exclusão de camponeses e índios no Brasil se equiparam, ambos são excluídos porque não existe uma categoria, um conceito que os defina:

[...] Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme [...] alguém que participa como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente (sic) da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é [...].⁵⁰

Através da inserção no Partido Comunista Brasileiro é que passam a existir e a fazer-se ver historicamente, ainda que através, segundo Martins, de uma “aliança

⁴⁸ Idem, p. 10.

⁴⁹ MARTINS, Jose de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes: 1981, p.25.

⁵⁰ Idem, p. 25.

subordinada”, pois até então “[...] A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e rebeldes.”⁵¹ E serão como rebeldes que os trabalhadores passarão a ser vistos pelos latifundiários brasileiros. Manchetes como “Ou o Brasil acaba com os Tatuíras ou os Tatuíras acabam com o Brasil: assine o memorial pela reforma agrária” descrevem os fazendeiros como enormes formigas que devastam as terras brasileiras. Denunciam a exploração do trabalhador com títulos “Trabalhador rural – condições análogas a de escravos, situação comum em algumas fazendas”; “Um milhão de meninos (entre 10 a 14 anos) trabalham na lavoura”, assustando os proprietários de terra que, nesse período, também formam associações e sindicatos da classe fundiária.

Foi nesse periódico também que os primeiros alertas contra o perigo comunista podem ser percebidos pelos latifundiários. Títulos como “Lavradores do Brasil visitam a União Soviética”; “O camponês soviético”; “Nós vimos com os nossos olhos” onde são descritas as boas condições de vida do camponês soviético e “II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas”, evidenciam o perigo da socialização da propriedade privada. E o perigo mais proeminente, o do conhecimento:

Aos nossos leitores do campo:

Todos os lavradores e trabalhadores agrícolas que sabem ler, devem se reunir com os que não sabem para a leitura em voz alta de TERRA LIVRE. Leiam o jornal do camponês para aqueles que não sabem ler, ajudando a transmitir as nossas mensagens.⁵²

Em meados da década de 50 surgiu a Liga Camponesa, organizada por Francisco Julião, reunindo camponeses expulsos de suas terras. Em novembro de 1961 houve o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, e foi marcada pela divisão entre dirigentes comunistas e os outros membros das Ligas. Os primeiros desejavam a sindicalização rural e extensão dos direitos trabalhistas ao campo, enquanto as Ligas desejavam a expropriação das terras sem indenização e a reforma agrária na “lei ou na marra”.⁵³

Todo esse imaginário será marcante no período pré-golpe de 64 em todas as regiões brasileiras: PCB, União Soviética, comunismo serão representações decisivas no combate ao governo de João Goulart, um petebista, herdeiro político de Getúlio Vargas.

⁵¹ Idem, p.26.

⁵² *Terra Livre*, 02/1952

⁵³ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 218.

Quando assumiu o ministério do Trabalho no governo Vargas em 1953, João Goulart iniciou sua ascensão política, atuando como mediador de várias greves que assolavam o governo Vargas:

João Goulart assumiu o ministério com a greve em curso e atuou como intermediário eficaz. Como a greve ocorria em setor de interesse público, submetido a regulação econômica do Estado, ele pôde impor o atendimento da maioria das reivindicações trabalhistas.⁵⁴

A atuação de João Goulart contra os antigetulistas lhe rendeu a oposição dos setores civis e militares: “[...] seu nome era ligado aos supostos planos de uma República sindicalista e, imediatamente, a um possível aumento de 100% no nível do salário mínimo.”⁵⁵

Em 1960 Jânio Quadros e João Goulart se elegeram presidente e vice-presidente em eleições independentes. Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, assumiu provisoriamente o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli. O vice-presidente João Goulart encontrava-se em visita à China. Os ministros militares vetaram a volta do vice-presidente, alegando razões de segurança nacional. Mas a oposição militar não era unânime, João Goulart tinha o apoio do III Exército sediado no Rio Grande do Sul. Uma manobra política transformou o sistema presidencialista para parlamentarista, e João Goulart assumiu, todavia, sem poderes plenos.

Em janeiro de 1963, através de plebiscito, o sistema volta a ser presidencialista e João Goulart volta ao cargo com poderes plenos, retomando seu projeto de governo, gestado por ideólogos do governo e dirigentes sindicais para implementação das Reformas de Base, tendo o “[...] Estado como articulador dessa aliança, cuja ideologia básica era o nacionalismo e as reformas sociopolíticas denominadas de reformas de base.”⁵⁶

Um dos compromissos das Reformas de Base era a reforma agrária:

[...] com objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo [...] prevendo a desapropriação da propriedade por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, [...] mediante prévia indenização em dinheiro.⁵⁷

⁵⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 413.

⁵⁵ Idem p. 414.

⁵⁶ Idem, p. 447

⁵⁷ Idem p. 447

O Brasil enfrentava mergulhado em grave crise financeira. O país amargava o fracasso de mais um plano econômico, mas os sindicatos cobravam a implementação da reforma agrária, entre outras previstas.

Mas não havia mais tempo, o clima tenso marcado pelas oposições de vários setores, principalmente militares, não permitiram as reformas. Durante todo seu governo João Goulart palmilhou bases frágeis. Caio Navarro Toledo define como golpe branco a medida parlamentarista e:

[...] como já se afirmou, o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado. Durante seus dois anos e meio de existência (setembro de 1961 a março de 1964), um novo contexto político-social emergiu no país. Suas características básicas foram: uma intensa e prolongada crise econômico-financeira [...] constantes crises político-institucionais; ampla mobilização política das classes populares [...] fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo; crise do sistema partidário e um inédito acirramento da luta ideológica de classes.⁵⁸

No início de 1964 o governo de Goulart agonizava em meio a greves sucessivas, mas ainda assim, aconselhado por seus mais íntimos, deu início à implementação das reformas de base via decreto, contornando assim a rejeição do Congresso Nacional, plano que se revelaria desastroso. Em 13 de março, o presidente assinou dois decretos, “causando arrepios nos meios conservadores”. Um deles desapropriava refinarias de petróleo e o outro, afetava o meio rural. Goulart criou a Superintendência da Reforma Agrária – SUPRA, “[...] declarava sujeitas a desapropriação propriedades sub-utilizadas.”⁵⁹

Neste ponto retomo a região do sul de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul, onde a questão agrária sempre foi conturbada, especialmente a porção sul, cujas terras foram entregues a uma companhia exploradora de erva-mate no final do século XIX e início do século XX.

Na década de 40 essa concessão foi quebrada, não sem antes de o governo federal travar uma dura batalha com o governo estadual. Não conseguindo implantar na região um projeto colonizador, Vargas criou o Território Federal de Ponta Porã, tirando as terras do poder estadual, devolvendo logo depois de implantar a Colônia Agrícola

⁵⁸ TOLEDO, Caio Navarro de (Org). *1964 visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: 1997, p. 31-32.

⁵⁹ FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 460.

Nacional de Dourados – CAND. Colonos de diversas partes do país acorreram para a região em busca de um lote. Um projeto de Getúlio Vargas implantado na década de 40/50 e que na década de 60, os colonos assentados sofreriam as consequências do golpe de 1964. Durante a pesquisa de mestrado⁶⁰, pude verificar que a questão agrária estava fortemente atrelada às razões que levaram ao golpe de 1964:

Na região da CAND, logo após o golpe, muitos colonos foram presos, mas depois liberados, pois não havia provas de qualquer fato que os incriminasse. Alguns ficaram vários dias ou semanas detidos, sofrendo pressões psicológicas. [...] Após serem liberados, os colonos passaram a ser discriminados em seus locais de origem. Eram apontados como comunistas por pessoas de outros partidos políticos. Uma espécie de temor atingiu toda colônia, os moradores confundindo petebismo com comunismo.⁶¹

Até mesmo as perseguições políticas na cidade estavam ligadas ao campo. Os dois vereadores douradenses cassados em 1964, o foram porque “[...] ajudavam invasores de terra, era petebista, e por isso só podia ser também comunista [...]”. Na realidade, durante a implantação da CAND muitos conflitos pela posse dos lotes ocorreram, e os vereadores cassados constantemente auxiliavam esses posseiros.

Outra desculpa utilizada pelo Comando de Caça aos Comunistas – CCC – locais, era de que haveria grupos terroristas entre os colonos. Os famosos “Grupos de Onze”, células terroristas, segundo o governo militar, formadas para combater o “governo revolucionário”. Esses caçadores de comunistas, civis mesmos, geralmente ligados a partidos contrários ao PTB, simplesmente prendiam as pessoas e as levavam à delegacia. Várias dessas prisões arbitrárias foram noticiadas na imprensa local. A maioria das prisões, de colonos que nem sabiam o que era comunismo, como Noel:

Sofri, fui preso, foi seis polícia me pegá em casa, me prendero e falaram que ia me matá, ia me jogá no rio, outra vez ia levá e mandá prá Cuba e assim meus irmãos, minha família tudo foi perseguida e vigiado demais. Companheiros apanharam, vi apanhána minha frente [...] ele alegava que nós era comunista. Nunca fui preso, é a primera vez. A minha vida é só trabalhar em lavoura muito grande e onde se colhia 200 e 300 sacos de feijão, então, se um home desse for comunista, então comunista é bom.⁶²

⁶⁰ ARAKAKI, S. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: 2008.

⁶¹ *Idem*, p. 84,

⁶² *Idem*, p. 81.

A exemplo desse relato que ocorreu no sul do então Mato Grosso, as perseguições se deram principalmente contra os trabalhadores do campo, esses atores que chegaram tarde no processo político e foram duramente combatidos conforme afirmou José de Souza Martins.

Capítulo 2

Ditadura civil militar brasileira e historiografia do golpe

2.1- O Golpe e o papel das Forças Armadas

A história do Brasil está permeada pela atuação das Forças Armadas, mais efetivamente do Exército Brasileiro, fortalecida após a atuação na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

O historiador José Murilo de Carvalho estabelece o surgimento das Forças Armadas como forte partícipe da vida política nacional, o primeiro governo de Getúlio Vargas, que o usou as forças militares na contenção das oligarquias derrotadas em 1930.

Vargas soube usar as divisões e brigas internas do Exército e Marinha a seu favor:

A desunião inicial dos militares permitiu a Vargas, mestre da manipulação, utilizá-los em benefício de seus interesses políticos. Interessava ao chefe da revolução a existência de uma força armada suficientemente forte para servir de contrapeso às remanescentes lideranças oligárquicas e às novas lideranças civis que despontavam, mas não tão forte que ameaçasse sua própria liderança.⁶³

As Forças Armadas por seu turno, lideradas pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, chefe do Estado maior do Exército, também tiveram em Vargas um aliado, que os apoiou no fortalecimento da organização militar.

Os militares apoiaram Vargas na implantação do Estado Novo mas, no contexto de pós-guerra e já fortalecidos, sentiram-se fortes o suficiente para enfrentar o presidente. Esse primeiro período, de 1930 a 1937, Murilo de Carvalho denomina “namoro”.

⁶³CARVALHO, Jose Murilo .*Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.105.

O segundo período, de 1937 a 1945, o historiador denomina de ‘lua de mel’ período em que Vargas, com total apoio das Forças Armadas, fecha o Congresso nacional, instituiu uma nova constituição e estabelece a ditadura conhecida como Estado Novo.

A terceira fase, de 1945 a 1964, indica a ruptura com o presidente e o início da independência das Forças Armadas, o historiador denomina de “divórcio. Esta fase, marcada pela aproximação de Vargas e os sindicatos, ainda que tardiamente e a disposição de Vargas de terminar a ditadura, foram, no entendimento de Murilo de Carvalho a principal causa do divórcio:

A imagem de Vargas como ‘pai dos pobres’, o amigo dos operários, foi sendo sistematicamente construída. O movimento chegou a auge com a proposta de uma assembleia constituinte com Vargas, que foi apoiada até mesmo pelo Partido Comunista do Brasil. Essa guinada, que tinha semelhança com o fenômeno peronista em marcha na Argentina desde 1943, foi a causa imediata do divórcio entre Vargas e as Forças Armadas que, então tomadas pelo anticomunismo e pela pretensão de guiar o estado, não aceitaram a inclusão de novo ator político que lhes era política e ideologicamente antagônico.⁶⁴

O historiador observa que nesse momento as Forças Armadas também se dividiram, com os principais antes aliados de Vargas, simpatizantes dos países do Eixo, se posicionassem contra ele pela sua aproximação com os trabalhadores: “Movia este grupo o receio da política trabalhista de Vargas, que vinculavam de modo quase paranoico ao perigo comunista.”⁶⁵ Vargas foi deposto pela ação das Forças Armadas, agora fortalecida com a criação da Aeronáutica, em 1942. A posição dos militares segundo Murilo de Carvalho:

[...] era incômoda, pois implicava defender o ditador num momento em que as pressões pela democratização eram gerais entre a elite, inclusive nos setores da esquerda. Foram grandes as pressões dos militares para acabar com a ditadura que eles mesmos tinham ajudado e implantar. Democratas, liberais e reacionários, todos pediam a saída do ditador.⁶⁶

O general Eurico Gaspar Dutra sucedeu Getúlio Vargas na presidência após vencer o brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições presidenciais..

⁶⁴CARVALHO, Jose Murilo .*Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p, 111.

⁶⁵ Idem, p. 113.

⁶⁶ Idem, p. 112.

Vargas retornaria á presidência em 1950 e a resistência militar ao seu governo teve início no mesmo. A conspiração militar respaldada por parte da sociedade civil, sobretudo as forças conservadoras, caminhou rapidamente

A eleição de Juscelino Kubstchek, reascendeu o “udenismo militar” das ditas elites conservadoras que tentaram impedir a posse de JK. Todavia, o respaldo para a posse de JK viria justamente dos militares, aliados de Vargas.

O apoio à posse de JK dividiu as Forças Armadas:

Para as Forças Armadas, o 11 de novembro foi traumático. Dividiu o Exército internamente e o incompatibilizou com a Marinha e a Aeronáutica. Na Marinha, quase todo o almirantado era anti-Vargas. Na Aeronáutica, o inconformismo atingiu o ponto mais alto. Manifestou-se em rebeliões armadas, como as de Jacareacanga (1956) e de Aragarças (1959). Em carta a Juscelino em 1956, o general Cordeiro de Farias apontou a existência de uma guerra fria entre as forças e sugeriu a nomeação de ministros civis para pacificá-las.⁶⁷

A renúncia do sucessor de JK, Jânio Quadros e a posse do vice-presidente João Goulart reascendeu o temor das Forças Armadas, que impuseram o parlamentarismo como condição para posse daquele que, para os militares, significava o retorno da administração temerária de Vargas.

João Goulart tomou posse, livrou-se do parlamentarismo via plebiscito e, ao dialogar com os “subalternos” das Forças Armadas e a classe trabalhadora, reagrupou a maioria dos militares de alta patente e os grupos civis conservadores contra seu governo.

Após 1945, a divisão política interna nas Forças Armadas, segundo Carvalho

[...] aprofundou-se com o agravamento da crise política nacional, até que em 1964 o grosso do oficialato aderiu à intervenção, certamente mais por preocupação com a sobrevivência da organização do que por concordância com os argumentos dos golpistas.⁶⁸

Durante o regime militar o Comando Supremo da Revolução era formado por militares das três armas, mas ainda que tentassem transparecer unidos, as Forças Armadas nem sempre foram coesas. E os pensamentos contrários não começaram na década de 60 durante o governo de João Goulart. As sublevações retrocedem ao

⁶⁷CARVALHO, Jose Murilo .*Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006 p. 115.

⁶⁸ Idem, p.135.

princípio da República, com vários episódios seguidos em diferentes tempos sendo o mais significativo para este estudo a Intentona Comunista, em 1935.

A ideia de justificar as ações de repressão durante o regime militar tem início logo a seguir ao golpe, com a publicação do encarte *A nação que se salvou a si mesma*, publicada primeiramente, em novembro de 1964, pela revista *Seleções* e novamente em 1978, desta vez pela editora Biblioteca do Exército, conforme explicitado no capítulo 1.

Este encarte inicia sua narrativa ressaltando o papel valoroso da população de um país que soube livrar-se de uma grande armadilha comunista:

A história inspiradora de como um povo se rebelou e impediu os comunistas de tomarem conta de seu país.
Raramente uma grande nação esteve mais perto do desastre e se recuperou do que o Brasil em seu triunfo sobre a subversão vermelha. Os elementos da campanha comunista para a dominação – propaganda, infiltração, terror – estava em plena campanha. A rendição total parecia iminente... e então o povo disse: *NÃO!*⁶⁹

A frase do líder comunista Luiz Carlos Prestes “Já temos o poder, basta-nos apenas tomar o Governo” de certa forma foi o mote para as ações de tomada do poder pelas Forças armadas. Segundo o texto, os comunistas estavam de fato infiltrados:

Os vermelhos tinham introduzido toneladas de munição por contrabando, havia guerrilheiros bem adestrados, os escalões inferiores das Forças Armadas estavam infiltrados, planos pormenorizados estavam prontos para a apropriação do poder, feitas as ‘listas de liquidação’ dos anticomunistas mais destacados.⁷⁰

As afirmações relatadas transmitem ao leitor a ideia de que havia um grande aparato e organização das esquerdas, principalmente de comunistas, para tomar o poder no Brasil. Com exceção de um ou outro grupo de esquerda mais radical que defendia a luta armada, não há evidências que comprovem essa generalização muito recorrente em textos produzidos pelas Forças Armadas, particularmente quanto a armamentos.

O texto ataca a condescendência do presidente João Goulart com a indisciplina nas Forças Armadas, além de estimular revoltas e motins principalmente entre os oficiais de baixa patente. A Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais induziu a ‘guerra de classes’ nos meios militares.

Durante o governo de João Goulart as crises arrefeceram-se muito em razão do explícito apoio que o presidente dava aos oficiais de baixa patente, o que irritava os comandantes das três forças. Até então os movimentos contrários à hierarquia e

⁶⁹ *A NAÇÃO QUE SE SALVOU A SI MESMA*, p. 6

⁷⁰ *Idem*, p. 6

interesses das forças tinham sido sufocadas, todavia, na década de 60, os militares revoltosos tinham o beneplácito do presidente.

Ferreira observa que João Goulart não se preocupava muito com a insatisfação militar, como na ocasião em que nomeou o Almirante Cândido Aragão, militar ligado a Leonel Brizola, para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais “[...] à custa da grande insatisfação que tomou a oficialidade da Marinha.”⁷¹.

Insatisfação que ficou evidente no episódio envolvendo sublevação de dois mil marinheiros, que no dia 25 de março ocuparam a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro onde o presidente e o almirante Aragão eram esperados para as festividades de aniversário da Associação dos Marinheiros. O presidente havia viajado com a família e designado um representante para representá-lo. Mas o almirante Aragão compareceu e apoiou os marinheiros. Nessa ocasião:

[...] o ministro da Marinha enviou uma tropa de 500 fuzileiros navais, apoiados por 13 tanques para invadir o prédio do sindicato e retirar de lá os marinheiros, vivos ou mortos.[...] Mais indignados ficaram os oficiais da Marinha quando chegaram ordens de Goulart para que os marinheiros não fossem atacados. O ministro da Marinha, sentindo-se desprestigiado, renunciou ao cargo.⁷²

O presidente não ouviu conselhos de seu grupo político: “[...] o senhor não poderá deixar de prender a marujada que está no sindicato, presidente. Não se pode brincar com a hierarquia militar” argumentou o jornalista e amigo João Etcheverry.⁷³ O presidente acatou apenas a sugestão de mandar o Exército retirar Aragão e os marinheiros do clube, liberando-os logo após.

Num ato de provocação, Aragão e os marinheiros marcharam rumo ao Ministério do Exército: “ a repercussão da passeata foi a pior possível, [...] não chegaram a passar mais que horas nos quartéis do Exército. Mas o golpe maior viria logo a seguir: a anistia aos marinheiros e ao almirante Aragão:

A anistia aos marinheiros e ao almirante Aragão atingiu profundamente a integridade profissional das Forças Armadas. Todo o conjunto de ideias, crenças, valores, códigos comportamentais e a maneira como eles davam significado às suas instituições encontravam-se subvertidas. A disciplina e a hierarquia, os fundamentos básicos que exprimiam o que ‘era ser militar’ se

⁷¹ FERREIRA, Jorge. *João Goulart uma biografia*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2011, p.381

⁷² FERREIRA, Jorge. *João Goulart uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 446.

⁷³ Idem, p. 448

esfacelaram [...] A maioria da oficialidade das três forças, até então relutante em golpear as instituições, começou a ceder aos argumentos da minoria golpista. Para eles, estava em risco a própria corporação militar.⁷⁴

O desgaste final e fatal com os militares, todavia, viria com a festa da posse da nova diretoria da Associação dos sargentos, marcada para o dia 30 de março de 1964, para a qual o presidente fora convidado e confirmara presença. Foi aconselhado, pela maioria de seus assessores mais diretos a não comparecer, outra parte ponderava que o presidente:

[...] naquele momento não podia recuar. Já perdera o apoio do poder econômico, dos partidos conservadores, como o PSD, a UDN, o PSP, o PR, entre outros; como então, recusar a aprovação popular? ‘Ele teria que marchar cada vez mais ao encontro desse apoio’⁷⁵

O presidente não deu ouvidos aos alertas de nenhum setor, preferiu o conselho de seu ministro da Casa Militar:

O general Assis Brasil insistia com Jango que não haveria problema. Mesmo que chefias de diversas unidades tivessem declarado estado de prontidão, impedindo que muitos sargentos comparecessem à cerimônia, o chefe da Casa Militar garantiu que o comandante da Vila Militar dispensara os daquela guarnição.[...] Voltando-se para Assis Brasil, cuja opinião pesava em suas avaliações, ouviu dele: ‘Não, acho que não pode deixar de ir, porque seria uma falta de consideração, de atenção com os sargentos que promoveram essa reunião.’⁷⁶

Ferreira observa que os militares aliados viam em Carlos Lacerda o grande inimigo de Jango, mas nesse evento compareceram cerca de 2 mil, de um total de 26 mil sargentos. Eram esperados pelo menos 10 mil. Para Ferreira, ficou evidente que: “A presença de 2 mil apenas demonstrou que os comandantes das unidades, declarando estado de prontidão, impediram que grande parte deles comparecesse.”⁷⁷

Jango pressentiu o golpe:

Abandonando o texto contemporizador, o presidente improvisou, tentando convencer o país de que não era um comunista, mas um nacionalista. Denunciou que uma minoria de privilegiados e eternos inimigos da democracia provocara a crise em que o país vivia. Com cinismo recorriam aos sentimentos católicos, misturando fé e política.

⁷⁴ Idem p.452-453.

⁷⁵ Idem p.455.

⁷⁶ FERREIRA, Jorge. *João Goulart uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011, p. 456.

⁷⁷ idem, p.457.

[...] denunciou também o dinheiro do IBADE, das empresas estrangeiras prejudicadas pela Lei de Remessa de Lucros, dos interesses contrariados das refinarias particulares, comerciantes desonestos que exploravam a economia popular e dos proprietários de apartamentos que cobravam aluguéis em dólar. Todos prejudicados por medidas anteriores e pela Mensagem presidencial ao Congresso, instituindo as reformas de base. [...] Sobre a tão esperada questão militar, o presidente apelou para que os sargentos continuassem unidos na disciplina consciente, ‘fundada no respeito mútuo entre comandantes e comandados’.⁷⁸

O presidente ainda atacou os militares, dizendo que exigiam disciplina, todavia, foram os mesmos que haviam prendido o marechal Henrique Lott e outros oficiais, por terem defendido a lei e legalidade em 1961:

[...] ‘quero afirmar, claramente, nesta noite, na hora em que, em nome da disciplina, se estão praticando as maiores indisciplinas, que não admitirei que a desordem seja promovida em nome da ordem; não permitirei que o conflito entre irmãos seja pregado e que, em nome de um antirreformismo impatriótico, chegue a conclamar as forças da reação para se armarem contra o povo e os trabalhadores’.⁷⁹

Nas Forças Armadas duas coisas são inegociáveis: hierarquia e disciplina. Para oficiais, não há como tolerar qualquer atentado contra essas duas ‘instituições’ que baseiam a vida militar:

Em qualquer Exército do mundo existem duas vigas mestras. A disciplina e a hierarquia, sem isso não é Exército, é bando. No momento que você quebra uma dessas vigas em uma instituição militar, ela acaba. Em 1964 houve o rompimento da hierarquia e da disciplina.⁸⁰

A fala é de um coronel da reserva que declara-se um conspirador em 1964, referindo-se à presença de comunistas nos meios militares, durante o governo de João Goulart:

Eu vivi intensamente as Revolução de 1964 conspirando, achando que a solução era Castelo Branco e permaneci junto da Revolução. Eu nunca estive na repressão, estive na conspiração. Na eleição do Clube dos Sub-tenentes e Sargentos, os meus sargentos desequilibraram a eleição. Os comunistas tinham certeza que iam ganhar, mas eu mantive os meus sargentos no quartel até poucas horas antes de terminar a eleição e depois, liberei-os em uniforme

⁷⁸idem, p.458.

⁷⁹FERREIRA, Jorge. *João Goulart uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011 p. 459.

⁸⁰Aluizio Pereira Pires. In: COSTA, Carlos Frederico Correa da. *Direi...ta volver, esquer...da, volver!* Histórias de experiências de vida de militares. Tese (Doutorado em História) FFLCH USP, 1995, s/d.

camuflado, e em viaturas da Companhia e eles defesmbarcaram na porta do Clube e votaram.⁸¹

O coronel Aluizio comandava a Companhia Escola de Comunicações que, segundo ele, segundo ele, recebia treinamento, armas, equipamentos e treinamento de pessoal como parte de um acordo militar com os EUA para “integrar uma força multinacional para qualquer ação que fosse necessária, dentro da América latina.”⁸²

No dia 31 de março iniciou-se a movimentação das tropas militares que depuseram João Goulart da presidência. Acuado pela movimentação das tropas, sem a presença do ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, hospitalizado, “O Ministério da Guerra, nesse dia, encontrava-se acéfalo. Sem dúvida, esse foi um problema central na crise política enfrentada pelo presidente no dia 31” (ibidem, p.477) e vendo que o dispositivo militar sustentado por Assis Brasil não existia, o presidente voou para Brasília e de lá para o Rio Grande do Sul. Não aceitou sugestão para substituir um ministro acamado e nem de assumir ele próprio o comando das Forças Armadas “[...] alegando que a atitude daria início à guerra civil”.⁸³

Os passos do presidente também causaram confusão:

Sua ida a Brasília, [...] desorientou a todos, sendo interpretada como uma fuga, como se ele houvesse renunciado. [...] A notícia de que Jango deixara o Rio de Janeiro e fora para Brasília correu a cidade. A atitude do presidente foi interpretada como uma fuga, como se houvesse capitulado, ou talvez, renunciado. [...] um general do Exército [...] Arthur da Costa e Silva, [...] alegando ser o general mais antigo naquele momento, nomeou-se ministro. Pouco depois, instituiria o ‘Comando Supremo da Revolução’, nomeando-se chefe.⁸⁴

Com o presidente ausente de Brasília, até o dia 2 de abril a situação ainda se achava pendente quando, após acordos políticos, o presidente do senado, Auro Moura Andrade “[...] declarou vago o cargo de presidente da República e convocou o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, a assumir a chefia do governo”. mesmo com Tancredo Neves informando que o presidente e seu ministério estavam em Porto Alegre, portanto em território nacional:

Não adiantou, Impedindo qualquer debate ou votação, Auro de Moura Andrade mandou desligar os microfones e as luzes do plenário,

⁸¹ Idem, s/d.

⁸² Idem, s/d.

⁸³ FERREIRA, Jorge. *João Goulart uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011 p.479

⁸⁴ idem, p. 495.

negando-se a reabrir a sessão. Ao deixar a mesa, foi esbofeteado pelo deputado Rogê Ferreira. Refugiou-se em seu gabinete, cercado de seguranças. [...] Enquanto isso, [...] nas primeiras horas da madrugada, 6 mil soldados liderados pelos generais Mourão e Muricy, entravam na avenida Brasil, no estado da Guanabara. [...] as tropas eram aplaudidas com entusiasmo por multidões de homens, mulheres e crianças⁸⁵

O golpe recebeu ainda, o apoio do poder judiciário:

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, em vez de dizer que aquilo tudo era uma usurpação, foi ao Palácio do Planalto, como chefe do Poder Judiciário, para legitimar a posse de Mazzilli. [...] Após tomar posse, Mazzilli ligou para o general Costa e Silva pedindo garantias. Duas horas mais tarde, um grupo de paraquedistas descia na Praça dos Três Poderes, em apoio ao novo governo⁸⁶

João Goulart, avisado de que seria preso caso fosse localizado pelo Exército, deixou o Rio Grande do Sul, após perambular por suas propriedades, indeciso de sua situação, no dia 4 de abril rumo ao Uruguai. Encontrou-se com a família apenas no dia 6 de abril.

2.2 - A Autoimagem condescendente e heroica das Forças Armadas

Por seu turno, as Forças Armadas, mais precisamente o Exército vem, desde o golpe, se empenhando em produzir uma série de obras, destinadas principalmente em salvaguardar a memória dos militares.

Em outubro de 1966 lançou a *Coleção IPM 709*, pela editora Biblioteca do Exército Formada por 4 volumes, praticamente uma justificativa para necessidade da guerra revolucionária empreendida contra a resistência ao regime. Uma guerra contra o Comunismo.

Os 4 volumes que compõe a coleção IPM 709, o inquérito militar presidido pelo coronel Ferdinando de Carvalho permitem constatar as representações, pelos militares, sobre o comunismo. Ao tempo em que em que expunham à população, os perigos que corriam com uma eventual vitória dos comunistas, divulgando o conteúdo

⁸⁵ idem, p. 501.

⁸⁶ FERREIRA, Jorge. *João Goulart uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011, p. 501-502.

de documentos encontrados, os militares, neste caso específico, o Exército, justificam suas ações de combate e repressão, conferindo legitimidade à ditadura militar.

E ao longo dos anos, desde o golpe, conforme se verifica com a publicação do *IPM 709*. através da editora do Exército, Bibliex, vem produzindo livros sobre o período. Uma delas é a *Coleção História Oral do Exército*, composto por 16 volumes.

Alguns desses volumes são dedicados a algum estado, mas não existe nenhum volume dedicado ao estado de Mato Grosso. Os 16 volumes trazem relatos de militares na sua maioria. Chama a atenção, todavia, a entrevista com José Genoíno Neto, publicada no tomo 5, quando este ainda era deputado federal

Em 15 páginas (169-184) o deputado fala livremente sobre os acontecimentos de 1964, inclusive de sua participação. Para ele, de fato, as ações das Forças Armadas interromperam o processo democrático brasileiro, obedecendo a lógica da Guerra Fria. As ações perpetradas pelas forças militares, para conter o anseio popular pelas reformas propostas pelo presidente João Goulart, segundo Genoíno, foram desnecessárias:

[...] surgiram manifestações extremamente radicalizadas, algumas até inconvenientes, naquele momento não existiam condições políticas para uma confrontação geral. Haveria condições políticas para buscar as reformas e manter constitucionais os governos, isto é, a não intervenção política das Forças Armadas. [...] Acho que a esquerda deveria ter adotado uma tática de defender com muita coerência a democracia e realizar as reformas sociais com base nas regras e nos procedimentos democráticos [...] para que não prevalecessem os argumentos e a legitimidade como acabou acontecendo.⁸⁷

Curiosamente, nota-se que o ex-guerrilheiro Genoíno, agora na condição de deputado federal, sente-se perfeitamente à vontade para falar sobre 1964 numa entrevista para militares. Genoíno narra sua trajetória de líder estudantil e simpático ao PCB. O AI 5 empurrou parte da esquerda para a luta armada: ‘ou sai do País ou vai para a resistência armada.’

Genoíno foi para o Araguaia em 1970 e ficou lá até 1972 quando foi preso e confirma a tortura sofrida:

[...] dentro da ‘comunidade de informações’, as pessoas eram torturadas, fui torturado. Era uma situação extremamente grave, delicada, na qual o cidadão ficava negociando a vida. Disputa entre a vontade de viver e a de não falar, e você se equilibrando no fio da navalha.⁸⁸

⁸⁷ GENOINO NETO, Jose. In: MOTTA, Aricildes .Moraes (coord).1964 31 de março: o movimento revolucionário e sua história. Tomo 5. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003, p. 171.

⁸⁸ Idem, p. 181.

Outro civil entrevistado é o conhecido professor universitário e jornalista Olavo Luiz Pimentel de Carvalho, conhecido pela sua posição radical anti-esquerda na política atual brasileira. Nos anos 60 Olavo de Carvalho era estudante e militava no movimento estudantil de esquerda.

Olavo de Carvalho participou da juventude católica, a esquerda católica. Foi envolvido, segundo ele, por uma moça muito bonita, que mais tarde descobriu que não era católica e que aquele grupo era:

[...] um pretexto de catolicismo, de catequese e até de Primeira comunhão se colocavam ideias flagrantemente marxistas na cabeça de cada menino. [...] usando a Igreja como instrumento de doutrinação marxista, ela sabia que estava mentindo, mas em nenhum momento lhe passou pela cabeça que pudesse haver algo errado com isso. [...] Foi ali que comecei a perceber as primeiras informações sobre o estado de amortecimento moral, que é típico do militante esquerdista [...] se acha que está trabalhando para a finalidade que acha ser da revolução, mesmos os piores pecados e crimes não são pecados nem crimes.⁸⁹

Mesmo registrando entrevistas de civis e militares, estes últimos a grande maioria de militares de alta patente, fica claro o pensamento das Forças Armadas sobre sua participação no que denominam de ‘movimento revolucionário de 1964’, termo usado até mesmo por Genoíno. Fica claro também a mágoa militar, manifestada em pensamentos como o do general de brigada Cid de Goffredo Fonseca:

O que os brasileiros sabem a respeito foi ou está sendo contado pelos nossos maiores inimigos, gente que, por suas ações, perdeu vantagens ou posições na época da Revolução, têm ódio mortal a todos os militares das Forças Armadas e policiais que os derrotaram, impedindo a colimação de seus objetivos.⁹⁰

Fonseca ainda destaca o uso da tortura como uma grande mentira usada à exaustão para macular o governo militar, mas que não conseguiu porque a população brasileira sabe o valor dos militares.

A Grande Mentira é também o título do livro do general de divisão Agnaldo Del Nero Augusto, ele também, um dos entrevistados na coleção *História Oral do Exército*, publicado em 2001, também pela Biblioteca do Exército, Bibliex. O livro foi prefaciado por Jarbas Passarinho que inicia afirmando que livro, “foi escrito escrupulosamente em respeito à verdade”.

⁸⁹ CARVALHO, Olavo Luiz Pimentel. In: MOTTA, Moraes. *1964 31 de março*, op. cit. 103-104.

⁹⁰ FONSECA, Cid Godofredo. In: MOTTA, Moraes. *1964 31 de março*, op. cit. p.97.

Composto por 475 páginas, o “livro da verdade”, faz uso de publicações de militantes da esquerda como Jacob Gorender e Daniel Aarão Reis Filho, para justificar as ações militares contra a luta armada.

Assim como as demais publicações pela editora Bibliex, este livro é um exercício de convencimento e justificativa para os fatos ocorridos durante a ditadura militar. A descrição em minúcias dos grupos de resistência ao regime são pontualmente discutidos e atacados:

As organizações subversivas que haviam deflagrado a guerra irregular no País tinham sido derrotadas mais uma vez, na forma de luta e nos locais que elas mesmas escolheram. Com suas ações de guerrilha urbana e rural, foram elas que forçaram a permanência do regime autoritário e retardaram a volta à plenitude democrática. [...] A ameaça comunista na conjuntura de Guerra Fria [...] existia concretamente. As medidas excepcionais para enfrentá-las foram tomadas [...] se tiveram a intensidade necessária ou se duraram demais é outra história.⁹¹

Jarbas Passarinho ao prefaciar o livro tece altos elogios à obra, afirma que foi escrito sem paixão, sem tecer loas aos militares das 3 armas, criticando, todavia, aqueles que foram derrotados e hoje escrevem sua versão da História, ignorando suas ações que causaram mortes covardes, desprezo típico dos radicais pela dignidade humana, aqueles que estabelecem mentiras como verdade.

Como se pode constatar, há intensa disputa pela memória e pela história sobre o período em questão no Brasil. As versões sobre o momento vivido às vezes se apresentam diametralmente opostas. Contudo, cabe aos historiadores a crítica e a busca de evidências que fundamentem suas interpretações.

2.3 - Arranhões na autoimagem: desfiguração não assimilada

Logo após o golpe, cerca de sete mil militares foram expurgados dos quadros das forças Armadas. Se o oficialato estava descontente com o governo, os oficiais subalternos igualmente estavam descontentes com o oficialato. Segundo Ferreira:

Não era incomum a prática de os subalternos das Forças Armadas criarem suas associações. Os sargentos, primeiro na Aeronáutica, mais tarde do Exército e das Polícias Militares, criaram suas organizações ainda na década de 1950. [...] Então, quando os praças da Marinha

⁹¹ AUGUSTO, Augusto Del Nero. *A grande mentira*. Biblioteca do Exército, 2001, p. 466.

organizaram a manifestação, nada havia de surpreendente. Muito menos clandestino [...] ⁹²

Embora se tente passar uma imagem oficial homogênea das Forças Armadas, além dos setores de esquerda que se tentou expurgar, permaneceram divisões internas. Um dos grupos que atuou em diferentes momentos durante a ditadura foi denominado de linha dura pelos próprios militares. Dois fatos graves ocorridos durante o regime, um, ainda no início (1968), e outro, logo após de iniciado o processo de abertura política (1981): o caso PARA-SAR e o caso Riocentro, ambos foram perpetrados por militares vinculados a essa ala.

Em junho de 1968 o capitão Sergio de Carvalho evitou um plano terrível orquestrado pelas Forças Armadas. O plano terrorista previa ataques a bomba em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro em pleno dia, incluindo a explosão do Gasômetro de São Cristóvão, a destruição da represa de Ribeirão das Lajes e ataque à população com *napalm*. Mas o objetivo principal era a eliminação, via assassinato de cerca de quarenta adversários políticos, entre eles Juscelino Kubisthek, Carlos Lacerda, general Mourão Filho, Jânio Quadros, dom Hélder Câmara e dos líderes estudantis Wladimir Palmeira e Franklin Martins. Muito bem arquitetado, o plano incluía vazamento de informações que levariam a atribuição dos atos terroristas, aos comunistas.

Os atentados seriam realizados pelo grupo Esquadrão Aeroterrestre de Salvamento – PARA-SAR, grupo de elite da Aeronáutica, supertreinado para operações de busca e salvamento. Mas o plano foi denunciado pelo comandante do próprio Para-Sar, o capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho. O plano terrorista foi planejado durante suas férias regulamentares, e ao retornar, não concordando com o plano ⁹³ e o desvio de função de seu grupo, denunciou-o aos seus superiores. Após a denúncia o capitão foi preso e submetido a um Inquérito Policial Militar – IPM. Em agosto de 1968 foi sumariamente reformado e teve seus direitos cassados. Após a lei de anistia, recusou-se a ser anistiado, exigindo sua reintegração ao seu antigo posto na Aeronáutica.

Travou uma longa batalha para reconhecimento de seus direitos. Em 1992 o STF reconheceu o pleito e ordenou que a Aeronáutica o promovesse a Brigadeiro, cargo que estaria ocupando caso sua trajetória não tivesse sido interrompida. Mas o STF foi

⁹² FERREIRA, Jorge. João Goulart uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.444.

⁹³ Seu substituto durante suas férias regulamentares, não concordando com a missão dada, também entrou de férias, ficando a cargo dele mesmo executar a missão terrorista. Fatos. RJ. Nº 15, 01.0.85, p.39. Acervo Arquivo Ana Lagôa – UFSCar. Disponível em WWW.arqanalagoa.ufscar.br

ignorado, mesmo a após ofício determinando o cumprimento da decisão. O capitão Sergio morreu de câncer em 1994 e sua família recebeu todos os direitos em 1997.

Sobre o desfecho desse episódio dantesco, a revista *Veja* publicou, em dezembro de 2010:

Itamar fez um governo decente, mas carrega mancha na biografia: o caso do capitão ‘Sergio Macaco’

[...] O regime militar acabou, mas não o ódio mortal dos nostálgicos da treva. Em plena democracia, o Supremo Tribunal Federal reconheceu os direitos do capitão e mandou a Aeronáutica promovê-lo a brigadeiro. O ministro da Aeronáutica [...] ignorou a decisão da mais alta corte. [...] Transferiu o problema para seu comandante-em-chefe: o presidente da república.

Aí, no melhor estilo Itamar Franco, a inércia do presidente deixou que o tempo – e o câncer – resolvessem a delicada questão. O capitão morreu e todos nós ficamos com a azeda sensação de que, mais triste que um país necessitado de mitos, o Brasil ainda é uma terra que maltrata os poucos heróis que tem.

Que vergonha, Presidente Itamar!⁹⁴

Mesmo após quase dez anos de sua morte, o capitão Sergio Ribeiro Miranda de Carvalho continua *persona non grata* na Aeronáutica. A historiadora Maria Manuela Maia, relatou que em recente pesquisa sobre o tema, esteve em Campo Grande MS, onde atualmente está sediado o PARA-SAR e entrevistou um militar reformado, que colaborou com sua pesquisa, mas que telefonou dias após a entrevista para solicitar que a mesma não fosse utilizada. Ela recebeu também a ligação de um outro militar da Aeronáutica, que desmereceu o capitão, pediu o endereço e enviou a ela uma espécie de histórico escolar da escola de formação onde o capitão estudou, demonstrando com isso que ele fora um péssimo aluno.⁹⁵

O caso PARA-SAR até hoje é veemente negado pelas Forças Armadas e pelo próprio brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que em entrevista ao CPDOC nega o plano, atribuindo o escândalo ao desvario do capitão Sergio.⁹⁶

Sobre o caso PARA-SAR, escreveu Jacob Gorender:

⁹⁴ Coluna Ricardo Seti da revista *Veja*, 01.12.2010. Nessa edição, Ricardo Seti cita o texto do jornalista Luiz Cláudio Cunha, publicado no Jornal *Zero Hora*, em 08.02.1994, logo após a morte do capitão Sergio.

⁹⁵ MAIA, Maria Manuela. *Arquivos e documentos sobre o Caso Para-Sar*. Comunicação. I Seminário Internacional Documentar a Ditadura: Arquivos da Repressão e da Resistência. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 04, 05 e 06 de junho de 2013.

⁹⁶ BURNIER, João Paulo Moreira. *João Paulo Moreira Burnier depoimento 1993* Rio de Janeiro, CPDOC, 2005, 188p. dat.

[...] já no primeiro semestre de 1968, a extrema direita militar estava decidida a recorrer a um ‘plano diabólico e hediondo’ [...] a fim de suprimir os resquícios liberais remanescentes. Conforme se verifica pelos levantamentos [...] os atentados terroristas de direita com autoria oculta atingem o pico em 1968, decaem bruscamente em 1969 e desaparecem, de todo, em 1971 e 1975. Consumado o fechamento ditatorial, não era mais necessária a atuação provocadora das organizações paramilitares. O terrorismo de direita se oficializou. Tornou-se terrorismo de Estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais.⁹⁷

Na introdução de sua comunicação, a historiadora Maria Manuela citou que cerca de sete mil militares atuaram na resistência ao regime, durante a vigência do governo militar.

Em 1968 já éramos uma equipe com recursos humanos aprimorados, um grupo homogêneo capaz de ter a regiões difíceis de montanha, mar, caatinga e selva. Foi um ano crítico porque a Esquadrilha Aeroterrestre de Salvamento, o conhecido PARA-SAR, foi escolhidos, talvez impensadamente, para o cumprimento de missões que estavam em desacordo com o nosso espírito, a nossa preparação. Eu viajara e ao chegar tomei conhecimento de que a Unidade havia sido utilizada de maneira imprópria.⁹⁸

O tenente-coronel médico reformado relata que o pessoal da Esquadrilha foi requisitado para, juntamente com oficiais da Aeronáutica, todos à paisana, para uma missão na Cinelândia, que consistia em invadir prédios e atacar pessoas que estivessem protestando contra o governo: “A ordem era essa [...] pegar os indivíduos e atirar pela janela, quem quer que fosse que estivesse fazendo baderna nas janelas, a ordem era jogá-las janela abaixo [...]”.⁹⁹

Relatou que o capitão Sergio e a equipe PARA-SAR foram convocados pelo brigadeiro Burnier para uma reunião em que o brigadeiro confirmou a determinação:

[...] na guerra o Esquadrão de Busca e Salvamento andava armado e atirava contra o inimigo e que o militar deveria estar sempre pronto para matar... e que nós estávamos em guerra contra o comunismo e que o militar deveria matar sentindo o gostinho de sangue na boca.¹⁰⁰

⁹⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999, pg 165

⁹⁸ Rubens Marques dos Santos. In: COSTA, Carlos Frederico Correa da. . op. cit, s/d.

⁹⁹ Idem, s/d.

¹⁰⁰ Idem, s/d

Nesta reunião, ao serem perguntados se concordavam com que havia sido dito, todos concordaram, menos o capitão Sérgio, explicando seus motivos. O brigadeiro Burnier encerrou a reunião, determinando que o capitão Sérgio se apresentasse ao seu comandante; ameaçando “o senhor vai sentir o peso dos meus galões”, ameaçou.

Mas Burnier tinha apoio de seus superiores, e tanto o capitão Sergio quanto o médico foram transferidos, com ordens de mudança em 24 horas. O médico, para Campo Grande mais 8 dias de cadeia, e o capitão Sergio, para Recife além de mais 25 dias de cadeia.

Após responder a IPM, o capitão Sergio foi também cassado e a seguir foi dado como morto e sua mulher, a “viúva”, passou a receber pensão. Quando ele conseguia algum emprego, vinham os militares e mandavam demitir.¹⁰¹

Se o caso PARA-SAR é considerado pelos militares como desvario do Brigadeiro *post mortem* Sergio Carvalho, o mesmo não se pode afirmar sobre o caso Riocentro, ocorrido em 30 de abril de 1981, véspera do dia do trabalho. Nesse dia estava sendo realizado um show no Riocentro, dedicado aos trabalhadores, promovido pelo Centro Brasil Democrático, entidade, à época, presidida pelo arquiteto Oscar Niemayer. Outras personalidades como Darcy Ribeiro, Sergio Buarque de Holanda, Amoroso Lima, Antonio Candido, Dalmo Dallari, Helio Bicudo, Wilson Fadul entre muitos outros compuseram a entidade.¹⁰²

Às 20h:30 daquele dia, duas bombas explodiram, sendo uma nas dependências do estacionamento do centro de convenções Riocentro, localizado no bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro. Cerca de 20 mil pessoas prestigiavam o evento. Uma pessoa morreu e outra ficou gravemente ferida. Ambos eram militares do Exército, lotados no DOI – Destacamento de Operações de Informações, sob comando do Tenente Coronel Julio Miguel Molina Dias. A outra explosão ocorreu na miniestação elétrica responsável pelo fornecimento de energia elétrica ao Riocentro. Não houve nenhuma vítima.

Na primeira explosão morreu o sargento Guilherme Pereira do Rosário e saiu gravemente ferido o capitão Wilson Luiz Alves Machado. Nesse dia, os dois oficiais do Exército estavam à paisana e usavam um carro particular, de propriedade do capitão Wilson, um modelo Puma, constatado nas investigações que usava chapa fria. No curso

¹⁰¹ Idem, s/d.

¹⁰² Inquérito Policial Militar 702, vol III, fls 462. Por ser a promotora do evento, sua composição e demais documentos da entidade foram juntados ao IPM citado.

do IPM soube-se que o carro era cadastrado no DOI e o oficial tinha autorização para usá-lo nas operações do DOI.¹⁰³

A apuração desse atentado foi objeto do Inquérito Policial Militar 702, instaurado logo a seguir. Considerado uma grande farsa, o IPM, composto de 4 volumes está disponível em vários sites da internet para consulta.¹⁰⁴

Tudo preparado pelo DOI, o atentado seria atribuído aos grupos de esquerda. As placas de publicidade do evento amanheceram pichadas com as letras VPR, iniciais do Vanguarda Popular Revolucionária.

Havia também a suspeita que o atentado seria de autoria do Comando Delta, grupo de extrema direita, que estaria agindo no sentido de endurecer ainda mais o regime. Em janeiro do mesmo ano o grupo assumiu a autoria de dois atentados, sendo um contra um ônibus da Petrobrás. Em comunicado ao Jornal do Brasil, o grupo que dizia nacionalista e buscava combater a corrupção e mordomias no País.¹⁰⁵ A possível participação do Comando Delta foi noticiada pela imprensa. As redações receberam ligações de um homem que se dizia do Comando e tinha como objetivo acabar com as manifestações subversivas.¹⁰⁶

Apesar de as duas vítimas serem do DOI todo inquérito foi conduzido no sentido de responsabilizar os grupos de esquerda. No enterro do sargento Guilherme, discurso de homenagem ao sargento vítima inocente de grupos de esquerda que aterrorizavam o país foi feito por um oficial que logo viria comandar o IPM que apurava o atentado.

Ao prestar declarações sobre a operação atribuída aos oficiais vítimas do atentado, o tenente coronel Molinas declarou que se tratava de missão de rotina de cobertura de eventos e ao ser perguntado se havia outros objetivos envolvidos na missão, o tenente coronel Molinas negou categoricamente. Informou que o carro do capitão Wilson e a chapa fria era sigilosa e controlada pelo DOI.¹⁰⁷

No dia 15 de maio de 1981 o responsável pelo IPM, coronel Luiz Antonio do Prado Ribeiro foi substituído pelo coronel Job Lorena de Santa'Anna, o mesmo que

¹⁰³ IPM 702, vol. I, fls. 29.

¹⁰⁴ Disponível no sítio <http://www.dhnet.org.br/denunciar/escandalos/riocentro/index.htm> acesso 12 fevereiro de 2013.

¹⁰⁵ IPM 702, vol. II, fls.217.

¹⁰⁶ Bomba fere o DOI-CODI . 05.06.81. Ed. 661, disponível no sítio http://veja.abril.com.br/idade/em_dia_2001/reportagens/reportagem_riocentro.html, acesso 12 fevereiro de 2013.

¹⁰⁷ IPM 702, vol I, fls.01.

discursou no enterro do sargento Guilherme, atribuindo o atentado aos grupos de esquerda.

O capitão Wilson foi ouvido por três vezes no decorrer do IPM, e não pôde colaborar muito porque, segundo ele, no exato momento da explosão, estava saindo apressado do carro para urinar e não se lembrava de ter visto nenhuma bomba com o sargento Guilherme, que estava sentado no banco carona de seu carro.¹⁰⁸

Os laudos apontaram ferimentos abdominais que praticamente evisceram o sargento Guilherme além de outros ferimentos graves tudo indicando que a bomba estava no colo da vítima fatal. Tratava-se, de acordo com o laudo, de uma bomba-relógio.

Na edição do dia 02 de maio de 1981 o jornal *O DIA* publicou que Comando Delta assumiu a autoria do atentado, em telefonema aos jornais do Rio, entre eles o *O DIA*. Divulgou também um comunicado, onde se pode ler, em papel timbrado com o lema Pátria e Liberdade:

Nossa liderança nacional, em razão de auto-crítica tirada dos resultados da Operação Riocentro, reivindica sua autoria e decidiu informar que:

1. Infelizmente, as vítimas não foram as que visávamos e nos penitenciamos com o Exército Brasileiro e os familiares do Capitão Wilson e Sargento Guilherme.
2. Os órgãos de segurança, que um dia perseguiram os nossos mesmos objetivos, hoje são meros joguetes desorientados nas mãos da camarilha do Planalto, que pretende entregar nosso povo ao jugo comunista.
3. Apesar do relativo insucesso, reafirmamos nossos propósitos de salvar a Pátria, combatendo com todos os meios ao nosso alcance, sem desfalecimento, a canalha comunista e todos aqueles que pretendem levar este país para o comunismo, a pretexto de uma inegável ABERTURA DEMOCRÁTICA.
4. Desculpem-nos os antigos companheiros, mas não hesitaremos tê-los como inimigos, se vestirem a camisa pelo avesso. Quem não estiver conosco estará contra nós.

Ousar lutar, ousar vencer.¹⁰⁹

Dezenas de laudos dos mais diversos, oitivas de várias testemunhas não foram suficientes o bastante, e o inquérito foi arquivado no mesmo ano (1981) por falta de provas e condições de apontar qualquer culpado. Segundo a imprensa:

¹⁰⁸ Idem, vol.II, fls.222-226. O capitão foi ouvido ainda no hospital, onde se encontrava internado no Centro de Terapia Intensiva após a cirurgia de retirada de vários artefatos da bomba.

¹⁰⁹ Idem, fls.219.

O Exército assumiu as investigações e, contra os laudos periciais que indicaram que a bomba explodira no colo do sargento -o qual, provavelmente, a estava manipulando- concluiu que os dois militares, em vez de autores do atentado, teriam sido vítimas de um ato terrorista das organizações de esquerda MR-8 ou VPR ou do Comando Delta, de extrema direita. O inquérito foi arquivado, de imediato, pelo juiz Edmundo Franca de Oliveira. Por três vezes -em 1981, 1985 e 1988- o STM (Superior Tribunal Militar) se negou a desarquivá-lo. Embora os responsáveis nunca tenham sido identificados, o atentado do Riocentro marcou o Exército. 'O inquérito foi uma das maiores farsas da história brasileira', afirma o almirante Júlio de Sá Bierrenbach, ex-ministro do STM, que votou contra o arquivamento e fez da reabertura das investigações sua bandeira de vida.¹¹⁰

O próprio ministro Bierrenbach, que votou contra o arquivamento do IPM declarou:

[...] que por muito menos, civis haviam sido julgados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, e que, se houvesse a mínima crença por parte do Exército de que se tratava de uma operação terrorista de movimentos de esquerda, este teria mobilizado seus esforços à procura dos responsáveis.¹¹¹

Tendo sido voto vencido, juntamente com mais dois ministros, o almirante Bierrenbach publicou em 1996 o livro *Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?* Obra que alguns anos mais tarde, também embasaria o pedido de abertura do caso Riocentro.

O pedido de reabertura do caso foi feito em 1996 e foi reaberto apenas em 1999 por solicitação pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Desta vez no IPM, presidido pelo general Sergio Conforto, com base em novas provas e análises, foram apontados como culpados o próprio sargento Guilherme, o oficial morto no atentado, o coronel Wilson Machado (à época capitão), o general Newton Cruz e o coronel Freddie Perdigão, responsabilizado como o idealizador ao atentado.

O caso Riocentro veio novamente á tona com a o assassinato do Júlio Miguel Molinas, ocorrido na cidade de Porto Alegre no dia 1 de novembro de 2011. O coronel foi executado com mais de 10 tiros.¹¹²

¹¹⁰ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj31129802.htm>

¹¹¹ ANTUNES, Priscila. Bomba no Riocentro: os militares e outras memórias. p. 18, disponível em <http://www.ichs.ufop.br/memorial/conf/mr4c.pdf>.

¹¹² Jornal Zero Hora, 2 nov 2012.

Disponível em <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2012/11/coronel-e-morto-a-tiros-no-bairro-chacara-das-pedras-na-capital-3938186.html>

Na casa do coronel foram encontrados documentos referentes ao caso Riocentro, os quais foram entregues à Comissão Nacional da Verdade, cujo presidente Claudio Fonteles, após exame dos documentos assim se manifestou:

Na residência do coronel Júlio Miguel Molinas Dias, quando de sua recente morte, foi encontrada documentação, entregue a essa Comissão Nacional da Verdade por cópia [...].

[...]

Em conclusão, o circunstanciado exame que se vem fazer, da documentação apreendida na casa do coronel Júlio Molinas, à época dos fatos à época dos fatos comandante do DOI/CODI do I do I Exército, deixa por bem cristalino que:

- o atentado do Riocentro constitui-se em verdadeiro ` tiro pela culatra´, vale dizer: concebido e orquestrado para ser apresentado como ato terrorista insano a ser atribuído aos opositores do Estado Ditatorial Militar [...].

- mais se caracteriza esse ` tiro pela culatra´ porque todas as atitudes, providências e tratamento dispensado, no âmbito do próprio comando do I Exército e do respectivo DOI/CODI [...] em instante algum cuida de relevar o envolvimento de opositores, ou grupos políticos de oposição, ao regime ditatorial, no acontecido. Antes, tudo para por-se redoma em torno do episódio e as tratativas realizadas são de acobertamento e rigoroso controle, culminante, até mesmo no afastamento do encarregado inicial do IPM: coronel Luiz Antonio do Prado Ribeiro.

[...]

O Estado Ditatorial militar engendra mais uma farsa.¹¹³

Na casa do militar assassinado também foram encontrados documentos que comprovam a prisão passagem do ex-deputado Rubens Paiva pelo DOI/CODI do Rio de Janeiro.¹¹⁴ O ex-deputado é considerado desaparecido político, embora sua morte tenha sido confirmada pelo médico Amilcar Lobo. Fonteles, ao relatar os documentos recebidos, desmonta a farsa montada pelo comandante do I Exército, general Silvio Frota que afirmou que o ex-deputado nunca esteve preso no DOI/CODI.¹¹⁵

Os novos documentos encontrados confirmam a participação militar no caso Riocentro, bem como a presença do ex-deputado Rubens Paiva nas dependências do Exército.

¹¹³ FONTELES, Cláudio. Comissão Nacional da Verdade Exercitando o diálogo. *Atentado do Riocentro*. Publicações. Disponível em www.cnv.gov.br. acesso em 15 de junho de 2013.

¹¹⁴ Jornal eletrônico Zero Hora, dia 15.01.2013, acesso em 15 de junho de 2013.

¹¹⁵ FONTELES, Cláudio. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos. *Rubens Beyrodt Paiva*. Pg 7. Disponível em WWW.cnv.gov.br, acesso 15 de junho de 2013.

2.4 - Outras tensões e disjunções nas Forças Armadas

O caso RioCentro é emblemático por confirmar que a chamada ala linha-dura das Forças Armadas tentava se consolidar e dar continuidade ao regime militar. Vários autores apontam para a atuação de dois grupos, os moderados e os linha-dura, entendendo que o primeiro grupo queria a abertura do regime ditatorial, o outro desejava a continuidade do regime. Contudo, essa divisão simplista entre dois grupos apenas, segundo Carlos Fico, é insuficiente. Para Fico, [...] “De fato, a clássica divisão entre linha dura e moderados não dá conta da diversidade de clivagens que configuravam os diversos grupos militares.”¹¹⁶

Contudo, alguns casos que passo a relatar sobre repressão, prisões tortura e morte revelam como o sistema e seus atores se movimentavam. Sobre o seu significado, afirma Fico:

É nesse sentido que se pode falar de um projeto repressivo centralizado e coerente. A partir do final dos anos 1960, a “utopia autoritária”, que inspirava, de maneira diversa, os diferentes grupos militares, passou a ser interpretada segundo a chave dos setores mais extremados da linha dura, penetrando os diversos escalões governamentais e sendo aceita por concordância ou medo.¹¹⁷

Os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, nas dependências do DOI/CODI no II Exército de São Paulo ocasionaram a demissão do general Silvio Frota, da ala linha dura, e do comandante do DOI/CODI general Ednardo D’Avila.

Logo após a morte do jornalista, cuja causa foi anunciada como suicídio por enforcamento, segundo o II Exército, Geisel recomendou a abertura de um inquérito, o que foi procrastinado. Segundo Geisel, o general Ednardo:

[...] conversando a sós comigo, pediu para não fazer o inquérito, sob o argumento de que iriam aparecer as pessoas de confiança que ele tinha naquele serviço todo, sargentos e outros. Essas pessoas iam ser chamadas a depor e aí o dispositivo de segurança ou de informação que ele tinha ia se tornar público. [...]

Quer dizer, a resistência a fazer o inquérito foi muito grande, o que para mim era muito suspeito. Se as coisas fossem limpas, se não tivesse havido nada, se o enforcamento do Herzog tivesse sido

¹¹⁶ FICO, Carlos. *Para Além do Golpe*. Op. Cit. p.81.

¹¹⁷ Idem, p.81.

espontâneo da parte dele, qual o inconveniente do inquérito, de que se apurasse? ¹¹⁸

Sobre o resultado do inquérito, que confirmou o suicídio por enforcamento de Vladimir Herzog, Geisel afirmou que talvez o resultado encobrisse a verdade, mas não é função do presidente da república se debruçar sobre cada caso e contemporizou relembrando a revolução de 35:

[...] a verdade é que todo serviço de repressão em regra se corrompe. Vejam os acontecimentos depois da revolução de 35, com Filinto Müller, que era chefe de polícia no tempo de Getúlio: o que houve ali de repressão a civis, de maus tratos etc. Aquele alemão que era representante soviético ficou maluco, acabou doido de tanta coisa que fizeram com ele. ¹¹⁹

No episódio da morte do operário Manuel Fiel Filho, em situação idêntica a do jornalista Herzog, Geisel fora avisado pelo governador Paulo Egidio e agiu energicamente e mandando exonerar o comandante do II Exército Ednardo D'Avila, que segundo ele, era omissos e quando da morte do jornalista e do operário, estava fora da cidade para o final de semana:

[...] o Ednardo era uma boa pessoa, era meu amigo, mas o problema é que ele era displicente e sofreu uma influência que era comum em São Paulo: a atração dos generais pelo meio civil, pelo society [...] o Ednardo era suscetível a isso, ia passar o sábado e o domingo lá e deixava o Exército á matroca. Num fim de semana ele não estava em São Paulo e mataram esse operário. Então veio esse argumento: `Ah, ele não sabia`. Mas ele era o responsável naquela situação, ele não devia se afastar do comando, era displicência. ¹²⁰

Para o jornalista Elio Gaspari, o DOI retomara a ofensiva contra o PCB: “Já não havia dirigentes para prender. Estavam exilados, presos ou escondidos, até mesmo dos outros comunistas. O DOI caçava o que podia, simples militantes, operários com emprego e domicílio certos.”¹²¹

E foi assim que prenderam um vendedor de bilhetes analfabeto que também distribuía o jornal *A Voz Operária*. Na prisão recebeu choques e pancadas para falar

¹¹⁸ D'ARAUJO, Celina Maria. CASTRO, Celso. *Geisel*. Fundação Getulio Vargas Editora: Rio de Janeiro, 1998, pg. 371.

¹¹⁹ Idem, pg.371. O alemão citado por Geisel é Harry Berger, falecido na Alemanha em 1959, sem ter recuperado a razão.

¹²⁰ Idem, pg 376.

¹²¹ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.211.

sobre a rede de distribuição clandestina do jornal. Assim, o operário Manoel Fiel Filho foi preso:

[...] ao ser acareado com o vendedor de bilhetes, teria admitido que recebera três exemplares da Voz. Tomou uma cotovelada no ventre, curvou-se e gemeu. Retiraram-no da sala. Além do nome das pessoas a quem entregava os dois exemplares restantes, é difícil que Manoel tivesse muito a contar.

[...]

Às 22h20 um Dodge Dart parou em frente ao sobrado de Fiel, na Vila Guarani. Desceu um cidadão e disse a Tereza Fiel: `Vim avisar que seu marido suicidou-se. Aqui estão suas roupas.

[...] Manoel Fiel Filho fora o 39º suicida do regime, o 19º a se enforcar. Como Cláudio Manoel da Costa, com as meias, sem vão livre.¹²²

O general Silvio Frota recebeu instruções para destituir do comando e transferir o general Ednardo para fora de São Paulo, e destiná-lo a serviços longe das tropas “onde não pudesse atuar dessa forma”. Frota consultou Geisel da possibilidade de mandá-lo para Mato Grosso, atendendo pedido do comandante de Mato Grosso, general Marcondes. Geisel não gostou da ideia mas também não se opôs:

Isso é atribuição sua. Se você quiser colocá-lo em Mato Grosso, coloque, mas veja as conseqüências. Mais tarde, aconteceu que o general Marcondes veio comandar aqui no Rio, e aí se deu o episódio do Riocentro. Na minha opinião esse coronel provavelmente estava envolvido.¹²³

O embate que envolveu a demissão do general Silvio Frota, em outubro de 1977, pode ser considerado um confronto de interesses e de disputa pelo comando do projeto militar. Silvio Frota, representante da linha dura, tinha pretensões de suceder Ernesto Geisel.

Outro aspecto que os casos citados suscitam, é a reflexão sobre a interpretação da montagem do aparato repressivo, sempre justificada, isso quando admitia pelos militares, como reação à luta armada. Ao trata sobre o tema, Fico pondera:

Portanto, não se deve compreender a constituição do aparato repressivo, possibilitada pelo AI-5 e representada pelo sistema Codi-Doi, como uma simples reação à chamada “luta

¹²² idem, p. 213.

¹²³ Idem, pg. 378.

armada”. Assim como o AI-2 não foi somente uma reação ao resultado das eleições de outubro de 1965, tampouco o AI-5 foi apenas uma resposta à opção de parte da esquerda pela “luta armada”.¹²⁴

Ao discorrer sobre o Serviço de Informações instalado durante a ditadura militar, Fico analisa o embate entre forças dentro das próprias Forças Armadas, protagonizados por grupos antagônicos. De um lado, os *moderados* formado por militares com pensamentos de transitoriedade militar no governo e por outro lado, a *linha dura*, formada por militares que desejavam a permanência no governo e favoráveis á repressão aos resistentes ao governo milita

Fico adverte, todavia, que nem todo linha dura era favorável á repressão, mas grande parte entendia que era preciso estabelecer vigilância constante para detectar a subversão e promover uma ‘operação limpeza’. Ressalta também a passividade de alguns dos militares *moderados* para com a repressão, como o ex-presidente Ernesto Geisel:

É nesse sentido que se pode falar de um projeto repressivo centralizado e coerente. A partir dos anos 1960, a ‘utopia autoritária’, que inspirava, de maneira diversa, os diferentes grupos militares, passou a ser interpretada segundo a chave dos setores mais extremados da linha dura, penetrando os diversos escalões governamentais e sendo aceita por concordância ou medo.¹²⁵

Fico refuta a explicação simplista de que a repressão foi apenas uma reação á luta armada. Havia um propósito, segundo Fico:

Havia, desde o início do regime militar, a vontade, por parte dos setores mencionados da linha dura, de constituição de um aparato global de controle sobre a sociedade, tanto quanto, aliás, a opção de parte da esquerda pela ‘luta armada’ antecedeu o próprio golpe de 1964. O projeto global de repressão e controle supunha não apenas a espionagem e a polícia política, mas também a censura, a propaganda política e o julgamento sumário de pretensos corruptos.¹²⁶

A tortura, observa Fico, não nasceu com o regime militar, ela sempre existiu, mas, a partir do golpe, ela foi instituída como

“[...] padrão regular de funcionamento, como etapa rotineira do período de interrogatório, após a prisão dos ‘subversivos’ . é esta a oficialização da prática da tortura (que vários observadores preferem chamar de ‘institucionalização’) que desmente as hipóteses da ‘autonomia’ e dos ‘excessos’. É rigorosamente impossível que a

¹²⁴ FICO, Carlos. *Para Além do Golpe*, op. Cit.. p. 81.

¹²⁵ Idem. p. 81.

¹²⁶ idem, p. 81-82.

atividade sistemática da tortura pudesse ser praticada dentro de unidades militares sem o conhecimento de seus comandantes.¹²⁷

O Serviço de Informações estendeu ramificações por todos os órgãos públicos. Um decreto do presidente Costa e Silva, do início de 1969, estabeleceu que todas as polícias militares dos estados estavam subordinadas ao Ministério do Exército, suas corporações passaram a ser comandadas por oficiais das Forças Armadas, segundo o general Agnaldo Del Nero Augusto em seu livro *A Grande Mentira*.

Amarílio Ferreira Jr e Marisa Bittar autores de *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar* (1964-1985) afirmam que o regime militar:

[...] não apenas ‘prende e espancou’ de forma assistemática. A repressão ideopolítica desencadeada pelo regime militar atingiu vastos setores da sociedade brasileira.[...]. para por em ação o controle impositivo sobre a sociedade civil, o regime militar tratou logo de aparelhar o Estado com um conjunto de órgãos encarregados de promover um processo metódico de repressão em todos os estados brasileiros [...]¹²⁸

¹²⁷ idem, p. 82.

¹²⁸ FERREIRA JR, Amarílio. BITTAR, Marisa. *Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar* (1964-1985). São Paulo: Edições Pulsar, 2006.

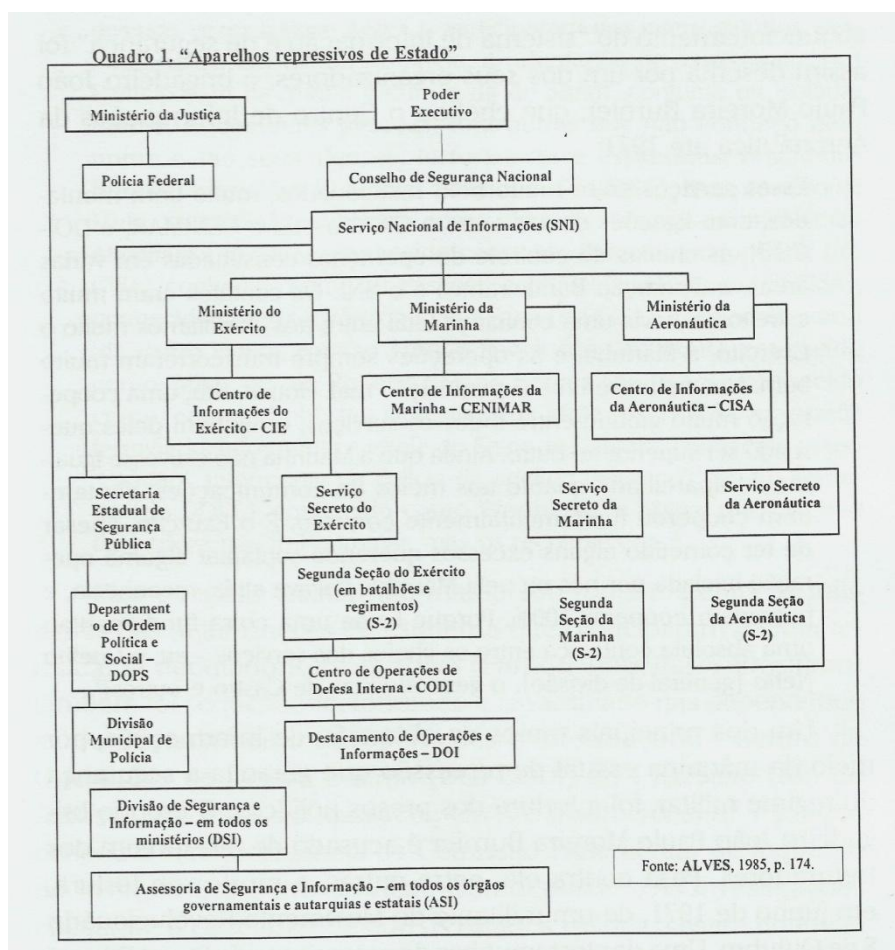


Figura 02 Organograma aparelho repressivo do Estado
 Fonte: ALVES *apud* FERREIRA JR, A. BITTAR, M. p, 29,

A ‘utopia autoritária’ descrita por Carlos Fico alcançou finalmente todos os organismos públicos. A compreensão do aparato de repressão que foi sendo montado e que persistiu ao longo do regime militar, é importante para compreender os mecanismos de segurança utilizados, o “regime de exceção”, a polícia política, a institucionalização da tortura. Os comandantes, oficiais-generais e os presidentes militares tinham pleno conhecimento, mesmo os considerados “moderados”, que admitia a tortura como uma “necessidade”.¹²⁹

A expressão utopia autoritária foi, primeiramente, utilizada pelos historiadores Maria Celina D’Araujo e Celso de Castro em *Visões do golpe: a memória militar de 1964*, 1994 e refere-se a um abrangente projeto de controle total sobre a população, por

¹²⁹ Para um aprofundamento da questão, ver: FICO, Carlos. *Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

segmentos conservadores tanto civis quanto militares, visando anular qualquer dissenso ao regime do governo militar.

2.5 - Golpe e ditadura civil militar na academia: historiografia brasileira

O ano de 1994 talvez tenha sido a largada oficial para a popularização das discussões sobre o golpe militar de 1964 no Brasil, com apresentação e lançamento de produções acadêmicas de desconhecidos ou renomados pesquisadores do tema. Atenho-me a três estudiosos que sintetizam as principais discussões debatidas no âmbito da academia em três diferentes décadas: 1994, 2004 e 2014. São eles, Carlos Fico (UFRJ), Caio Navarro Toledo (UNICAMP) e o ex-guerrilheiro historiador Daniel Aarão Reis (UFF).

Vários são os pesquisadores sobre o tema, todavia estes três, com exceção de Carlos Fico, tem por hábito reunir vários pesquisadores em suas publicações, o que possibilita maior alcance sobre as pesquisas realizadas ou em andamento. As publicações de Fico, apesar de não reunir vários autores, indica as pesquisas realizadas em todo território nacional, como o livro *Brasil 1964/1968: a ditadura já era ditadura*, organizado pelo historiador Marcos Silva (USP). Esta obra reúne 13 pesquisas de autores de diversas regiões do país com diferentes enfoques sobre o tema,¹³⁰ sendo possível apreender as várias situações vividas no período por diferentes atores sociais.

Caio Navarro de Toledo, em 1997, organizou e publicou *1964 visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, uma coletânea com trabalhos, além de seu próprio, de Paul Singer, Francisco de Oliveira, Argelina C. Figueiredo, Lucilia de Almeida Neves, João Roberto Martins Filho, Moniz Bandeira, Nelson Weneck Sodré, Jacob Gorender, João Quartim de Moraes, Octavio Ianni, Ênio Silveira e Florestan Fernandes. Estes trabalhos, afirma Toledo, elaborados para o Seminário O Golpe de 64: 30 anos, realizado em março de 1994 na UNICAMP, apresentando ao leitor “[...] valiosos trabalhos críticos sobre este tema ainda pouco elaborado por nossa

¹³⁰ FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro RJ: Editora FGV, 2014, p. 142.

historiografia e ciência política [...].”¹³¹ Note-se que, passados 30 anos do golpe, as primeiras análises do conjunto de fatos chamado golpe de 64 começaram a ser debatidos por “[...] renomados especialistas, em suas áreas de especialização, das ciências sociais brasileiras, segundo o autor e organizador.

O enfoque sobre economia durante a ditadura militar, foi objeto de análise de Paul Singer e Francisco de Oliveira para além dos aspectos econômicos propriamente ditos, aprofundando-se no papel das elites políticas e classes dominantes e seu papel no impedimento do avanço das reformas sociais.

Paul Singer observa que na década de 60, ainda sob o impacto da revolução cubana, o Brasil se encontrava sob impasse político e ideológico. Singer pondera que esse clima de tensão: [...] foi transformado pela direita brasileira numa quase obsessão, pois quem lesse a imprensa, ouvisse o rádio ou assistisse televisão teria a impressão de que a esquerda já estava no poder e que o fim da democracia era eminente.¹³²

Além da crise econômica como um todo, o que se sobressaiu, segundo Singer, foi a luta de classes manifestada em setores urbanos e rurais com a sucessão de greves e invasão de propriedades rurais por todo país, mas principalmente na região nordeste, com a forte atuação das Ligas Camponesas.

Já Francisco de Oliveira repudia a teoria do determinismo ideológico, afastando a falácia de que o remédio para a crise econômica pela qual o país atravessava, na década de 60, estava na possibilidade de mudança do capitalismo para o socialismo. Oliveira observa que estava em xeque o *tripé populista*, assentada na aliança de classes entre burguesia nacional, classe ruralista e uma classe trabalhadora urbana emergente. Observa que o empoderamento das classes trabalhadoras via organizações sindicais provoca uma certa auto suficiência destas, e passam a desafiar o papel subalterno que ocupam nesse tripé. Segundo Oliveira:

[...] O proletariado cresce significativamente e as suas organizações vão deixando de ter um papel subalterno; é a isso que, na verdade, a reação chamava de projeto de ‘república sindicalista.’ [...] este deslocamento, essa mudança do papel subalterno que os assalariados

¹³¹ TOLEDO, Caio Navarro. de. 1964 *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, Campinas SP: Editora Unicamp, 1997, p.9.

¹³² SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: TOLEDO, C.N.T de. 1964 *visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Op. Cit., p.19.

urbanos tinham no tripé populista, ameaçava romper o controle das classes dominantes sobre o processo de desenvolvimento.¹³³

Empoderamento que Oliveira atribui também aos trabalhadores rurais não só de São Paulo ou Paraná, mas de grande parte do país, notadamente os trabalhadores organizados nas Ligas Camponesas no nordeste:

De outro lado, uma classe sempre calada, esmagada, sempre muito mais reprimida que os trabalhadores urbanos, começavam a afirmar o que tinha a ver com esse processo de desenvolvimento, qual era o seu lugar e quais eram suas reivindicações. No pré-64, o movimento agrário, por meio de sindicatos rurais ativos em algumas regiões do país, não exatamente nas mais importantes, mas nas periféricas [...] com uma enorme capacidade de mobilização, retira da servidão uma parcela importante da sociedade brasileira.¹³⁴

Em *Política e Movimentos Sociais*, segunda parte da obra, os autores estabelecem os papéis exercidos pelas diferentes classes, antes ignoradas e não ouvidas ainda que consideradas parte dela, a aliança de classes citada por Francisco Oliveira. A dos trabalhadores urbanos e rurais já citadas, reúne-se a de estudantes.

Argelina Figueiredo observa que a década de 60 apresentou-se como um desafio, o de tentar diminuir as profundas desigualdades sociais. A crise materializou no confronto entre as classes durante o período em que se tentou implantar as Reformas de base pelo presidente João Goulart.¹³⁵

A entrada dos estudantes na cena do golpe é analisada por João Roberto Martins Filho, ele próprio um estudante universitário entre 1972 e 1976, período em que, segundo ele, as manifestações foram refreadas com a intensificação da repressão pós AI-5.

Ferreira Filho identifica o estudante da década de 60 como o jovem oriundo da classe média, fortalecido pelo crescimento de vagas nas universidades a partir dos anos 50. Curiosamente as primeiras organizações estudantis tem origem na Igreja Católica.

¹³³ OLIVEIRA, Francisco. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro. de. 1964 *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, Campinas SP: Editora Unicamp, 1997, p.26-27.

¹³⁴ OLIVEIRA, Francisco. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro. de. 1964 *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, Campinas SP: Editora Unicamp, 1997, p. 27.

¹³⁵ FIGUEIREDO, Argelina. C. Democracia & Reformas: a conciliação frustrada, p. 47. In: TOLEDO, Caio Navarro.de (org). Op. Cit., p. 47.

Surgiram agremiações como Juventude Universitária Católica- JUC e a Juventude Estudantil Católica – JEC

Fortalecidos, os movimentos estudantis vão lutar pela reforma universitária entre 1961 e 1962, sobressaindo-se pela conscientização política e social. Culminando com as ações de resistência pós-64.¹³⁶

O embate entre militares e a esquerda são debatidas em *Esquerdas, militares: a derrota sem resistência* numa terceira parte, por Nelson Werneck Sodré, Jacob Gorender e João Quartim de Moraes.

Werneck Sodré debate a ingerência dos militares na política brasileira desde o advento da república. Ratifica o intenso preparo da população através da imprensa, com claras intenções de isolar o grupo político governante, como parte do planejamento do golpe visando evitar mudanças das estruturas que sempre alicerçaram o poder.

As Forças Armadas por seu turno sempre estiveram no cerne das ditaduras, mesmo a civil de Getúlio Vargas em 1937 a 1945. Para Werneck Sodre, os militares foram mobilizados por forças conservadoras “[...] quando não reacionárias , que este país conheceu. [...] a fachada militar das ditaduras esconde seu conteúdo profundamente reacionário, o conteúdo que resultou da mobilização mais retrógrada da sociedade brasileira.¹³⁷

Por seu turno, Jacob Gorender pontua a atuação do IPES na orquestração do golpe do golpe, preparando setores da sociedade para a tomada do poder. Gorender ressalta a atuação dos civis que almejavam alijar João Goulart da presidência, com intenções de ocupar eles mesmo o poder. Entre eles, Ademar de Barros, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda.

A falta de reação aos militares surpreendeu os próprios militares. Gorender pontua que o golpe somente tornou-se inevitável nos últimos três meses:

Os próprios golpistas do Rio ficaram surpresos com a iniciativa do general Olimpio Mourão, em Minas. Naquele momento, se houvesse um comando realmente combativo das forças que queriam as reformas de base, a ação de esquadrilhas de bombardeiros e de aviões de caça teria paralisado a coluna vertebral do general Mourão, que descia de Minas, dispersando aquela tropa [...].¹³⁸

¹³⁶MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil na conjuntura do golpe, p. 75-81. In: TOLEDO, Caio Navarro(org). Op. Cit., p.75.

¹³⁷ SODRE, Nelson Werneck. Era o golpe inevitável?. In: TOLEDO, Caio Navarro de. (org) op. cit.p.103-105.

¹³⁸ GORENDER, J. Era o golpe inevitável?. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org). de. op. cit., p. 109.

Não houve qualquer resistência pontua Gorender. E bastava que Jango autorizasse a resistência dos fuzileiros navais sob comando do almirante Aragão, mas a autorização não veio. A falta de resistência surpreendeu até mesmo os militares golpistas.

Os principais debates em 1994, os primeiros ensaios de uma análise globalizadora sobre os acontecimentos de 1964 tiveram como destaque a participação dos movimentos sociais do período, a clareza de que a crise brasileira não podia ser analisada a partir de questões financeiras, mas sobretudo, do uso da crise como mais um elemento na justificativa do golpe. A maciça participação civil e política na condução do golpe e por fim, a atuação dos militares na política nacional, reafirmando a participação destes desde os primórdios da república.

Em 2004, ano em que o golpe de 1964 completou quarenta anos, o historiador Carlos Fico publicou *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Nesta obra Fico faz uma espécie de balanço sobre as produções relativas ao tema. A UFRJ ainda organizou o evento 40 anos do golpe, coordenada pelo próprio Fico.

Dedicando especial atenção à produção acadêmica, Fico discorre sobre a supremacia dos temas tratados por pesquisadores, sendo na sua maioria relacionados à economia, ou o sistema político fracassado pelas tomadas de decisão de João Goulart bem como a resistência do Congresso Nacional ao presidente, o colapso do populismo e a inevitabilidade do golpe, como bem trataram o Werneck Sodré, Gorender.

Fico enriquece o debate, trazendo as produções dos brasilianistas, ou os estrangeiros que se debruçaram sobre a ditadura brasileira, sobretudo os estudiosos norte-americanos, como Thomas Skidmore. Embora vistos como “imperialistas” por historiadores brasileiros que consideravam que o golpe fora orquestrados pelos Estados Unidos, esses estudiosos americanos, os

“[...] *brazilianists* conseguiam acesso a pessoas, documentos e arquivos que, para os historiadores brasileiros, eram inatingíveis. Muitos ressentimentos surgiram. Agastamentos que também advinham de uma ‘inveja’ que, não obstante, renderia bons frutos na historiografia brasileira sobre o período republicano: em geral os *brazilianists* controlavam grande quantidade de informações.¹³⁹”

¹³⁹ FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro RJ: Record, 2004, p. 28-29.

O autor debruça-se sobre a produção acadêmica brasileira, analisando detalhadamente produções como a do historiador uruguaio René Armand Dreifuss. A tese de doutoramento de Dreifuss, publicada em 1981, *1964 a conquista do Estado. Ação política e golpe de classe* tornou-se um clássico.

Segundo Fico, para além da perspectiva econômica:

Dreifuss descreveu, detalhadamente, as atividades das organizações empresariais Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), amparando-se em documentos que ele teria encontrado, casualmente, no Arquivo Nacional.

Para Dreifuss, o ‘complexo Ipes/Ibad’ funcionou como um ‘Estado Maior da burguesia multinacional-associada [que] desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que a conduziu ao poder’.¹⁴⁰

Menciona iniciativas como a do CPDOC na realização de entrevistas, principalmente de militares envolvidos diretamente com o regime autoritário, o que possibilitou avanço no conhecimento “[...] que elevaram o patamar do conhecimento histórico sobre o tema.”¹⁴¹

Reunindo artigos, livros, documentos e reportagens inéditas, Fico discute, a partir de tais fontes, novas formas de análise de 1964 e suas consequências no Brasil. Desta análise fica patente a participação civil, via estudos de Dreifuss, entre outros, bem como a ingerência norte americana via *Operação Brother Sam* entre outras ações, os desdobramentos que culminaram com o golpe de 1964.

Em 2014, por ocasião dos cinquenta anos do golpe, Fico publicou outro livro balanço sobre a ditadura brasileira. Compacto mas não menos valioso em detalhes e indicações bibliográficas, *O golpe de 1964: momentos decisivos*, Fico condensa as produções até aquele momento. Na mesma linha de análise feita em 2004, Fico pontua a participação civil, a exemplo de outros historiadores como Daniel Aarão Reis entre outros. Para estes historiadores, a ditadura não pode ser atribuída tão e somente aos militares. A maciça participação civil deixa inequívoca a premissa de que, sem apoio civil, a manutenção do poder pelos militares não seria possível.

¹⁴⁰FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 35.

¹⁴¹ Idem, p. 43.

2.6 - 1964 na historiografia sul-mato-grossense

Apesar de inúmeras obras memorialistas sobre o tema, algumas de cunho autobiográfico como *A poeira da jornada*, do ex-secretário de estado Demóstenes Martins que em 1964 comandou a Comissão Geral de Investigação – CGI, as pesquisas sobre ditadura brasileira no estado de Mato Grosso do Sul podem ser contadas. Se durante o mestrado concluído em 2003, citei a pesquisa de Eudes Fernando Leite defendida em 1994, poucas foram as produções no âmbito da academia. Refiro-me à dissertação de mestrado de Juliana dos Santos Pereira *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*, defendida em 2013.

A pesquisa de Juliana relaciona as transformações econômicas na cidade de Dourados a partir de implementação de planos econômicos voltados para a região. Planos como Programa Especial da Região da Grande Dourados – PRODEGRAN. Este programa tinha por objetivo aumentar a produção agrícola, com alta produtividade voltada para exportação. A pesquisa tratou, em resumo, das transformações econômicas durante o “milagre econômico” verificado durante o regime militar.

Outras produções que oferecem subsídios à pesquisa podem ser encontradas em trabalhos sobre outros temas, como *Operário nas indústrias da construção civil: participação e luta por direitos sociais*, tese de doutorado da historiadora Alisoete Weingartner defendida em 2001. Esta tese foi utilizada pelo também historiador Eronildo Barbosa da Silva, na escrita do livro *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso (1920-1980)*, publicada em 2005, onde dedica um capítulo específico sobre a ditadura.

O capítulo *O golpe de 1964 no sul de Mato Grosso* composto de 22 páginas, narra a perseguição e repressão aos trabalhadores sindicalizados e associados na cidade de Campo Grande logo após o golpe. Intervenções nas entidades, prisões de seus dirigentes e perseguição e vigilância sobre seus membros foram fatos registrados, perpetrados pelos membros da ADEMAT com apoio dos militares.

Silva narra o episódio da prisão de bancários no início de 1964 e a libertação destes pelo advogado Wilson Barbosa Martins, curiosamente pertencente aos quadros da ala democrática da UDN e com laços de amizade com os comunistas. Foi duramente criticado pela sua atuação na soltura dos bancários.

Segundo Silva as prisões ocorriam sem qualquer razão, as vezes por denúncias vazias de um vizinho desafeto ou um adversário político. Acusar alguém de comunista era suficiente para a prisão. Ou até mesmo a simpatia pelo governo deposto era suficiente para prisões.¹⁴² O sugestivo subtítulo Os quartéis ficaram lotados de presos registram o que ocorreu na maioria das cidades com unidades do Exército. Se em Campo Grande o quartel ficou lotado de presos, em Ponta Porã aconteceu o mesmo, conforme confirma o médico Astúrio Marques.¹⁴³

Marques era capitão no 11º RC de Ponta Porã e confirmou a prisão de inúmeras pessoas no quartel, inclusive de um auxiliar seu. Eram na sua maioria, pessoas acusadas de subversão, de comunistas, mas segundo Marques as acusações eram infundadas. Eram essas prisões que eu pretendia confirmar nos registros dos Boletins de Serviço da unidade do Exército de Ponta Porã. As pessoas eram presas e liberadas logo depois. Seu auxiliar, um simpatizante de comunistas, foi afastado do Exército, não sabe exatamente o que aconteceu a ele. O capitão Marques era da UDN, ligado á família Derzi.

Eronildo Barbosa da Silva escreveu ainda *55 anos de lutas do Sindicato dos bancários de Campo Grande MS e Região* (1955 a 2014) onde narra o episódio da prisão de bancários, em janeiro de 1964, por pichação de muros enaltecendo Luis Carlos Prestes. Foram presos pela polícia e pessoas ligadas à ADEMAT.

Retomo a dissertação de mestrado de Eudes Fernando Leite defendida em 1994 e publicada em forma de livro em 2010. Trata-se de uma valiosa análise sobre os acontecimentos da década de 60 numa cidade, mas que se repetiriam em menores ou maiores proporções nas demais cidades brasileiras.

O estudo sobre o golpe de 1964 na cidade sul-mato-grossense de Aquidauana reúne os principais elementos que marcaram o período: uma elite agrária assustada com os avanços de uma classe até então subordinada, a dos trabalhadores, a quem foram atribuídos crimes ou atividades subversivas que os levaram à prisão. O mesmo clima de apreensão que o golpe fez instalar nas cidades brasileira recaiu sobre Aquidauana, gerando desconfiças entre pessoas.

A pesquisa, baseada em fontes privilegiadas como inquéritos policiais militares, os famosos IPMs, entrevistas com ex perseguidos e presos políticos, além de legislação pertinente e da revista *Brasil-Oeste*, uma espécie de porta-voz da classe

¹⁴² SILVA, Eronildo Barbosa . Oo, cit. , p. 131.

¹⁴³ MARQUES, Asturio. Entrevista concedida em 2013.

ruralista. Foram 17 presos que responderam a IPMs, sendo que quase todos enquadrados por transgressão aos artigos 9, 10 e 11 da lei 1.802/1953. Esta lei, largamente utilizada após o golpe de estado, trata dos crimes contra o estado e a ordem política e social.

Os artigos em que os indiciados foram enquadrados, 9, 10 e 11 da respectiva lei, referem-se à proibição de reorganização de partidos dissolvidos legalmente, caso do PCB, à proibição de ajuda financeira para tais partidos suspensos e o último, a propaganda de tais partidos e a subversão da ordem política e social. Dos 17 IPMs pesquisados por Leite, apenas 3 responderam pelos artigos 9 e 10, os demais responderam pelos artigos 9, 10 e 11.

Leite descreveu a movimentação verificada em Aquidauana, protagonizada por pessoas da comunidade, trabalhadores na sua maioria, narrando o empenho desses desejosos de mudanças sócias. O trabalho político realizado aos domingos pela militância de esquerda que viu no domingo a oportunidade de aproximação com os trabalhadores para falar e ouvir “[...] sobre direitos de trabalhadores rurais, reforma agrária, assistência médica, salários, empréstimos para o plantio, sobre mudanças e esperanças de uma vida diferente.”¹⁴⁴

Reuniões aos domingos causavam temor a uma elite assustada com a possibilidade de reorganização do Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Também os militares demonstravam apreensão.

Com o golpe, veio também a necessidade de legitimação no poder pelos militares, segundo Leite, legitimar a permanência dos militares no poder, atividade diversa a que lhes foram designadas pela constituição brasileira. Era preciso minar qualquer intenção de rejeição ao novo regime, nada mais prático do que atacar os movimentos sociais e a esquerda.¹⁴⁵

Inovador no estudo de Leite é a atuação da esquerda aquidauanense, que pretendia mudanças sociais drásticas, uma revolução socialista de fato, calcada nas ideias de Marx e Engels. Cidade com atuação de movimento sindical forte, principalmente após a chegada de ferroviários, segundo Leite, os movimentos sociais da cidade recebiam instruções do PCB, o que atemorizava a elite agrária da região.¹⁴⁶

¹⁴⁴ LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia dos entremeios de uma pretensa revolução*. Dourados Ms: UFGD Editora, 2010, p. 53-54.

¹⁴⁵ idem, p. 71.

¹⁴⁶ idem, p. 33.

A repressão usada em todo país para conter a resistência foi largamente utilizada em Aquidauana, conforme demonstram os IPMs instaurados na cidade pelos militares e encaminhados posteriormente à justiça civil, onde os processos encontram-se arquivados.

Um livro de memória lançado em 2012 chamou atenção pela sua citação pela Comissão Estadual da Verdade. Trata-se do livro *Patrimônio de São Carlos: do descobrimento do Brasil à fronteira da Ditadura*, do militar reformado Nilson Benitez.

Um texto um tanto quanto confuso, em algumas poucas páginas o autor narra a desocupação de um povoado localizado na fronteira com o Paraguai, no ano de 1980, segundo ele, pelo Exército Brasileiro. De acordo com depoimento de 3 mulheres, o povoado foi desocupado por militares para retomada de posse da área por fazendeiros.

Falou-se durante os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade que haveria uma audiência pública para ouvir antigos moradores ou seus descendentes. Mas os trabalhos da Comissão encerraram-se sem que essa audiência fosse realizada. São fatos ainda a conhecer.

Por fim, minha pesquisa também de mestrado, sobre os desdobramentos do golpe na cidade de Dourados, publicada em forma de livro em 2008, já comentada na introdução deste trabalho. A cidade de Dourados, reduto do PTB em razão da implantação da CAND sofreu os impactos da agressividade de grupos como a ADEMAT local. Muitas pessoas foram presas por mera perseguição, vereadores foram cassados sumariamente, sem direito a defesa, pois estavam presos.

Por ocasião do golpe de 1964, os velhos coronéis da política local viram a oportunidade de anular a hegemonia do PTB, mas tiveram suas expectativas frustradas porque o Exército protegeu o prefeito petebista Napoleão Francisco de Souza, mantendo-o no cargo. O prefeito era um ex-pracinha da FEB.

A exemplo de outras cidades, a população douradense apoiou o golpe, manifestando-se favoravelmente, ou participando da campanha *Ouro para o Bem do Brasil*, doando dinheiro pela *causa revolucionária*.

CAPITULO 3

Golpe e ditadura no sul de Mato Grosso

3.1 Década de 60: partidos políticos no SMT

Até 30, os coronéis recebiam diariamente em suas varandas a visita do delegado, do juiz e, enfim, tinham o poder de mando nas mãos. Eram respeitados por toda população. Isso no estado todo, pois havia coronéis com exércitos maiores e coronéis com exércitos menores. Existiam os grandes coronéis do norte, assim como existiam os grandes coronéis do sul...

Arthur D'Avilla, fundador histórico do PTB no estado de Mato Grosso

A história política de Mato Grosso confunde-se, em grande parte, com a história de seus coronéis, os pretensos donos da terra desde o início do processo da ocupação da terra. A Guerra do Paraguai (1864-1870) mostrou ao império o quanto a fronteira oeste estava desguarnecida. Os postos militares implantados para resguardar os limites estabelecidos pelos vários tratados não foram suficientes para barrar a invasão paraguaia tanto pelo rio Paraguai, divisa natural, quanto pela terra. O Forte de Coimbra, em Corumbá, e a Colônia Militar, ao sul do estado de Mato Grosso, não foram empecilhos para a invasão. Finda a trágica guerra, grande extensão de terras da fronteira sul foi ocupada, com a devida anuência do governo de Mato Grosso, pela companhia Mate Laranjeira que usou a extensa área para exploração da erva mate nativa da região. Uma economia lucrativa, principalmente para os donos da Mate.

Ao mesmo tempo chegaram os migrantes mineiros, paulistas, gaúchos, que recebiam terras devolutas do governo. É possível que nesse momento já estivessem sendo delineadas as alianças entre os donos do poder da região. Exemplo de como essas relações de dependência se estabeleciam pode ser sentida na forma como João Augusto Capile conseguiu seu pedaço de terra no estado. Migrante paranaense, saiu da cidade de Castro e, após vários meses de viagem em carroças, finalmente chegou ao Mato Grosso e acampou na região da grande Dourados, nas cercanias da companhia Mate Laranjeira. Era o tempo das “revoluções”, quando grupos políticos se aliavam para tomar o poder no estado. Fazendo-se de aliado da Mate, o migrante João Augusto caiu nas graças dos donos da Companhia, que “avalizaram” seu pedido de terras junto ao governo. Assim ele conseguiu as terras onde formou sua fazenda – a fazenda Novilho localizada na cidade de Caarapó MS, na época, parte do município de Dourados.

Na década de 20, João Augusto Capile acolheu componentes da Coluna Prestes. A família numerosa temeu por suas vidas, mas não houve violência. Depois do pouso e da comida, os homens da coluna “seguiram em frente levando cavalos, deixando uma espécie de “promissória”, que mais tarde poderia ser resgatada, quando a “revolução” vencesse. Esse costume era comum no estado, conforme Demóstenes Martins, udenista que comandou a Comissão Geral de Investigação - CGI durante o regime militar, define o cenário mato-grossense na Primeira República:

A república Velha em Mato grosso foi toda feita pela política dos coronéis, resolvia-se sempre pelo choque armado. Aqui no sul a população era muito diminuta. [...] essa política dos coronéis não tinha influência alguma no poder central. MT era *cozinha*. Ninguém prestava atenção a Mato Grosso. [...] existiam só dois partidos. Faziam o poder entre amigos e os companheiros [...].¹⁴⁷

Palco de violência, a região sofria com o banditismo endêmico que imperava a *lei do 44*, alusão ao calibre da maioria das armas usadas tanto para defesa quanto para ataques. Ainda quanto ao migrante paranaense, por ele ter uma terra que pouco produzia em função da falta de investimentos e, muitos filhos para criar, precisou vender a propriedade. Com isso família mudou-se para Ponta Porã, depois para Dourados e finalmente, e, após um atentado à bala a um de seus filhos, mudou-se para o Rio de Janeiro onde pretendia que seus filhos estudassem. A *lei do 44* expulsou a família. Seu filho João Augusto Capillé Junior voltaria anos mais tarde, e, se tornaria prefeito da

¹⁴⁷ NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *Relatos políticos: entrevistas, memória divisionista – MT*. Rio de Janeiro RJ: Mariela Editora, 2001, p.105.

cidade de Dourados pela legenda União Democrática Nacional – UDN, já no período da instalação do Território Federal de Ponta Porã.

No que se refere à Companhia Mate Laranjeira, é importante destacar que ela, apesar de todo poder que detinha era obrigada a respeitar os exploradores independentes que também atuavam no ramo da erva.¹⁴⁸ Quanto ao fim do quase monopólio¹⁴⁹ da Companhia Mate Laranjeira, ele foi promovido durante o governo de Getúlio Vargas, que via a Companhia como uma presença incômoda, um óbice aos planos de ocupação da fronteira oeste brasileira. Grande parte do contingente de trabalhadores da Companhia era de nacionalidade paraguaia, o que obstava os planos de “brasilizar” a fronteira.

Getúlio Vargas pretendia implantar no sul do estado o projeto colonizador *Marcha para Oeste*. E foi durante o Estado Novo que a concessão de terras à Mate venceu e não foi prorrogada. A Companhia Mate ainda continuaria atuando em terras próprias, mas a área, antes por ela ocupada, passou a ser explorada por outros exploradores independentes, principalmente por migrantes e imigrantes atraídos pelo acesso facilitado à terra, seja pela colonização dirigida, seja por projetos de colonização do próprio governo. Em várias ocasiões a Companhia combateu estes exploradores, conforme afirma Albanez:

É importante observar que conviveram em disputa com a Matte, alguns produtores independentes, posseiros que seobreviviam na ilegalidade da exploração de ervais em pontos esparsos no interior da extensa área de concessão. A companhia por várias ocasiões usou de força para repimi-los, uma vez que possuía uma milícia armada, os *comitiveros*.¹⁵⁰

Os planos do governo acerca da ocupação destes espaços ditos “vazios” tinham por objetivo a exploração do potencial agrícola, com intuito de transformá-la num centro de abastecimento dos grandes centros urbanos. O deslocamento de pessoas também era objetivo do governo, que via a possibilidade de desafogar os grandes centros de tensões sociais. Albanez, ao estudar o declínio da Cia Matte, observa que o processo de ocupação das terras no ESMT, como as frentes pioneiras “[...] foram

¹⁴⁸ Sobre os exploradores independentes da erva-mate, ver JESUS, L. C. *Erva-mate: o outro lado – a presença dos produtores independentes no antigo sul de Mato Grosso (1870-1970)*. Dissertação. Mestrado em História. UFMS.

¹⁴⁹ Sobre a exploração da erva mate no sul de Mato Grosso, consultar ALBANEZ, J.L. *Ervais em queda: transformações no campo no extremo-sul de Mato Grosso (1940-1970)*. Dourados MS: Ed. UFGD, 2013..

¹⁵⁰ ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Ervais em queda: transformações no campo no extremo-sul de Mato Grosso (1940-1970)*. Dourados MS: Ed. UFGD, p. 43.

empreendimentos mais em sintonia com a lógica capitalista, numa conjuntura de especulação de terras e produção para o mercado.”¹⁵¹

Mas o projeto de Vargas encontrou grande resistência do governo sul-mato-grossense que punha óbices à instalação de colônias agrícolas no sul do estado. Marisa Bittar ao analisar a questão, pontua que a possível rivalidade entre as porções norte e sul se evidenciava: por que criar uma colônia agrícola em Rondonópolis, no norte, e não aqui no sul?

Não conseguindo colaboração do governo de Mato Grosso, que se negava a ceder área para implantação de colônias agrícolas, Vargas então cria, em 1943, Territórios Federais em vários estados. No Mato Grosso foi criado o Território Federal de Ponta Porã, que abrangeu os municípios de Ponta Porã, Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Maracajú. A região de Porto Murtinho, parte da área pantaneira, portanto sem potencial agrícola, também foi incluída em face de ser ponto de escoamento da erva mate pelo Rio Paraguai.

No Paraná foi criado o Território Federal de Iguazu. Os dois territórios juntos atingiam diretamente as terras antes ocupadas pela Companhia Mate Laranjeira a título de arrendamento.

No Território Federal de Ponta Porã, após o fim da concessão à Companhia Mate Laranjeira, as terras foram objeto dos projetos colonizadores. O objetivo de Vargas era, de fato, promover a exploração agrícola na região. Vários projetos foram implantados, sendo o mais importante deles a Colônia Agrícola de Dourados, a CAND.

Findo o Estado Novo, com a deposição de Getúlio Vargas e a eleição de Eurico Gaspar Dutra para presidência, iniciou-se um novo período democrático no país. Em nível nacional e estadual, foram criados novos partidos políticos. Entre eles estão os que mais se destacariam na composição partidária nos níveis municipal, estadual e federal. Partidos que, segundo Basbaum eram: “resultado de um processo de aglutinação natural, onde se confundiam identidade de interesses pessoais, sociais e econômicos.”¹⁵²

Basbaum refere-se ao uso dos partidos políticos e de suas coligações por ocasião das eleições em vários níveis. No Mato Grosso, PSD e UDN revezavam-se no poder fazendo uso das alianças partidárias, tendo como o PTB o fiel da balança. O PTB, no estado de Mato Grosso, até o ano de 1964, nunca tinha ocupado o governo do estado.

¹⁵¹ ALBANEZ, Jocimar Lomba. op, cit, p. 63.

¹⁵² BASBAUM Leôncio. *História sincera da república*: de 1930 a 1960. V.3, 3ª Ed. São Paulo: Fulgor, 1968, p. 134.

Neves confirma o peso do PTB na decisão das eleições para o governo do estado. Nas eleições de 1947, 1955 e 1965, o PSD ganhou as eleições com apoio do PTB. Já a UDN obteve vitórias em 1950 e 1960, mesmo sem coligações oficiais.¹⁵³

A história dos partidos políticos no Mato Grosso também está ligada a uma questão sempre em pauta: a divisão do estado, a oposição entre sul e norte. Havia sempre o coronel do norte e o coronel do sul no comando dos partidos políticos. Desde o início do século XX, os coronéis políticos do sul almejavam e trabalhavam para isso, segundo a historiografia regional. A historiadora Marisa Bittar, em seus estudos sobre a divisão do estado, menciona que os anseios separatistas dos coronéis do sul, gravados na literatura sul-mato-grossense, não foram tão relevantes para a efetiva divisão ocorrida em 1977. Para ela,

[...] essas obras, escritas com o intuito de buscar no passado a paternidade da criação de Mato Grosso do Sul, deformam esse acontecimento histórico como algo heroico, produzido por ‘líderes’, indivíduos que teriam guiado, forjado conscientemente a criação de um novo estado quando, na verdade, eles não protagonizaram isso. A criação de Mato Grosso do Sul foi um fato que acabou resultando de um contexto muito especial, embora tenha relação com esses episódios do passado nos quais o regionalismo adquiria, cada vez mais intensamente as cores do divisionismo.¹⁵⁴

O embate norte e sul envolvia Cuiabá e Campo Grande, cidades mais importantes do estado uno. Mas, por longo tempo o norte venceu. Segundo o historiador João Pedro Fortes:

Essa disputa tornava-se bastante acirrada, mas terminava Cuiabá levando a boa, devido ao fato de que as maiores elites políticas estavam concentradas aqui. Me parece que Cuiabá tinha mais tendência para a política que Campo Grande [...]. os grandes políticos saíam daqui. Todos os que lideravam as facções políticas, eram daqui de Cuiabá: Fernando Corrêa da Costa, João Ponce, Filinto Muller...enfim, os chefes das principais facções que chegaram ao poder. Os do sul, só vão ter oportunidade após o movimento de 64 [...].¹⁵⁵

Apesar da rivalidade política entre sul e norte, sempre em evidência, alguns partidos eram mais fortes no sul, como o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, criado

¹⁵³ NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *Leões e raposas na política de Mato Grosso: resgate da memória política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p.167.

¹⁵⁴ BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande MS: Editora UFMS, 2009, p.. 122-123.

¹⁵⁵ FORTES, João Pedro. In: NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *Relatos políticos* (entrevistas: memória divisionista). Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p.194.

por Getúlio Vargas que rebatia a pecha de o partido populista era populista. Para Bandeira:

[...] nasceu numa das vertentes do bonapartismo de Vargas (na outra o PSD se originou), quando o Estado Novo agonizava e alicerçou sua organização no proletariado, apesar de elementos pequenos burgueses e das peculiaridades regionais que o influenciavam. O aparelho sindical, montado a partir de 1930, serviu-lhe como ossatura, tornando-se o Ministério do Trabalho, na ausência de uma central operária, sua fonte de poder.¹⁵⁶

Sobre o PTB no estado de Mato Grosso, Alberto Neder, um dos fundadores do Partido Comunista no estado, pontua:

Depois da queda do Estado Novo, naquela euforia, colocou-se a necessidade dos partidos para disputar a eleição. [...] Getúlio estava manobrando, manobras pouco obscuras e, por outro lado, ele lançou o PTB. [...] O poder de força da direita, das oligarquias, dos latifundiários, dos coronéis...era do PSD. E o PTB, para atrair os trabalhadores da cidade e do campo. Essa manobra dele funcionou muito bem. [...] Mas aqui o PTB nunca teve grande significação, porque tudo sempre foi entre UDN e PSD, Na nossa análise, o PSD era composto quase que exclusivamente com os quadros burocráticos do regime de Getúlio Vargas. A pequena burguesia e os fazendeiros tendiam para a UDN.¹⁵⁷

O PTB surgiu no estado de Mato Grosso pelas mãos de Filinto Muller, então aliado de Getúlio Vargas que viu a possibilidade de ter mais um partido em suas mãos e delegou ao sobrinho Julio Muller a tarefa de comandar o novo partido. Julio Muller desfilia-se do PSD, o mesmo partido de Filinto Muller, e funda o PTB.¹⁵⁸

De pouca projeção na porção norte do estado, o PTB ganha projeção no sul do estado, principalmente na fronteira, em razão da presença de migrantes gaúchos e simpatizantes de Getúlio Vargas. Era um partido forte na região de Dourados, em função da Colônia Agrícola Nacional, criada por Getúlio Vargas. Além de trabalhadores rurais, o PTB ainda tinha adesão de empresários, profissionais liberais e trabalhadores no comércio.

O PTB do norte era conhecido como direção conservadora e, nas mãos da família Muller, era utilizado para definir as eleições ao governo do estado. O partido

¹⁵⁶BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1983, p. 28.

¹⁵⁷NEDER, Alberto. In: NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *Relatos políticos* (entrevistas – memória política - MT). Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p.51-52.

¹⁵⁸ NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *LEÕES E RAPOSAS NA POLÍTICA DE MATO GROSSO: resgate da memória política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001. p. 247.

que tivesse apoio do PTB era sempre o vencedor. Os anos 60 representou uma nova fase para o partido.

Neves define esta fase do partido como a ascensão do:

Novo PTB, que, ao romper com a direção conservadora do norte (Julio Muller e a tradição estadonovista) partiu para as novas massas urbanas, penetrou nos redutos periféricos e nas áreas rurais, através da ação vanguardista dos intelectuais e estudantes. Essa renovação alterou o perfil oligárquico do PTB pela aquisição de contornos mais progressistas e ideológicos, no norte e no sul do estado.¹⁵⁹

O PTB conquistou espaço na cidade de Campo Grande após a morte do prefeito petebista, Ari Coelho. Após a morte de Ari Coelho, foi eleito o médico Wilson Fadul, até então um vereador petebista, que se tornaria muito próximo de João Goulart na presidência da república. Além de ministro da saúde, era um dos principais conselheiros do presidente deposto.

A trágica morte do prefeito Ari Coelho, assassinado na cidade de Cuiabá quando participava de uma convenção do partido, causou comoção na cidade de Campo Grande e Wilson Fadul ganha fácil a eleição realizada para completar o mandato do prefeito morto. Segundo Neves,

A repercussão foi muito grande, venceu Wilson Fadul, um vereador ainda quase desconhecido que venceu o candidato udenista Dolor de Andrade [...] quem fosse do PTB venceria, o partido crescia muito em Campo Grande, nas fronteiras do sul e em Corumbá.¹⁶⁰

Nas eleições de 1960 para o governo de estado de Mato Grosso, UDN e PTB enfrentam-se, mas ambos perdem. Após ter sido eleito o deputado federal mais bem votado nas eleições de 1958, Wilson Fadul se prepara para as eleições para o governo de estado, com o apoio da UDN, previamente acordado. Mas Filinto Muller recua e sai ele mesmo, candidato. Wilson Fadul faz o mesmo. Neves analisa a atitude de Filinto Muller como tentativa de barrar o avanço do PTB: Demóstenes Martins, da UDN, em entrevista à Neves confirma: “O Filinto tinha compromisso com o Fadul para 60. Chegou a hora o Filinto sai pelo PSD e a coligação falhou [...] o Fadul concorreu pelo PTB para evitar voto no Filinto e o Fernando saiu vitorioso.

¹⁵⁹NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *LEÕES E RAPOSAS NA POLÍTICA DE MATO GROSSO: resgate da memória política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro RJ: Mariela Editora, 2001. p, 238.

¹⁶⁰ Idem, p. 237.

O PTB foi um partido forte na região da grande Dourados, área onde havia sido criada a Colônia Agrícola Nacional – CAND. Segundo Fernando de Castro Além, o crescimento do PTB,

[...] modificou a geografia eleitoral local. Se a principal disputa no estado do Mato Grosso ocorria entre PSD e UDN, em Dourados era diferente. Mesmo estando a cidade, diretamente ligada ao contexto eleitoral regional, eram os petebistas que disputavam com os udenistas o mando político local, haja vista o PTB ganhar musculatura eleitoral a partir do crescimento populacional sentido com o advento da CAND.¹⁶¹

A CAND fez do PTB um partido forte na região da grande Dourados e foi nesta região a vigilância constante das forças repressivas. As notícias da existência de grupos subversivos, os famosos *Grupos de Onze*, propostos por Leonel Brizola fundamentaram constantes batidas policiais na região.

Já a constituição do Partido Social Democrático – PSD, segundo Arnaldo Estevão de Figueiredo, primeiro governador de Mato Grosso, pós Estado Novo, pelo PSD [...] foi formado em cima dos partidários do antigo Partido Conservador. Os chefes políticos eram todos ligados ao coronel Celestino. O PSD, para Basbaum, agregou as classes conservadoras, ou, como afirmou o udenista mato-grossense Milton Figueiredo: “O PSD se formou através da aristocracia rural em MT, com a presença maciça dos coronéis da época.”¹⁶²

Nome forte no PSD mato-grossense foi o de Filinto Muller, sempre presente no cenário político, desde seu engajamento nas lutas tenentistas contra a República Velha. E depois na Revolução Constitucionalista. Com a ascensão de Vargas, Filinto Muller começa sua carreira política e também de homem temido. Com o título de “Filinto Muller colaborou com duas ditaduras”¹⁶³, o jornalista Marco Antonio Reis, do Senado Federal, resume a vida política de Filinto Muller sempre atrelada ao poder vigente, desde 1932, quando se destaca na Revolução de São Paulo. Alçado no cargo de chefe polícia do Rio de Janeiro, persegue e tortura os opositores de Vargas. Será sempre lembrado pela deportação de Olga Benário – que na ocasião, estava grávida – para

¹⁶¹ ALEM, Fernando de Castro. *O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954-1958 e 1962)*. Dissertação (Mestrado em História) .UFGD, 2011, p. 108.

¹⁶² NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *LEÕES E RAPOSAS NA POLÍTICA DE MATO GROSSO: resgate da memória política de Mato Grosso*. Rio de Janeiro RJ: Mariela Editora, 2001.p. 253.

¹⁶³ Esta matéria jornalística, publicada no sitio eletrônico do Senado Federal, tinha por objetivo anular a homenagem a Filinto Muller que é nome de salas no Senado.

Alemanha nazista. O jornalista destaca que Filinto Muller era admirador de Hitler e visitou a Alemanha em 1937 no auge da guerra.¹⁶⁴

Falar do PSD no Mato Grosso é falar da família Muller, cujos membros são lembrados com nomes de ruas e prédios públicos na cidade natal de Filinto, Cuiabá, atual capital do estado de Mato Grosso, antes e pós divisão em 1977.

O jornalista do Senado Federal lembra que o afastamento de Filinto Muller do governo Vargas teve início com as primeiras derrotas dos países do Eixo. Quando tentou impedir uma manifestação pró aliados, com amplo apoio popular, foi demitido.

Filinto Muller assistiu à queda de Vargas, e, com a volta da normalidade no cenário político, ajudou a fundar o PSD no estado de Mato Grosso. Foi eleito senador em 1947, reeleito várias vezes e foi, segundo o jornalista, um dos parlamentares mais importantes da bancada de apoio ao regime militar.¹⁶⁵

Quanto à União Democrática Nacional – UDN, foi um partido forte e, juntamente, com o PSD, se alternava no poder. Nasceu, segundo Neves, em oposição ao PSD, em oposição a Vargas e aos Muller no estado, tendo como aliado o PTB.¹⁶⁶

Vespasiano Barbosa Martins, udenista ferrenho, defensor do divisionismo do estado, comandava o partido na porção sul. Segundo Ponce Arruda, líder pessedista na porção norte do estado: “A família Barbosa era uma família importante, lá no sul, grandes latifundiários que conheciam os problemas da região. Vespasiano foi para a UDN. O maior poderio político da UDN era no sul.”¹⁶⁷

Outro partido importante que, embora tenha períodos de vigência problemática em função de interrupções por razões de cassações do registro do partido, é o Partido Comunista Brasileiro- PCB, largamente combatido na década de 60. Alberto Neder, um dos fundadores do PCB no estado de Mato Grosso, afirma que o partido se reorganizou após o Estado Novo. Após analisar a composição do PSD e UDN no período, Neder pondera:

Sobram, então, no Partido Comunista, alguns profissionais liberais, como eu e outros militares que tinham sido expulsos e que vieram para cá. E os artesãos, ferroviários – que tinham um peso bastante

¹⁶⁴ REIS, M.A. Filinto Muller colaborou com duas ditaduras. Disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/06/12/filinto-muller-colaborou-com-duas-ditaduras>

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ NEVES, LEÕES E RAPOSAS NA POLÍTICA DE MATO GROSSO: resgate da memória política de mato grosso. Rio de Janeiro RJ: Mariela Editora, 2001, p. 114.

¹⁶⁷ _____ *Relatos políticos* (entrevistas: memória divisionista – MT). Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p.171.

grande -, as classes de serventes e dos trabalhadores braçais, com penetração em diversas áreas.¹⁶⁸

Oriundo do estado de Minas Gerais, o médico Alberto Neder pertencera à Aliança Nacional Libertadora, organização política fundada em 1935, com objetivo de combater o nazi-facismo e, no Brasil, a luta da organização se daria contra a Ação Integralista Brasileira (AIB). Os aliancistas no Brasil eram formados por comunistas, socialistas e militares insatisfeitos.¹⁶⁹ Sobre a formação do Partido Comunista no sul do estado, Neder relembra o apoio de,

[...] colegas que tinham participado da Aliança Libertadora. Havia também representantes comerciais, ferroviários e aos poucos nós nos articulamos [...]. Nessa ocasião, nós passamos também a nos reunir com alguns elementos, pessoas que não tinham ligação com o PC, eram aliancistas. Começaram a aparecer aqui estudantes, advogados formados em SP, que tinham sido influenciados por ideias socialistas, inclusive ligados ao PC.¹⁷⁰

Sobre a existência da Aliança Nacional Libertadora no sul do estado de Mato Grosso, a luta contra o nazi-facismo também aglutinou forças, conforme lembra SILVA: “[...] serviu de elemento para juntar sindicalistas, comunistas, religiosos, militares e outros segmentos sociais. Durante algum tempo foi possível ver em Campo Grande forças sociais com interesses diferentes discutindo os rumos do Brasil e do mundo.”¹⁷¹

As classes trabalhadoras, segundo Silva, formadas a partir do início das transformações econômicas no sul do estado, sempre foram atuantes, notadamente nas cidades de Corumbá e Campo Grande. Segundo Silva, essas cidades “[...] contavam com uma relativa base operária, ligada, inicialmente, às atividades marítima e ferroviária e à indústria da construção civil.”¹⁷² Esses trabalhadores, principalmente os da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e da construção civil, devidamente organizadas em associações e sindicatos, tiveram atuação relevante durante o período pré-golpe de 64, conforme se verifica na revisão bibliográfica para fins desta pesquisa.

¹⁶⁸ NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *Relatos políticos* (entrevistas: memória divisionista – MT). Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p.52.

¹⁶⁹ Aliança Nacional Libertadora. In: CPDOC. Dossiê *A Era Vargas*. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL>, acesso 28 mai2015.

¹⁷⁰ ALBERTO NEDER. In: NEVES, Maria Manuela Renha Novis. op. cit, p. 51.

¹⁷¹ SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso: 1920-1980*. Campo Grande: Uniderp, 2005. p. 95.

¹⁷² idem, p.39.

O historiador Eronildo Barbosa da Silva lembra que os quadros do PCB mato-grossense eram pequenos, mas contavam com pessoas de influência na sociedade, como o médico Alberto Neder, além de um “time de sindicalistas.” Ainda proscrito, o partido Comunista do Brasil, seção de Campo Grande, discutia, com seus filiados e simpatizantes, a reorganização do partido no estado. Atuando junto aos sindicatos, o partido intensificava suas ações de reorganização de entidades de classe dos trabalhadores em todo o estado.¹⁷³

Esses foram os principais partidos existentes no SMT, cuja composição, em função da origem de seus componentes, protagonizariam os acontecimentos decorrentes do pré e pós-golpe de 1964.

3.2- O golpe e as instituições públicas: combate aos *vermelhos e rosados*

Deflagrado o golpe militar, e considerando o quase consenso do que chamavam de *revolução*, as primeiras ações se deram contra políticos de diversos partidos, mas principalmente contra políticos do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. A forma encontrada para conter contestações e rebeliões dentro e fora do governo foi estabelecida sob a forma de Atos Institucionais, normas editadas pelo Comando Supremo da Revolução, respaldados pela Lei de Segurança Nacional.

O primeiro deles, de um total de dezessete atos emitidos durante a ditadura, foi editado no dia 9 de abril de 1964. Composto de justificativa e de onze artigos, dava poderes para os expurgos civis e políticos que se seguiram:

Art.10 – No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluía a apreciação desses atos.

Parágrafo único – empossado o Presidente, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.¹⁷⁴

¹⁷³ SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso: 1920-1980*. Campo Grande: Uniderp, 2005, p.95.

¹⁷⁴ Ato Institucional Nº 1. Disponível www.legis.senado.gov.br, acesso 15 setembro de 2013.

As cassações de mandatos teve início logo a partir do AI-1. Uma das primeiras atingiu o deputado federal pelo antigo estado de Mato Grosso, o médico petebista Wilson Fadul, militar da Aeronáutica que exercia cargo político eletivo.

Proveniente do Rio de Janeiro, o tenente da Aeronáutica Wilson Fadul foi cumprir obrigações militares após a conclusão do curso superior, na cidade Campo Grande e lá começou a carreira política elegendo-se vereador. Sua entrada na vida política se deu para evitar transferência para outra cidade, motivada exatamente por razões também políticas.

Além de militar também atuava como médico e tinha prestígio e popularidade na cidade. Certa vez foi convocado para jantar na casa de um militar superior, onde também se encontrava o político Fernando Correa da Costa. Nessa ocasião foi “convidado” a apoiar Fernando Correa da Costa na eleição para governador do estado; contudo, suas convicções políticas o impediam de apoiar candidato da UDN e ele nega o apoio. O possível apoio a qualquer outro candidato poderia atrapalhar as pretensões políticas de Fernando Correa da Costa e, logo em seguida, Wilson Fadul fica sabendo que seria transferido para outra cidade.¹⁷⁵

Buscando uma saída, Fadul lembra que, se ocupasse algum cargo político, obrigatoriamente entraria de licença e não poderia ser removido. Procura o presidente do PTB e pede uma vaga para concorrer ao cargo de vereador por Campo Grande. Foi o candidato mais votado no pleito. Apesar de avesso a militâncias, começa sua carreira política: foi vereador, prefeito, deputado estadual e federal, representando o sul do estado de Mato Grosso.

Quando ocupou o cargo de prefeito de Campo Grande pelo PTB, em 1953, foi chamado pelo presidente Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro e recebido por João Goulart, no aeroporto, auxiliar direto do presidente.

Ao recebê-lo em seu gabinete, o presidente lhe pergunta sobre sua eleição para prefeito suas relações com o governador de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa. Fadul responde que venceu facilmente a eleição, recebendo votação maciça da população, comovida com o assassinato do ex-prefeito, crime esse atribuído à UDN. Sobre as relações pessoais com o governador, ele observa que eram boas, pois ambos eram médicos, e, não raramente, trabalhavam nos mesmos hospitais.

¹⁷⁵ Um paciente seu, empregado dos Correa da Costa contou ter ouvido sua patroa comentar com uma outra mulher, que o médico seria transferido. Para proteger o empregado, WF disse para que ele esquecesse o assunto, e, para não ser transferido, ingressou no PTB e deu início à sua vida pública.

Vargas o havia chamado Fadul para propor-lhe acordo político de interesse do governador de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, da UDN. Para isolar Wilson Fadul e recuperar o reduto eleitoral em Campo Grande, Correa pretendia deslocá-lo para Cuiabá e oferecendo-lhe a Secretaria de Terras¹⁷⁶ ou a Secretaria da Educação, as duas ofertas foram recusadas.

Fadul justifica a recusa ao presidente Getúlio Vargas que não podia fazer nenhum acordo com a UDN, sob ameaça de perder a credibilidade com seu eleitorado no sul do estado.

Um ano após esse episódio, Getúlio Vargas esteve em Campo Grande para inauguração de trecho de asfalto. Convidou Fadul para uma conversa na fazenda do general Nunes, a caminho de Sidrolândia. Nessa oportunidade fez novamente as mesmas perguntas feitas de um ano atrás: Como foi sua eleição? Como são suas relações com o governador Fernando Correa da Costa? Fadul também dá as mesmas respostas que havia dado no ano anterior.

Em 1952, o então prefeito de Campo Grande Ari Coelho, do PTB, foi assassinado a tiros na cidade de Cuiabá, quando participava de uma convenção do seu partido. O crime comoveu a população de Campo Grande, que votou maciçamente em Wilson Fadul, também do PTB.¹⁷⁷

Sobre suas relações com o governador, continuavam as mesmas, mas que não poderia fazer nenhum acordo pelas mesmas razões já ditas há um ano. Se Vargas quisesse, como presidente máximo do partido, ele, Fadul, renunciaria ao mandato de prefeito e Vargas poderia fazer a aliança política que quisesse com a UDN no estado. E a conversa foi ali encerrada.

Fadul rosseguiu na carreira política elegendo-se deputado estadual ,e, por três vezes, deputado federal. No congresso Nacional tornou-se um estudioso da legislação interna do Congresso e da Constituição brasileira.

Quando foi eleito deputado federal, em 1954, aproximou-se das lideranças dos partidos e, ainda no primeiro mandato, enterrou a CPI contra Juscelino Kubistheck, proposta por Adauto Luis Cardoso, com a finalidade de evitar a posse de JK. Conseguiu que, antes da instalação da CPI, o assunto fosse levado à Comissão de Constituição e

¹⁷⁶ “Que enriquecia o sujeito da noite pro dia” acrescentou Wilson Fadul Filho, reportando-se às negociatas praticadas na Secretaria de Terras do estado de Mato Grosso e que, em parte deram causa à morte de Ari Coelho, que denunciava a corrupção em seu jornal.

¹⁷⁷ CRUZ, Sergio. *Por que mataram Dr. Ari*. Campo Grande, s/d.

Justiça, presidida por Nereu Ramos, cuja maioria dos membros era do PTB. A CPI foi rejeitada na comissão.¹⁷⁸

Após tomar posse, Juscelino chamou Fadul e agradece pelo feito, colocando-se à disposição do deputado, que preferiu não pedir cargos para si, mas disse ao presidente que pretendia tirar o PTB das mãos de Filinto Muller, então senador por MT. Para isso, precisava que um de seus aliados, Jose de Paula Reto, um mineiro da terra de JK, fosse nomeado Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Sudeco.

Passado algum tempo, e, com a demora da nomeação de seu aliado, procura JK para liberá-lo do compromisso assumido, vez que até mesmo ele entendia as dificuldades de o presidente exonerar um indicado por um senador da república. Mas JK assina a nomeação do aliado de Wilson Fadul no mesmo dia.

Fadul torna-se um deputado prestigiado após enterrar uma CPI e nomear um indicado para um órgão importante como a Sudeco, passando por cima, do então senador, Filinto Muller. Aproxima-se de figuras influentes de diversos partidos no Congresso. Em seguida, é eleito 1º Secretário na Câmara na gestão de Ulisses Guimarães. Em 58 e 62 reelege-se sem problemas.

Com a renúncia de Jânio Quadros, e com a resistência à posse de João Golart, o PTB e parte do PSD unem-se para resolver a questão. O acordo era que Tancredo Neves e Wilson Fadul fossem a Montevideu, onde se encontrava João Goulart, para discutir a posse. Do episódio resulta que João Goulart toma posse de um governo parlamentarista e Tancredo Neves é nomeado primeiro-ministro.

Wilson Fadul recusa várias propostas para ministérios, durante o governo parlamentarista; aceita o ministério da saúde no regime presidencialista.

Wilson Fadul Filho conta que seu pai salvou o país duas vezes de golpe de estado pelos militares. A primeira vez foi quando os militares pressionaram Jango para que fechasse o Congresso e houvesse a volta do presidencialismo. Nessa ocasião, durante pescaria no Araguaia, Jango convida Wilson Fadul e confia que o general Amauri Kruehl o aconselhara a fechar o Congresso e pede sua opinião. Fechar o Congresso seria uma loucura, respondeu Fadul, uma vez que Jango assumiu após a

¹⁷⁸ Logo após a eleição de JK com apoio militar, a UDN, liderados por Carlos Lacerda denunciou a tentativa de um golpe militar. O então presidente Café Filho adoeceu repentinamente e passou o cargo ao vice Carlos Luz.. Mas o Congresso Nacional aprovou o impedimento de Café Filho e deu posse a Nereu Ramos, até a posse do presidente eleito JK.

Em 1959 a UDN ataca JK novamente, agora com a proposta de uma CPI no Departamento Federal de Segurança Pública, presidida pelo general Amauri Kruehl. Insultado pelo líder da UDN, deputado federal Geraldo Menezes Cortes, Kruehl o agride e foi exonerado da função. A exoneração da Kruehl desativou a CPI. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/juscelino_kubitschek acesso em 4.05.2015.

campanha da legalidade liderada pelo cunhado Leonel Brizola. Seria uma contradição usar a força após a luta pela legalidade.

Ferreira Filho confirma a proximidade do presidente com seu ministro da saúde e o episódio narrado por Fadul Filho:

Uma semana após tomar posse, Jango convidou o amigo e deputado petebista Wilson Fadul para uma pescaria na ilha de bananal, em Goiás.com eles iria o chefe da Casa Militar, general Amauri Krueel. Em certo momento da pescaria, Fadul, homem sensível, percebeu que Jango o convidara a ouvir.porque sabia que o general seria o que falaria. Segundo a versão de Fadul, Krueel simplesmente propôs que Jango fechasse o Congresso Nacional.¹⁷⁹

A segunda tentativa de golpe mencionada, ocorreu durante terceira campanha eleitoral de Fadul, quando ele foi chamado à Granja do Torto por Jango. Lá chegando, Jango mostrou um documento assinado pelos ministros das Forças Armadas, no qual exigiam plebiscito urgente, porque havia forças militares contra o parlamentarismo. Jango novamente pede opinião de Wilson Fadul sobre como acabar com aquela pressão. Pede também que procure seus amigos da oposição para resolver a questão.

Fadul procura o líder da oposição, deputado Pedro Aleixo da UDN, expõe suas preocupações em relação a um governo militar. Pedro Aleixo pede um tempo, e mais tarde liga, informando que a oposição iria apoiar o plebiscito, impondo a condição de que ele não fosse realizado no mesmo mês da eleição, em outubro, mas sim em janeiro. Assim foi feito e a volta ao presidencialismo se concretizou. Jorge Ferreira confirma o episódio:

O movimento pelo retorno ao regime presidencialista tornou-se majoritário dentro do Exército. Em novembro, Jango mandou chamar Wilson Fadul às pressas. Em campanha eleitoral em mato Grosso, Fadul largou tudo e encontrou o presidente na Granja do Torto.¹⁸⁰

Como homem de confiança de Jango, ocupa o ministério de saúde. Todavia, diante das dificuldades de governabilidade de Jango, propõe, em janeiro de 64, a renúncia de todo seu gabinete para que Jango acomodasse opositores como Magalhães Pinto, Ademar de Barros e Carlos Lacerda. Um governo de coalizão com os partidos de oposição facilitaria a Jango chegar ao final do mandato até 1965.

Mas Jango não concorda, alegando que as negociações das Reformas de Base e os acordos com os sindicatos estavam adiantados e não poderia haver nenhum recuo.

¹⁷⁹ FERREIRA, J. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.268.

¹⁸⁰ FERREIRA, J. op cit.,p. 307.

Com o golpe a caminho, Jango retorna a Brasília na noite do dia 1 de abril, com pretensão de seguir para Porto Alegre, o que foi feito no dia 2 de abril. Segundo Fadul Filho, seu pai tirou Jango do avião presidencial, que estava sabotado, e o colocou no avião da FAB, que estava à disposição e o levou ao sul. Jorge Ferreira confirma as informações de Fadul Filho:

Por duas angustiantes horas ele esperou reparo, ouvindo uma série de desculpas. O ministro da Saúde, Wilson Fadul, no passado oficial médico da Aeronáutica, foi categórico: ‘Jango, esse avião está sabotado, ele não vai decolar, você vai ser preso aqui. Vamos pegar outro avião que eu mandei reabastecer’. Um Avro turboélice da FAB estava pronto. Nele, partiram para a capital gaúcha. Tancredo Neves que o acompanhara até esse momento, saiu do aeroporto desolado. Dois quilômetros depois, cruzou com tanques que rumavam para a base Aérea, certamente para prender o presidente.¹⁸¹

Durante a viagem Jango perguntou a opinião de Fadul sobre a situação. O ministro considera que Jango somente teria chances de resistir se o Rio Grande do Sul estivesse unido. Caso contrário, seriam todos esmagados “como o último reduto do comunismo na América do Sul”.

Em Porto Alegre Jango reúne-se com Leonel Brizola, o comandante do 3º Exército, e com alguns assessores fiéis do Palácio Piratini. Abre a reunião pedindo a opinião de Wilson Fadul, que repete o que dissera na noite anterior: só teriam chances se o RS estivesse unido em torno do presidente. Por seu turno, o general Ladário, comandante do III Exército informa que não tinha controle sobre toda tropa. Parte estava sublevada e com respaldo, considerando que o governador do Rio Grande do Sul era da oposição. Ou seja, não havia coesão.

Já Leonel Brizola exaltou-se dizendo preferir uma “guerra radical” contra todos os opositores, mas Jango decidiu não mais resistir e rumou para o Uruguai no dia 4 de abril.

A esta altura, na capital do país, os partidos UDN e PSD já estavam compondo com os militares. E, mesmo com as cassações de mandato, o PTB votaria também no gen Amauri Muller, o provável presidente militar. Mas o deputado Negrão de Lima ((primo de JK e padrinho de casamento de Castello Branco) interferiu e indicou Castello Branco.

A indicação foi decidida, durante reunião na casa do deputado Pacheco Chaves, com a presença de JK, Ulisses Guimarães, Negrão de Lima e Castello Branco.

¹⁸¹ FERREIRA, J. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.499.

Ao chegar, JK foi saudado por Castello Branco: “meu presidente, devo ao senhor por ainda estar na ativa”. Castello, referia-se à sua promoção ao generalato durante o governo de JK, contrariando o general Lott que havia levado uma lista de indicados. JK promoveu Castello em razão das de Castello com Negrão de Lima.

Essas mesmas razões talvez tenham feito com que JK agora JK apoiasse a indicação de Castello Branco para presidência, e levasse consigo a bancada do PSD e parte do PTB. Ao ser interpelado sobre sua atitude, JK tergiversa e acaba ouvindo de Wilson Fadul que o projeto de JK para voltar à presidência estava em perigo, porque os militares tinham projeto longo para o país, e que ele, JK seria cassado. Profecia que se consumou: JK foi cassado no primeiro mês do AI-1; Wilson Fadul, logo depois.

Após ter seu mandato cassado Wilson Fadul entra para o movimento Frente Ampla, a primeira forma de oposição ao regime militar, juntamente com Helio Fernandes e Enio Silveira. A entrada de Carlos Lacerda, da UDN, na Frente, deu novos rumos ao movimento. Lacerda mobilizou Juscelino Kubitschek, João Goulart e a Frente ganhou força, todavia foi colocada na ilegalidade pelo AI-5. Nesse momento tem início a luta armada contra o regime militar. Outros preferiram a luta política no do partido de oposição, o MDB.

Wilson Fadul funda logo após sua cassação, a editora Paz e Terra, e se torna editor da maior editora de publicações contrárias ao regime. Suas ações de resistência se dariam como interlocutor de Jango e na editora Paz e Terra, onde os livros eram constantemente censurados. É preso várias vezes até 1969, quando é “assassinado” pelo governo militar.

Esse “assassinato civil” o impede de qualquer ato. E, durante dez anos, de 1969 a 1979, sua mulher recebeu pensão como viúva de um militar da Aeronáutica. Fadul Filho afirma que a mãe nunca recebeu atestado de óbito desse “assassinato civil”, tudo foi feito dentro da Aeronáutica. Wilson Fadul só foi ressuscitado em 1979 após do advento da anistia, reintegrado à Aeronáutica e, inclusive, promovido.

O Relatório da Comissão Nacional da Verdade observou que os militares foram duramente reprimidos: mesmos após serem demitidos, eram vigiados e colocados em situações penosas de sobrevivência, não podendo trabalhar ou prestar concursos.

Sobre os assassinatos civis, situação em que os militares são considerados mortos e suas viúvas passam a receber pensão, observa o Relatório que as viúvas recebiam apenas o montepio, o que reduzia em muito o soldo.¹⁸²

Quanto aos militares expurgados as perseguições e vigilâncias continuavam. A tentativa de se conseguir emprego, muitas vezes, era frustrada. Para obterem colocações, os órgãos públicos exigiam atestado ideológico, momento em que a face cruel se revelava. O caso do coronel Ivan Cavalcante Proença demonstra o nível de perseguições de vários setores. Ao solicitar atestado ideológico para atuar como professor, o coronel e sua esposa não obtiveram o documento. Foi-lhes dito, em confidência, que quem os havia denunciado eram pessoas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a UERJ. O coronel relata ainda, que quando os expurgados conseguiam alguma colocação, os militares iam nos locais de trabalhos e, logo em seguida, esses expurgados eram demitidos.¹⁸³

Foi o que aconteceu com Wilson Fadul, relata o filho. Outro episódio trágico na família foi a prisão da esposa de Wilson Fadul, Graciela Meinberg Fadul, também médica e segundo Fadul Filho, o fato de ser a esposa de Wilson Fadul pesou muito. Com efeito, a notícia veiculada no periódico *O BRASIL*, Ed. 23, pag. 3 acerca da prisão da médica, mostra a relevância do fato:

¹⁸² Relatório nacional da Verdade. Violação de direitos humanos no meio militar, texto 1,

¹⁸³ Idem, p. 30.

A democracia matemática

Desde que o general de Exército Emílio Garrastazu Médici tomou, no seu primeiro discurso como presidente da República, o compromisso de levar a cabo um regime de plenitude democrática, os políticos — que na sua pouco gloriosa vida pública têm poucos instantes deste estado ideal — aguçam seus ouvidos toda vez que um novo pronunciamento pode anunciar esta sagrada palavra. O discurso do presidente nas comemorações do novo aniversário do movimento militar de março de 1964, no último dia 31, forneceu uma espécie de roteiro matemático para se chegar ao fim. Resumindo o quase "sistema" de como se atingir a plenitude coletiva, é preciso haver autoridade para que haja ordem, para que haja estabilidade, para que haja prosperidade econômica, para que haja progresso social. A demonstração de Médici dá que "a democracia econômica é pré-requisito da democracia social" e "ora, por sua vez, constitui a base indispensável para que se estabeleça a democracia política".

Essas palavras, de alguma forma, o paraíso da democracia plena? Poderiam perguntar os aflitos políticos. Considerando-se que nos últimos tempos, como ditador, o ditador como economista feito pelo IBGE, poderia ter havido uma concentração da renda nos mãos dos mais ricos — portanto, um afastamento da democracia econômica — é razoável supor que o país poderia ter-se afastado mais da democracia social e, ainda em consequência, também da democracia política. É igualmente razoável também pensar que os experimentos políticos não seriam que a democracia plena estaria muito no horizonte.

No discurso, emitido pelo chefe da Casa Civil, prof. Lenise de Abreu, em todos os discursos do presidente após a sua chegada ao norte do leão de 1970, os políticos encontraram outros motivos para desconfiança. Adjetivos como "irredutíveis", "inclináveis", "inflexíveis", "imprevisíveis", distribuídos generosamente ao longo do discurso, confundiam-nos com uma frase muito difícil de ser encadada como de ocasião e promessa: "E mostr, ainda, que não falta, nos detentores do poder, a autoridade indispensável para que, após, implicação, quaisquer resistências".

ORDEN DOS ADVOGADOS

O presidente eleito: em favor do direito e da legalidade democrática.

Minha petição é de legalidade democrática em favor do direito, no que ele significa para a coexistência pacífica e justa do homem. Sou autoritário, de esperança no da direita, mas acredito que a democracia não pode e não deve ser violada jamais".

Eu, assinado em seu próprio palmar, o advogado José Roberto de Castro Filho, mestre de 58 anos, que na semana passada foi eleito presidente do Conselho Federal do Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, depois que o antigo e representativo em um advogado que nasceu a profetas no Brasil, Ribeiro de Castro e o antigo de 13 dias 23 delegações estaduais, que estavam, deixando o candidato à reeleição José Cavalcanti Neves.

Para muitos a vitória de Ribeiro de Castro foi inesperada. Há poucos dias do pleito, o candidato demarcado José Cavalcanti Neves tinha como representante das ações estaduais da OAB. Embora Cavalcanti tivesse conseguido a adesão dos 14 presidentes estaduais, as delegações resolveram, na última hora, votar em Ribeiro. E previu que

vota aliado tenha sido tomado em consideração na campanha eleitoral pelo candidato finalmente eleito, a campanha de Ribeiro de Castro, lançada em dezembro, há falta arrependimento por não ter utilizado o prestígio de seu principal "voto eleitoral", o advogado Sobral Farias, em vez de defender das ideias liberais, que tinham quase todos os Estados. Para Sobral Farias, a explicação mais lógica da vitória está na própria mensagem de Ribeiro de Castro, um homem preocupado com a legalidade democrática.

"Na verdade — diz Ribeiro de Castro — há tempo sendo lançado pelo estabelecimento de plena liberdade de direito, pela necessidade de um funcionamento do Poder Judiciário, pelo retorno do instituto de habeas-corpus, pela obrigatoriedade da concessão de habeas e qualquer outro e dispensa de tratamento condigno ao preso que não perde pela sua posição de mácula a condição de pessoa humana".

O presidente da OAB não tem muita fé na aplicação política de sua plataforma: "A Ordem é um poder inerte e apático. Foi isso sempre governar, seja através da corrupção e do favorecimento". Admite, entretanto, que o governo está sempre aos braços dos advogados e tem disposição para atender às sugestões da OAB que visem o aperfeiçoamento da ordem jurídica. Pelo menos nas relações entre as autoridades encarregadas da segurança nacional e o novo presidente da OAB houve sempre um grande entusiasmo, desde o tempo em que Ribeiro de Castro assumiu a secretaria da Guanabara. Recentemente recebeu do general Sírio Faria, comandante do I Exército, uma plaqueta de homenagem, datada em algum no Forte São João, quando se comemorava a fundação dos Cordeiros Jurídicos no Brasil. Ribeiro de Castro afirma ainda que durante toda a sua gestão "não houve nenhuma outra nenhuma advogado que trabalhe na Guanabara".

Algumas opiniões do presidente da OAB a respeito de assuntos que ele considera de interesse nacional:

Sobre o direito de revolução e a democracia:

"O indivíduo atende o Estado. O Estado é criado para servir ao cidadão. Quando, em determinado momento histórico do país, uma parcela do povo descontente se insurge contra a ordem constituída, uma das formas de descontentamento pode ser manifestar através da revolução. E muitas vezes esta revolução significa uma vitória do direito e da justiça social contra uma ordem instaurável. Negativa para negar a revolução a legalidade de adotar instrumentos e providências jurídicas à sua consolidação. Essas concepções de alguns meus colegas não o direito. E sempre ao reconhecimento viéses caminhos para o estabelecimento de uma nova ordem constitucional de direito. Mas se os detentores do poder reconhecem não existem condições podem desmentir para a liberdade".

Em penso, e acredito o espírito do meu discurso de posse na OAB, que, na realidade, em certos aspectos de mundo — a menos o exemplo de certos de certos países africanos — não sempre se verificam as condições ideais para o pleno exercício da prática da democracia. Foi isso, sempre ao governo, sempre da adaptação, dar as suas condições para sua participação. Mas, neste, sempre ao não se julga, de modo realista, a seguir ou a restrição aos direitos fundamentais da pessoa humana. Deve-se libertar o homem da violência com que sua liberdade se transformou, por um parágrafo, na negação da liberdade, que não se confunde com a liberdade, e é uma da responsabilidade".

Sobre o comunismo e a subversão:

"Sua anticomunismo não tem sido uma grande fórmula para o brasileiro da



NELSON DUARTE

Uma carreira incrível: das distinções às acusações e, agora, à promoção.

Em seus 33 anos de carreira policial, o detetive Nelson Duarte começou a ganhar várias distinções dentro e fora da polícia. Na semana passada Nelson Duarte tornou a causa detentora sua promoção a detetive-inspetor classe A, através de um decreto assinado pelo Governador Chagas-Franca e publicado no Diário Oficial do Estado no dia 15 de março.

Mas Nelson começou também, no longo de sua carreira, acumular inúmeras acusações que terminaram por abalar a imagem do "maior caçador de bandidos, orientador e recuperador de vítimas que o país já conheceu" — como ele próprio costumava se referir. As denúncias começaram a aparecer no ano passado quando Nelson Duarte se viu envolvido em "casos dos marlinos", acusado de ter recebido 40 mil dólares para ajudar Luciano Sani e Helena Ferreira da 14.ª Delegacia Policial. A investigação abriu para apurar esta acusação juraram-se vários casos similares, podendo de contribuições para a luta contra o tráfico através do Lado de Ouro que Nelson exibia na televisão; Cr\$ 100 mil por suborno, entre de numerosas jovens supostamente tortionadas nos 15 dias de famílias ricas para a Clínica Solar Vera Cruz, no Estado de Rio, e troca de cartões que receberia da clínica; além de acusação de prática de arbitrariedades e violências nos locais fomentados e acatadas pelas na delegacia onde servia.

É possível que entre as violências e processos abertos contra Nelson Duarte, o inquérito que procura estabelecer as fontes do patrimônio do ex-"Mosses do Ouro" seja o que causar apelo recebido dos políticos que desejam manter limpo o nome da polícia. Ganhando oficialmente Cr\$ 2 mil mensais, Nelson conseguiu acumular um alto patrimônio de aproximadamente 100 mil reais, através de comprar e vender ações, títulos e outros valores, além de receber de numerosos políticos, incluindo o governador, como forma de contribuição para a luta contra o tráfico através do Lado de Ouro que Nelson exibia na televisão; Cr\$ 100 mil por suborno, entre de numerosas jovens supostamente tortionadas nos 15 dias de famílias ricas para a Clínica Solar Vera Cruz, no Estado de Rio, e troca de cartões que receberia da clínica; além de acusação de prática de arbitrariedades e violências nos locais fomentados e acatadas pelas na delegacia onde servia.

COMUNICADO

A prisão da mulher do ex-ministro de Saúde de Jango.

Em um ofício enviado ao juiz Teófito Miranda, da Justiça Militar da Guanabara, o major Valdir José de Melo Barbosa, do 2.º Batalhão de Infantaria, do I Exército, comunicou quinta-feira passada a prisão da médica Graciela Meinberg Fadul ocorrida no dia 26 de março. Graciela, de 51 anos, é mulher do ex-ministro da Saúde do governo João Goulart, Wilson Fadul. O major Barbosa, encarregado do IPM, informa que a médica foi presa "pela prática de atividades subversivas" e que a "citada indiciada encontra-se presa no Hospital Central do Exército".

No fim da semana, em um comunicado oficial as autoridades de segurança anunciaram a morte de Ronaldo Mouthr Queirós, ocorrida "durante um tiroteio com agentes de segurança" em Vila Buarque, em São Paulo. Segundo as autoridades, Ronaldo "pertencia ao Grupo Tático Armado da Aliança Libertadora Nacional". Em outro comunicado, as autoridades anunciaram a desarticulação do PC do B em Fortaleza, com a decretação de prisão preventiva de 11 alegados militantes — cinco já presos: José Tarcísio Crisóstomo Prata, José Francisco dos Santos Rufino, Geraldo Magela Lins Guedes, José Auri Pinheiro e Vicente Walmick Vieira.

A prisão da mulher do ex-ministro da Saúde de Jango.

Em um ofício enviado ao juiz Teófito Miranda, da Justiça Militar da Guanabara, o major Valdir José de Melo Barbosa, do 2.º Batalhão de Infantaria, do I Exército, comunicou quinta-feira passada a prisão da médica Graciela Meinberg Fadul ocorrida no dia 26 de março. Graciela, de 51 anos, é mulher do ex-ministro da Saúde do governo João Goulart, Wilson Fadul. O major Barbosa, encarregado do IPM, informa que a médica foi presa "pela prática de atividades subversivas" e que a "citada indiciada encontra-se presa no Hospital Central do Exército".

No fim da semana, em um comunicado oficial as autoridades de segurança anunciaram a morte de Ronaldo Mouthr Queirós, ocorrida "durante um tiroteio com agentes de segurança" em Vila Buarque, em São Paulo. Segundo as autoridades, Ronaldo "pertencia ao Grupo Tático Armado da Aliança Libertadora Nacional". Em outro comunicado, as autoridades anunciaram a desarticulação do PC do B em Fortaleza, com a decretação de prisão preventiva de 11 alegados militantes — cinco já presos: José Tarcísio Crisóstomo Prata, José Francisco dos Santos Rufino, Geraldo Magela Lins Guedes, José Auri Pinheiro e Vicente Walmick Vieira.

Figura 03 – O Brasil, ed. 23, p.3
Acervo Biblioteca Nacional

Nesta ocasião foi preso também o irmão de Fadul Filho, Antonio Carlos Meinberg Fadul. Mãe e filho foram acusados de atividades subversivas por conta de

uma ação da Resistência Armada Nacional e da Liga Operária. Fadul Filho resume a prisão da mãe: a mãe da namorada do irmão Antonio Carlos participava desses grupos de resistência e por ocasião de um assalto, um militante do grupo foi ferido à bala. Foi dela a ideia de levar o militante ferido para ser tratado na casa dos Fadul. Uma médica jamais se negaria a um atendimento médico. De fato a dra. Graciela atendeu o ferido, que foi embora, logo após o atendimento; todavia, preso em Belo Horizonte. E contou quem o havia socorrido.¹⁸⁴

Fadul Filho conta, emocionado, como a família sofreu cinquenta e cinco dias sem notícias da mãe e sem possibilidade de se movimentar visto que a casa era fortemente vigiada. Seu pai entrou em desespero, emagreceu dez quilos nesse período. Até que conseguiram, via amigos políticos, com que Orlando Geisel determinasse que o Exército apresentasse a médica presa. Foram encontrá-la numa cama de hospital, depois de ela ter sido de barbaramente torturada.

Se a prisão da mulher da Fadul foi noticiada no Rio de Janeiro, o mesmo não ocorreu na imprensa do estado de Mato Grosso, o que é curioso, visto que uma das preferências dos jornais do estado era noticiar os atos praticados pelos “inimigos da pátria.”

Wilson Fadul voltou a Campo Grande algumas vezes após a cassação de seu mandato. Mas aborrecia-se porque prendiam seus amigos e companheiros de partido que tivessem contato com ele. Certa vez, veio a Campo Grande para inaugurar uma unidade de saúde a convite do então prefeito Antonio Neder. Foi avisado que o comandante do Exército mandaria prendê-lo caso pisasse na cidade. Foi assim mesmo, inaugurou a obra e ainda ficou uma semana revendo amigos e companheiros de partido. De volta ao Rio de Janeiro, soube que o amigo que o hospedara havia sido preso. Viajou de carro para São Paulo e encontrou-se com o gen. Amauri Krueel, comandante do II Exército, e intercedeu pelo amigo preso em Campo Grande.

O prestígio que Wilson Fadul ainda tinha, mesmo cassado, fez com que o gen Krueel se inteirasse dos fatos, determinasse a liberação do preso e demitisse o comandante do Exército de Campo Grande.

O prontuário de Wilson Fadul em informe do SNI, registra a informação de reunião política realizada por Fadul em Campo Grande em, 31 de outubro de 1966.

¹⁸⁴ Wilson Fadul Filho, entrevista concedida em 2013.

Nessa reunião estiveram presentes vários líderes cassados pela *revolução*, registra o prontuário¹⁸⁵

Mas, para não criar problemas e constrangimentos aos amigos de Mato Grosso, Fadul deixou de vir ao estado. Retornou após a anistia, em 79, e organizou o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, de Leonel Brizola. Em 1982 concorreu na primeira eleição direta para o governo do estado, a esta altura estado de Mato Grosso do Sul, criado via decreto pelo então presidente Ernesto Geisel, em 1979. Perdeu para o também ex-deputado cassado pelo AI-5, Wilson Barbosa Martins, da antiga UDN. Nesse pleito também concorreram o ex-prefeito de Dourados, José Elias Moreira (PDS) e o ex-deputado Antonio Carlos de Oliveira (PT).¹⁸⁶

Se, em 1960 Wilson Fadul candidatou-se para neutralizar o avanço do PSD, em 1982 perdeu a eleição como candidato pelo PDT perde para o ex-deputado federal, também cassado durante a ditadura, Wilson Barbosa Martins, do PMDB. Wagner Cordeiro Chagas observa que a candidatura de Fadul ao governo de estado, deu-se para fortalecer o partido no MS, bem como fortalecer a candidatura de Leonel Brizola, pelo PDT, no Rio de Janeiro.

Outro deputado federal de Mato Grosso cassado, foi Wilson Barbosa Martins, da UDN mato-grossense. Nascido em família atuante na política no sul do estado, dono de muitas terras, Wilson Barbosa Martins sempre participou da política local pela UDN, partido formado em grande parte por proprietários rurais. Em 1965 com o bipartidarismo, contrariou a lógica de ir para a Arena considerando que seu partido era a UDN, aliado do governo militar. Wilson Barbosa Martins preferiu o MDB.

Como advogado defendia a todos, como no caso em que livrou da prisão pecebistas que comemoravam, em campo Grande, o aniversário de Luis Carlos Prestes, em pleno janeiro de 1964. Ou ainda quando inocentou trabalhadores rurais da acusação de assassinato. Em confronto com policiais por terras em Porto Vilma, policiais foram mortos e os trabalhadores acusados por assassinato. Condenados em primeira instância, na cidade de Dourados, os acusados foram inocentados em grau de recurso. O advogado foi Wilson Barbosa Martins.¹⁸⁷

A ligação com “comunistas” e sua atuação em causas que contrariavam os interesses de ruralistas lhe renderiam a cassação de mandato.

¹⁸⁵ Prontuário 2143, coleção polícia política, caixa 1474. Acervo APERJ.

¹⁸⁶ CHAGAS, Wagner Carlos. *As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul*. Dissertação. Mestrado em História. UFGD: Dourados, 2014, p. 97.

¹⁸⁷ Entrevista concedida em maio de 2005.

As cassações sumárias e inexplicáveis também atingiriam deputados estaduais de Mato Grosso. Sem que a Assembleia legislativa do estado fosse consultada, cinco deputados estaduais perderam seus mandatos nos anos de 1969. Desses cinco, quatro pertenciam à porção sul do estado de Mato Grosso. Os atos de cassação foram expedidos em Brasília, logo após o AI 5¹⁸⁸. Foram eles:

Américo Porphirio Nassif

Sanção: Cassação de mandato e suspensão de direitos políticos
Diário Oficial 30.04.1969 – p. 3662

Augusto Mario Vieira

Sanção: Cassação de mandato e suspensão de direitos políticos
Diário Oficial 14.03.1969 – p. 2212

João Chama

Sanção: Cassação de mandato e suspensão de direitos políticos
Diário Oficial 14.03.1969 – p. 2212

Luiz Thomas de Aquino

Sanção; Cassação de mandato e suspensão de direitos políticos
Diário Oficial 30.04.1969 – p. 3662

Sebastião Nunes da Cunha

Sanção: cassação de mandato e suspensão de direitos políticos
Diário Oficial 14.03.1969 – 2212°

O deputado Sebastião Nunes da Cunha, ele ainda continuaria trabalhando no governo estadual como diretor de Relações Públicas da Assembleia Legislativa do Estado até sua aposentadoria em fevereiro de 1970.¹⁸⁹

Não foram encontrados registros de qualquer discussão sobre as cassações nas atas da Assembleia Legislativa, durante o ano de 1969. Verifica-se nas atas, todavia, intenções de controle da população. Consta, por exemplo, na ata do dia 16 de maio de 1969, o requerimento para que fosse enviada mensagem ao presidente da república com sugestão para criação de “Conselhos Revolucionários Municipais” no território nacional.

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *Atos institucionais*: sanções políticas; aposentadoria, banimento, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade, cassação de mandato, confisco de bens, demissão, destituição de função, disponibilidade, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contrato, suspensão de direitos políticos, transferência para a Reserva. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

¹⁸⁹ Diário Oficial de 27.02.1970, p. 1508.

Em projeto do deputado Celso Amaral, há o detalhamento de ações a serem desenvolvidas pelos conselhos, nos setores administrativo, rural, industrial, educacional, social, com objetivo principal de “[...] implantar os sagrados princípios da Revolução de Março na administração e nas demais atividades das comunidades brasileiras”.¹⁹⁰

Para o setor administrativo, o projeto sugere a fiscalização das contas da prefeitura, combate aos gastos excessivos, principalmente as chamadas “liberalidades administrativas”, com destaque para futilidades com o dinheiro público, bem como deliberada auto promoção com as propagandas oficiais.

Já no setor rural, o objetivo era vigiar os sindicatos, coibindo ações de subversão além de divulgar “[...] os grande princípios da *Revolução de Março*, através da imprensa falada e escrita.”

Quanto ao papel do conselho na educação, as principais ações eram de fiscalizar a ação de professores “[...] denunciando os incompetentes, os relapsos, os corruptos e os subversivos”. Teria, ainda, de fiscalizar as agremiações, os centros estudantis para que elementos subversivos não ocupassem cargos de direção. Competia ao conselho também fiscalizar o ensino da disciplina Instrução e Moral e Cívica.

O papel dos conselhos no setor social seria o de organizar entidades assistenciais para atendimento aos mais necessitados, cuja direção ficaria sob encargo de mulheres e estudantes. O conselho deveria, ainda, “Cooperar com todas as boas iniciativas surgidas na comunidade, para que todos sintam o bafejo da *Revolução* no estímulo às obras boas e justas.”¹⁹¹

Na maior parte dos municípios brasileiros, prefeitos e vereadores foram sumariamente cassados. Em Mato Grosso não foi diferente. Na cidade de Dourados, o prefeito petebista não foi alijado do cargo, mesmo sendo do PTB, e ainda foi protegido pelo Exército. Fizera parte da FEB, lutara na segunda guerra. Quando udenistas pediram o cargo, o prefeito rumou para Campo Grande e voltou escoltado por um destacamento do Exército, composto por 25 militares. Nenhum civil retornou para reivindicar o cargo. Napoleão se manteve como prefeito.

Segundo Arakaki, o prefeito petebista obteve apoio do Exército em razão de ser um ex-pracinha, lutara na Força Expedicionária Brasileira – FEB durante a Segunda Guerra Mundial. Protegido, passou a ajudar os companheiros petebistas presos, principalmente colonos da Colônia Agrícola Nacional – CAND.

¹⁹⁰ Fls. 9 da ata 41 de 16 de maio de 1969.

¹⁹¹ Ata 41 de 16 de maio de 1969, fls 10.

Os ex-colonos foram perseguidos e presos pelos membros da ADEMAT douradense, que saíam para prender pessoas, acusando-as de subversivas. Como o Exército designou um militar para cuidar dessas prisões, na falta de provas, logo elas eram liberadas. Esses presos recebiam ajuda do prefeito Napoleão Francisco de Souza.

Se o prefeito petebista não foi cassado, os mesmo não ocorreu com dois vereadores do mesmo partido: Gumercindo Bianchi e Janary Carneiro Santiago foram sumariamente cassados, sob a acusação de subversão. Não tiveram nenhuma defesa, estavam presos quando se deu a cassação.¹⁹²

Na cidade de Ponta Porã o prefeito petebista, José Issa, do PSB foi sumariamente cassado e também preso. Atas da Câmara Municipal confirmam o pedido de cassação no dia 6 de abril de 1964.¹⁹³ .

Discutiu-se nessa sessão o inquérito policial formalizado e apresentado à Câmara de Vereadores pelo delegado da cidade, implicando o prefeito José Issa. Ao ser apresentado, o inquérito foi encaminhado à Comissão de Justiça, e formalizado como processo 1/64 tendo sido encaminhado à dita Comissão de Justiça para emissão de parecer.

Apenas duas horas depois foi realizada sessão extraordinária em que se discutiu e se votou o inquérito-denúncia contra o prefeito, formalizado pelo processo 1/64, cujas denúncias foram consideradas como crime:

[...]

Considerando que o prefeito desta cidade, Dr. José Issa, está incurso nas penas dos artigos [...] da Lei 1.802 [...], conforme faz prova o inquérito remetido a esta Augusta Casa e as manifestações públicas do atual chefe do Executivo Municipal.

[...] que o atual chefe do Executivo Municipal, pessoalmente ou através de prepostos, pregam e organizam a subversão da ordem jurídica atual.

[...] organizou comandos camponêses (sic) e operários, com o objetivo de violar, o Direito de Propriedade, garantido pela Lei Magna do país; [...]

vem, de há muito, servindo-se do cargo que ocupa, na pregação da luta de classes;

[...] que a atuação subversiva do atual chefe do Executivo Municipal é pública e notória;

[...] que a atuação [...], em face de sua ideologia tem sido danosa aos interesses públicos;

[...] com sua atitude de apoio e liderança dos inimigos da Lei prejudica o nosso Município;

[...] as ligações do atual Chefe do executivo com elementos rosados e vermelhos;

¹⁹² ARAKAKI, S. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: Ed. Uems, 2008.

¹⁹³ Ata da sessão extraordinária do dia 6 de abril, pág 45A-47ª, da Câmara de Vereadores da cidade de ponta Porã.

[...] a assepsia social vitoriosamente lideradas pelas forças Armadas em conexão com autênticos democratas civis;

[...]

[...] ter sido o movimento revolucionário, na união àqueles, sem distinção de legenda partidária, na luta contra a comunização do país, não comportando, portanto, dubiedades;

[...]

REQUEREM a V. Excia, ouvido o plenário, seja declarado IMPEDIDO o chefe do Executivo Municipal, Dr. Jose Issa, de continuar exercendo o cargo do qual se valeu para combater as Instituições democráticas, procedendo-se imediatamente, na forma da legislação em vigor.¹⁹⁴

O prefeito José Issa foi cassado, com votos da maioria. Dos nove vereadores apenas quatro votaram contra a cassação, os vereadores Jonas Capilé, Alverne Moreira, Domingos C. de Jesus e Ary Almirão de Carvalho. Esses vereadores também sofreriam represálias pouco tempo depois.

As cassações sumárias do prefeito José Issa, bem como a de vários outros ocupantes de cargos eletivos estavam fundamentadas na Lei 1802/53, que trata de crimes contra o estado e a ordem política social. Essa lei, fortemente ratificada pelo AI-1 que no art 8º prevê:

Art. 8º - os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente¹⁹⁵.

Na sessão seguinte, realizada no dia 7 de abril de 1964, o vice-prefeito, Sergio Martins Sobrinho, tomou posse como prefeito municipal na presença de vereadores favoráveis à cassação do ex-prefeito Jose Issa, do deputado estadual Alexandrino Marques e do delegado de polícia. Nenhum oficial do Exército foi citado.¹⁹⁶

As cassações atingiram também a Câmara de Vereadores, após o requerimento do vereador Roberval Roncati para que fosse criada uma Comissão de Inquérito para “[...] averiguar a possível existência de elementos socialistas e comunistas em nosso meio [...]”¹⁹⁷

Sob intensa pressão, os vereadores petebistas renunciaram e seus suplentes deste mesmo partido foram declarados impedidos. Perderam seus mandatos os vereadores Ari Almirão de Carvalho, Domingos Cardinal e Jonas Capilé. Foi decretada perda dos

¹⁹⁴ Ata sessão extraordinária de 6 de abril de 1964.

¹⁹⁵ Ato Institucional nº 1 de 9 de abril de 1964.

¹⁹⁶ Ata da sessão extraordinária, fls. 47-A e 48.

¹⁹⁷ Ata da sessão extraordinária de 6 de abril de 1964, fls. 49A.

mandatos dos suplentes Vitor Diogo Guimarães, Washington Prado de Souza e de Diógenes Cabral.¹⁹⁸

Já em Corumbá, as denúncias contra vereadores do PTB partiram do 6º Comando da Marinha, sediada na cidade de Ladário, contígua a Corumbá. A ata número 1111 do dia 4 de maio de 1964 menciona a ocorrência de sessão secreta, convocada para o mesmo dia.¹⁹⁹

Neste documento está registrado o recebimento do ofício nº 0335, de 29 de abril de 1964, do Contra Almirante Acyr Dias de Camacho Rocha, comandante do 6º Distrito Naval, agradecendo as congratulações que foram enviadas pela Câmara Municipal de Corumbá “[...] pela sua participação no movimento armado de 31 de março.” Logo a seguir, o presidente da Câmara convoca os vereadores presentes para discutir: “[...] matéria relevante e sigilosa”, objeto do ofício do comando do 6º Distrito Naval, recebido pelo legislativo municipal.

O ofício, endereçado ao presidente da Câmara, denunciava [...] vereadores e suplentes implicados em atividades antinacionais [...] que no governo anterior, estavam envolvidos com elementos a soldo de potência estrangeira, que pretendia transformar Nossa Pátria em simples colônia de Moscou.”²⁰⁰

Os denunciados eram os vereadores João Teixeira e Silva, Waldemar Dias de Rosa e os suplentes Pedro Paulo de Araujo Lins e Luis Antonio de Camacho. No ofício, o comandante ainda menciona que tais atividades, de acordo com o Ato Institucional nº 1, eram passíveis de cassação de mandatos “[...] sem prejuízo de qualquer punição.”

Nesse momento essas pessoas já se encontravam detidas, umas, na cadeia pública, outras num navio prisão. É o caso do Sr. Waldemar Dias de Rosa, ex-vereador, que permaneceu cerca de 36 dias detido no navio-prisão²⁰¹.

Aos 86 anos de idade, o Sr. Waldemar conta que as prisões começaram a ocorrer em abril. Ele, por exemplo, foi preso no dia 13 de abril, primeiramente ficou detido numa unidade do Exército, depois foi transferido para um navio-prisão.

Sr. Waldemar lembra que muitas pessoas presas eram do PTB. Algumas responderam processos na esfera civil, todavia, não consegue precisar os nomes, lembra apenas que pertenciam ao PCB. Ele, Sr. Waldemar, e o deputado estadual Francisco

¹⁹⁸ Ata do dia 1 de junho de 1964, fls.53-56.

¹⁹⁹ Ata nº 1111, op. Cit.

²⁰⁰ Idem, fl.35.

²⁰¹ Entrevista concedida a esta pesquisadora em agosto de 2013, na cidade de Corumbá.

Barros de Deus, permaneceram detidos no navio prisão, responderam a IPM e logo após foram liberados. Nunca mais foram procurados ou importunados.

Waldemar foi preso na empresa de cimento onde ocupava cargo de chefia. Isso o aborreceu, mas relata não ter sofrido nenhum constrangimento durante este período, a não ser o de permanecer num lugar contra sua vontade e sem poder sair. Tanto ele quanto o deputado Barros de Deus “foram muito bem tratados.”

Os dois vereadores e seus suplentes, citados no ofício que deu causa à sessão secreta, foram cassados. Não houve nenhum recurso naquela época. Atualmente, ele, Sr. Waldemar e familiares do vereador João Teixeira e Silva, vêm movendo processo contra a União, por reparação de danos.

Depois da prisão, Sr. Waldemar desligou-se da fábrica de cimento onde trabalhava. Era um constrangimento, as pessoas tinham pavor de se avistar ou de conversar com quem tinha sido preso no navio-prisão.

Em 2012 Sr. Waldemar depôs na Comissão da Verdade MS, relatando sua prisão. Logo a seguir, a Marinha emitiu nota, afirmando a inexistência do navio-prisão naquela cidade:

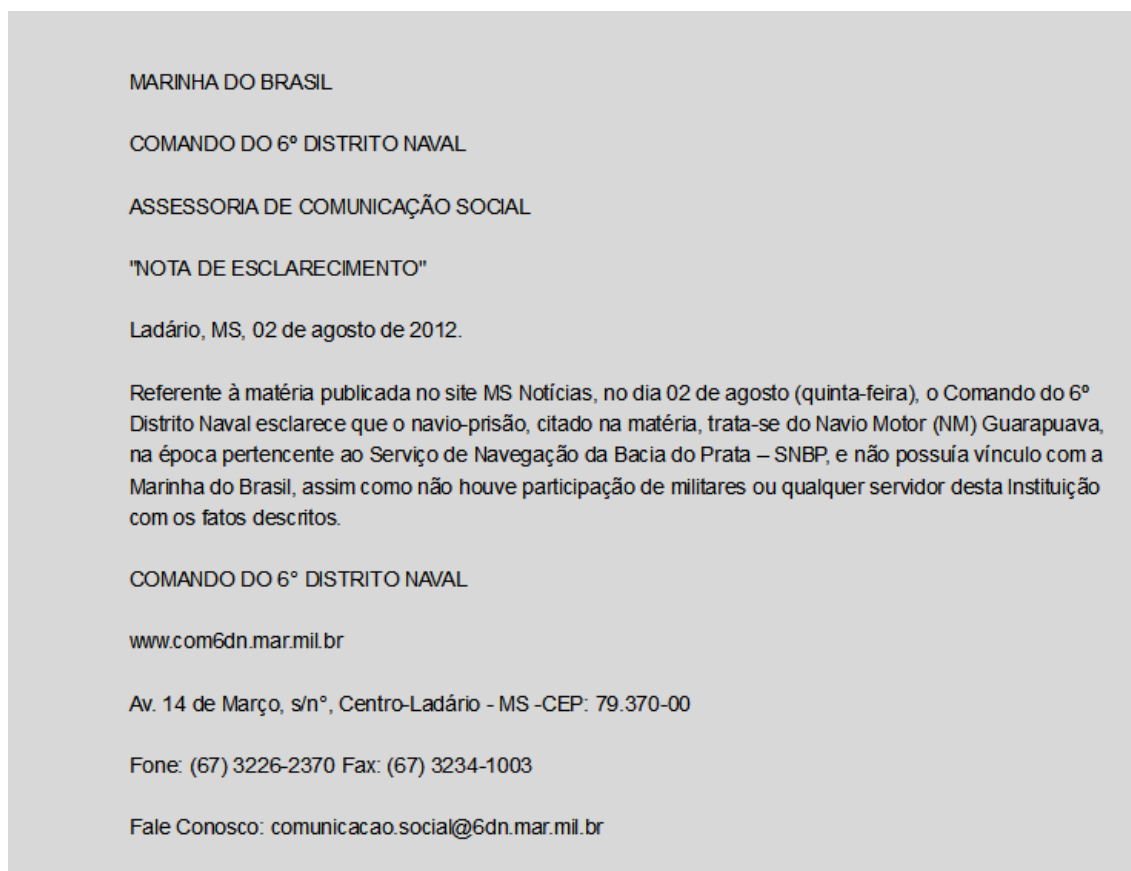


Figura 04 - Comunicado enviado aos veículos de comunicação pela Marinha. Disponível no site <http://racismoambiental.net.br>.

A nota vem logo a seguir à matéria jornalística reproduzida. O Relatório da CNV confirma que nem todos os navios-prisão eram propriedade da Marinha, mas eram requisitados por ela e transformados em prisão.²⁰²

Embora a Marinha negue, o navio foi citado no Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Outra medida punitiva contra servidores públicos se deu também por meio oficial, com objetivo de combater a tão propalada corrupção no serviço público.

Uma das justificativas dos militares para o golpe foi o combate à corrupção. Era pensamento corrente entre eles que o governo João Goulart estava mergulhado num lamaçal de subversão e corrupção. O governo era formado por políticos e servidores corruptos.

Combater a corrupção e derrotar o comunismo: esses eram os principais objetivos que fermentavam os discursos nos quartéis, às vésperas do golpe que derrubou o governo João Goulart, em março de 1964. A noção de corrupção dos militares sempre esteve identificada com uma desonestidade específica: o mau trato do dinheiro público. Reduzia-se a furto. Na perspectiva da caserna, corrupção era resultado dos vícios produzidos por uma vida política de baixa qualidade moral e vinha associada, às vésperas do golpe, ao comportamento viciado dos políticos diretamente vinculados ao regime nacional-desenvolvimentista.²⁰³

Logo após sua posse, o presidente Castello Branco prometeu varrer a corrupção no país e, para isso, criou a Comissão Geral de Investigação – CGI. Era a chamada “operação limpeza”, comandada pelo Marechal Estevão Taurino de Rezende para quem o problema da corrupção era mais grave que o comunismo. O problema da corrupção administrativa era tão grave, segundo ele, que, se tudo fosse apurado, o Brasil se esvaziaria.²⁰⁴

Castello Branco pretendia varrer a corrupção no país e, ao criar a CGI, prometeu um livro branco” com registros dos casos de corrupção. Carlos Fico, ao pesquisar os arquivos da CGI, afirma:

No início de seu governo, ele afirmou estar providenciando a divulgação de um ‘livro branco’ que comprovaria a existência de subversão e corrupção, capaz, portanto, de justificar as ações rigorosas do regime. Com o tempo, porém, a ideia foi abandonada,

²⁰² Relatório CNV, vol. I, p. 831.

²⁰³ STARLING, H.M.M. Moralismo capenga. In: Revista Brasileira de História. Com.br. disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/moralismo-capenga>.

²⁰⁴ GASPARI, E. A ditadura envergonhada. São Paulo SP: Companhia das Letras, 2002, p. 134-135.

provavelmente em função do constrangimento que adviria da admissão de envolvimento de militares nos episódios que o ‘livro branco’ deveria documentar.²⁰⁵

O livro nunca foi divulgado. Fico observa que esta atitude irritou a ala dos militares radicais para quem “[...] a desistência deve ter soado como falta de coragem.”²⁰⁶

No encerramento dos trabalhos da CGI, haviam sido contabilizados 1110 processos, com recomendação de punição para 635 servidores. Desdenhando do improdutivo trabalho da CGI, Gaspari compara o número de processos instaurados pela CGI com o IPM da rebelião dos marinheiros que envolveu 839 pessoas, processou 284 e teve 249 condenações . Desses, restaram 249 condenações, com penas superiores a cinco anos de prisão: “Perseguir subversivos era tarefa bem mais fácil do que encarcerar corruptos, pois se os primeiros defendiam uma ordem política, os outros aceitavam quaisquer tipos de ordem.”²⁰⁷

Tendo a linha dura persistido no combate à corrupção, a CGI foi reinstalada no serviço público em 1968. A segunda fase da CGI coincide com a emissão do Ato Institucional 5 – AI-5. Agora sob jurisdição do Ministério da Justiça, presidida pelo ministro em âmbito nacional. Instalou-se então o Sistema CGI. Composta por cinco membros, indicados pelo ministro da justiça, e nomeados pelo presidente da república. Essa comissão contava ainda com os préstimos de vinte subcomissões estaduais.²⁰⁸

No estado de Mato Grosso a CGI também foi constituída em 1964:

²⁰⁵ FICO, C. Como eles agiam. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 45-46.

²⁰⁶ Idem, p. 46.

²⁰⁷ Idem, p. 135.

²⁰⁸ FICO, p. 155.



Figura 05 -Diário Oficial de Mato Grosso 12.05.64
Acervo Arquivo Público de Mato Grosso do Sul.

O decreto criando a CGI se deu por ato do então governador Fernando Correa da Costa, em 11 de maio de 1964. Com base no AI 1, a CGI mato-grossense dava poderes de investigar até mesmo funcionários civis e militares, além dos servidores públicos, supostamente envolvidos em crimes contra a segurança nacional, o regime democrático e a probidade da administração pública.

A Comissão Geral de Investigação foi implantada no dia 26 de maio, após publicação do Diário Oficial de 18 de Maio de 1964. Passou a funcionar nas dependências do Palácio Alencastro na capital Cuiabá. Foi presidida pelo advogado Demosthenes Martins, por outros nomeados, notando-se, pelos atos da Comissão publicados no Diário Oficial, a presença de militares na composição da Comissão.

A CGI abriu a possibilidade de denúncias feitas por qualquer pessoa da comunidade, desde que tivesse idoneidade comprovada.²⁰⁹

As buscas nos Diários Oficiais do estado de Mato Grosso, nos anos de 1964 e 1965, demonstram que nem todos os processos analisados pela CGI foram publicados. Os casos relatados e decididos são esparsos e não têm publicação em numeração sequencial. Convém ressaltar que todos os exemplares do Diário Oficial estão devidamente conservados no Arquivo Público de Mato Grosso do Sul.

²⁰⁹ Diário Oficial n.14466 de 12 de maio de 1964, fl.1.

Com efeito, a falta de transparência nos atos da CGI pareceu chegar ao conhecimento do legislativo mato-grossense. O Diário Oficial de 11 de junho registra o pronunciamento do deputado Sebastião Cunha, de um lado, felicitando os líderes de seu partido pelo apoio à *revolução* e de outro,

[...] lançando apelo à comissão de Inquérito designada pelo Poder Executivo para aplicação do ato Institucional neste Estado, no sentido de ser dado publicidade aos seus atos e bem assim para que sejam investigadas as autarquias e outros órgãos da administração, notadamente a CER MT [...] ²¹⁰

As denúncias logo começam a aparecer, todavia, desprovidas de razão como se pode verificar nas decisões dos processos 3/64 sobre denúncia apresentada pela Câmara Municipal de Miranda contra o prefeito municipal Argemiro São Leão Franco. A representação não foi aceita em função de o prefeito não ser detentor de cargo público vitalício. Cabia no caso, um processo de impedimento pela própria Câmara, como foi feito em outras cidades. ²¹¹

Outra negativa pela comissão, referente ao processo 4/64, apresentado por um escrivão oficial de Ribas do Rio Pardo também foi negado sob a alegação de falta de competência da CGI para julgamento da representação.

Curioso também são duas representações apresentadas por pessoas da comunidade contra decisões proferidas por autoridades judiciárias. O processo 5/64 trata de uma denúncia feita por Samuel Gomes da Silva por não concordar com decisão proferida em processo judicial. A CGI arquiva a denúncia na qual acompanha o voto do relator, que pede arquivamento “por fugir das atribuições da Comissão.” ²¹²

No processo 5/64 a publicação seguinte trata de caso parecido, em denúncia apresentada por Oadi Boabaid contra decisão proferida em processos de seu interesse. A decisão da CGI é a mesma, a de rejeição por fugir de sua competência. ²¹³

É de 5 de outubro de 1964 a publicação da primeira demissão por recomendação da CGI. A CGI apurou e comprovou improbidade administrativa relacionada ao servidor Ruthinio da Costa, do Departamento de Obras Públicas, de acordo com o processo 1164/64 ²¹⁴, instaurado contra o servidor.

²¹⁰ DO 11 de junho de 1964.

²¹¹ DO 8 de junho de 1964.

²¹² DO 11 de junho de 1964.

²¹³ DO 11 de junho de 1964.

²¹⁴ A última publicação da CGI referiu-se ao processo 5/64. Já em 11 de outubro de 1964 o DO cita o processo 1611 sem os que anteriores tenham sido publicizados.

Durante o ano de 1965 não foi publicado nenhum outro caso, seja de rejeição de denúncia seja de demissão de servidores. É provável que, por ter sido ano de eleições para o governo do estado, as atenções tenham se voltado para as lides políticas.

Em cena, a velha política aliancista dos partidos no estado. UDN contra a coligação PSD/PTB. Venceu o engenheiro Pedro Pedrossian, do PSD, com a ajuda do PTB. Este fato pode explicar o sumiço da CGI no estado. Segundo Neves, o novo governador eleito:

Sem antecedentes nos conflitos ou arranjos anteriores, [...] assumiu uma imagem mudancista, rejeitou a política clientelista das demissões em massa, jogou literalmente no lixo as listas de nomeações recomendadas pelos diretórios e, assim, ameaçou romper drasticamente com todo esquema político-partidário-clientelístico de bases tradicionais.²¹⁵

As ações da CGI não atenderam às expectativas esperadas no país, inclusive no estado de Mato Grosso, principalmente com posse de Pedro Pedrossian. Sobre o papel geral da CGI, Elio Gaspari, desdenha dos objetivos alcançados pela Comissão em nível nacional, como já explicitado, quando compara o número total de demissões no país com o número de demissões resultantes de um único IPM.

3.3- Fronteira SMT: espaços de confinamento

No bojo do AI -1 deu-se o desterro do advogado Fernando Tristão Fernandes para o Mato Grosso, onde chegou ao final de 1964, após alguns meses de prisão no Paraná.²¹⁶

Fernando Tristão Fernandes, atualmente com 86 anos, era servidor concursado no Banco do Brasil, em 1964. Trabalhava na agência de Curitiba - PR, onde também atuava no Sindicato dos Bancários. Era advogado e estudante no curso de Economia, no qual era líder estudantil. Era também membro do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro- PTB.

Atuando no sindicato, ajudou na criação da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e do Paraná. Conseguiu, com a criação da

²¹⁵ NEVES, M.M.R. Op. cit. 155.

²¹⁶ Entrevista concedida a esta pesquisadora em setembro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro RJ.

entidade, reivindicar contribuição, a título de imposto sindical,²¹⁷ equivalente a um dia de salário de cada trabalhador. Esse dinheiro antes ficava parado, sem uso, e a criação da federação possibilitou que ele fosse utilizado para construção de sedes consequente melhor atendimento bancário.

A posse dos recursos possibilitou a criação de mais entidades de trabalhadores. No Paraná foi possível ajudar na criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais, que agregava os trabalhadores de plantações de café, principalmente na região norte do Paraná. Essa organização das classes trabalhadoras assustou os ruralistas, autoridades e setores da Igreja.

Logo após o golpe, oficiais do Exército estiveram na casa Tristão Fernandes. Sabendo que estava sendo procurado, ele escondeu-se. Porém, como era funcionário do Banco do Brasil, não podia ficar escondido por muito tempo e decidiu retornar ao trabalho, tendo avisado previamente a gerência sobre a intenção de retornar.

Ao apresentar-se à gerência no dia combinado ele foi preso. Permaneceu alguns meses na prisão, acusado de vários crimes, inclusive do de subversão. Era considerado um dos principais agitadores do Banco do Brasil. Após sair da prisão, foi transferido arbitrariamente para o Mato Grosso, designado primeiramente para a cidade de Maracajú.

²¹⁷ Trata-se do pagamento de contribuição sindical pelo empregado. Uma vez por ano é descontado o equivalente a um dia de trabalho e repassado para Federação de sua classe.

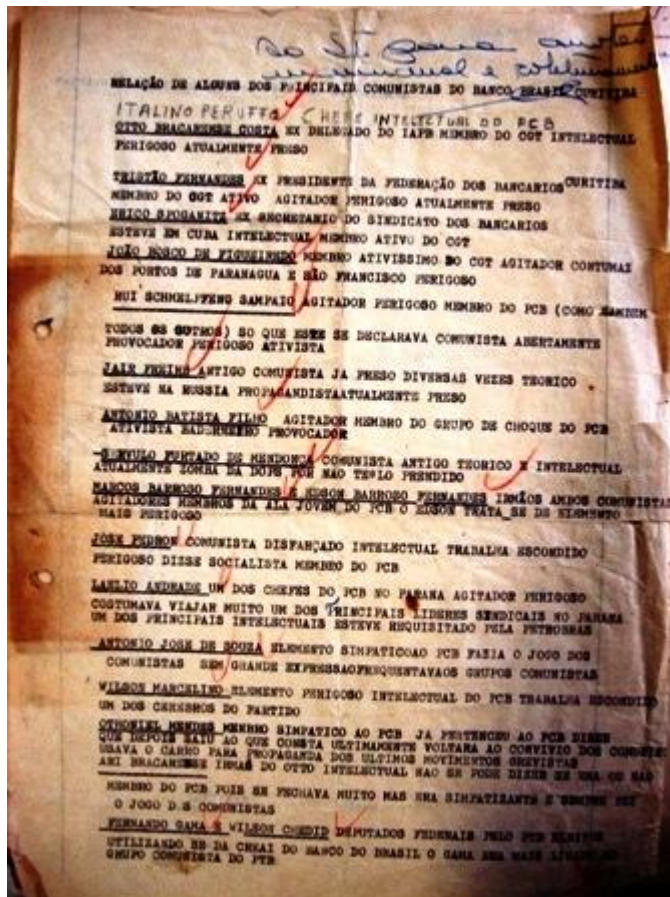


Figura 06 Relação de alguns dos principais comunistas no Banco do Brasil Curitiba.

Acervo: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ

Chegando a Maracaju ficou sabendo do alto índice de incidência, na região, de mal de Hansen, conhecido por lepra, uma doença contagiosa. Recusou-se a permanecer em Maracaju com sua família. Contou com a boa vontade de antigo companheiro de trabalho na direção do Banco, que o mandou para Ponta Porã. Foi-lhe ordenado para apresentar-se à unidade do Exército periodicamente. Como respondia IPM no Paraná, constantemente fazia uso dos aviões do Correio Aéreo Nacional - CAN. Ficou conhecido e bem tratado pelos oficiais do Exército em Ponta Porã, afirmou ele.

Como a agência do Banco do Brasil em Ponta Porã não contava com os préstimos de um advogado, o gerente, conta Tristão Fernandes, sabendo de sua formação jurídica, pediu a ele que conduzisse as negociações de prorrogação da locação do imóvel onde funcionava a agência. E a partir daí, Tristão Fernandes passa a atender o setor jurídico do banco, e também a outras pessoas da cidade. Fica amigo de muitas pessoas. Uma delas, o também advogado Ricardo Brandão.

A passagem de Tristão Fernandes por Ponta Porã foi marcada por vários episódios. Ele lembrou de vários, mas destacou um em particular, que envolvia a irmã de sua mulher, sua cunhada, moradora na cidade do Rio de Janeiro, onde seus filhos estudavam. Certa noite seus filhos foram chamados para socorrer a tia em uma briga doméstica. Eles imobilizaram o tio violento, e tiraram a tia e primo pequeno do apartamento, enviando-os imediatamente para casa de Tristão Fernandes, em Ponta Porã.

Determinado dia, passeando com seu filho mais novo e o sobrinho, Tristão Fernandes teve seu carro cercado por oficiais do Exército, que exigiam a entrega da criança que, segundo eles, havia sido sequestrada. A suspeita recaía sobre Tristão Fernandes, elemento sabidamente subversivo. Ele argumentou que entregaria a criança e a mãe, que se encontrava sua casa. E convidou os oficiais para segui-lo. Tristão Fernandes tinha sido denunciado pelo marido da cunhada, um agente do SNI.

Lá chegando, orientou sua cunhada para que atravessasse a fronteira e se escondesse na cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, que faz divisa com Ponta Porã no Brasil. São cidades separadas apenas por uma rua.

Enfrentou os policiais e disse que sua cunhada não se encontrava na casa, que tinha ido para o Paraguai e que ele não entregaria a criança. Procurou ajuda de um juiz da cidade e requereu, para sua cunhada, a guarda da criança.

Mas isso não abalou suas relações com os militares. Em outra ocasião buscou ajuda do Exército no caso que envolveu três jovens trabalhadores rurais. Eles foram presos na delegacia e a pedido de familiares, Tristão Fernandes mobilizou-se para libertá-los. Conseguiu a liberdade dos presos, mas notou, ao retirá-los da prisão, que os jovens tinham dificuldade se movimentar – haviam apanhado e ficaram sem condições de se movimentar em razão das surras que haviam levado.

Revoltado, Tristão Fernandes os coloca em uma camionete, leva-os para o Exército, e denuncia o delegado pelo ato de tortura. Não demorou muito para sofrer o atentado que o tiraria da cidade de Ponta Porã. Sofreu um atentado e foi atingido por várias balas, duas das quais ainda se encontram em seu corpo, Tristão Fernandes, após os primeiros socorros médicos, foi escoltado por oficiais do Exército até Campo Grande. De lá rumou para o Rio de Janeiro, em busca de recursos médicos mais adequados.

O advogado não tem certeza se foi esse, o caso dos três jovens, que ocasionou o atentado. Lembra-se que defendia muitos gaúchos em questões de compra de terras na

região. Naquela época, início dos anos 70, os gaúchos compravam terras, a preços baixos, que logo eram valorizadas ou com a implantação de lavouras mecanizadas ou com outros investimentos. Não foram poucos os vendedores arrependidos que exigiam mais dinheiro dos gaúchos compradores, inconformados com a valorização considerável da terra.

Outro caso de perseguição a militares, mesmo na reserva também ocorreu no sul de Mato Grosso. Militares resistentes ou discordantes com o governo instituído foram perseguidos. Embora o capitão reformado Lourenço Cueva, que serviu em Campo Grande por ocasião do golpe, diga que tudo transcorreu sem problemas e que ouviu que alguns civis foram presos, ele também confirma que oficiais foram afastados, mas que isso não ocorreu em Campo Grande.

A pesquisa do historiador Carlos Frederico Corrêa da Costa não deixa dúvidas quanto à repressão aos militares. A pesquisa que resultou na tese de doutorado, baseada em entrevistas de história de vida de militares, dedicou um capítulo especial aos “rebeldes” das Forças Armadas, dentre eles o brigadeiro Rui Barboza Moreira Lima e o mato-grossense e comunista declarado Euclides de Oliveira.

Euclides de Oliveira narrou toda sua vida política até 1945, a vida na Exército onde teve conhecimento do Partido Comunista por um instrutor da Escola Militar e aderiu ao Partido:

Ansioso por encontrar uma saída filosófica e política que desse um destino a minha vida, fiquei interessado por aquelas ideias novas de marxismo, socialismo, com a União Soviética em ascensão, se antepondo ao nazismo, isso calou no jovem tenente, cru, politicamente, e me levou a aceitar as ideias comunistas.²¹⁸

Teve participação em vários momentos de revoltas militares como em 1935. Foi preso várias vezes e reconstitui sua vida tornando-se competente engenheiro numa grande empresa sediada no Rio de Janeiro. Largou tudo e voltou para Campo Grande, onde se encontrava quando foi preso em 1964. Levou sua prancheta para a cela e não atrasou a entrega de nenhum serviço contratado, afirmaram os amigos Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Junior, de acordo com depoimento de outros companheiros de partido..²¹⁹

²¹⁸ OLIVEIRA, E. In: COSTA, Carlos Frederico Correa da. *Direi...ta volver, esquer...da, volver!* Histórias de experiências de vida de militares. Tese (Doutorado em História) FFLCH USP, 1995, s/d.

²¹⁹ BITTAR, M. FERREIRA JUNIOR, A. Euclides de Oliveira: uma trajetória de ética, competência profissional e militância política. In: *Personalidades*. Série Campo Grande, ano VII, 2005, p. 21-37.

Já a entrevista do brigadeiro Moreira Lima é revelador quanto ao tratamento dispensado aos militares “rebeldes”. Perseguido e preso por várias vezes durante o regime, inclusive em navios-prisão, o brigadeiro Moreira Lima conta a primeira, logo após o golpe:

Eu fui preso no Barroso um navio de transporte da Marinha, e fui para um porão, convivendo com ratazanas, baratas e sujeira, o banheiro você tinha que ficar de pé em cima do vaso, não tinha chuveiro, tinha uma pia [...]. Quando me trouxeram comida eu joguei neles, passei três dias jogando comida neles e depois eu varria para deixar limpo. Ninguém entrou lá para fazer faxina; no quarto dia me mandaram para o Princesa Leopoldina [...].²²⁰

Libertado após 47 dias preso, o brigadeiro respondeu a um IPM. Ao usar o direito de falar no inquérito, o brigadeiro acusou o brigadeiro Burnier que, segundo ele, era o responsável pelas denúncias contra sua pessoa:

[...] quem deveria estar sentado aqui, não era eu, era o brigadeiro Burnier, que era Chefe de Gabinete a pouco tempo e agora está comandando a 3ª Zona Aérea. Esse sujeito é um contumaz subversivo, fez o Jacareacanga, fez o Aragarças, fez todas as tripolias, e é ele quem deveria estar sentado aqui.[...] ‘Eu li a denúncia e ela é mentirosa, burra e o promotor que fez a denúncia ou é burro ou é mentiroso, covarde’²²¹

O IPM foi arquivado após correição baseada na denúncia de ser a mesma mentirosa, mas o brigadeiro foi expulso da Aeronáutica e montou uma Distribuidora de Valores onde passou a trabalhar e onde era constantemente importunado por fiscais do Banco Central, a mando de Burnier, alega o brigadeiro Moreira Lima, revelando a mágoa mútua de um pelo outro..

Foi preso novamente em 1970, mas antes prenderam seu filho para que informasse o paradeiro do pai. Foi solto pelas suas boas relações com o presidente Castelo Branco que fora seu instrutor na Escola da Aeronáutica.

Perseguição e retaliação a militares ocorreram mesmo com militares da reserva. Um dos episódios ocorridos foi relatado pela professora Diane Valdez, cujo pai, o primeiro tenente Washington Carlos Pereira, também conhecido como Tom, foi preso em 1970 na cidade de Jardim MS, pelo próprio Exército e levado para Unidade de Nioaque, segundo a professora, em uma manhã, por volta das seis horas, do dia 02 de

²²⁰COSTA, Carlos .Frederico Correa da. *Direi...ta volver, esquer...da, volver!* Histórias de experiências de vida de militares. Tese (Doutorado em História) FFLCH USP, 1995, s/d.

²²¹ Idem, s/d.

novembro, dia de finados, que lembra do dia da prisão de seu pai, mesmo sendo uma criança. Foi no dia 2 de novembro de 1970, dia de finados, chegaram os militares em sua casa, num caminhão do Exército. Prenderam seu pai e revistaram a casa, levando vários livros, que segundo eles, eram perigosos. Lembra que nesse dia foram presas mais nove pessoas, todas acusadas de subversão, entre eles mais um militar do Exército, o tenente Sá, além de civis, pessoas de certa projeção na cidade. Comunista mesmo só Militão Ribeiro, morador da cidade que sempre se declarou comunista e de fato era filiado ao partido:

Neste dia foi feito uma espécie de ‘estado de sítio’ em Jardim, assim poderiam prender de uma só vez todos os chamados ‘comunistas’ e ‘subversivos’ da cidade. Eles foram levados para o quartel de Nioaque, pois em Jardim não havia um quartel. Lá foram interrogados e liberados cerca de uma semana depois.²²²

Diane lembra que seu pai não era filiado a nenhum partido, mas nunca escondeu sua admiração por Che Guevara, por Luis Carlos Prestes, o *Cavaleiro da Esperança*, que segundo ele: “[...] mesmo sendo militar, tinha uma visão diferente dos outros militares, que em seu entender eram “covardes” e “egoístas”²²³ Admirava também Carlos Lamarca, ex-oficial do Exército, que desertara para combater a ditadura militar. Carlos Augusto Marighela era outro ídolo de Washington.

E mesmo numa cidade pequena, onde todos se conheciam, num período conturbado como o da ditadura militar, as escaramuças políticas se evidenciavam. Washington desprezava o ex-chefe da Polícia Política durante a ditadura civil de Getúlio Vargas, o também militar Filinto Muller, um dos coronéis políticos do estado, praticamente dono da ARENA, e que tinha parentes residindo na cidade de Guia Lopes, muito próxima à cidade de Jardim.

Diane atribui a prisão do pai aos políticos da cidade:

Em uma cidade pequena, como Jardim, onde todos conheciam todos, principalmente as convicções políticas das pessoas, durante o regime militar, para prender os inimigos comunistas, recorreu-se a prática da delação. Diante do histórico de Tom, que nunca escondeu seu inconformismo com a injustiça social, que conversava em lugares públicos sobre suas convicções, que andava pelos sítios e pequenas

²²² Entrevista DE Diane Valdez concedida a esta pesquisadora em Junho de 2013.

²²³ Idem.

propriedades pregando pensamentos de igualdade, de justa divisão e condição de vida... não havia chance de não ser dedurado.²²⁴

Diane atribui a prisão aos inimigos do pai, udenistas na maioria, pessoas de posse, fazendeiros, comerciantes locais e também alguns militares com os quais Washington já havia se desentendido, por não compactuar com esses “donos do poder” na região.

Após a prisão do pai, Diane conta que ficaram sabendo que ele estava em Nioaque. Tempos de muita preocupação sem notícias, os amigos se mobilizaram para encontrá-lo, ficaram sabendo que estava preso no quartel de Nioaque. Sua mãe recebia notícias através desses amigos, ela ficara na cidade cuidando das filhas. Diane recorda que a mãe não as mandava para escola para evitar sofrimento das filhas, pois conhecia “o ritmo da cidade e sabia que os filhos poderiam sofrer acusações a respeito do pai”.

E, segundo ela, foi justamente o que aconteceu. As crianças vizinhas eram proibidas de brincar com elas e a mando dos adultos os chamavam de filhos de terroristas ou filhos de comunista. Alguns falavam que eram filhos de um bandido ‘Tupamaro’²²⁵. Conta que, certo dia, seu irmão foi chamado de filho de guerrilheiro e filho de comunista por um vizinho e: “[...] ao ser indagado por um outro menino sobre o que era ser ‘comunista’, ele respondeu que era um ‘ladrão de galinha’.

Lembra que a família sofreu muito com as acusações ignorantes, mas eram aconselhadas pela avó a nunca desmerecer o pai, a dizerem que sentiam orgulho do pai porque ele era um defensor dos pobres, e não um ‘dedo-duro’ e ‘covarde’ como o pais das crianças que os atormentavam.

Após a liberação, o pai de Diane voltou para Jardim, contudo nunca mais foi o mesmo. Quando chegou em casa estava abatido e tinha os olhos vermelhos. Quando sua irmã mais velha perguntou à mãe porque os olhos do pai estavam daquela cor, o próprio pai contou a elas que ele havia sido preso com mais pessoas num lugar escuro, sem luz, e não dava para saber se era noite ou dia. De vez em quando a escuridão era interrompida por uma luz forte que os deixavam atordoados.

E, para mantê-los de olhos abertos, colocavam palitos para levantar as pálpebras e não deixar que fechassem os olhos. Eles ainda tinham as mãos amarradas para trás.

²²⁴ VALDEZ, Diane. Entrevista concedida em 2013.

²²⁵ *Tupamaros* foi uma organização de guerrilha urbana uruguia que operou nos décadas de 60 e 70, durante a ditadura no Uruguai (1973-1985). Designar alguém de tupamaro era o mesmo que dizer que era terrorista.

Contou ainda que ele, por ser militar, não sofreu tanto, mas seus conhecidos e companheiros de prisão foram barbaramente torturados. Amargurado, passou a beber.

O pai morreu no dia 29 de janeiro de 1971: “[...] pouco mais de dois meses após a prisão, às cinco horas da tarde teve um infarto fulminante e morreu. Se tivesse outro para este infarto, poderia ser tristeza, dor, decepção, angustia...”²²⁶

²²⁶ VALDEZ, Diane, 2013

CAPÍTULO 4

O SUL DE MATO GROSSO E OS EFEITOS DE UMA “PRETensa REVOLUÇÃO”

4.1- Comando de caça aos Comunistas no SMT: o papel da ADEMAT no sul do estado de Mato Grosso.

[...] uma coisa que se chamava Ademat. Então nós lutávamos desesperadamente para que ela não se formasse aqui (Cuiabá), pois parecia um órgão fascista, um órgão de repressão. Eles tentaram montar aqui e não conseguiram.

Milton Figueiredo, ex-deputado federal pela UDN

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD- surgiu em 1959, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, tendo como diretor geral o integralista Ivan Hasslocher. Criado para combater o avanço comunista no Brasil, teve adesão de segmentos conservadores. No quadro do grupo inicial figuravam empresários brasileiros e estrangeiros. O IBAD, segundo Dreifuss, fora criado para “[...] compartilhar do governo político e moldar a opinião pública, assim o fazendo através da criação de grupos de ação política e ideológica [...]”²²⁷

O grupo inicial constituiu-se do ex-integralista Inácio de Freitas Rolim, instrutor da ESG, do empresário Jorge Behring de Mattos, presidente do CONCLAP e da Associação empresarial Centro de Indústrias da Guanabara, do empresário Alberto Byngton Jr., presidente do CONCLAP em 1963, do empresário G. Borghoff, da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Federation of the American Chambers of Commerce, e de Ivan Hasslocher, integralista,

²²⁷ DREIFUSS, R. A. 1964 *a conquista do estado: ação política e golpe de classe*. Petrópolis RJ: Vozes,: 2006, p.111.

diretor geral do IBAD, e que foi apontado como sendo agente da CIA (Agência Central de Informações) dos Estados Unidos para o Brasil, Bolívia e Equador. [...] o IBAD foi denunciado como sendo uma das principais políticas da CIA no Rio, sendo basicamente uma organização de ação comunista.²²⁸

O IBAD atuava no Congresso Nacional através da Ação Democrática Parlamentar – ADP -, presidida pelo deputado udenista baiano João Mendes. O vice-presidente da ADP era o deputado mato-grossense Mendes Gonçalves, do PSD-MT. Por ocasião do impasse acerca da posse ou não de João Goulart na presidência da república, com a renúncia de Jânio Quadros, Mendes Gonçalves manifesta-se radicalmente contra a posse de Goulart. Ao justificar-se, resalta o deputado pessedista: “ [...] nasci conservador e hei de morrer conservador. Fiz tudo que pude para que esta Casa votasse [...] o impedimento do Senhor João Goulart, por entender que, dentro da atual conjuntura, a posse [...] seria o risco da cubanização do meu País.”²²⁹

Segundo DREIFUSS,

[...] o IBAD influenciou e penetrou no legislativo e nos governos estaduais, interveio em assuntos eleitorais nacionais e regionais e apoiou alguns sindicatos em particular. [...] O IBAD sincronizou suas atividades às organizações paramilitares o MAC- Movimento Anticomunista, o Movimento Democrático Brasileiro [...] a OPAC – Organização Paranaense Anticomunista, e a CLMD – Cruzada Libertadora Militar Democrática, com os quais o IBAD compartilhava pessoal, técnicas e recursos. O IBAD ligou-se também a organização católica Centro Dom vital, da qual Gustavo Corção, intelectual católico de extrema-direita [...] ²³⁰

Tal como o IBAD, surgiu, nos final dos anos 50, ainda durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES, também congregando classes com os mesmos interesses políticos e econômicos. A classe empresarial obteve adesão de militares de alta patente, como o general Golbery do Couto e Silva:

Uma série de reuniões informais lideradas por empresários [...] de São Paulo e do Rio iniciou abertamente um estágio no processo onde diferentes organizações de classe e órgãos do governo começaram a pregar mudanças fundamentais na economia e no sistema político. [...] surgiu a idéia (*sic*) de se estimular em todo país uma reação

²²⁸ idem, p.112

²²⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 27.08.1961. disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/a-crise-politica-de-1961/Acontecimentos%20do%20dia%2027%20de%20agosto%20de%201961>, acesso 26.09.2014.

²³⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do estado: ação política e golpe de classe*. Petrópolis RJ: Vozes, 2006, p.113

empresarial ao que foi percebido como a tendência esquerdista da vida política²³¹

Oficialmente o IPES passa a existir em 29 de novembro de 1961 e se torna uma rede nacional de militantes de grupos de ação, unindo pessoas de segmentos diversos, todavia, com posicionamento de combate ao comunismo e com objetivo de influenciar os destinos econômicos e político do país, os quais, segundos os referidos grupos, não podia ficar apenas nas mãos dos políticos. Juntos, IPES e IBAD influenciaram nas eleições em todo país, agindo através de entidades diversas, como a Igreja.²³²

Envolvendo setores abastados da economia brasileira, muito além de divulgação da ideologia proposta, tornaram-se arrecadadores de fundos para campanhas e para gastos nos atendimentos às necessidades das entidades envolvidas e cooptadas. Despesas que nem sempre podiam figurar na contabilidade legal da entidade, como as “[...] referentes à ação secreta no Congresso, nas Forças Armadas, sindicatos, mídia e movimento estudantil. Tais despesas eram pagas por Associação de Classes, e isso permitia anonimato dos doadores [...]”.²³³

Juntos, IPES e IBAD pretendiam “levar a estrutura política a um ponto de crise, no qual os civis apoiariam soluções extra constitucionais e os militares se sentiriam compelidos a intervir como moderadores no que em 1962 era um sistema altamente polarizado[...]”.²³⁴

O IPES/IBAD elegeu, nas eleições de 1962, cerca de 200 congressistas, quase metade dos parlamentares existentes na Casa, o que fortaleceu a ADP no Congresso Nacional.

No sul de Mato Grosso, o grupo de pressão a serviço do complexo IPES/IBAD foi formado por pessoas ligadas às classes de empresários e de produtores rurais. Logo após o golpe, membros da ADEMAT puseram-se no encalço dos supostos comunistas e subversivos. Os alvos principais foram os petebistas, comunistas e líderes dos trabalhadores, geralmente ligados a um desses partidos.

O grupo de pressão Ação Democrática de Mato Grosso –ADEMAT - , grupo formado por civis de combate ao movimento que denominavam de comunizante, nasceu

²³¹ .idem, p. 175

²³² idem 175

²³³ Idem, p. 220-221

²³⁴ DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do estado: ação política e golpe de classe*. Petrópolis RJ: Vozes, 2006

a partir do mesmo grupo formado no Congresso Nacional. Segundo *A Revista Brasil Oeste*, faziam parte desse grupo, de extrema direita: Claudio Frageli, Agostinho Bacha, Rodolfo Andrade Pinho, Alcindo de Figueiredo, Vicente Oliva, Oswaldo Bucker, Itálvio Coelho, Assis Brasil Correa, Ludio Coelho, João Rocha, Roberto Spengler, Cândido Rondon, Arlindo Sampaio Jorge, Anísio de Barros, Irmão Bello, Daniel Reis, Ladislau Marcondes, Cícero de Castro Faria, Munier Bacha, Antonio Lopes Lima, Armando Barbosa, Annes Salin Saad, José Ferreira, Eduardo Metello, José Candido de Paula e Coronel Câmara Sena.²³⁵

Eram ligadas, na sua grande maioria, ao setor agropecuário do estado. Pessoas com propriedades rurais ou profissionais liberais. Segundo Oliveira:

A ADEMAT era uma entidade formada por homens profissionalmente competentes, médicos, advogados, pecuaristas e comerciantes entre outros, mas pelo que se vê com pouco ou nenhum sentimento humano. Alguns representantes dessa entidade sentiam prazer em cumprir a triste missão de delatar, agredir e humilhar as pessoas que, por alguma razão pensavam diferente. O cacique maior deles, Demóstenes Martins, [...] apreciava cargo público que lhe desse a oportunidade de vasculhar a vida alheia, de fazer interrogatórios e outras coisas ligadas ao campo da punição e da repressão.²³⁶

A revista *Brasil Oeste*²³⁷, veículo de comunicação ligada à classe ruralista enaltecia seus criadores, os quais corporificavam “[...] uma organização patriótica destinada a livrar o País de fôrças (sic) ocultas (comunistas ou de qualquer outra tendência) que visem à privação da liberdade do homem e da integridade nacional.”²³⁸

Em março de 1964 a revista divulgou mensagem de apoio às Reformas de Base propostas por João Goulart e combatidas pelos partidos de oposição ao governo. O ruralista, segundo a revista:

[...] é a favor das reformas de base [...] a favor da reforma agrária, democrática, cristã e técnica, que atenda às peculiaridades das diversas regiões. [...] é contra a agitação, a irresponsabilidade e a demagogia; é contra os remédios paliativos ministrados pelos poderes públicos...[...] é contra a espoliação e a tentativa de desorganizar a produção, através das intrigas e das lutas de classes.²³⁹

²³⁵ *Revista Brasil Oeste*.

²³⁶ *O triste papel da Ademat*. Disponível em www.viamorena.com.br. O golpe em Matogrosso do sul.(II). 23 de março de 2013.

²³⁷ Sobre a Revista Brasil Oeste ver SALGUEIRO, E.M. “O maior projeto em prol de Mato Grosso”: uma análise da revista Brasil Oeste (1956-1967). Dissertação. Mestrado em História. Dourados MS: UFGD, 2011.

²³⁸ *Revista Brasil-Oeste*, ano VIII,n. 92, p. 45

²³⁹ *Idem*, n. IX, n. 91, p. 21.

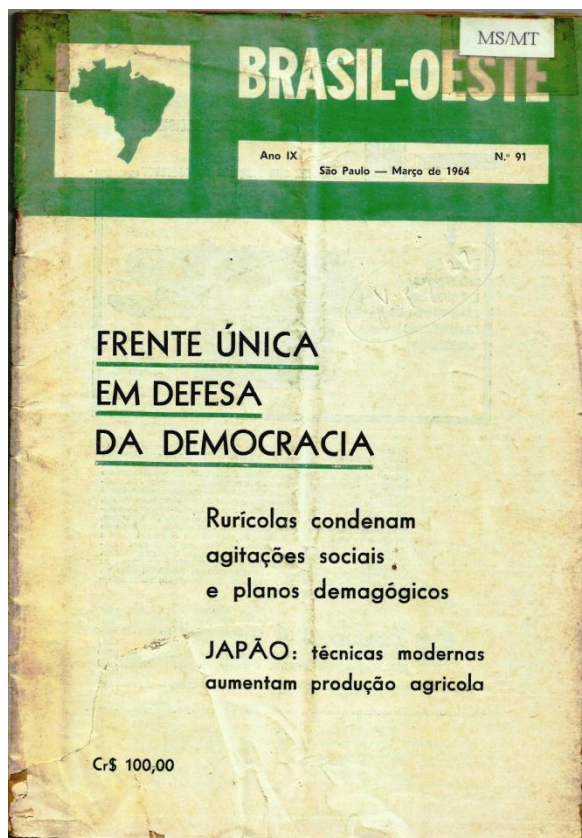


Figura 07 Revista Brasil Oeste março 1964
Acervo Biblioteca Central UFGD.

A ADEMAT manifestava-se abertamente pela propagação dos valores democráticos pregados pelo complexo IPES/IBAD. Utilizava-se constantemente do jornal *CORREIO DO ESTADO* para disseminar suas ideias, e até mesmo, ameaças.

O jornal *CORREIO DO ESTADO*, segundo o ex deputado udenista Wilson Loureiro, foi criado para ser um jornal do partido udenista²⁴⁰, e as notícias sobre as ações da ADEMAT eram publicadas sem autores determinados. Era, ainda segundo o ex deputado, “[...] para ser um jornal do partido, da UDN, pela UDN, para a UDN. Assim, desde 1963, data provável da criação da ADEMAT em Campo Grande, as ações do grupo passaram a ser noticiadas.

Durante o ano de 1963 a ADEMAT utilizou-se do jornal para protestar contra o que achava “avanço do comunismo” protagonizado pelo presidente petebista João Goulart. Matérias e manchetes como “A turma dos mentirosos”, a ADEMAT protestava contra as ações do presidente e seus seguidores, aqueles que,

²⁴⁰ entrevista documentário *Olhares de 2 Mato Grossos: golpe militar 40 anos depois*. 2004.

[...] sugam e parasitam e, ao invés de trabalhar, se dedicam a adaptar as teorias que lhes propiciem melhor forma de extorquir, de espoliar, cuspidando no prato do qual se serviram. Usam disfarçadamente, sob a capa ampla da hipocrisia, a foice para degolar as franquias democráticas, e o martelo para massacrar as consciências.²⁴¹

A conhecida atuação da ADEMAT não era bem vista nem mesmo pelos partidários udenistas do norte do estado que impediram a implantação da facção na capital: “Era em Campo Grande – uma coisa que se chamava ADEMAT. Então nós lutávamos desesperadamente para que ela não se formasse aqui (Cuiabá), pois parecia um órgão fascista, um órgão de repressão [...]” declarou Milton Figueiredo, ex-deputado estadual e ex-deputado federal pela UDN.²⁴²

4.2- Perseguição a militantes e lideranças políticas

As Forças Armadas agiram intensamente antes e logo após o golpe de estado, iniciado em 31 de março com a movimentação das tropas mineiras. Nesta mesma data, o então coronel Carlos de Meira Matos partiu de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, rumo a Goiânia. Em 48 horas, segundo o jornal *O Estado de Mato Grosso*, Meira Matos saiu de Cáceres e chegou ao destino, Goiânia, garantindo o êxito da ação militar que depôs João Goulart da presidência. Exaltando o feito de Meira Matos, o jornal ressalta:

Na Granja do Torto se estudava ainda a possibilidade de resistir, quando o ex-Presidente foi avisado que a vanguarda da coluna Meira Matos [...] estava em Jataí (Goiás). A ele se deve esta exclamação: ‘Tudo estava preparado, esta marcha foi fulminante. É o fim’: e em seguida deu ordem de partida para o Sul, a fim de resistir por lá.²⁴³

No estado de Mato Grosso, logo após a posse de Raineri Mazzili na presidência, as ações se voltaram contra petebistas, comunistas e não simpatizantes do golpe. Segundo o relatório²⁴⁴ do comandante da 9ª Região Militar, sediada em Campo Grande, ao Diretor do DOPS de São Paulo, foram abertos inúmeros Inquéritos Policiais

²⁴¹ *Correio do Estado* 31 ago 1963.

²⁴² NEVES, Maria Manuela. *Renha Novis*. Op. cit.. 254.

²⁴³ A MARCHA DA COLUNA MEIRA MATOS. *O Estado de Mato Grosso*. 12 de abril de 1964, pg.3

²⁴⁴ Ofício nº 371, páginas 93-99, Acervo digitalizado Deops. Arquivo Público de São Paulo, disponível em www.arquivoestado.sp.gov.br

Militares naquela unidade do Exército. O ofício, de 29 de setembro de 1964, relaciona os indiciados²⁴⁵ no sul do estado:

Até a data de 29 de setembro de 1964, tendo em vista não ter sido localizado outro documento que indicasse a existência de mais inquiridos, o que possivelmente existia, em função da edição do Ato Institucional nº 5, o número de indiciamentos no estado de Mato Grosso foram os seguintes, por cidade:

| Cidade | Nº IPMs |
|----------------|------------|
| Campo Grande | 50 |
| Corumbá | 19 |
| Porto Murtinho | 07 |
| Aquidauana | 13 |
| BelaVista | 01 |
| Dourados | 04 |
| Miranda | 06 |
| Ponta Porã | 27 |
| Rio Verde | 04 |
| Três Lagoas | 09 |
| Total | 140 |

Muitas pessoas foram denunciadas e até mesmo levadas à prisão por civis, pessoas da cidade, comprometidas com entidades de defesa da pátria brasileira contra o avanço comunista. Em todo Brasil proliferaram associações com esse fim, barrar qualquer possibilidade de avanço comunista que se acreditavam estar em curso sob a direção do presidente deposto João Goulart. Após a deposição do presidente, teve início a caça aos comunistas por todo Brasil.

As prerrogativas previstas no Ato Institucional Nº 1 desencadearam uma onda de perseguições e prisões pelo país. Auxiliados por civis, policiais civis e militares, principalmente do Exército Brasileiro, lançaram-se na busca e prisão de pessoas que se enquadravam nas condições estabelecidas pelo Ato, ou seja, pessoas contrárias ao golpe, subversivos, como eram denominadas as pessoas que não apoiavam o golpe.

²⁴⁵ No ofício citado foram nominados cidadãos de vários municípios do estado de Mato Grosso mas foram selecionados apenas os indicados no sul do estado de Mato Grosso.

Pelo país houve perseguições e prisões arbitrárias, principalmente de pessoas ligadas a partidos, associações ou entidades como a União Nacional dos Estudantes, a UNE. A exemplo, tem-se a prisão do estudante mato-grossense Ricardo Brandão.

Estudante do curso de direito na cidade do Rio de Janeiro, Ricardo Brandão foi preso em Mato Grosso e conduzido para o Rio de Janeiro, onde permaneceu preso de maio de 1964 a 1967, segundo sua viúva, Olga Brandão.

D. Olga lembra que, antes da prisão, ele e outros integrantes da UNE foram perseguidos na sede da entidade estudantil, na Guanabara:

[...] ele estava no prédio da Une quando a polícia foi prender os estudantes que se encontravam no prédio. Ele pulou dois andares do prédio e quebrou os pés e teve que se esconder até sarar. Quando ele pode caminhar, veio para o Mato Grosso [...] e ficou escondido numa chácara [...]. Um dia ele saiu para passear [...] e o Exército o prendeu.

²⁴⁶

Olga Brandão lembra, também, que o marido foi preso por oficiais do Exército, pela primeira vez, na Praça Ari Coelho, em Campo Grande. Ficou só de cuecas numa cela e acabou adoecendo. Gripe, tosse e, por fim uma tuberculose, ele só não morreu de tuberculose porque foi socorrido por um outro preso político, o médico Alberto Neder, preso na cela vizinha. Permaneceu alguns meses na prisão em Campo Grande e depois foi mandado para Guanabara, por pertencer ao Partido Comunista, por ser um líder estudantil e ativista assumido contra o que estava acontecendo no país.²⁴⁷

Ricardo Brandão foi recebido no aeroporto Santos Dumont por oficiais do Exército e permaneceu preso no DOPS. Pelo seu prontuário²⁴⁸, passou ainda pela Marinha, cuja presença foi requisitada pelo Centro de Informações da Marinha – CENIMAR.

Seu depoimento, prestado ao delegado Denizar Corrêa Pinheiro, no DOPS, revela o passado atuante do estudante Ricardo Brandão, preso aos 21 anos de idade. As informações constantes do depoimento tomado, após a devida identificação do preso, iniciam-se com relatos de suas atividades estudantis desde o curso ginásial, atual ensino fundamental, na cidade de Campo Grande e na Três Lagoas, estado de Mato Grosso.

²⁴⁶ Entrevista de Olga Brandão concedida à esta pesquisadora em setembro de 2013. D. Olga casou-se com Ricardo Brandão em 1974 e suas lembranças são os relatos do marido.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Prontuário 1152, localizado no Arquivo Público do Rio de Janeiro RJ, Acervo DEOPS/RJ, fundo Polícia Política, notação 1152.

18-16

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PLANILHA DE REGISTRO

Prontuário N.º..... 1

Nome RICARDO BRANDÃO

Nacionalidade BRASILEIRA

Naturalidade ESTADO DE MATO GROSSO

Filho de SEBASTIÃO DÁ SILVEIRA

e de IRACI BRANDÃO CAPIBE

Idade 21 anos. Nascido em 8 de MAIO de 1943

Estado Civil SOLTEIRO Instrução UNIVERSITÁRIA

Profissão ESTUDANTE

Residência RUA MARQUÊS DE ABRANTES, 37 - AP. 509

Motivo

Notas Cromáticas

Olhos BRANCA Cabelos CASTANHOS

Olhos CASTANHOS Bigode SIM(RASPADO)

Barba SIM Como usa RASPADO

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1,60 m Pêso: 55 kg

Fronte: Altura Inclinação

Largura Sobrancelhas



Figura 08 Planilha de Registro Ricardo Brandão
Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro APERJ

No curso científico, atual ensino médio, Ricardo Brandão fundou, junto com outros colegas, a Associação Campo-grandense Estudantil de Letras, entidade com objetivo de “[...] divulgação e o aprimoramento das atividades literárias da classe.”²⁴⁹

Fixou residência na Guanabara em 1961, para estudar Direito na Faculdade Cândido Mendes, onde também fez cursos de Extensão de História do Brasil, curso de Parlamentarismo, curso de Psicologia Aplicada, curso de Retórica e Oratória. E, filiou-se à Associação Mato-grossense de Estudantes, criada por estudantes oriundos do estado Mato Grosso, para apoiar tais estudantes.

Na universidade, integrou a União Metropolitana de Estudantes, a UME, e também a União Nacional dos Estudantes, UNE. Declarou que não era filiado e nem participava de qualquer partido político, nem mesmo quando ainda morava em Campo Grande. Suas participações nas entidades citadas tinham finalidade de divulgar atividades literárias. No estado de Mato Grosso escrevia para o jornal *O Roteiro*

²⁴⁹ Prontuário 1152, localizado no Arquivo Público do Rio de Janeiro RJ, Acervo DEOPS/RJ, fundo Polícia Política, notação 1152, fls.2..

Matogrossense de circulação interna da entidade, e, na Guanabara, colaborava com o jornal *O Metropolitano*, jornal interno da UME.

Na UNE, Ricardo Brandão declarou que exercia atividades jornalísticas: [...] junto ao jornal “O MOVIMENTO”, também órgão da classe e de circulação interna; que, ainda neste último jornal, a atividade do declarante foi unicamente artística e apolítica; [...] ²⁵⁰

Na condição de universitário, fazia parte ainda do Centro Acadêmico Ruy Barbosa, onde era primeiro secretário. No Centro, escrevia no setor literário do jornal *JUS*, de circulação interna.

Brandão declarou ainda que escrevia para o jornal *Correio do Estado*, onde mantinha uma coluna permanente: “[...] órgão de imprensa da cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso; que, dita sessão trata de assuntos literários, embora o declarante possa informar que dito jornal é de caráter político, partidário da União Democrática Nacional (UDN) [...]” ²⁵¹

A vida de Brandão começa a ficar complicada com o questionamento sobre uma carta que ele enviou a uma pessoa chamada Vasco, em 3 de abril de 1963.

Brandão esclarece que se trata da pessoa de Jose Roberto de Vasconcelos, jornalista e redator do jornal *Democrata*, seu amigo desde 1957. Vasco foi vereador na cidade de Campo Grande, pela UDN. Nessa época, Brandão conversava com frequência com Vasco, geralmente sobre política do MT, considerando a atuação de Vasco como vereador da cidade. Vasco ainda lhe mandava exemplares do jornal *Democrata*, *Correio do Estado* e *O Matogrossense*. Através desses jornais Brandão se inteirava sobre os acontecimentos do seu estado.

A tal carta, cujo teor não se sabe como, era do conhecimento do delegado inquisidor, que afirmou ainda que Brandão se posicionava nessa carta, contra o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD. Brandão era contra a criação do Instituto porque para ele: [...] não existem problemas de esquerdismo e comunismo no Estado de Mato Grosso [...] que o IBAD era um órgão corrupto, e a criação do mesmo no seu Estado, viria criar um clima de intranquilidade no mesmo, [...] que a posição escrita em sua carta mencionada:

[...] ‘O PESSOAL QUE O ASSINOU ESTÁ DECIDIDO À TOMADA DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS, OUTRAS POSIÇÕES’,

²⁵⁰ Prontuário 1152, localizado no Arquivo Público do Rio de Janeiro RJ, Acervo DEOPS/RJ, fundo Polícia Política, notação 1152, fl.3.

²⁵¹ idem, fl.3.

significa que dito pessoal estava decidido a prosseguir numa luta, através de telegramas e manifestos, até obter o fim desejado, e que dera ensejo ao manifesto citado [...].²⁵²

A carta, objeto da inquirição, também menciona Ligas Camponesas, o que foi esclarecido por Brandão ao dizer que no MT não existiam Ligas Camponesas, assumindo o erro de expressão. Na verdade, Brandão queria saber notícias do estado para escrever uma reportagem para o jornal *Correio da Manhã*.

Brandão ainda teve de explicar o desejo de pressionar o governo de MT, manifestado na carta. Disse que havia necessidade de mudanças na administração de Mato Grosso, visto ser este um estado governado pelas famílias Correia da Costa e Ponce.

Fez esclarecimentos ainda sobre sua atuação na UNE, seus contatos com outros membros da entidade, ele afirmou que eram pessoas ligadas a jornais da entidade. Foi perguntado ainda sobre a atuação do almirante Candido Aragão no jornal *Une Press*, da UNE. Brandão respondeu que desconhecia qualquer participação de Aragão na UNE.

Consta ainda do depoimento que não participava da Ação Popular, sabendo da existência do mesmo por conversas na UNE, sem, contudo, declinar nomes, acrescentando que seu conhecimento resumia-se a saber que a AP era uma entidade formada por católicos da esquerda, liderada pelo padre Francisco Lages.

Olga Brandão confirma que Ricardo Brandão foi torturado na prisão, todavia consta ao final do depoimento:

[...] que com referência ao tratamento que lhe foi dispensado neste Departamento o declarante nada tem a dizer que possa ser considerado como reclamação, não tendo sido o mesmo sofrido qualquer tipo de constrangimento físico ou moral. E mais não disse. [...].²⁵³

Não faz parte do dossiê Ricardo Brandão, qualquer menção sobre a sua liberação do DOPS, bem como não consta seu depoimento ao CENIMAR, no entanto, segundo dona. Olga Bandão, ele permaneceu preso até 1967. O período longo da prisão faz ensejar a existência de algum processo, provavelmente um Inquérito Policial Militar, comum no período. Mas não existe qualquer anotação.

²⁵²Prontuário 1152, localizado no Arquivo Público do Rio de Janeiro RJ, Acervo DEOPS/RJ, fundo Polícia Política, notação 1152, fls. 3-4.

²⁵³ idem, p.4-5.

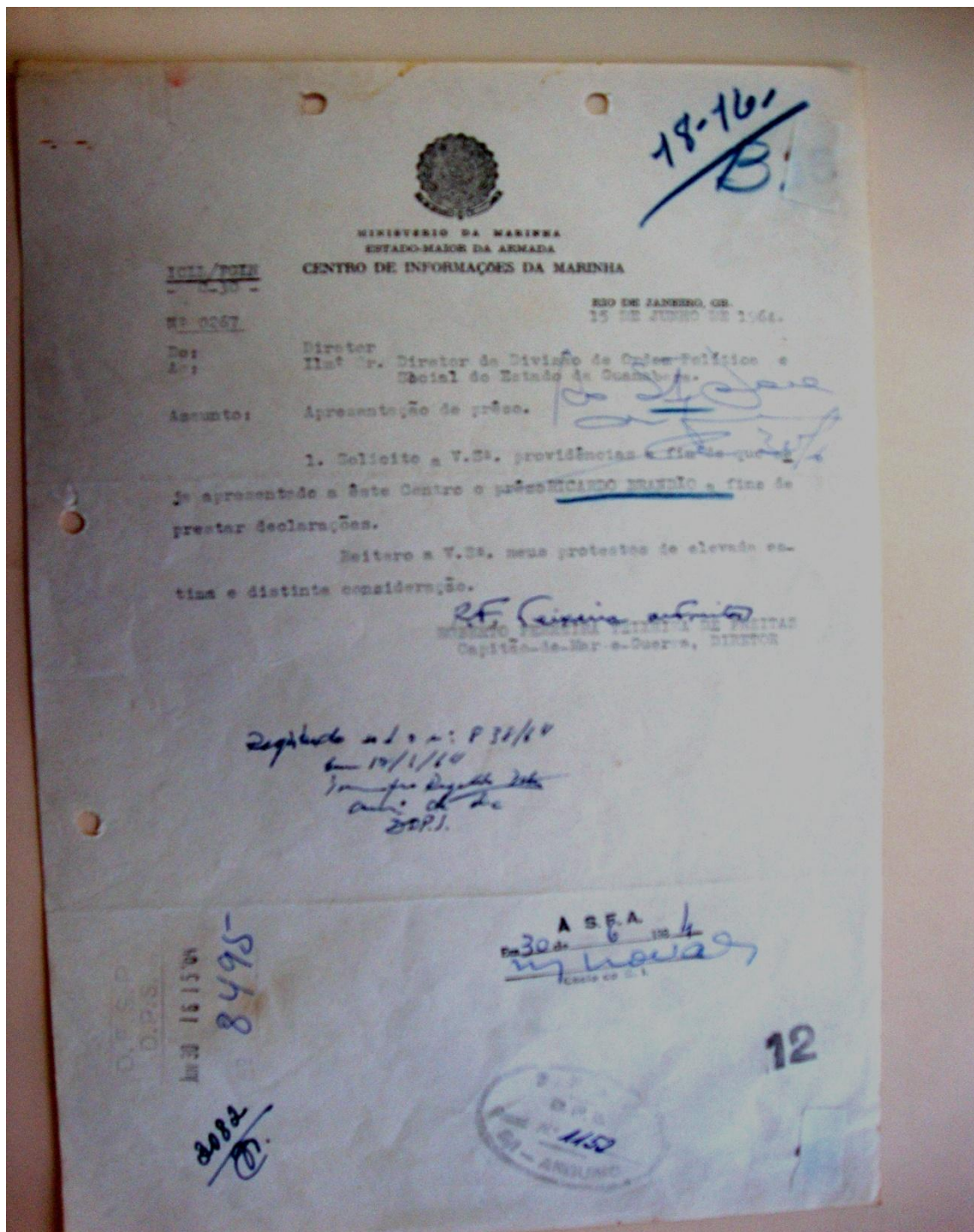


Figura 09 Requisição do preso Ricardo Brandão pelo CENIMAR
Acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro APERJ

Cumprindo as determinações do AI-1, autoridades prendiam qualquer pessoa que pudesse significar perigo. É o caso do ex- deputado Sergio Cruz, em 1964, preso em Cuiabá logo após o golpe, por puro acaso, afirmou ele.²⁵⁴

²⁵⁴ Entrevista concedida a esta pesquisadora em setembro de 2013

O ex-deputado Sergio Cruz, pernambucano mudou-se para o Mato Grosso em 1960 e veio diretamente para a região de Dourados, estabelecendo-se em Vicentina, região da Colônia Agrícola de Dourados, a CAND. Começou a trabalhar na Rádio Clube de Dourados como radialista. Lembra que trabalhava com Sultan Raslan, também ex-deputado estadual. Atuaram juntos na mesma legislatura e participaram da primeira constituinte de Mato Grosso do Sul (1981-1982).

Sobre 1964 lembra que, nesse período já estava em Rondonópolis, onde exercia a função de jornalista da Associação dos Municípios, cujo presidente era o prefeito daquela cidade. E foi nessa condição que, no dia 1º de abril de 1964, foi preso, já na cidade de Cuiabá, para onde viajara após o golpe militar. Cuidava, junto ao presidente da Associação, da instalação da sede da associação na capital.

Em Cuiabá, hospedou-se num hotel, e, naquela manhã, apareceram policiais civis à procura de duas pessoas conhecidas suas, que também tinham o costume de lá se hospedarem. O atendente do hotel informou que essas pessoas não se encontravam hospedadas, somente o jornalista Sergio Cruz, que confirmou que conhecia as pessoas que eram procuradas. E os policiais solicitaram que Sergio Cruz os acompanhasse à chefatura. Da chefatura foi levado, agora já na condição de preso, para a cadeia pública.

Sergio Cruz lembra que soube das razões de sua prisão pela conversa entre dois policiais. Um perguntara a outro porque o “conduzido” estava sendo preso e ouviu a resposta: “esta sendo preso como agitador comunista”. Assustado, Sergio Cruz quis falar, se explicar, pedir explicações, mas foi impedido: “[...]você só fala quando alguém lhe perguntar”. Mas ninguém lhe perguntou mais nada e ele permaneceu preso por 30 dias, sem sequer prestar um depoimento.

Confirma que não apanhou, não foi torturado, ao contrário de alguns companheiros de cela. A cela, segundo ele, de cerca de quinze metros quadrados, onde ficavam presos perto de vinte pessoas. Todos presos sob a “acusação” de serem comunistas. Soube apenas que ali havia pessoas de movimentos sociais ligadas a terra, e a partidos políticos.

Foram trinta dias numa cela infecta, com precárias condições de higiene e o pior era a desconfiança entre os presos. Todos desconfiados e temendo uns aos outros. “Ficamos trinta dias falando amenidades, ninguém se identificava com receio do outro”. No vigésimo nono dia de prisão foi levado novamente à chefatura de polícia para depor. Conta que as perguntas eram as mais imbecis e idiotas possíveis, tudo em razão de uma

carta achada durante, uma revista, no seu quarto de hotel, em Rondonópolis. Era uma carta endereçada a um amigo em Moscou.

De fato ele escrevera essa carta que nem chegou a enviar, mas continha amenidades. Como seu amigo, J. Alves, que atualmente mora nos Estados Unidos, fazia curso superior em Moscou, Sergio Cruz escreveu que também tinha vontade de estudar em Moscou. Mas não havia nenhuma conotação ideológica nesse desejo, até porque não era marxista e, além disso, era contrário ao radicalismo da esquerda. Enfim, era apenas um democrata convicto e um repórter humanista. A democracia, com todas as suas mazelas, ainda é o melhor regime político, afirma ele.

No contexto de Guerra Fria, segundo Daniel Aarão Reis Filho, a URSS criara mecanismos de convencimento direcionado principalmente aos jovens:

[...] apresentava-se como, e de fato era, a grande retaguarda dos interesses dos povos oprimidos em luta pela libertação nacional. Votava sempre em favor de suas causas nas instâncias internacionais, oferecendo contrapeso às potências capitalistas, capitaneadas pelos EUA. Ajudava em armas e assessoria [...]. Criara até uma universidade em Moscou, especialmente voltada para estudantes do Terceiro Mundo – a Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba.²⁵⁵

Mas Cruz se confessa um simpatizante de Jango e de suas ideias sobre reforma agrária. Em 1963, quando o ex-presidente esteve em Dourados, Sergio Cruz foi o locutor do serviço de alto-falante da carreata que conduziu Jango e comitiva pela cidade, a convite de Rui Gomes da UDN. Mas concorda que Jango sofria forte oposição em seu governo. Na condição de radialista na extinta Rádio Clube de Dourados, lembra que a emissora recebia “acetatos grandes, com lado A e lado B”, que eram discos de vinil, material levado à emissora por pessoas ligadas ao IBAD, para divulgação. O material continha matérias contra o perigo comunista e contra o governo de João Goulart, que representava um perigo contra a liberdade. Alguém levava os discos, pagava adiantado pelas divulgações.

Proselitismo contra o comunismo, contra a reforma agrária, denúncias de infiltração comunista no governo de Jango. Elas encontravam encontravam simpatizantes na população. Sergio Cruz recorda-se de ouvintes que, quando o encontravam na rua, comentavam e gostavam do material divulgado. E, de fato havia

²⁵⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. (org) *O século XX: o tempo das dúvidas*. V.3.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 24-25.

ampla divulgação visto que o único jornal da cidade, *O Progresso*, naquela época, era semanário. A rádio tinha muito mais audiência e alcance.

Libertado, foi embora para o interior do estado de São Paulo onde trabalhou como radialista. Retornou para Campo Grande em 1968 e encontrou uma cidade “militarizada”, com censura severa nas rádios e jornais, com sensores dentro dos órgãos de imprensa, em épocas de crises ou denúncias. Lembra do episódio em que o censor picotou a fita do *III Festival Internacional da Canção*, em 1968. A música vencedora foi “Sabiá,” de Tom Jobim e Chico Buarque, interpretada por Cynara e Cybele.

A rádio em que trabalhava havia comprado os direitos de transmissão do festival, e, quando a fita chegou e foi transmitida, foi imediatamente censurada, tendo o censor que picotado a fita. A música “Prá não dizer que não falei das flores,” de Geraldo Vandré, classificada em segundo lugar, foi considerada como um apelo à resistência ao governo militar e uma ofensa às instituições militares em razão do refrão: [...] há soldados armados, amados ou não. Quase todos perdidos de armas nas mãos. Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição, de morrer pela pátria, e viver sem razão [...]”.

Geraldo Vandré foi exilado e sua música censurada. Voltou a ser tocada depois da Lei de anistia, em 1979, e se tornou um hino de movimentos sociais diversos. “Quem sabe faz a hora não espera acontecer” é quase uma chamada às lutas civis.

Depois da rádio, Sergio Cruz foi trabalhar num jornal tipo *Pasquim*, chamado *Panfleto*. Cruz, por ser chamado toda semana na Polícia Federal, tornou-se quase amigo de seus censores. “Império da deduragem” é como pode ser classificado o clima instalado na cidade. Se algum cidadão não gostasse de alguma notícia por qualquer razão, denunciava imediatamente à Polícia Federal. As diferenças eram resolvidas via denúncias e a polícia se prestava a dar ouvidos a qualquer tipo delas, desde as mais corriqueiras.

Para evitar contratempos com a polícia, o radialista passa a estudar a Lei de Segurança Nacional, assim como as leis que regiam a censura e quando era chamado para prestar esclarecimentos, já apontava na lei, a inexistência de qualquer crime de sua parte. Era uma forma de se defender e não raras vezes os policiais se irritavam e berravam: “a lei aqui somos nós”.

Sobre os chamados *Grupos dos Onze* em Campo Grande, conta que ouviu falar, mas que nunca teve conhecimento concreto sobre tais grupos. Buscou informações como repórter, mas os petebistas diziam que se tratava de lenda. Lembra, todavia, que o

aparato de repressão tinha como “desculpa”, os tais *Grupos dos Onze*, células terroristas que combateriam o governo militar.

Lembra das cassações de Wilson Barbosa Martins, de Wilson Fadul, Nelson Trad e Alberto Neder, por razões políticas, não porque fizessem parte de alguma organização perigosa ou contrária ao regime.

4.3 Trabalhadores e o golpe no sul de Mato Grosso: perseguição e resistências possíveis

Logo após o golpe começaram as prisões em todo estado. Achismos levavam a denúncias e prisões de cidadãos. Nas cidades as cadeias ficaram lotadas, e, na falta de vagas, as pessoas eram encaminhadas às unidades do Exército ou Marinha. Na cidade de Corumbá, lotada a cadeia local, as pessoas foram levadas a um navio-prisão. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade confirma a existência de navios-prisão em razão da falta ou esgotamento das cadeias locais. Registra também que o uso de navios-prisão se dava como estratégia para dificultar o acesso aos presos.²⁵⁶

Waldemar Dias de Rosa, vereador cassado em 64 na cidade, ficou preso no navio-prisão *Guarapuava*. Conta que viu muitas pessoas presas, mas desconhece o tratamento dispensado a elas porque ficou alojado em separado.²⁵⁷

Os trabalhadores sofreram intensa vigilância de diversos órgão de segurança, civis ou militares. Todos os setores eram vigiados. Os informantes eram requisitados entre pessoas da comunidade e em geral com ligações com alguma unidade de segurança.

A troca de correspondências revelam intensa troca de informações entre os órgãos. Um memorando entre o DEOPs de Campo Grande para a unidade de Guanabara demonstra a rede de cooperação entre eles:

²⁵⁶ Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Vol.I. Brasília DF, dez 2014,p.830. Disponível em www.cnv.org.br

²⁵⁷ Entrevista concedida em agosto de 2013.

| DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS | | | TELEGRAMA | |
|---|--------------------|---|---|--|
| NÚMERO DE EXPEDIÇÃO | CARIMBO DA ESTAÇÃO | INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS E ENDREÇO | - URGENTE - DIRETOR DEPARTAMENTO | |
| Recebido: | | | ORDEM POLITICA SOCIAL PIA DA RELA | |
| De _____ | | | RIO GB | |
| às _____ horas | | | 13857 | |
| por _____ | | | 139 DE CAMPO GRANDE M.T. - 453 83 22 - 1900 | |
| <p>PREAMBULO</p> <p>RIO NR 507 - E/2 DE 22 - JUL - 64 - PT REF. PROTOCOLO 8170/64 VG ENCAMINHADO OFICIO 1642 - DE 6 JUL 64 DESSE DEPARTAMENTO VG SOLICITO INFORMAR ONDE SE ENCONTRA ARQUIVADO PROCESSO 1241 HUM DOIS QUATRO HUM VG TRIB SEGURANCA NACIONAL VG ORIGINARIO MATO GROSSO VG FIM PODER SER CONSULTADO SECCAO XXXX INFORMAÇÕES VG DESTA REGIAO PT AGRADECERIA QUALQUER PROVIDENCIA REMESSA XXXX AEREA MESMO VG SE POSSIVEL PT - GEN MOACIR LOPES CMT 94. R.M.</p> | | | | |
| <p>TEXTOS E ASSINATURA</p> <p>2051</p> <p>S.F.F.H.</p> <p>7641</p> <p>S.F.F.H. 4081</p> <p>9965</p> <p>12 07 '64</p> | | | | |

Figura 10 Pedido de informações

Acervo : Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro APERJ

Foram várias as trocas de correspondências entre os estados, demonstrando a vigilância principalmente sobre os trabalhadores:

| MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES | | DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA | | SEÇÃO DE RADIO, TELEGRÁFO E TELEFONES | | RADIOGRAMA | |
|---|--|---|---------|---------------------------------------|----------|--------------------|--|
| DE: GOIANIA | | NR. 284 | Pls. 49 | Dt. 25 | Hr. 1010 | 1756 | |
| RECEBIDO DE: PPP2 | | Às 2151 | | Por NP/VO | | CARIMBO DA ESTAÇÃO | |
| Enderço | | EXMO SR DR DIRETOR DA POLICIA POLITICA ESOCIAL RIO DF | | | | | |
| Texto e Assinatura | | <p>INTERMEDIO BOLETINS ESTAO SENDO CONVIDADOS TRABALHADORES GOIANIA SE REUNIREM DIA 24 AMANHAN VG SINDICATO TRABALHADORES INDUSTRIA CONSTRUÇÃO CIVIL TRATAR FIXAÇÃO SALARIO MINIMO BASE CRR. 1800.00 PT REINA ABSOLUTA CALMA TODA REGIAO PT CONTUDO CONTINUAREMOS VIGILANTES PT SAUDAÇÕES -</p> <p>DR ANTONIO DE FARIA FILHO DELEGADO DE ORDEM POLITICA E SOCIAL</p> <p>Des. do Estado de Goiás.</p> <p>26/7/54</p> | | | | | |

Figura 11 Pedido informações ao DOPS

Outra instituição fortemente aparelhada com extensa rede de informantes era o Exército. Foi na cidade de Ladário que se localizou o servidor aposentado Jose Mauro Chaves.

Chaves trabalhou por 40 anos na Câmara de Vereadores e revelou que foi informante do Exército durante a *revolução*. Era lotado na 2ª seção, a de Informações, segundo ele. Foi forçado pelo Exército, a atuar como informante. Como trabalhava na Câmara de Vereadores de Ladário, tinha que informar ao Exército tudo que acontecesse na Câmara, principalmente a atuação dos vereadores.²⁵⁸

Foram dele as explicações para cassação do mandato do prefeito Ariquemes da Rocha Galvão, cassado, segundo ele, por conta de um pronunciamento político em Miranda. O prefeito era do PTB, mas não foi cassado por essa razão, tanto que o vice-prefeito que assumiu também era do PTB. O prefeito, um sargento reformado do Exército, foi preso no Cassino, uma espécie de clube de oficiais nas dependências do Exército. Permaneceu preso por cerca de 30 dias e foi liberado.

A sessão de cassação do prefeito foi comandada por um oficial da Marinha. A posse do vice-prefeito também foi dada por esse oficial: “O almirante veio com um secretário que fez a ata da posse, e depois da posse eles levaram tudo embora, ficou só o termo de posse. Quem é que ia falar alguma coisa!”, disse o entrevistado.

Trabalhando em Ladário, o ex-servidor público confirmou a existência de um navio onde várias pessoas ficavam detidas, inclusive civis que prestavam serviços para a Marinha. Mas ressalta que o navio-prisão não era propriedade da Marinha, e sim do Ministério dos Transportes: “era um navio boieiro, transportava bois”. Algumas pessoas ficaram até 45 dias presas nesse navio.²⁵⁹

²⁵⁸ Entrevista concedida em outubro de 2014 na cidade de Ladário.

²⁵⁹ Entrevista concedida em outubro de 2014 na cidade de Ladário



Figura 12 - Presos no navio-prisão Guarapuava Corumbá 1964
Disponível no site <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos>

Em *Sindicalismo no Sul de Mato Grosso 1920-1980*, o historiador Eronildo Barbosa da Silva registra que as primeiras entidades trabalhistas no sul de Mato Grosso datam do início do século XX, na cidade de Corumbá. Esta cidade, de intensa movimentação portuária, já tinha vivenciado, em 1911, greves de trabalhadores marítimos dos vapores “Mercedes” e “Miranda”, lá aportados. Além do porto, a cidade de Corumbá contava com a mina de ferro Urucum, que também reunia número significativo de trabalhadores.²⁶⁰

O histórico de perseguições aos trabalhadores também vem de longa data, com registros de intervenções e prisões de sindicalistas, cujos dirigentes eram, na sua maioria, ligados a partidos políticos, notadamente ao PCB. Ao longo de sua história, o PCB contabiliza vários períodos na ilegalidade, com seu registro partidário sendo cassados. Contudo, sempre se manteve atrelado aos movimentos ligados aos trabalhadores. O partido, quando posto na ilegalidade, migrava para outros partidos simpáticos à causa trabalhista como o PTB e o PSB.²⁶¹

²⁶⁰ SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no sul de Mato Grosso 1920-1980*. Campo Grande MS: Editora Uniderp, 2005. p. 61.

²⁶¹ ABREU, A. A. de. PCB. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC. Disponível. <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>, consulta 29 abr 2015.

As associações e sindicatos do sul de Mato Grosso militavam nos partidos de esquerda, bem como se engajavam nas suas agremiações secundárias, como a Aliança Libertadora Nacional- ALN, criada em 1934. Nesse período faziam parte da ALN de Campo Grande trabalhadores da construção civil, panificação, hotelaria, alfaiates e ferroviários.²⁶²

Silva observa que a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil trouxe grande leva de trabalhadores de várias partes do país, bem como do exterior. As condições de construção da estrada de ferro eram precaríssimas e eles reagiram em diversas ocasiões. Com paralisações nas cidades cortadas pela estrada de ferro, “A exemplo de outras categorias, os ferroviários lograram construir ao longo de sua história, um movimento sindical relativamente forte. Tinham a vantagem de estarem articulados nacionalmente [...]”.²⁶³

No período pré-golpe, os sindicatos estavam todos alertas, engajados na luta pelas Reformas de Base propostas por João Goulart. Pelo menos uma entidade se sobressaiu, manifestando-se contra a elite política local. Uma única e corajosa nota contra as ações da ADEMAT, publicada no jornal *Correio do Estado*, aponta para a resistência dos trabalhadores em Campo Grande, uma das principais cidades do estado de Mato Grosso. A nota, publicada na primeira página, mereceu o destaque “a pedido”, registro que não ocorria com as demais publicações da ADEMAT.

Esta nota, publicada no dia 7 de outubro de 1963, foi emitida pelo Sindicato da Construção civil e do Mobiliário de Campo Grande e assinada pelo seu presidente, Durvalino Pereira de Barros. Dirigida aos trabalhadores assim como à população em geral, a nota apoia várias entidades sindicais em nível nacional, entre elas, o Comando Geral dos Trabalhadores, a CGT, a União Nacional de Estudantes Secundaristas, Movimento Nacional dos Sargentos e à Frente Parlamentar Nacionalista.

A ousadia corajosa da nota foi um protesto contra as ações do IBAD, pessoas apátridas, segundo os sindicatos, bem como “[...] de suas Organizações Secundárias (*sic*), como sejam os inimigos do Povo de Mato Grosso Ação Democrática Matogrossense.”²⁶⁴

²⁶² SILVA, Eronildo Barbosa. Op. cit. p. 81.

²⁶³ Idem, p. 62.

²⁶⁴ *Correio do Estado*. 7 out 1963, n° 2552, p. 1.

Nota-se a profunda interligação com comandos gerais dos trabalhadores em nível nacional e a política. Não lhes passavam despercebido o clima de tensão vivenciado pelo país. A nota ainda repudia a ingerência dos governadores da Guanabara e de São Paulo. Nos seus estudos sobre este sindicato, a historiadora Alisolete Weingartner observa que os trabalhadores do sindicato se comunicavam com o Comando Geral dos Trabalhadores e mantinham-se informados sobre os acontecimentos nacionais. Liam jornais e escutavam rádio, esperando e temendo notícias. Os trabalhadores eram politizados, a maioria pertencia aos quadros do PTB ou PCB. Após o golpe de 1964, o sindicato sofreu intervenção.²⁶⁵

Este sindicato, que tinha, no seu quadro de dirigentes, trabalhadores altamente politizados foi alvo fácil do Exército por ocasião do golpe de 64. Oficiais do Exército ocuparam o sindicato, prendendo quem lá estivesse, dentre eles, Durvalino, aquele que assinou a nota contra o IBAD e a ADEMAT. Naqueles dias de muita tensão, os trabalhadores e dirigentes ficavam de vigília na sede do sindicato ante a possibilidade de João Goulart resistir contra o golpe iminente. Ezequiel Ferreira Lima, membro do sindicato e também do PCB, foi preso no dia 2 de abril de 1964 tendo sido decretada a intervenção do sindicato pelo Ministério do Trabalho, agora já sob domínio do governo militar.²⁶⁶

Ezequiel ficou preso por três meses e após sua libertação, teve problemas para conseguir trabalho. O estigma de comunista o perseguiu por muito tempo. Ainda segundo Silva, ele foi vítima de uma armação dos membros da ADEMAT que inventou uma suposta guerrilha em Campo Grande, promovida por ele, com vistas a derrubar o presidente paraguaio Alfredo Stroessner. Mas as autoridades policiais perceberam que eram acusações infundadas, com claras intenções de incriminar Ezequiel e um grupo de paraguaios, residentes em Campo Grande, contrários à ditadura de Stroessner.²⁶⁷

Após a prisão dos dirigentes, o interventor fez abrir um inquérito administrativo que acabou punindo os dirigentes do sindicato pelo “[...] sumiço de uma máquina de

²⁶⁵ WEIGGARTNER, A. A. S. . Sindicato da Indústria da Construção Civil de Campo Grande: conflitos por direitos sociais 1945-1964. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

²⁶⁶ SILVA, Eronildo Barbosa da . p. 140-141.

²⁶⁷ SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no sul de Mato Grosso 1920-1980*. Campo Grande MS: Editora Uniderp, 2005, p. 142

escrever e outras bugigangas.”²⁶⁸ Mera perseguição, afirma Silva, os trabalhadores eram honestos e politicamente engajados, mas tinham que ser punidos de qualquer jeito.

O Ministério do Trabalho interveio, destituiu a diretoria do sindicato e indicou uma,

[...] junta governativa [...] com o objetivo de dirigir os destinos da entidade. A residência da junta foi entregue a Levindo Fortunato Monteiro. Para mostrar serviço, orientado pela Delegacia do Trabalho de Cuiabá, Fortunato, conhecido pela sua falta de escrúpulo [...] abriu um ‘inquérito’ administrativo a fim de prejudicar política e moralmente os diretores da entidade.²⁶⁹

O novo presidente do sindicato, agora afinado com os militares era, na opinião de Silva, uma demonstração do peleguismo em que se transformaram os sindicatos pós 64. Enquanto muitos lutavam corajosamente contra a ditadura, ele:

“[...] fazia qualquer coisa para ficar de bem com os militares. Enquanto parcela importante das lideranças sindicais e políticas, estava lutando contra a ditadura, ele, sistematicamente, enviava ofício ao Comando da 9ª região Militar de Campo Grande, para parabenizar os militares pelo golpe de 1964.”²⁷⁰

Presos e liberados depois de provarem que não eram comunistas e que não agiram contra a pátria, os dirigentes sindicalistas foram libertados. Voltaram ao sindicato como simples sindicalizados e eram obrigados a assistir palestras sobre “sindicalismo democrático”, sempre sob a supervisão de oficiais do Exército.

O Sindicato dos Bancários de Campo Grande também foi afetado em abril de 1964. Seus dirigentes eram ligados ao PCB. No início de 1964, os bancários foram presos ao comemorarem o aniversário de Luis Carlos Prestes. Os sindicalistas eram vigiados pelos membros da ADEMAT e nesse episódio, o grupo festeiro foi preso pela polícia que se fazia acompanhar por homens da ADEMAT. Em sua defesa, o grupo argumentou que aquela era uma ação democrática. Estavam pichando muros, enaltecendo a figura de Prestes, uma figura importante no Brasil.

Foram presos e liberados na mesma noite. Atuou em suas defesas o advogado Wilson Barbosa Martins, que era filiado à UDN, mas mantinha estreita ligação com outros partidos, que na visão dele, eram todos democráticos.²⁷¹ Essa ação lhe valeu a antipatia dos membros da ADEMAT, e foram, no seu entendimento, a causa da

²⁶⁸ Idem, p. 141.

²⁶⁹ Idem, p. 140.

²⁷⁰ Idem, p. 149.

²⁷¹ SILVA, p. 143.

cassação de seu mandato de deputado federal em 1968. Wilson Barbosa Martins foi cassado pelo AI-5, mesmo pertencendo aos antigos quadros da UDN, partido aliado do governo militar. “Fui cassado por indicação de pessoas de meu próprio partido” afirmou o ex-deputado.²⁷²

Outras associações de trabalhadores também sofreram intervenção ou retaliações, algumas desapareceram como os sindicatos dos padeiros, cabeleireiros, garçons e motoristas.

A prisão do presidente do Sindicato dos Carroceiros, Acelino Granja, é sintomática da perseguição infringida contra os trabalhadores. Segundo Silva, Granja era um dos mais procurados em vista de sua liderança entre os carroceiros e de sua atuação política. Atuava no jornal *Democrata*. Vendia jornais, fazia assinaturas. Foi solto por falta de provas e preso novamente tempos depois.

Por ocasião da prisão em 64, Granja foi levado para São Paulo num carro furgão numa viagem de mais de 20 horas, sem tomar água. Em São Paulo teve um dos braços quebrado numa sessão de interrogatório e os olhos quase perfurados em sessões de tortura. Ficou praticamente cego. Granja foi liberado e voltou a ser preso e enviado a São Paulo novamente em 1974. Foi levado para o DOI-CODI.

Silva acredita que as prisões dos sindicalistas deram-se pelo temor que os militares tinham de uma possível resistência sob comando do ex-presidente João Goulart.²⁷³

As lideranças sindicais eram fortemente vigiadas e visadas, principalmente as bancárias. Os militares acreditavam que eles eram fortemente politizados.²⁷⁴ Pertencer ao sindicato ligava a pessoa ao comunismo, e ser comunista, naquele período, não era recomendável. Ao longo da década de 50 e início da 60, o imaginário sobre comunistas foi sendo construído, principalmente pela imprensa escrita e pela falada, como se fosse coisa altamente negativa. Grande parte da imprensa trabalhou no sentido de ligar comunistas e pecebistas como inimigos, sempre com conotação negativa. Desde sua criação no Brasil, em 1922, ano também em que se dá a primeira cassação de seu registro, o PCB luta contra o estigma de inimigo, imposto pelos demais partidos. Sobre isso, assevera Mariani:

²⁷² BENITES, A.C.R.B, ANDRADE, M. M. Golpe Militar – 40 anos depois: olhares de 2 Mato Grossos. Projeto Experimental de Jornalismo. UFMS, 2004. CD-ROM.

²⁷³ SILVA, Eronildo Barbosa. OP CIT, 138-139.

[...] ‘O comunista é um inimigo’. Esta ‘equação linguística’ – ‘comunista = inimigo’ -, a qual fixa um ‘lugar do mal’ na história do Partido no Brasil, na forma como foi apresentada pela imprensa não-partidária. Se encontra um sentido sempre pré-negativo, reiterado na forma de diferentes denominações ou como elemento integrante narrativas políticas.²⁷⁵

Já no âmbito das instituições, a caça aos comunistas foi severa. Comunistas eram considerados todos aqueles pertencentes não só ao PCB, mas também do PTB, PSB e a outros partidos de esquerda. Comunistas era também os simpatizantes. Por simpatizante se entende aquele que assim se declarasse ou aquele não defendia a dita “Revolução Democrática”. Foram várias as demonstrações de apoio ao governo militar. As pessoas faziam publicar nos jornais, manifestando publicamente seu apoio.

No Banco do Brasil, uma instituição pública, a caça aos comunistas foi praxe. Vários funcionários sofreram sindicâncias. A acusação e inquirição sempre se davam por serem, os bancários, comunistas. Eram seguidos e monitorados pelos agentes da Secretaria de Segurança. Conforme relatório, os funcionários do Banco do Brasil eram conhecidos dos agentes de informação. Os funcionários eram tidos como perigosos, admiradores de Cuba e favoráveis à revolução cubana. Consta ainda a anotação de serem eles, pichadores, uma alusão ao episódio em que foram presos por terem comemorado o aniversário de Luis Carlos Prestes.

Suas correspondências eram censuradas. No dia 30 de março de 1964 tiveram um telegrama interceptado e registrado no informe como procedente de uma central do Rio de Janeiro, com instruções para articularem-se com outros trabalhadores e permanecerem alertas para possíveis “recebimento de palavras de ordem”.

Os bancários, Antonio Jose Gusmão, Ary Rodrigues Freire, Luiz Gonzaga de Santa Rosa e Salvador Helvio de Alice não constam na listagem de IPMs já citada, apesar do registro da possibilidade de instaurar IPM, segundo o informe. Logo após o golpe, destes, apenas Luiz Gonzaga de Santa Rosa foi preso.

Também foi preso o presidente do Sindicato dos Bancários de Campo Grande e representante do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, Lafayette Câmara.

Segundo o historiador Eronildo Barbosa da Silva, as prisões dos bancários eram comandadas por membros da ADEMAT, magoados com as recusas de créditos no banco: “Questões pessoais pode ter levado a ADEMAT a incluir os bancários na caça às

²⁷⁵ MARIANI, B. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas SP, Unicamp, 1998, p.18-19.

bruxas. Pode estar relacionado à represália dos fazendeiros que não tiveram atendidos seus desejos junto ao sistema bancário.”²⁷⁶

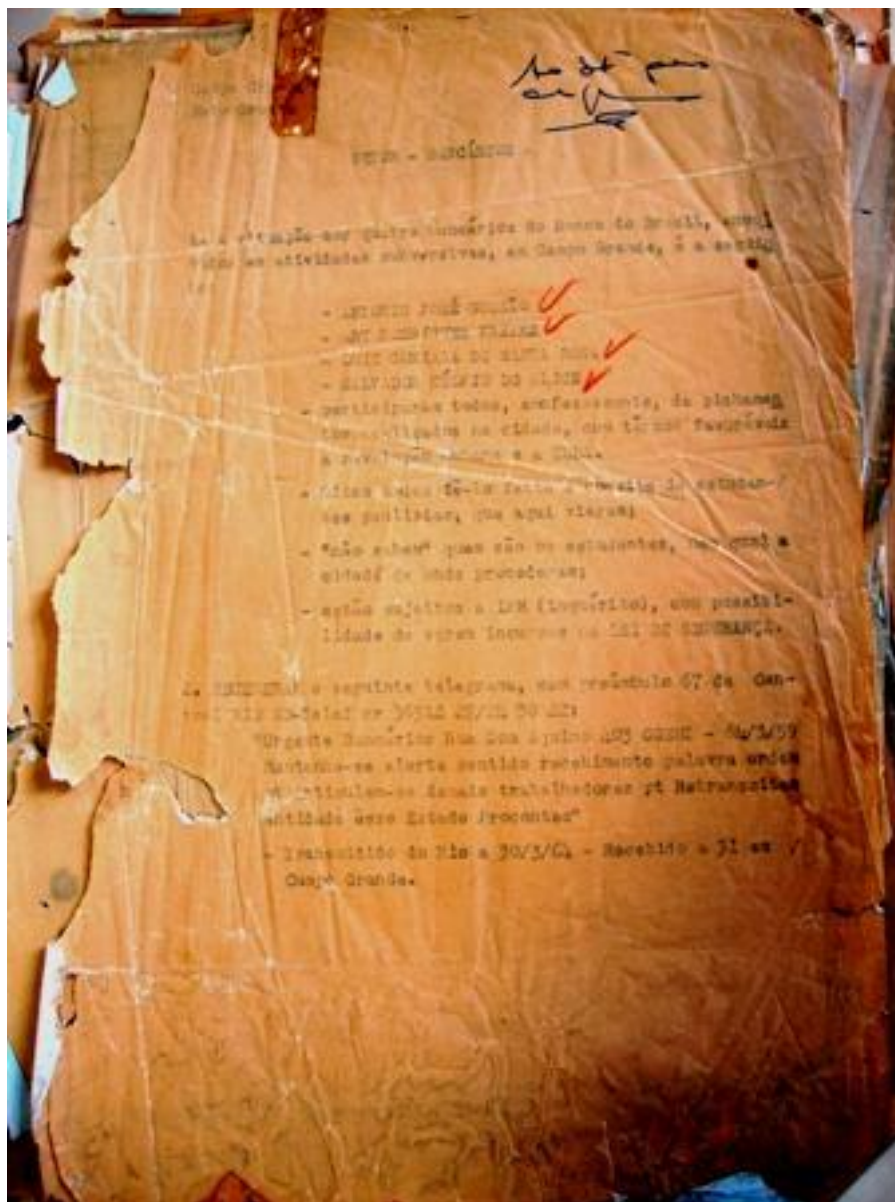


Figura 13 Relatório Sindicância no Banco do Brasil Agência Ponta Porã
Acervo: Arquivo público do Rio de Janeiro APERJ

Uma demonstração dessa caça aos comunistas nas instituições ficou clara na sindicância instalada no Banco do Brasil, na cidade de Ponta Porã, logo após o golpe. Funcionários suspeitos foram formalmente acusados de subversivos e responderam sindicâncias.

²⁷⁶ SILVA, Eronildo. Barbosa da. *55 anos de lutas do Sindicato dos bancários de Campo Grande e Região* (1959-2014). Campo Grande MS: Diogo Gráfica e Editora Ltda, 2014, p. 37.

Foi na pasta sobre Comunismo da APERJ que os registros desta sindicâncias foram anotados.

Datilografados em papel seda, em segunda via com carbono, as letras quase imperceptíveis, desgastadas pela péssima conservação do documento, revela que uma comissão de investigação, nos moldes da CGI esteve na agência do Banco do Brasil em Ponta Porã, ouvindo funcionários.

As perguntas eram dirigidas a funcionários do Banco, principalmente àqueles que mantinham alguma espécie de contato com o ex-prefeito cassado José Issa.

4.4- Imprensa no SMT: ações e reações ao golpe

A atuação da imprensa mato-grossense durante a ditadura pode ser medida pelo número de trabalhos produzidos pelos sindicatos dos jornalistas do estado. No ano de 2014, ano em que os 50 anos do golpe foram lembrados, várias entidades da imprensa realizaram pesquisas, em nível nacional, sobre as atividades da classe durante a ditadura militar.

No estado de Mato Grosso do Sul, na antiga porção sul do então estado de Mato Grosso, um trabalho foi realizado, o do Sindicato dos jornalistas profissionais na região da grande Dourados – SINJORGRAN. Foi uma espécie de Comissão da Verdade dos jornalistas do estado, com o propósito de registrar os casos de censura, repressão e violência contra jornalistas na região. Em nenhuma outra cidade esse trabalho foi realizado.

O único caso narrado foi o do jornalista Theodorico Luiz Viegas, proprietário do jornal *Folha de Dourados*. A prisão do jornalista ocorreu em 1972 e a causa foi uma matéria jornalística criticando a construção de um presídio. Segundo o jornalista, a cidade precisava de mais escolas e não de cadeia.

O caso Theodorico foi narrado pelo jornalista Luis Carlos Luciano em seu livro *Triunfo e Glória de um Guerreiro*. Segundo o jornalista, Theodorico denunciou, em editorial de seu jornal, o *Folha de Dourados*, sem citar nomes, que um delegado da cidade estava cobrando propina de taxistas e prostíbulos.

Foi o suficiente para Theodorico ser convocado por um delegado da cidade, que o chamou por conta da matéria contra a construção de uma cadeia na cidade. A convocação virou prisão, quando o delegado perguntou sobre quem havia denunciado a

cobrança de propinas. O verdadeiro motivo da prisão, segundo o jornalista, foi a denúncia de cobrança de propinas a taxistas e prostitutas da cidade.²⁷⁷

Theodorico negou-se a revelar sua fonte, alegando sigilo profissional e foi agredido verbal e fisicamente pelo delegado que lhe deu um soco na testa. Theodorico perdeu os sentidos instantaneamente e, ao recobrar-se, revidou o ataque e teve início uma briga. A porta da sala do delegado, que estava fechada, foi arrombada por outros policiais para apartar a briga. Theodorico foi contido e levado para uma cela e, de lá, levado para o 11º RC, na cidade de Ponta Porã.

A notícia da prisão foi noticiada imediatamente e gerou um problema naquela unidade do Exército. Segundo Luciano, quem recebeu Theodorico e o colocou numa cela foi um subcomandante.

No dia seguinte à prisão, o coronel reformado e ex-pracinha da FEB, conhecido como coronel Marcondes dirigiu-se ao quartel e falou diretamente com o comandante da unidade, que desconhecia a prisão. Theodorico foi liberado e o comandante, apesar de ter pedido desculpas ao preso, foi punido pela prisão arbitrária.²⁷⁸

Este foi um caso esporádico e aconteceu com o proprietário do jornal. Em geral as empresas jornalísticas, pertencentes às elites políticas, estabelecem censura interna. Se a notícia não interessa a seu grupo político, não pode ser publicada. No sul de Mato Grosso não foi diferente. Cada empresa jornalística servia a determinado partido político.

Em âmbito nacional, a imprensa em geral foi favorável ao golpe civil-militar. Todavia, após o início do governo, alguns jornais passaram a combater o regime militar.

A partir da entrevista com o ex-deputado Sergio Cruz e de algumas leituras, identificou-se os prováveis donos dos jornais à época do golpe, quase sempre ligados a partidos políticos. Assim, foi possível observar que o discurso veiculado durante o período dos jornais *O PROGRESSO* e *CORREIO DO ESTADO*, os quais, segundo o jornalista Sergio Cruz, pertenciam a pessoas ligadas ao PSD e UDN²⁷⁹, respectivamente.

Num estado em que o acesso a documentos sobre o período ditatorial é uma tarefa árdua, dado ao desaparecimento quase oficial de tais fontes documentais, recorrer

²⁷⁷ LUCIANO, Luis Carlos.. *Triunfo e glória de um guerreiro: a história de um herói de guerra*. Dourados, s/d, 2011, disponível no sitio <http://www.portalfeb.com.br/triunfo-e-gloria-de-um-guerreiro-a-historia-de-um-heroi-de-guerra/>

²⁷⁸ Idem, p. 470.

²⁷⁹ CRUZ, Sergio. *Por que mataram o dr. Ari?*. Campo Grande MS: Primeira Hora Pantanal, 2001. pp.17-19.

à imprensa é um recurso valioso. Nesse sentido, a imprensa escrita socorre o pesquisador no confronto com o dito, todavia, não provado.

Assim é, por exemplo, que se encontra no jornal *O Estado de Mato Grosso*, vestígios das mesmas práticas terroristas da extrema direita, como o uso de bombas para aterrorizar a população, e desta vez, os políticos que julgariam o processo de impeachment do ex-governador Pedro Pedrossian, que foi demitido pelo presidente Castello Branco da superintendência da estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Pedrossian era tido, conforme o jornal, como subversivo e corrupto, todavia, tinha como forte aliado político, o senador Filinto Muller, que vinha intercedendo em seu favor na esfera federal. Tendo sido eleito para o governo de estado, em 1965, eram grandes os rumores de sua cassação pelo governo militar após sua posse, mas o governo federal manifestou-se contra a cassação. Mantido no governo do estado pela ditadura, restou ao poder estadual a tentativa de apeá-lo do poder estadual.

O pedido de *impeachment* de Pedrossian foi requerido pelo deputado Julio Castro Pinto, alegando sua demissão “a bem” do serviço público” da NOB e gestões da mesma ordem no governo estadual. (*O Estado de Mato Grosso*, 19 de agosto de 1967, p.1).

A sessão de votação da cassação sequer ocorreu, conforme noticiou a imprensa:

BOMBA NA ASSEMBLÉIA: TELEFONEMA ANÔNIMO

Antes do início em que seria apresentado o projeto de resolução decretando o ‘*Impeachment*’ do governador Pedro Pedrossian, um telefonema anônimo alertava que uma bomba iria explodir no recinto da Assembleia Legislativa. Alguns acreditaram, e foram tomadas as medidas de segurança.²⁸⁰

Ao tempo que uma suposta bomba impedia a sessão de votação do *impeachment*, o governador impetrava e obtinha uma medida liminar judicial que impedia a votação. Decisão imediatamente acatada pela Assembleia Legislativa, causando indignação, novamente manifestada na imprensa:

ASSEMBLÉIA ACATOU A LIMINAR DO TRIBUNAL DE JUSTICA

[...] chegou ao fim a apreciação [...] da liminar concedida pelo Tribunal de Justiça ao mandato de segurança, de efeito preventivo, impetrado pelo governador Pedro Pedrossian. Depois de um vibrante pronunciamento do deputado estadual Júlio Castro Pinto [...] em que o

²⁸⁰ *O Estado de Mato Grosso*, 19 de agosto de 1967, p.2

parlamentar ressaltava a intromissão do Poder Judiciário no Poder Legislativo, o presidente da Assembléia o deputado Emanuel Pinheiro, acatou a liminar e suspendeu, logo em seguida, a sessão [...] ²⁸¹

Leonice Maria Meira observa que a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça chegou a ser examinada e votada, tendo se verificado empate na votação. Como cabia ao presidente da Assembleia a resolução do impasse, deputado Emanuel Pinheiro da Silva Primo e, sendo este, aliado de Pedrossian, o pedido de *impeachment* foi arquivado e Pedrossian concluiu seu mandato.²⁸² Meira observa que o desgaste político e pessoal de Pedrossian foi grande, ocorrendo inclusive a demissão coletiva de seu secretariado.

283

O jornal *O Estado de Mato Grosso*, editado e publicado em Cuiabá é extremamente importante para a escrita da história da ditadura militar no sul de Mato Grosso, por trazer à tona, fatos desconhecidos por antigos moradores da região. É o caso da existência de grupos de guerrilha na região, formados após a deflagração do golpe civil-militar. Na edição de 23 de setembro de 1966 foi registrada a existência de tais grupos.

Com o título *GUERRILHAS COMUNISTAS EM MATO GROSSO*, o jornal *O Estado de Mato Grosso* publica o relatório de um auditor da 9ª região militar, denunciando a existência de escolas de guerrilha na região sul de Mato Grosso. Esse auditor, o advogado Antonio de Arruda, atesta a existência de escolas de guerrilha na Serra da Bodoquena, conforme artigo do citado auditor, sob a manchete:

ESCOLAS DE GUERRILHAS EM MATO GROSSO

‘Em processo que foi objeto de um longo inquérito Policial Militar e afinal julgado pela auditoria desta Região Militar, foram colhidas abundantes provas de existência de numerosas escolas de guerrilhas em Mato Grosso [...], consta o depoimento do guia Jesus Ortega, no seguinte teor: [...] que frequentavam uma escola de guerrilheiros, localizada na região do Quati, município de Bonito, lá estando num espaço de 6 meses, tendo instrução de terrorismo, tiro, educação física, combate e doutrina comunista. Que frequentavam a escola mais de 16 homens [...]’ que era hábito a escola mudar de acampamento e que estivera em dois naquela região.²⁸⁴

²⁸¹ *O Estado de Mato Grosso*, 20 de agosto de 1967, p.1

²⁸² MEIRA, Leonice Maria. *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso (1964-1974)*. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá MT: UFMS, 2011.

²⁸³ *Idem*, p. 90.

²⁸⁴ *O Estado de Mato Grosso*, 22 de setembro de 1966, p.1

Denise Rollemberg confirma a existência de campos de treinamentos com o apoio de Cuba, e cita que, no estado de Mato Grosso houve a implantação de campos.²⁸⁵

O ex-deputado Sergio Cruz também informa desconhecer a existência de tais grupos. Conta que, na condição de jornalista, procurou saber sobre grupos de guerrilha, sobre grupos dos onze no sul de Mato Grosso, mas nunca obteve nada concreto, ficando apenas no “ouvir dizer”.

Quase todos os órgãos de imprensa tiveram comportamento semelhante, no sentido de disseminar temor e desconfiança sobre sistemas políticos diferentes do sistema democrático, vigente no Brasil, definitivamente alinhado ao bloco capitalista.

No acervo preservado no Instituto Luiz de Albuquerque, os jornais *O Momento* e *Folha da Tarde*, pode-se observar que eles, logo após o golpe, publicavam matérias e divulgavam fotos que induziam o leitor ao temor. O jornal *O Momento* não teria outra intenção senão esta, ao publicar a imagem abaixo:



Figura 14 O Momento 26.10.66
Acervo Instituto Luiz de Albuquerque ILA

²⁸⁵ ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro : Mauad, 2001.

Em 1966, ou passados dois anos do golpe, o jornal apresentava ao público as consequências de um ataque terrorista perpetrado por guerrilheiros comunistas. A notícia informa que cerca de 400 pessoas foram mortas, entre mulheres e crianças²⁸⁶

Entre os anos de 1955 a 1975 o Vietnã vivenciou uma guerra interna entre o sul e o norte. Interna, mas com forte apoio externo, porque o conflito visava justamente unificar o país ao sistema capitalista ou comunista. Em tempos de Guerra Fria, os dois lados eram respaldados pelas grandes potências vigentes: a URSS e os EUA. Milhares de cidadãos vietnamitas morreram nesta guerra. As baixas no exército americano também foram significativas e isso gerou protesto dentro dos EUA.

A guerra, mostrada diariamente pelos meios de comunicação, chocou a população americana que reagiu e exigiu o fim do conflito. Hobsbawm observa que a os EUA já participara da Guerra da Coreia cujo resultado foi um desonroso empate. Logo em seguida interferiu na Guerra do Vietnã, também com objetivo de impedir que o regime comunista atingisse a porção sul do Vietnã, só que, neste caso, perderam.²⁸⁷

Hobsbawm afirma que a reação dos norte-americanos foi manifestada por meio de lutas pelo desarmamento nuclear que ameaçava a paz mundial, dado que os dois lados usavam bombas atômicas como forma de ameaçar seus oponentes. Os jovens americanos rebelaram-se contra o recrutamento para a Guerra do Vietnã (1965-1975).²⁸⁸

Por seu turno, o jornal *Folha da tarde* agia da mesma forma na tentativa de convencimento de seus leitores. Dentre as várias matérias publicadas, a edição do dia 22 de julho de 1965 trazia um texto do comandante da 9ª Região Militar. O título, *Reflexões do general: o papel da Igreja contra o comunismo* reafirmando a importância da Igreja e de seu papel de disseminar, entre seus fieis, o sentimento de união da família para o fortalecimento da sociedade, e o papel das Forças Armadas, o de proteger os interesses dessa sociedade.

Os jornais *Correio do Estado* e *O Progresso* seguem a mesma linha, sendo o primeiro, um meio de comunicação do partido UDN e o segundo, de propriedade do deputado Weimar Torres, do PSD. Esses dois partidos, contrários ao presidente João Goulart, acompanharam a grande imprensa nacional no combate ao governo.

A diferença entre os dois jornais está no comportamento pós-golpe. O jornal *O Progresso* enaltece o governo militar, divulga amplamente a campanha *Ouro para o*

²⁸⁶ *O Momento*, 26 de outubro de 1996, Ed. 4798.

²⁸⁷ HOBBSAWM. E. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 234

²⁸⁸ *Idem*, p. 235

Bem do Brasil todavia, não noticiou as prisões e perseguições aos civis da cidade a não ser quando foi obrigada a publicar uma nota das detenções a mando da autoridade militar à frente dos casos. Ou para protestar contra a prisão de profissionais da imprensa, Tampouco faz qualquer referência às ações da ADEMAT local, muito embora elas ocorressem.

Já o jornal *Correio do Estado* divulgou amplamente as ações da ADEMAT. A edição do dia 20 de fevereiro de 1964 traz, na capa duas notas, sobre a associação. A primeira, sob o título A Associação Democrática Matogrossense felicita *os heroicos mineiros* de Belo Horizonte, demonstra toda contrariedade contra a “ESCRAVIDÃO ESTATAL IMPERIALISTA BOLCHEVISTA” a que o país estava sendo conduzido pelo presidente João Goulart..

A nota, de modo raivoso,²⁸⁹ reassalta a aversão do grupo contra o que chamavam de caudilho, cuja atuação desmoralizava o país.²⁹⁰

A segunda nota é uma comemoração pelo fato de a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte ter negado, a João Goulart, a concessão de título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte. Comemorando o fato inédito de a Câmara nunca ter negado a concessão de títulos dessa ordem, o jornal também noticia que o projeto foi rejeitado por 10 votos contra 9. A matéria foi transcrita do jornal *Estado de São Paulo*, conforme se pode observar abaixo da publicação.²⁹¹

Mas a representação mais significativa da posição do jornal do *Correio do Estado* é a publicada no dia 17 de abril de 1964:

²⁸⁹ As inscrições transcritas em letras maiúsculas e que se destacavam muito mais que o próprio título.

²⁹⁰ A ASSOCIAÇÃO DEMOCRÁTICA MATOGROSSENSE FELICITA AOS HEROICOS MINEIROS DE BELO HORIZONTE. *CORREIO DO ESTADO*, 20 de fevereiro de 1964,ed.

²⁹¹ ADEMAT A CAMARA DE BELO HORIZONTE NEGA TÍTULO A GOULART. *Correio do Estado*, 20 de fevereiro de 1964, Ed. 2664.



Figura 15 *Jornal Correio do Estado* 26.10.66
Acervo *Jornal Correio do Estado*

Esta notícia refere-se a um plano de membros das Ligas Camponesas, que segundo jornal, iriam praticar a barbárie descrita no título de uma das manchetes da primeira página. Embora o caso narrado tenha acontecido no nordeste brasileiro, o mesmo plano foi descoberto no sul do estado. Não foi noticiado, não se sabe a razão, talvez as autoridades militares tenham preferido não dar publicidade ao caso descoberto na região da CAND, na grande Dourados.

Segundo o Sr. Eutácio Caetano Braz, atualmente morador no distrito de Vila Vargas, por ocasião do golpe, existia na Colônia uma associação chamada *Grupo dos Onze*. Eram organizados, recolhiam doações e possuíam armas, embora ele próprio, nunca tivesse visto. *O Grupo dos Onze* tinha um plano de ocupar as propriedades e matar os proprietários pendurando-os nas árvores, lembra até mesmo da figueira onde tais crimes seriam cometidos. A ação se daria um mês depois da ocorrência do golpe. “A revolução veio um mês antes dele” lembrou o entrevistado.²⁹²

Mas com o golpe, as pessoas envolvidas foram presas. Ele lembra que vinham caminhões do Exército e as levava presos.

A existência desses grupos também foi assunto discutido na Câmara de Vereadores da cidade de Fátima do Sul. Esta informação foi baseada numa foto, parte

²⁹² Eutácio Caetano Braz, entrevista realizada em outubro de 2013 no distrito de Vila Vargas.

do acervo do ex-prefeito Reinaldo Morais dos Santos, doada ao Museu Masuo Yasunaka, de Fátima do Sul:



Figura 16 Reunião Câmara de Vereadores de Fátima do Sul
Acervo Museu Masuo Yasunaka

As informações sobre a existência de pessoas contrárias ao novo governo foram passadas pelo ex-prefeito e ex-deputado estadual Reinaldo Morais dos Santos ao mantenedor do museu, advogado Rivaldi dos Santos.

Os *Grupo dos Onze* companheiros foi idealizado pelo ex-governador do rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com três objetivos definidos: defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional. Segundo estudos de Szatkoski, o grupo seria formado por 10 pessoas e um líder, totalizando 11 pessoas e:

Caso fosse deflagrada a guerra civil, os seus chefes comunicar-se-iam, formando núcleos combatentes mais amplos, de acordo com a necessidade. Os grupos, além do potencial guerreiro, desempenhariam o papel de conscientizadores políticos de um processo revolucionário.²⁹³

²⁹³ SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo; UFPF, 2003, p.148.

Os grupos ficaram somente no planejamento, nunca tendo passado à ação, segundo Szatkoski. As instruções para formação dos grupos foi estabelecida numa cartilha, e o incentivo para formação dos grupos foi feita através da Rádio Mairynk Veiga por Leonel Brizola, em 1963.

Os grupos também eram chamados de Comandos Nacionalistas, sendo um dos objetivos dos grupos a libertação nacional do jugo internacional. Reuniam-se em locais abertos, ao alcance de todos e buscavam convencer homens e mulheres a lutarem pelas Reformas de Base, além da libertação do povo da espoliação internacional.

A existência dos *Grupos dos Onze* foi confirmada pelo advogado Harrison de Figueiredo, preso diversas vezes durante a ditadura militar. Mas segundo ele, o objetivo dos grupos era convencer a população da necessidade de mudanças, as Reformas de Base. Não havia nenhuma previsão de ações violentas ou tentativas de tomadas de poder pela força:

A existência dos Grupos de Onze na região de Dourados é confirmada pelo ex-petebista Harrison de Figueiredo, preso duas vezes durante o regime militar. A primeira prisão ocorreu logo após o golpe. Era petebista atuante e afirma que a atuação dos Grupos de Onze na região de Dourados nada tinha a ver com as formas descritas pelos militares. Não havia células de resistências, armamentos ou planos subversivos.²⁹⁴

As perseguições e prisões ocorridas na região da fronteira do sul de Mato Grosso, teve como alvo, pessoas acusadas de pertencerem aos Grupos dos Onze²⁹⁵, que, no imaginário militar, figurava como altamente perigoso conforme descrito no IPM contra Brizola e que serviu de fonte do livro *Revolução de 1964: a versão e o fato*, do general Adolpho João de Paula Couto. Brizola pretendia formar o Exército Popular de Libertação.²⁹⁶

A menção aos grupos comandados por Brizola ocorreu apenas no jornal *Correio do Estado*, nem mesmo em Dourados, onde se dizia existir tais grupos, nada foi noticiado.

Embora os jornais tenham dado destaque ao apoio de autoridades políticas ao golpe, outras manifestações de diversas cidades foram registradas no próprio Diário Oficial do Estado. Felicitações pelo sucesso da *revolução* partiram de pequenas cidades do sul do estado, como Guia Lopes da Laguna e Caarapó. Autoridades e pessoas

²⁹⁴ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: UEMS, 2008, p. 82.

²⁹⁶Idem, p. 72-73.

comuns escreviam ao governador Fernando Correa da Costa, manifestando apoio ao novo regime. Apoio que foi manifestado inclusive pelo deputado estadual João Chama, cassado em 1969.

Em tempos de vigilância intensa, era preciso registrar apoio, sob pena de discordar do novo regime. Neste sentido, na falta de jornais nas cidades do interior do estado, o Diário Oficial do Estado cumpriu o papel de demonstrar que a população sul-mato-grossense apoiava o regime militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se analisar os desdobramentos em torno de acontecimentos decorrentes do golpe civil-militar em 31 de março de 1964, no sul do estado de Mato Grosso, correlacionando-os ao contexto nacional. A delimitação temporal estabelecida foi a de 1964 a 1969; todavia, alguns fatos ocorridos posteriormente são citados com vistas a ilustrar ações militares que não corroboraram com a imagem de salvadora da pátria, pretendida pelos militares com o golpe militar de 1964. São os casos PARA-SAR e RIOCENTRO, que ocorrem depois do período delimitado.

Contextualizando o clima da Guerra Fria como cenário determinante para ocorrência do golpe civil-militar no Brasil, analisa-se a atuação dos principais partidos políticos e a evidente tendência contrária às Reformas de Base, pretendidas pelo governo João Goulart, com exceção ao PTB, partido do presidente.

De modo geral, a participação dos trabalhadores foi além de reivindicações salariais verificando-se seu engajamento político. A crescente politização dos trabalhadores pode ser constatada na adesão à luta pela implantação das Reformas de Base, conforme assinalou Leôncio Martins Rodrigues e Moniz Bandeira. Isso se dá tanto no campo quanto na cidade.

Reafirmando seu papel na política, demonstra-se que a participação dos militares na condução da política brasileira não é recente. Fortificada pela participação na guerra contra o Paraguai, os militares reorganizam-se e entram definitivamente para a política, com a proclamação da República, em 1889.

Foram partícipes na implementação do Estado Novo e também decisivos na queda de Getúlio Vargas, que foi substituído pelo militar general Eurico Gaspar Dutra na presidência da República, de modo que sua atuação no golpe de 1964 pode ser entendida como uma continuidade da convivência dos militares com a política brasileira.

As Forças Armadas sempre agiram com desenvoltura no cenário político e sua imagem de guardadoras dos interesses da pátria não poderia ser maculada e, para a

implementação do golpe, uniu-se à parte da sociedade brasileira, uma parte com nenhum interesse na inserção das classes trabalhadoras no cenário político. Era o bastante confrontá-las nos embates pelas reivindicações trabalhistas, sendo tais reivindicações duramente aceitas pela classe patronal, nos anos anteriores ao golpe, em razão do clima de tensão no campo e na cidade.

A atribuição de fatos negativos que pudessem macular a boa imagem sempre foi negada pelas Forças Armadas brasileiras. Prisões, torturas, atos de terrorismo como os casos PARA-SAR e RIOCENRO apontam para a divisão interna, dividindo os militares em favoráveis e contra a permanência no poder político nacional. As tentativas de permanência foram implementadas pela chamada linha-dura, que lançavam mão de planos criminosos em que seriam vítimas, mais uma vez, os trabalhadores. Os dois casos citados, se concretizados, matariam centenas de trabalhadores e isso ganharia apoio popular à permanência militar.

Os dois casos foram frustrados e tiveram suas apurações criminais também frustradas pelas forças militares, a quem não interessava a elucidação. Todavia, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade aponta a efetiva participação militar. Passados mais de 50 anos do golpe, as Forças Armadas ainda buscam assegurar a imagem positiva de quem salvou a pátria na década de 60. Seja negando acesso a arquivos, seja negando os crimes do passado.

Mesmo quando admitida a repressão, tortura e morte, desfilam o rosário de crimes praticados pela resistência ao regime, justificando, desta forma, o uso da violência para combater um mal maior: a implantação do comunismo no Brasil. Utilizando-se da *teoria dos dois demônios* que é a justificativa da violência pelo Estado para combater outra violência, os militares ainda hoje buscam justificar seus atos criminosos, como bem estabelecidos em suas publicações.

Algo sugere mudanças, contudo. A inserção da entrevista do ex-guerrilheiro José Genoíno na coleção *História Oral do Exército*, oportunidade em que perseguições e torturas praticadas pelas forças militares são confirmadas e não negadas, insinua uma nova fase na condução das memórias militares. Mas, ao se ver, que, na mesma coleção, o conhecido defensor dos militares, Olavo Luiz Pimentel de Carvalho, teve o mesmo espaço para expor sua atuação de estudante participante de movimentos estudantis, na mesma época de José Genoíno, reforça a ideia do uso da *teoria dos dois demônios*. A visão de um estudante contra a visão de um outro estudante, sobre os mesmos acontecimentos.

Buscou-se estabelecer algumas considerações sobre as interpretações do golpe de 1964 a partir de produções alusivas aos 30, 40 e 50. As várias referências reforçam a participação civil na condução e no apoio ao golpe. Parte representativa da sociedade aliou-se aos golpistas. Militares, partidos políticos, igreja e imprensa mobilizaram-se pela deposição do presidente popular e idealizador de reformas substanciais, as Reformas de Base, que, de alguma forma, alterariam a tradição secular de segmentos acostumados ao poder de comando.

Reporta-se à produção sul-mato-grossense sobre o golpe, demonstrando que as duas produções acadêmicas específicas sobre o golpe, no estado, apontam para a repressão aos trabalhadores. Aos trabalhadores rurais na região da CAND e aos trabalhadores urbanos e rurais na cidade de Aquidauana – acusados, de modo unânime, de subversão. Na condução dessas acusações, grupos como a ADEMAT, formados por pessoas ligadas à elite agrária do estado. Esses grupos, aliados às forças militares, perseguiram e levaram à prisão pessoas que eles supunham subversivas. Outras produções reafirmam a perseguição às organizações sindicais logo após o golpe.

Este trabalho, a partir da problemática estabelecida, verificou e confirmou o papel do segmento civil na condução e manutenção do golpe no sul do estado de Mato Grosso. Partidos políticos, igreja e imprensa tiveram participação direta nas ações imediatas que se seguiram ao golpe, finalizado pela ação militar de deposição do presidente João Goulart.

No geral, em relação ao período inicial da ditadura militar, aqui estudado, na região do SMT, pode-se afirmar que cassações, perseguições, prisões violências e tortura ocorreram em razão do autoritarismo das elites da região e do compartilhamento dos discursos acusatórios de subversão e de anticomunismo, quer por estes setores como os da classe média e também da igreja do por se tratar essa região de fronteira e de Segurança Nacional, do que pelo autoritarismo de suas elites e pelo compartilhamento dos discursos acusatórios de subversão e de anticomunismo, quer por estes setores como os da classe média e também da Igreja.

A movimentação dos partidos políticos no sul do estado de Mato Grosso seguiu a mesma dinâmica nacional de isolar o PTB. No estado, o PTB, embora nunca tenha eleito o governador, teve participação decisiva na escolha deste. Seu apoio determinava o vencedor nas eleições. Na única vez em que disputou o governo do estado, Wilson Fadul, do PTB, foi derrotado porque teve a oposição de Filinto Muller do PSD, que

entrou na disputa para enfraquecer a candidatura de Fadul. Essa eleição foi vencida pelo candidato da UDN.

A hegemonia do PTB pode ser observada apenas no extremo sul do estado, onde era partido forte, principalmente após a implantação da CAND pelo presidente Getúlio Vargas, na década de 40.

A CAND trouxe para a região grande contingente de pessoas, fortalecendo o PTB tanto no campo como na cidade. Até o ano de 1964, o PTB conseguia eleger prefeitos sucessivamente na cidade de Dourados, além de disputar os votos para Assembleia Legislativa do estado, contrariando interesses da UDN e PSD, partidos comandados por velhas raposas políticas como bem assinalou Maria Manuela Renha de Novis Neves, acostumados ao poder de mando local.

As implicações do golpe de 1964 podem ser verificadas logo após a deposição do presidente João Goulart. As prefeituras comandadas pelo PTB sofreram forte pressão por parte de *coronéis* de outros partidos aliados ao novo governo, principalmente a UDN.

Nas cidades pesquisadas verificou-se que nem todas as prefeituras ocupadas por petebistas foram alijadas do poder. Casos interessantes em que a permanência do prefeito petebista no cargo foi assegurada pelos próprios militares. São os casos de Dourados e Bela Vista.

O mesmo não ocorreu na cidade de Ponta Porã, cidade em que o prefeito teve que se refugiar na cidade fronteiriça de Pedro Juan Caballero, no Paraguai. O prefeito José Issa foi perseguido, preso e depois cassado imediatamente após o golpe, mesmo antes da promulgação do AI-1. Também na cidade de Ponta Porã, vereadores petebistas renunciaram ao cargo para não serem cassados. Pelo menos um vereador foi preso, também acusado de atividades subversivas. Parentes afirmam que não sofreram violências físicas, tendo permanecido presas por cerca de 30 dias e logo depois, liberados.

Três Lagoas, cidade localizada a leste do sul do estado, fazendo fronteira com o estado de São Paulo, foi incluída como área de Segurança Nacional em razão da Hidrelétrica de Jupiá. Lá o prefeito petebista também foi cassado após o golpe, mas retornou ao cargo por força de mandado de segurança.

Na cidade de Campo Grande as perseguições foram intensas, principalmente pela cidade abrigar a principal sede da ADEMAT, cujos membros agiram com força logo após o golpe, perseguindo líderes sindicais, petebistas e pecebistas. Os sindicatos

sofreram intervenção e seus líderes foram presos. As cassações atingiram o vice-prefeito Nelson Trad e o vereador Wilian Maksoud, ambos do PTB, este pertencimento motivou a perseguição. As Atas da Câmara de Vereadores, que poderiam fazer referências aos casos, se encontram desaparecidas.

Cidade polo no sul do estado, Campo Grande concentrava a maior parte das organizações sindicais. Após intervenções nos sindicatos e deposição de seus principais líderes, sofreram intensa vigilância além das tentativas de *domesticação democrática* pelos novos dirigentes.

A cidade também abrigou a ADEMAT, entidade agressiva e até mesma fascista no seu propósito de combate aos *vermelhos e rosados*, assim entendidos aqueles que apoiavam o presidente deposto. Sua truculência era rejeitada até pelos *coronéis* do norte do estado, que rejeitaram a criação de órgão semelhante em Cuiabá. De fato era um grupo determinado, imbuído no propósito de combater transformações no tradicional modo de lidar com o poder de mando local. O grupo era formado, em grande parte, por ruralistas, donos de grande extensão de terras. E tinham até mesmo um jornal, o *Correio do Estado*, que atuava como porta voz deste grupo acostumado ao poder de mando econômico e político, avesso à mudanças, característico da utopia autoritária, como bem demonstrou Carlos Fico.

Autoritarismo que pressupunha o controle sobre o estado, suas instituições, suas pessoas, o que não era tão difícil dado o grande número de representantes que tinham na Assembleia Legislativa. Foi de um deputado estadual pela UDN a proposta de criação de um Conselho Revolucionário, destinado a controlar e vigiar constantemente a população de todo estado, fazendo realizar, no seu entender, os propósitos da *revolução*.

Controle e vigilância exercida severamente sobre as instituições públicas e privadas, em redes cuidadosamente organizadas pelos militares, lançando mão de um contingente precioso que as Forças Armadas possuem, seus reservistas. A forma como o ex-servidor da Câmara de Vereadores de Ladário foi arregimentado nos dá uma ideia de como os militares controlavam as pessoas.

No geral, em relação ao período inicial da ditadura militar aqui estudado na região do SMT, pode-se afirmar que cassações, perseguições, prisões violências e tortura ocorreram menos por se tratar de uma região de fronteira e de Segurança Nacional, do que pelo autoritarismo de suas elites e pelo compartilhamento dos discursos acusatórios de subversão e de anticomunismo, quer por estes setores como os da classe média e também da igreja.

É importante afirmar que a história sobre a ditadura militar no estado de Mato Grosso do Sul carece de mais pesquisas. O período pesquisado, 1964-1969, tem alcance determinado pela promulgação do AI-5, que deu início à fase mais repressiva da ditadura. Contudo, para conhecer o período da ditadura, então já se considerando o Estado do Mato Grosso do Sul, o tema ainda requer pesquisas. O período de abertura política, a partir de 1979, é instigante, principalmente para se conhecer o desdobramento de setores desmantelados durante os primeiros anos da ditadura no sul do estado. A reorganização dos trabalhadores em seus órgãos sindicais, a reorganização em novos partidos políticos, a campanha pela democratização. São temas ainda a pesquisar.

Neste trabalho não abordei a questão indígena. Destaco a relevância do tema, todavia, não foi possível aprofundar pesquisas. Meu trabalho de mestrado fez breve menção à população indígena no sul do estado de Mato Grosso, limitando-se a registrar o esbulho territorial a que foram submetidos, após a Guerra do Paraguai. Lutaram com a promessa de receberem terras, e foram enganados.

Especificamente sobre a questão indígena durante a ditadura militar, acompanhei duas audiências públicas promovidas pela Comissão Nacional da Verdade na cidade de Dourados. Os depoimentos dos indígenas de várias etnias, somados ao Relatório Figueiredo, documento descoberto no Arquivo Nacional, produzido por um procurador da república durante a ditadura, demonstram que o esbulho continuou. Esses documentos constituem-se em rica fonte para pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A. de. PCB. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, CPDOC. Disponível.

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>, consulta 29 abr 2015.

ALBANEZ, Jocimar Lomba. *Ervais em queda: transformações no campo no extremo-sul de Mato Grosso (1940-1970)*. Dourados MS: Ed. UFGD, 2013..

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru SP: Edusc, 2007.

ALEM, Fernando de Castro. *O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954-1958 e 1962)*. Dissertação (Mestrado em História) .UFGD, 2011

Aluizio Pereira Pires. In: COSTA, Carlos .Frederico Correa da. *Direi...ta volver, esquer...da, volver!* Histórias de experiências de vida de militares. Tese (Doutorado em História) FFLCH USP, 1995, s/d.

s/d.

ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: Ed. Uems, 2008.

A NAÇÃO QUE SE SALVOU A SI MESMA: 31 de março 1964-1978. Rio de Janeiro: Bibliex, s/d.

A prisão da mulher médica do ex-ministro de Saúde de Jango. O Brasil. Acervo Biblioteca Nacional. www.bn.br

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A grande mentira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

AZEVEDO, Débora Bithiah. RABAT, Márcio, Nuno. *Parlamento mutilado: deputados federais cassados pela ditadura de 1964*. Brasília DF: Edições Câmara, 2012. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/11574>

Inquérito policial militar nº709 o comunismo no Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1967. (Coleção General Benício). 4 v.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1983.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis RJ: Vozes, 2004.

BASBAUM Leôncio. *História sincera da república: de 1930 a 1960*. V.3, 3ª Ed. São Paulo: Fulgor, 1968

BENITES, Afonso Celso Reis, ANDRADE, Marina Miranda. *Golpe Militar – 40 anos depois: olhares de 2 Mato Grossos*. Projeto Experimental de Jornalismo. UFMS, 2004. CD-ROM.

BIERRENBACH, Julio de Sá. *Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?*. Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul a construção de um estado: regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Campo Grande MS: editora UFMS, 2009.

BITTAR, M. FERREIRA JUNIOR, A. Euclides de Oliveira: uma trajetória de ética, competência profissional e militância política. In: *Personalidades*. Série Campo Grande, ano VII, 2005.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro RJ: Difel, 1988.

BROWM, Archie. *Ascensão e queda do comunismo*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BRITEZ, Nilson. *O patrimônio de São Carlos: do descobrimento do Brasil à fronteira da ditadura*. Dourados: Maindress Editora, 2011.

CARVALHO, Jose Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CARVALHO, Olavo Luiz Pimentel. In: MOTTA, Moraes (Coord). *1964 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Tomo 3. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

CASTRO, Celso. *Exército e nação: estudos sobre a história do exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CHAGAS, Wagner Carlos. *As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) UFGD: Dourados, 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE . *Atentado do Riocentro*. Brasília DF, 2013. Disponível em www.cnv.gov.br . acesso em 13 jun 2013.

_____. *Povos indígenas e ditadura militar*. Disponível em www.cnv.gov.br. Acesso em 13 jun 2013.

_____. *Resultado parcial da pesquisa*. Disponível em www.cnv.gov.br. Acesso 13 jun 2013.

_____. *Araguaia*. Brasília DF, 2013. Disponível em www.cnv.gov.br. Acesso 13 jun 2013
201 CPDOC/SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, 2010, 14p. disponível em www.fgv.br/Arquivos/Entrevista1522.pdf

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em Movimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CORRÊA, Valmir Batista. *Corumbá: terra de lutas e de sonhos*. Brasília: Senado Federal, 2006.

CRUZ, Sergio. *Por que mataram o dr. Ari?*. Campo Grande MS: Primeira Hora Pantanal, 2001.

D'ARAUJO, Maria Celina. CASTRO, Celso (Org). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

DREIFUSS, R. A. *1964 a conquista do estado: ação política e golpe de classe*. Petrópolis RJ: Vozes, 2006

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo SP: Edusp, 1999.

FERNANDES, Fernando Augusto. *Fernando Fernandes 45 anos de advocacia*. Rio de Janeiro: Gráfica J. Sholna, 2005.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar (Org). In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord). *João Goulart, entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro RJ: Editora FGV, 2014.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONSECA, Cid Godofredo. In: MOTTA, Moraes. *1964 31 de março*. o movimento revolucionário e sua história. Tomo 3. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

FONTELES, Cláudio. Comissão Nacional da Verdade Exercitando o diálogo. *Atentado do Riocentro*. Publicações. Disponível em www.cnv.gov.br. acesso em 15 de junho de 2013.

FONTELES, Cláudio. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos. *Rubens Beyrodt Paiva*. Pg 7. Disponível em WWW.cnv.gov.br, acesso 15 de junho de 2013.

FORTES, João Pedro. In: NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *Relatos políticos* (entrevistas: memória divisionista). Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p.194.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo SP: Companhia das Letras, 2004.

_____. *A ditadura envergonhada*. São Paulo SP: Companhia das Letras, 2002.

GENOINO NETO, Jose. In: MOTTA, Aricildes. Moraes (coord). *1964 31 de março*: o movimento revolucionário e sua história. Tomo 5. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

GOMES, Angela de Castro. *Política, história, ciência, cultura e etc.* disponível em www.bibliotecadigital.fgv.br acesso em 17 de agosto de 2013.

GORDON, A.M.P.L. Tecnologia estratégica e controle ideológico o IEA/IPEN (Brasil, 1964-1985). In: SILVA, M. (Org). *Brasil 1964-1985: a ditadura já era ditadura*. São Paulo SP: LCTE Editora, 2006. p 211-240.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOCUMENTAR A DITADURA. 2013, Rio de Janeiro RJ. Arquivo Nacional, 2013.

INQUERITO POLICIAL MILLITAR 702. Disponível em [HTTP://www.dhnet.org.br/denunciar/escandalos/riocentro/index.htm](http://www.dhnet.org.br/denunciar/escandalos/riocentro/index.htm).. Acesso 12 de fevereiro 2013

INQUERITO POLICIAL MILLITAR 702. Disponível em [HTTP://www.dhnet.org.br/denunciar/escandalos/riocentro/index.htm](http://www.dhnet.org.br/denunciar/escandalos/riocentro/index.htm).. Acesso 12 de fevereiro 2013

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOCUMENTAR A DITADURA. 2013, Rio de Janeiro RJ. Arquivo Nacional, 2013.

JORDÃO, FERNANDOPACHECO. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo SP: Global Editora. 6ª ed., 2005.

KONRAD, A.D, LAMEIRA, R.F. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 18, n.33, p; 67-98.

LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução*. Dourados Ms: Editora UFGD, 2009.

MAIA, Maria Manuela. *Arquivos e documentos sobre o caso para-Sar*. Comunicação. I Seminário Internacional Documentar a Ditadura: Arquivos da Repressão e da Resistência. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 04, 05 e 06 de junho de 2013.

LUCIANO, Luis Carlos. *Triunfo e glória de um guerreiro: a história de um herói de guerra*. Dourados, s/d, 2011, disponível no sitio <http://www.portalfeb.com.br/triunfo-e-gloria-de-um-guerreiro-a-historia-de-um-heroi-de-guerra/>

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas SP, Unicamp, 1998

MARTINS, Jose de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes: 1981.

_____. Na revolta das formigas. In: Comissão Pastoral da Terra. *Conquistar a terra, reconstruir a vida: CPT – 10 anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEIRA, Leonice Maria. *Um estudo sobre os reflexos das ações da ditadura militar através do jornal O Estado de Mato Grosso (1964-1974)*. Dissertação (Mestrado em História). Cuiabá MT: UFMS, 2011

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord). 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Tomo 3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

_____. (Coord). 1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história. Tomo 5. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.

NEDER, Alberto. In: NEVES, Maria Manuela Renha Novis. *Relatos políticos* (entrevistas – memória política - MT). Rio de Janeiro: Mariela Editora, 2001, p.51-52.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Relatos políticos: entrevistas, memória divisionista – MT*. Rio de Janeiro RJ: Mariela Editora, 2001.

_____. *Leões e raposas na política de Mato Grosso: resgate da memória política de mato grosso*. Rio de Janeiro RJ: Mariela Editora, 2001.

OLIVEIRA, E. In COSTA, Carlos Frederico Correa da. *Direi...ta volver, esquer...da, volver!* Histórias de experiências de vida de militares. Tese (Doutorado em História) FFLCH USP, 1995, s/d.

OLIVEIRA, Francisco. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. In: TOLEDO, Caio Navarro. de. 1964 *Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*, Campinas SP: Editora Unicamp, 1997.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *Atos institucionais: sanções políticas; aposentadoria, banimento, cassação de aposentadoria, cassação de disponibilidade, cassação de mandato, confisco de bens, demissão, destituição de função, disponibilidade, exclusão, exoneração, reforma, rescisão de contrato, suspensão de direitos políticos, transferência para a Reserva*. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

Passarinho J. Apresentação. In; MOTTA, Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército*, Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

PEREIRA, Silvio Luiz Gonçalves. *SELEÇÕES DO READER'S DIGEST, 1954-1964: um mapa da intolerância política*. Tese (Doutorado em História) FFLCH USP, 2006.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. A historiografia sul-mato-grossense, 1968-2010: notas para um balanço. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh*. São Paulo: Contexto, 2011.

REIS FILHO. Daniel Aarão. (org) *O século XX: o tempo das dúvidas*. V.3.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René.(Org). *Por uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. *História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. Tomo III. 3º vol. São Paulo: Difel, 1986.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de cuba á luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SALGUEIRO, Eduardo Melo. “*O maior projeto em prol de Mato Grosso*”: uma análise da revista Brasil Oeste (1956-1967). Dissertação. (Mestrado em História). Dourados MS: UFGD, 2011.

SANTOS, Juliana Pereira dos. A presença dos incentivos governamentais na economia douradense, expansão e desafios nos anos 70. Dissertação (Mestrado em História). UFGD. Dourados Ms, 2013.

SANTOS, Rubens Marques dos. In: COSTA, Carlos Frederico Correa da. *Direi...ta volver, esquer...da, volver!* Histórias de experiências de vida de militares. Tese (Doutorado em História) FFLCH USP, 1995, s/d.

SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SILVA, Eronildo Barbosa da. *Sindicalismo no sul de Mato Grosso 1920-1980*. Campo Grande MS: Editora Uniderp, 2005.

SILVA, Laura Helena de Arruda. *História e historiografia do golpe de 1964*. Monografia de especialização em História. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul campus Pantanal. Corumbá, 2003.

SINGER, Paul. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: TOLEDO, C.N.T de. *1964 visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo..* Campinas SP: Editora Unicamp, 1997.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Os sete matizes ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*. Tese. (Doutorado em História). UFBA, 2009.

STARLING, H.M.M. *Moralismo capenga*. In: Revista Brasileira de História. Com.br. disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/moralismo-capenga>.

SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UFPF, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de.(org) *1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas SP: editora Unicamp, 1997.

WEIGGARTNER, Alisolete. A. Santos. *Sindicato da Indústria da Construção Civil de Campo Grande: conflitos por direitos sociais 1945-1964*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA,2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa. João Pessoa: ANPUH, 2003. CD-ROM.

FONTES

Entrevistas realizadas pela autora
Almiro Pinto Sobrinho – Amambai
Asturio Marques Ponta Porã
Capitão Matos-Bela Vista
Diane Valdez – meio eletrônico
Eronildo Barbosa da Silva – Campo Grande
Eutacio Caetano Braz- Vila Vargas
Fernando Tristão Fernandes- Rio de Janeiro
Francisco Fausto Mato Grosso- Campo Grande
Jose Mauro Chaves - Ladário
Olga Brandão- Campo Grande
Sergio Cruz – Campo Grande
Waldemar Dias da Rosa –Corumbá
Wilson Barbosa Martins – Campo Grande
Wilson Fadul Filho- Rio de Janeiro

PERIÓDICOS

Edições do jornal *O Correio do Estado*, entre os anos de 1963 e 1970. Acervo do jornal – Campo Grande MS.

Edições do jornal *Folha da tarde*, entre os anos de 1963 e 1970 – Acervo do Instituto Luiz de Albuquerque – Corumbá MS.

Edição do jornal *O Momento*, de 1966 – Acervo do Instituto Luiz de Albuquerque – Corumbá Ms.

Edições do jornal *O Progresso*, entre 1963 e 1970 – Acervo do jornal O Progresso – Dourados Ms.

Edições do jornal *O Estado de Mato Grosso*, entre 1963 e 1970 – Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso – Cuiabá MT.

Edições do Diário Oficial de Mato Grosso, entre 1964 e 1970 – Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso do Sul – Campo Grande MS.

Edição do jornal *O Brasil* – acervo Biblioteca Nacional – meio eletrônico

DOCUMENTOS DIVERSOS:

Edições do Diário Oficial de Mato Grosso, entre 1964 e 1970 – Acervo do Arquivo Público de Mato Grosso do Sul – Campo Grande MS.

Atas da Câmara de Vereadores de Porã, entre 1964 e 1970;

Atas da Câmara de Vereadores de Corumbá, entre 1964 e 1970;

Atas da Câmara de Vereadores de Amambai, de março de 1964;

Atas da Câmara de Vereadores de Porto Murtinho, de 1964 e 1965;

Atas da Assembleia Legislativa, entre 1965 e 1969;

Atos Institucionais 1 a 17;

Prontuário de Ricardo Brandão, acervo DEOPS Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo/Coleção Polícias Políticas;

Prontuário de Wilson Fadul, acervo DEOPS, acervo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro Fundo/coleção Polícias Políticas;

Correspondências trocadas entre órgãos de segurança de MT com o DEOPS da Guanabara, acervo DEOPS, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, fundo Polícias Políticas;

Sindicância de funcionários do banco do Brasil, agência de Ponta Porã, acervo DEOPS, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, caixa comunismo;

SITES

Acervo Arquivo Ana Lagôa – UFSCar. Disponível em WWW.arqanalagoa.ufscar.br

IPM 702 - <http://www.dhnet.org.br/denunciar/escandalos/riocentro/index.htm>

REIS, M.A. Filinto Muller colaborou com duas ditaduras. Disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/06/12/filinto-muller-colaborou-com-duas-ditaduras>

Bomba fere o DOI-CODI . 05.06.81. Ed. 661, disponível no sítio

http://veja.abril.com.br/idade/em_dia_2001/reportagens/reportagem_riocentro.html

ANEXOS

Relatório de encerramento das atividades da Comissão da Verdade dos Jornalistas de Dourados

1 – Apresentação

A Comissão da Verdade dos Jornalistas do Sinjorgran (Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Grande Dourados) foi formada na assembleia do dia 19 de janeiro de 2013, em Dourados (MS), e é composta pelos jornalistas Karine Segatto, Henrique de Matos, Luís Carlos Luciano, Cesar Cordeiro, João Carlos Torraca, Helton Costa e Ariadne Bianchi. Os trabalhos foram iniciados a partir dessa data e se resumem a divulgação da existência da Comissão com vistas a encontrar casos de violência contra jornalistas no período de 1964 a 1985; conversas com jornalistas e militantes da época para lembrarem possíveis casos de censura ou situações de repressão contra jornalistas, para além do caso que a comissão já tinha conhecimento e envolvia agressões ao jornalista Theodorico Luiz Viegas (falecido), registradas no livro “[Triunfo e glória de um guerreiro](#)”, no capítulo “O caso *Folha de Dourados*”, de Luís Carlos Luciano.

A Comissão, representada por Karine, apresentou esse único caso durante debate sobre o documentário “Eu me lembro”, de Luiz Fernando Lobo, na Mostra Cinema pela Verdade, realizada na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em julho de 2013, estimulando o público a entrar em contato com o Sinjorgran caso soubesse de outros casos.

Esse relatório encerra os trabalhos da Comissão da Verdade dos Jornalistas do Sinjorgran no ano de 2013.

2 - Caso jornalista Theodorico Viegas

A prisão arbitrária de Theodorico, proprietário na época da *Folha de Dourados*, ocorreu em 1972 não pelo jornalista ser contra o regime ditatorial, mas pelo abuso das autoridades policiais do período. O jornalista ficou preso por um dia.

Resumo

Theodorico foi detido, agredido, teve a cabeça raspada e correu risco de morte por causa das denúncias contra um delegado local suspeito de extorquir taxistas e prostíbulos.

No entanto, o motivo alegado pelo delegado para prender o jornalista foi um editorial criticando a construção de uma penitenciária no qual o jornal argumentava que a cidade precisava de escolas e faculdades e não de cadeia.

O delegado acusou o jornalista de subversão, mas aproveitou a oportunidade para forçar o jornalista a revelar quem o havia informado sobre as possíveis extorsões.

Theodorico se negou a revelar dizendo que o sigilo da fonte estava garantido na Lei de Imprensa.

Foram momentos de ameaça de morte, um deles durante o interrogatório na delegacia quando o delegado colocou a arma na mesa e disse: “Aqui eu quero ver quem é que vai para o buraco, se é eu ou é você...”.

A ameaça foi seguida por agressão (soco na testa), segundo relata o livro.

Outro momento ocorreu durante a remoção de Theodorico para o 11º RC em Ponta Porã, a 110 km de Dourados, para onde eram levados os acusados de subversão.

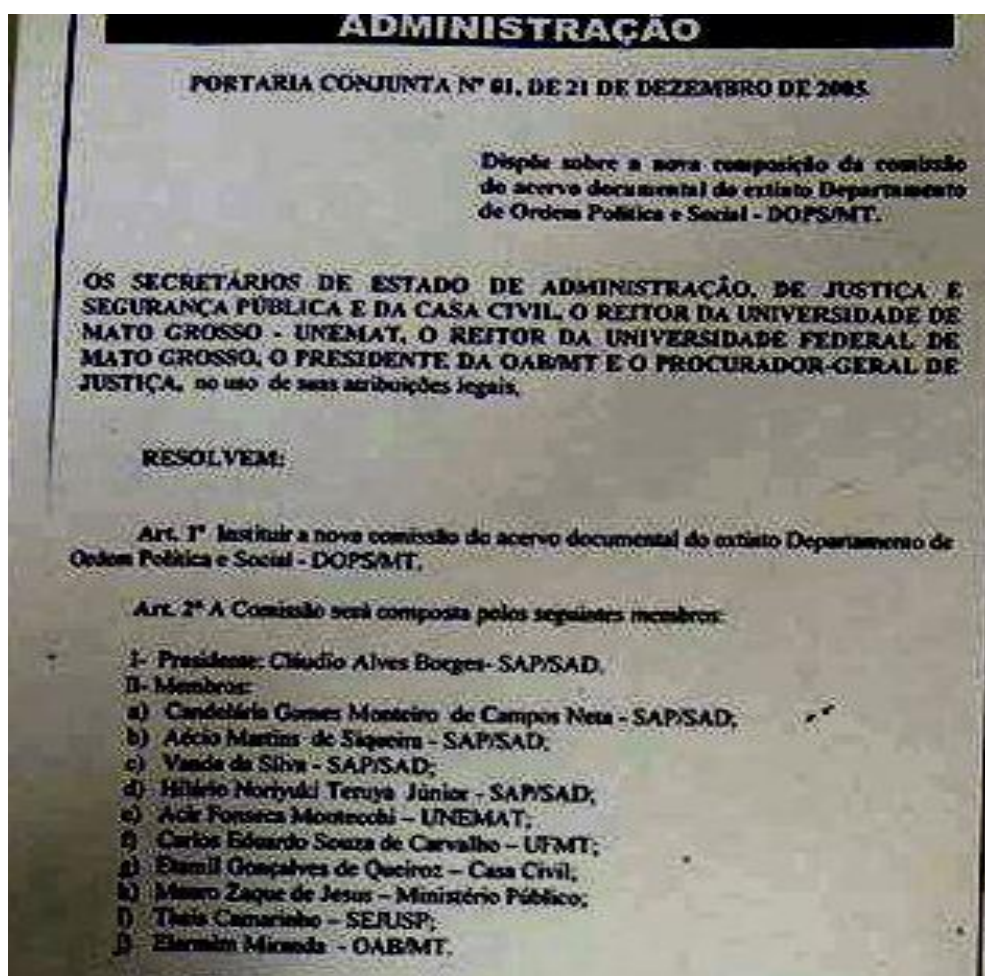
ANEXO 02 –Relatório Comissão da Verdade de Mato Grosso do Sul

Golpe Militar residentes em Campo Grande/MS, (LISTA DO HOMENAGEADOS em anexo). Referida Sessão realizou-se no dia 01/04/2014.

Mais recentemente, o CMVJ/MS participou do II Ciclo sobre Ditadura e Segurança Nacional, organizado pelo Curso de História da UFMS, em Campo Grande/MS. Neste evento, foi realizada uma Audiência Pública em parceria com a Assembleia Legislativa de MS (CDH), onde foram ouvidos vários depoimentos, entre eles de Benedito Rodrigues, Fausto Mato Grosso, Brígido Ibanhes, Leonardo Tonon Machado, que relataram as violações sofridas por perseguições políticas no período. Leonardo Tonon relatou recente episódio envolvendo Estudantes que realizaram um Escraço Popular em frente a Residência de ex-oficial do Exército que serviu nas selvas do Araguaia combatendo resistentes do PCdoB na década de 70. Os estudantes foram recebidos a “bala”, tendo o Ex- torturador desferido 3 (três) tiros em direção ao mesmo, não tendo acertado proferiu palavras de ameaça aos estudantes e em reportagem na imprensa local reafirmou que atirou pra matar e reafirmou também todas as atrocidades cometidas por ele e pelo Exército no episódio que se denominou “ Guerrilha do Araguaia “.


Com a entrega do Relatório final da CNV foram registradas as violações denunciadas pelo CMVJ/MS. Sendo assim a nova fase da luta local do CMVJ/MS será acompanhar o Inquerito Civil aberto pelo Ministério Público Federal de MS que tomara as providências legais cabíveis para reparar as violações coletivas sofridas pelos pesos políticos e perseguidos políticos .

Também será providenciado o tombamento de locais denunciados no relatório final da CNV e relatórios locais do CMVJ/MS bem como será renovado o pedido de cedência de um espaço no Centro Cultural Apolonio de Carvalho ´para arquivar os documentos recolhidos durante este período bem como o lançamento de várias obras , como livros, Audio-visuais e outras formas de promover o direito a memória verdade e justiça em Mato Grosso do Sul.



ANEXO 4 –Prontuário Ricardo Brandão

18-160


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
 DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PLANILHA DE REGISTRO

Prontuário N.º 1

Nome RICARDO BRANDÃO

Nacionalidade BRASILEIRA

Naturalidade ESTADO DE MATO GROSSO

Filho de SEBASTIÃO DA SILVEIRA

e de IRACI BRANDÃO CAPIBE

Idade 21 anos. Nascido em 8 de MAIO de 1943

Estado Civil SOLTEIRO Instrução UNIVERSITÁRIA

Profissão ESTUDANTE

Residência RUA MARQUÊS DE ABRANTES, 37 - AP. 509

Motivo _____

Notas Cromáticas

(is) BRANCA Cabelos GASTANHOS

Olhos CASTANHOS Bigode SIM(RASPADO)

Barba SIM Como usa RASPADO

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1,60 m. Pêso: 55 kg

Fronte: Altura _____ Inclinação _____

Largura _____ Sobrancelhas _____



Pálpebras _____

Nariz: dorso _____

Base _____









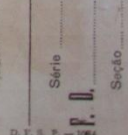
Boca _____ Lábios _____ Queixo _____ Orelhas _____

Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens _____

Assinatura do Identificado Ricardo Brandão Identificado em 28 de maio de 1969

Identificador Altamirio Gomes Santos

| | | | | | | |
|-------|--------------|---|---|--|---|---|
| SÉRIE | Mão direita |  |  |  |  |  |
| | | POLEGARES | INDICADORES | MEDIOS | ANULARES | MÍNIMOS |
| SEÇÃO | Mão esquerda |  |  |  |  |  |
| | | | | | | |

Série _____ Seção _____

P. D.

Departamento de Identificação Nacional - 17.850

D. F. S. P. - 1964



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

18-76

PLANILHA DE REGISTRO

Prontuário N.º

Nome RICARDO BRANDÃO

Nacionalidade BRASILEIRA
 Naturalidade ESTADO DE MATO GROSSO
 Filho de SEBASTIÃO DA SILVA
 e de IRACI BRANDÃO CAPIBE
 Idade 21 anos. Nascido em 8 de MAIO de 1943
 Estado Civil SOLTEIRO Instrução UNIVERSITÁRIA
 Profissão ESTUDANTE
 Residência RUA MARQUÊS DE ABRANTES, 37 - AP. 509
 Motivo _____



Notas Cromáticas

Cor BRANCA Cabelos CASTANHOS
 Olhos CASTANHOS Bigode SIM(RASPADO)
 Barba SIM Como usa RASPADO

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1,60 m Pêso: 55 kg
 Frente: Altura _____ Inclinação _____
 Largura _____ Sobrancelhas _____
 Pálpebras _____
 Nariz: dorso _____
 Bico _____
 Boca _____ Lábios _____ Queixo _____ Orelhas _____
 Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens _____



Assinatura do Identificado

Ricardo Brandão

Identificado em 26 de maio de 1969

Altamirio G. de S. Santos
Identificador

| | | | | | | |
|-------|--------------|-------------|--------|----------|---------|--|
| SERIE | Mão direita | | | | | |
| | POLEGARES | INDICADORES | MEDIOS | ANULARES | MÍNIMOS | |
| SEÇÃO | Mão esquerda | | | | | |

Departamento de Legação Nacional - 17.880

D. F. S. P. - 1964



Fls.

248
H

18/16

TÉRMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA

RICARDO BRANDÃO, na forma abaixo:

Aos dezesseis - - - - - dias do mês de
junho - - - - - do ano de mil novecentos e sessenta e qua-
tro - - - - - neste Distrito Federal e, digo, neste Estado da
Guannbara e na Delegacia de Ordem Política e Social, - - - - -
onde se encontrava presente - - - - - o Doutor DENIZARD CORRÊA -
PINHEIRO, - - - - - Delegado respectivo, -
- - - - - comigo
escrivão de seu cargo adiante declarado, presente RICARDO BRAN-
DÃO, brasileiro, solteiro, filho de SEBASTIÃO DA SILVEIRA CAPILÉ,
e de dona IRACY BRANDÃO, natural do Estado de Mato Grosso, e da ci-
dade de Aquidauana, com vinte e hum anos de idade, nascido em oito
de maio de mil novecentos e quarenta e três, estudante, universi-
tário do curso de Bacharel em Direito da Faculdade de Direito Cândido
Mendes, residente à rua Marquês de Abrantes, número trinta e
sete, apartamento quinhentos e nove, bairro do Flamente, nesta ci-
dade, sabendo lê e escrever, o qual inquirido D I S S E: que, em
dezembro de mil novecentos e sessenta passou a residir nesta cida-
de, após ter concluído o curso ginasial, primeiro e segundo ciclos,
no seu Estado de origem; que o declarante esclarece que fêz, digo,
que cursou a primeira série do curso ginasial na cidade de Aquida-
uana e no Ginásio Cândido Mariano, cursando, em seguida, a segunda
e terceira séries do mesmo curso na cidade de Campo Grande e no Co-
légio Dom Bosco, concluindo dito curso na cidade de Três Lagoas e
no Colégio Estadual Dois de Julho; que, esclarece ainda que o se-
gundo ciclo ginasial foi cursado pelo declarante também na cidade
de Campo Grande e nos Colégios Dom Bosco e Estadual Campegranden-
se, sendo as duas primeiras séries no primeiro colégio citado e

(RUBRICA DO DELEGADO)

R. Brandão

10

1157

cidade e a terceira série no último; que, em razão de pretender fazer o curso de bacharel mencionado, o declarante transferiu-se para esta cidade em data de dezembro de mil novecentos e sessenta; que, em março de mil novecentos e sessenta e um o declarante foi aprovado nos exames vestibulares da Faculdade de Direito Cândido Mendes, sita à Praça Quinze de Novembro, número cento e um; que, além dos cursos mencionados o declarante concluiu também o Curso de História do Brasil, dito de extensão universitária e ministrado pelo professor PEDRO CALMON; que, dito curso de História teve a duração de seis meses, tendo sido realizado no ano de mil novecentos e sessenta e um; que, também concluiu o declarante o Curso de Parlamentarismo, o qual foi ministrado pelo Instituto Brasileiro de Cidadania no segundo semestre de mil novecentos e sessenta e um; que, dito curso também diz-se de extensão universitária; que, concluiu ainda o declarante, o curso de Psicologia Aplicada, o qual foi ministrado pelo Serviço Social da Indústria (SESI) em mil novecentos e sessenta e teve a duração de trinta dias; que, também, concluiu o declarante, o curso de Retórica e Oratória, ministrado pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, já referida, o qual teve a duração de um mês e se realizou, digo, realizou em mil novecentos e sessenta e dois; que, durante a época em que o declarante cursava o primeiro ciclo ginasial não foi filiado a qualquer entidade representativa da classe estudantil; que, em mil novecentos e sessenta, quando o declarante cursava a terceira série do curso científico, o declarante, juntamente com mais seis ou sete jovens estudantes, do mesmo curso, fundaram a Associação Campograndense Estudantil de Letras; que, dita Associação tinha por finalidade a divulgação e o aprimoramento das atividades literárias da classe; que o declarante esclarece que VICENTE SARUBBI, MANFREDO, o declarante e outros, cujos nomes o declarante não se recorda, foram os fundadores da mencionada Associação; que, o declarante, em mil novecentos e sessenta e um, filiou-se a Associação Matrogrossense de Estudantes; que esta última Associação, segundo informa o declarante, tem por finalidade promover a assistência social e ambiente recreativo para os estudantes de Mato Grosso residentes nesta cidade; que o declarante, nesta Associação Matrogrossense de Estudantes, a partir de mil novecentos e sessenta e dois, passou a integrar, digo, integrar o grupo de ce-

187
R. J. ...

IMPRESA DO DEFENSOR

CONTINENTE EDITORA SOCIEDADE ANÔNIMA com os títulos de "A BALADA DO PRISIONEIRO" e "O SOLDADO E A ROSA", os quais foram à circulação pública em mil novecentos e sessenta e dois e sessenta e quatro, respectivamente; que, esclarece o declarante que os livros mencionados tratam de poemas sentimentais, o primeiro, e crônicas literárias, o segundo; que, com referência à carta escrita pelo declarante, datada de dia três de abril de mil novecentos e sessenta e três, e endereçada a VASCO, o declarante pode informar que VASCO é pessoa amiga do mesmo; que, o nome todo de Vasco é JOSÉ ROBERTO DE VASCONCELOS, e que o mesmo é jornalista, redator do jornal DEMOCRATA, já mencionado, foi vereador pela União Democrática Nacional (UDN), quando do pleito em que Jânio Quadros foi eleito, ou melhor, aproximadamente em mil novecentos e cinquenta e oito ou cinquenta e nove; que, o declarante veio a conhecer dito Vasco, em mil novecentos e cinquenta e sete, quando o declarante, frequentando a redação do dito jornal, em Mato Grosso, e frequentemente conversava com Vasco, sobre problemas de Mato Grosso, de natureza política, visto ser Vasco, na época, vereador pela cidade de Campo Grande, daquele Estado; que, o declarante se correspondia com Vasco, eventualmente, em virtude de o declarante receber todos os números do jornal Democrata, e quando atrasava um número, o declarante se dirigia a Vasco, no sentido de que este providenciasse a remessa; que, o declarante recebia também, outros jornais da sua terra, tais como CORREIO DO ESTADO, e O MATOGROSSENSE, em virtude de o declarante ter interesse de saber os problemas de seu Estado Natal; que, com referência ao manifesto citado na carta acima mencionada, o declarante esclarece que o mesmo era de protesto pela criação do IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática; visto, que o declarante acredita que não existem problemas de esquerdismo e comunismo no Estado de Mato Grosso, bem como o declarante leu na Imprensa, que o IBAD era um órgão corrupto, e a criação do mesmo no seu Estado, viria criar um clima de intranquilidade no mesmo; que, o declarante esclarece que a posição escrita, digo, escrita em sua carta mencionada, a qual é: "O PESSOAL QUE O ASSINOU ESTÁ DECIDIDO À TOMADA DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS, DIGO, OUTRAS POSIÇÕES", significa que dito pessoal estava decidido a prosseguir numa luta, através de telegramas e manifestos, até obter

.....
tretanto jamais o declarante estudara esta doutrina e não teve in-
tenção deliberada de segui-la; que com referência ao Congresso Naci-
onal dos Estudantes, promoção anual dessa entidade o declarante
esclarece que não participava de qualquer corrente que visava ele-
ger a chapa diretiva da UNE, mesmo porque nesta União, o declara-
nte comparecia compa, digo, esporadicamente e com a finalidade de
levar contribuição literária para o órgão dessa classe denominado
"O Movimento"; que, relativamente à "UNE PRESS", o declarante po-
de afirmar que trata-se de um boletim quizenal emitido pela referi-
da União, de teor informativo sobre assuntos de, digo, estudantis-
nacionais, sendo que neste boletim o declarante jamais participou
como colaborador em qualquer dos seus setores; que, com referência
a pessoa de Humberto Kinjô, o declarante sabe informa que Kinjô era
o presidente, digo, era o diretor do "Jornal o Movimento", com quem
o declarante mantinha raros contatos necessários à sua atividade
funcional no mesmo jornal; que, quanto a participação de parlamen-
tares esquerdistas bem como do Almirante Candido Aragão na orienta-
ção do jornal ora referido, o declarante nada pode informar; que
com referência ao tratamento que lhe dispensado neste Departamento
o declarante nada tem a dizer que possa ser considerado como recla-
mação, não tendo sido mesmo sofrido qualquer tipo de constrangimen-
to físico ou moral; E mais não disse. Nada mais havendo, mandou a
autoridade encerrar o presente termo que depois de lido e achado
conforme assina com o declarante. Eu, Francisco S. Lages
escrevão o datilografei e assinei.

Ricardo J. Lages
EM TEMPO: Que, com referência à A.P. (Ação Popular), o declarante
pode informar que nunca foi filiado a tal grupo, embora tenha ou-
vido falar do mesmo, no ambiente estudantil da UNE, por vários re-
pazes dos quais o declarante não sabe dizer os nomes; que, no enten-
der do declarante tal grupo (AP), era integrado por católicos de
esquerda, liderados pelo Padre FRANCISCO LAGES; que, o declarante
além de já informar, nada mais pode dizer sobre a AP, e nunca par-
ticipou de qualquer movimento da mesma Ação Popular. E mais não di-
se. Nada mais havendo mandou a autoridade encerrar o presente, que


grupe de colaboradores da mesma entidade; que o declarante, a partir de mil novecentos e sessenta e dois, passou a frequentar a União Metropolitana dos Estudantes (UME), vindo a colaborar também no setor literário da mesma; que, no segundo semestre de mil novecentos e sessenta e três, o declarante veio a, junta a União Nacional dos Estudantes, colaborar nas atividades literárias da entidade; que além das entidades de classe mencionadas, o declarante jamais foi filiado a partido político ou entidade partidária, além das organizações citadas; que, na Associação Campograndense Referida, a atividade do declarante se restringia a apresentar trabalho literário de natureza apolítica, e qual, após seleção pelos membros da mesma Associação, seria ou não divulgado nos órgãos da imprensa local; que, na Associação Matro, digo, Matogrossense citada, a atividade do declarante era a de promover a divulgação de obras e autores da literatura matogrossense através do jornal "O ROTEIRO MATOGROSSENSE", órgão oficial da entidade e de circulação interna; que, na União Metropolitana citada, (UME), o declarante colaborava em críticas literárias, e crônicas cinematográficas, através do jornal "O METROPOLITANO", órgão oficial da classe, de circulação interna, sendo que posso afirmar, digo, afirmar o declarante, que também nesse setor, suas atividades eram apolíticas; que, na União Nacional dos Estudantes, (UNE), o declarante exercia atividades jornalísticas generalizadas, crônicas, entrevistas, etc., junto ao jornal "O MOVIMENTO", também órgão da classe e de circulação interna; que, ainda neste último jornal, a atividade do declarante foi unicamente artística e apolítica; que, em março de mil novecentos e sessenta e três, o declarante, que já pertencia ao Centro Acadêmico Ruy Barbosa, desde a data do seu ingresso na Faculdade de Direito mencionada, foi eleito primeiro Secretário do mesmo grêmio; que, as atividades do declarante no referido Centro Acadêmico incluíam também sua cooperação junto ao setor literário do jornal "JUS", do mesmo Centro; que o declarante possui uma seção permanente no jornal "CORRÊIO DO ESTADO", órgão de imprensa da cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso; que dita seção trata de assuntos literários, embora o declarante possa informar que dito jornal é de caráter político, partidário da União Democrática Nacional (UDN), daquele Estado; esclarece ainda o declarante que possui dois livros editados pela CONTINENTE EDITORA SOCIE

(RUBRICA DO DELEGADO)

Ruy Barbosa

117

ANEXO 05 Prontuário Wilson Fadul


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
 DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PLANILHA DE REGISTRO

Prontuário N.º 2.143.

Nome WILSON FADUL.

Nacionalidade BRASILEIRA.

Naturalidade R. R. de Janeiro, Marquês de Valença.

Filho de ANDRÉ JOSÉ FADUL
e de ANGELITA MENEZES FADUL.

Idade anos. Nascido em 14 de 2 de 1.920.

Estado Civil CASADO. Instrução SUPERIOR.

Profissão MÉDICO.

Residência Av. N.S. de COPACABANA, 1.019/apt. 702.

Motivo

Notas Cromáticas

Cúis Cabelos

Olhos Bigode

Barba Como usa

Filiação morfológica e exame descritivo

Altura 1. m

Fronte: Altura Inclinação

Largura Sobrancelhas

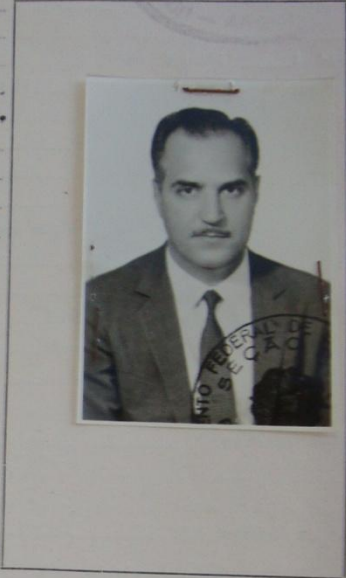
Palpebras

Nariz: dorso

Base

Boca Lábios Queixo Orelhas

Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens



Fotografia tirada em de

Assinatura do Identificado Identificado em de de 19

Identificador

| SÉRIE | Mão direita | Identificador | | | | |
|-------|--------------|---------------|-------------|--------|----------|---------|
| | | POLEGARES | INDICADORES | MÉDIOS | ANULARES | MÍNIMOS |
| SECÃO | Mão esquerda | | | | | |

Sete
 Seção
F. D.
 D. F. S. P. - 1234

Fol. 5

SEGUNDO BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA

Fadul

TÉRMO DE REINQUIRÇÃO QUE PRESTA O DOUTOR WILSON FADUL, NA FORMA ABAIXO:-

Aos vinte e dois dias do mês de janeiro do ano de mil novecientos e sessenta e nove, nesta Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, no Quartel do Segundo Batalhão de Infantaria Blindada, sito à Rua, digo, Avenida Bartolomeu de Gusmão, 585, presente o Senhor Coronel Ernani Ayrosa da Silva, Encarregado da reinquirição, comigo o Tenente Coronel Almir de Castro Miranda, servindo como testemunha, Capitão Paulo Afonso de Aquino e Albuquerque, servindo como testemunha e o Segundo Tenente Raul Failla de Carvalho de Souza, servindo como Escrivão, compareceu o Doutor WILSON FADUL, a fim de ser inquirido. Em seguida passou a autoridade a interrogá-lo da maneira seguinte:-Qual o seu nome; WILSON FADUL, idade; 48 anos de idade, filiação; André José Fadul e de Angelita Meneses Fadul, estado civil; casado, naturalidade; brasileiro, profissão; médico, residência; Rua Peri número 91-Gávea, sabendo ler e escrever, o qual reinquirido, DISSE:-
PERGUNTADO QUEM POSSIBILITOU A VENDA DE UM CARRO CADILAC, IMPORTADO SEM O DEVIDO PAGAMENTO DOS IMPOSTOS LEGAIS A ALFANDEGATRES-PONDEU QUE. Que em ~~1957~~ ¹⁹⁵⁸ Secretário, primeiro secretário da Câmara dos Deputados, que a Câmara e resolução legislativa decidiu autorizar seus membros a importar automóveis nas condições que no momento não pode precisar, mas que sabe tais importações seriam isentas dos impostos comuns de importação, que a comissão diretora da Câmara presidida pelo Deputado ^{Ulisses} ~~Luiz~~ Guimarães, do PSD de São Paulo, decidiu que a Secretaria expedisse certidões aos Deputados no exercício do mandato como condição para que aquela importação fôsse efetuada. Deseja esclarecer que foi o único Deputado do seu Estado que votou contra a resolução, que foi aprovada por uma margem mínima de votos, que todos os Deputados ao que se recorda ^{com} excessão de apenas dois, não importaram seus automóveis, que importou para si um automóvel Mercury. Acredita que houvesse limitações de importações de carros de categoria de luxo, mas não pode afirmar se algum deputado fez importação dessa natureza, baseada na resolução referida por não lhe competir o exame do assunto junto as repartições alfandegárias. PERGUNTADO QUEM O (NOMEOU) ESCALOU PARA IR A VARSÓVIA EM 1959 PARA UMA REUNIÃO INTER-PARLAMENTAR:? RESPONDEU QUE: Não pode precisar a data nem o País, mas que foi designado certa ocasião para representar o Brasil numa das reuniões da União Interparlamentar, mas que por razões que precisar, digo, não pode precisar no momento, recusou a honrosa incumbência devolvendo inclusive a ajuda de custo que lhe havia sido dado em torno de três mil e quinhentos

Fadul

10/1/69

S.S.P.
94/13
13

Que por razões que precisar, digo, não pode precisar no momento, recusou a honrosa incumbência devolvendo inclusive a ajuda de custo que lhe havia sido dado em torno de três mil e quinhentos

Fls 6
D. 10/10/65

CONTINUAÇÃO DO TERMO DE REINQUIRÇÃO DO DOUTOR WILSON PADUA.
três mil e quinhentos dólares, inclusive a passagem que seria fornecida pela PANAIR, que portanto não compareceu a referida reunião. Esclarece que a sua designação havia sido feita pelo Presidente da Câmara dos Deputados. PERGUNTADO SE ACHA QUE CUBA EM 1961 FOI INVADIDA PELOS AMERICANOS? RESPONDEU QUE: Em geral as opiniões não tem significação maior do que os fatos; que o professor Arthur Schlesinger, no seu livro Mil dias de Kennedy, autoridade ^{em} suspeito, declara que a Sears, digo, CIA, tinha do governo anterior um projeto de treinamento de azilados cubanos na Guatemala com intuito de modificar a situação em Cuba; que este projeto foi posteriormente alterado para um desembarque; que o Presidente Kennedy, embora permitindo que o projeto fosse avante, insistia em que nenhuma tropa americana fosse engajada nessa missão; que cumpriu exatamente isso quando em face do fracasso do desembarque impediu instantaneamente que qualquer parcela de força americana fosse empregada para alterar o rumo dos acontecimentos; que este ato do Presidente, lhe deu autoridade moral e política para exigir em 1962, a retirada dos foguetes colocados em Cuba pela Rússia. PERGUNTADO QUEMO ENCALOU PARA IR A PRAGA EM 1962, E EM QUE MISSÃO ESTAVA INVESTIDA? RESPONDEU QUE: Nunca foi designado por ninguém e nem esteve em Praga em qualquer época de sua vida. PERGUNTADO SE O SENHOR IGNORA QUE O OITAVO FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE E DOS ESTUDANTES PELA "PAZ E AMIZADE" REALIZADO EM HELSINKI, EM 1962 TINHA ASPECTO EVIDENTEMENTE COMUNISTA? RESPONDEU QUE: Embora não se recorde especificamente do oitavo festival realizado na capital da Finlândia, sabe-se que na disputa pelo poder mundial, os países se utilizam frequentemente desses tipos de reuniões para conquistar adeptos ou com outras finalidades para outros objetivos, digo, para aqueles objetivos. PERGUNTADO PORQUE O SENHOR FOI SIGNATÁRIO DE UM MANIFESTO VISANDO ORGANIZAR UMA DELEGAÇÃO BRASILEIRA PARA REPRESENTAR O BRASIL NO OITAVO FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE? RESPONDEU QUE: Não se recorda se foi signatário de tal documento, que em 1962 tendo sido um ano eleitoral com crise de políticas sucessivas, não tem em mente o detalhe abrangido pela pergunta; que é possível que o tenha feito, mas se o fez sem o intuito de beneficiar qualquer regime político ou sistema econômico; que em toda a sua vida pública mesmo quando estudante, quando fundador e foi presidente da União Fluminense dos Estudantes, em todos os seus pronunciamentos, atos e no seu comportamento político em geral, sempre se afirmou como reformista e não como revolucionário histórico e que, em algumas de suas eleições foi fortemente combatido pelo PC, então na clandestinidade, que sempre considerou que o reformismo era uma política consiliadora e anterevolucionária.

S.S.P. - D. 10/10/65
D. 10/10/65
S.A.F.

Fls 4

CONTINUAÇÃO DO TERMO DE REINQUIRIRÃO DO DOUTOR WILSON FADUL
ante-revolucionária. PERGUNTADO SE O SENHOR CONHECE OS ADVOGADOS
JOSÉ ANNIBAL DE SOUZA BOURRET E BENEDITO SANTANA DA SILVA FREIRE
E SABE QUE AMBOS SÃO FICHADOS COMO COMUNISTA? RESPONDEU QUE: Co-
 nhece a ambos mas que nunca soube e que nem até hoje sabia que
 eles eram fichados como tal; que Cuiabá é uma cidade muito tradi-
 cional e conservadora, onde uma juventude inquieta, progressis-
 ta cheia de desejos de modificações na vida nacional, pode ser
 frequentemente considerada como comunista, para não falar em as-
 pecto menos nobre na questão, quais sejam: denúncias anônimas,
 pessoas irresponsáveis etc, inclusive interesses subalternos.
PERGUNTADO PORQUE INDICOU OS DOIS ADVOGADOS ACIMA AO DARCY RI-
BEIRO PARA SEREM NOMEADOS PARA A FACULDADE DE DIREITO DE MATO
GROSSO? RESPONDE QUE: Dado a sua posição política no Estado de
 Mato Grosso, e a coligação entre o PSD e o PTB que vigorava no
 plano nacional, as indicações foram feitas precedidas de consul-
 tas ao Senador Felinto Müller; que foram feitas diretamente ao
 Presidente da República que entre cerca de vinte outros profes-
 sores, também foram indicados e nomeados o Doutor Benedito San-
 tana da Silva Freire, José Annibal de Souza Bourret; que assume
 a responsabilidade pela indicação dos dois, entre outros, mas es-
 clarece que ambos pertenciam ao diretório Estadual do PTB, que
 foi em última análise a origem de todas as indicações, esclare-
 ce mais que ao Senador Felinto Müller coube a indicação de pelo
 menos cincoenta por cento das nomeações. PERGUNTADO QUAIS AS SUAS
RELAÇÕES DE AMIZADE COM O SENHOR JOÃO GOULART? RESPONDEU QUE: As
 suas relações de amizade com o Senhor João Goulart eram de natu-
 reza política partidárias; que era amigo pessoal do presidente
 e como Ministro o acompanhou até o fim do seu governo, mas nun-
 ca teve com o Senhor João Goulart intimidades de outras natu-
 rezas. PERGUNTADO PORQUE FOI NOMEADO MINISTRO DA SAÚDE EM 1963?
RESPONDEU QUE: Tendo realizado uma vida pública intensa, com três
 mandatos legislativos na câmara dos deputados; tendo ascendido
 no ano partidário, digo, no âmbito partidário até a posição de
 vice presidente do mesmo; tendo por várias vezes debatido com
 o presidente problemas ligados a uma política nacional de saúde
 que devia ser formulada em termos de adequação a realidade bra-
 sileira; tendo sido por várias vezes consultado pelo presidente
 sobre variados assuntos, inclusive concernentes ao problemas
 farmacêuticos; tendo recusado por duas vezes ocupar o cargo, in-
 clusive a de prefeito de Brasília, resolveu aceitar em 1963 não
 somente em face das dificuldades políticas decorrentes, mas tam-
 bem, porque se encontra em condições de caminhar favoravelmente
 algumas soluções de vital interesse para o País. PERGUNTADO COM
QUE FINALIDADE O SENHOR COLOCOU A DISPOSIÇÃO DO CORPO DE FUZIL

11

11/1/63

11/1/63

S.S.P. -
 2743
 75

15

Fls 2
20/10/64

CONTINUAÇÃO DO TERMO DE REINQUIRÇÃO DO DOUTOR WILSON FABUL

FUZILEIRO NAVAL, 16 CAMISETAS DO SERVIÇO DE ENDENIA? RESPONDEU
QUE: esclarece que o Ministério da Saúde desde o seu desdobramen-
to do Ministério da Educação, não tinha uma organização racional
que não tinha consultoria jurídica e que o DNERU, era um órgão
autônomo dentro do Ministério; que prestava contas diretamente
do Tribunal de Contas da União e sobre o qual apenas o Ministro
tinha a obrigação de referendar o ato que nomeava o Diretor e
se não me falhar a memória, aprovar o programa de trabalho anu-
al. Na face disto, não colocou, como não poderia tê-lo feito, à
disposição de quem quer que seja. PERGUNTADO QUANDO O SENHOR
ARRANJOU EMPREGO PARA OS SERVIDORES DA EXTINTA COMISSÃO MIXTA
BRASIL/BOLÍVIA PARA AS REPARTIÇÕES FEDERAIS, SABIA QUE OS MES-
MOS TINHAM SIDO INDENIZADOS NA FORMA DA LEI? CASO POSITIVO POR-
QUE NÃO PROVIDENCIOU O RECOLHIMENTO DAS INDENIZAÇÕES A CAIXA
DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES E CONTRARIAMENTE O COLOCOU NO BAN-
CO EM SEU NOME? RESPONDEU QUE: Não empregou ninguém da comissão
mixta Brasil/Bolívia, considerando o termo inteiramente inadequa-
do ao que realmente aconteceu; que o pessoal da comissão mixta
Brasil/Bolívia fundada, digo, criada cerca de 1937, não tinha ne-
nhum amparo seja como funcionário do Estado, seja como contri-
buinte da Previdência Social; que sempre esse pessoal foi obje-
to de interesses eleitoreiros; que o depoente jamais se dirigiu
ao pessoal da comissão mixta Brasil/Bolívia para prometer se
quer o seu aproveitamento; que em face de legislação sobre vín-
culos empregatícios entre a União e pessoas, lei, digo, Lei cu-
jo número não se recorda, mas supõe-se ser a de número 4.069
examinou com o Presidente a possibilidade, não do emprego mas
do enquadramento do pessoal da comissão mixta que há cerca de
23 a 24 anos recebia pelos cofres da União, sugestão que o Pre-
sidente determinou fosse submetida ao DASP, para exame; e tendo
a associação do pessoal da mixta encaminhado ao DASP memorial
explicativo, teve o assunto parecer favorável sendo então o pes-
soal enquadrado no serviço público; que os detalhes deste enqua-
dramento não tiveram menor interesse para o depoente, sendo as-
sunto de rotina administrativa. Que posteriormente em fins de
1963, foi informado de que, o pessoal da mixta tendo recebido
uma indenização, cujo propósito desconhece, resolveu fazer uma
contribuição, através de sua associação à campanha do depoente
ao Governo do Estado em 1965; que sobu, digo, soube mais que fal-
subscrição atingira acêrca de RCr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros
novos); que imediatamente endereçou uma carta ao presidente da
associação, Senhor Peres, aproveitado na alfandega de Corumbá,
depois do enquadramento, recusando intransigentemente qualquer
auxílio e a qualquer título, à sua campanha ou ao próprio parti-

Mr. J. J. J.

20/10/64

21/10/64

S.S.P. -
2143 -
Procedimento n.º
46 -

CONTINUAÇÃO DO TERMO DE REINQUILIBRAÇÃO DO DOUTOR WILSON FADUL
partido do era presidente no Estado, digo, do qual era presidente no Estado; que fez publicar tal carta em todos os jornais do País antes de que qualquer comentário em torno do fato tivesse ocorrido; se não lhe falha a memória, essas publicações foram feitas em princípios de janeiro de 1964; o depoente tem em seu poder recortes de quase todo o país, comentando o episódio, que põe à disposição dos interessados os recortes dos jornais; que em face dos exposto, considera inteiramente inútil, responder a última parte da pergunta, onde se afirma que o depoente teria depositado dinheiro no banco em seu nome, dinheiro este que nunca recebeu. PERGUNTADO SE O SENHOR CONHECE O SENHOR ANDRADE LIMA? ELE O ACUSA DE TER QUE LHE FORNECER UM E MEIO MILHÃO, A FIM DE PODER RECEBER UMA VERBA DE SESSENTA MILHÕES DESTINADA A FUNDAÇÃO DE QUE DIRIGIA; COMO O SENHOR SE JUSTIFICA? RESPONDEU QUE: que conhece o Senhor Andrade de Lima, como membro do PTB de Mato Grosso; que sempre pleiteei verbas que considerava justas e necessárias, para todas as entidades que tinham direta ou indiretamente relação com o meu Estado; que fui responsável por dezenas de nomeações para cargo de chefia na Administração Pública e é fato sobrejamente conhecido no Estado de Mato Grosso; que jamais aceitei um único centavo por estas atividades. Não seria portanto, capaz de receber essa ridícula quantia de R\$1.500,00, principalmente como já ficou dito neste depoimento, recusou-se a aceitar, por motivos de consciência quantia muito superior para uma viagem à Europa. PERGUNTADO SE EM OUTUBRO DE 1966 O SENHOR ESTEVE NO URUGUAI MANTENDO CONTACTO COM O SENHOR JOÃO GOULART, QUE INSTRUÇÕES O SENHOR TROUXE PARA O BRASIL? EM CASA DE QUEM O SENHOR REUNIU OS LÍDERES AFASTADOS BELA REVOLUÇÃO EM CAMPO GRANDE-MATO GROSSO EM 1966? RESPONDEU QUE: visitou o presidente João Goulart duas vezes uma em julho de 1964 e outra possivelmente em outubro de 1966; que a visita foi de cordialidade sem objetivo político específico; não levou nem trouxe instruções de qualquer natureza; que só esteve em Mato Grosso, em agosto de 1964 e recentemente em fins de 1968 e que portanto não pode ter feito nenhuma reunião em Campo Grande em 1966. PERGUNTADO QUE RELAÇÕES DE AMIZADE MANTÉM OU MANTEVE COM O SENHOR LEONEL BRIZOLA? RESPONDEU QUE: Sempre manteve com o Senhor Leonel Brizola, relações puramente de cortesia. A não ser em convenções de partido, nunca participou de qual que reunião política na qual estivesse presente o Senhor Leonel Brizola. PERGUNTADO QUE RELAÇÕES O SENHOR MANTÉM COM O SENHOR JOÃO ZACARIAS DE CARVALHO CORREIA? RESPONDEU QUE: Considera o Senhor João Zacarias de Carvalho Correia um dos mais corretos cidadãos que já tratei em minha vida; tendo por ele profunda admiração e grande amizade pessoal. PERGUNTADO QUE RELAÇÕES O SENHOR

S.S.P. - D.O.
D.L. - S.S.P.

2743

Fls 10

CONTINUAÇÃO DO TERMO DE REINQUIRIÇÃO DO DOUTOR WILSON PADUL.

O SENHOR MANTÉM COM O DOUTOR MÁRIO, DIRETOR DA CLÍNICA CARDIOLOGICA NA RUA CUNNING EM IPANEMA? RESPONDEU QUE: Conhece muito bem o Doutor Mário Anache que me assiste cardiologicamente há cerca de três ou quatro anos onde faz um check-up em cada doze meses; que há cerca de seis meses teve um distúrbio circulatório tendo ficado internado lá, alguns dias. PERGUNTADO SE FOI DE INTEIRA LIBERDADE SEM QUALQUER ESPECIE DE COAÇÃO QUE PRESTOU O PRESENTE DEPOIMENTO E SE TEM MAIS ALGUM FATO A ALEGAR ALÉM DOS JÁ CITADO? RESPONDEU QUE: Que prestou o presente depoimento com a maior liberdade, sem ter sofrido qualquer espécie de coação e tendo sido ouvido com toda a paciência e consideração por parte do Encarregado da reinquirição. Que pretende ter respondido a todas as perguntas que lhe foram formuladas de maneira a que não pairassem quaisquer dúvidas a respeito no seu comportamento nos episódios tratados neste depoimento; que entretanto, se reserva para apresentar o que lhe parecer necessário a elucidação de quaisquer aspectos dos assuntos aqui tratados. Que afinal quer declarar que no decorrer da sua modesta, mais intensa vida pública não existe se quer um fato sobre o qual não esteja disposto a prestar os mais amplos e completos esclarecimentos, e que como de hábito assume todas as responsabilidades pelos atos que praticou nas funções que exerceu. Nada mais havendo a lavar, determinou o encarregado da reinquirição que se encerrasse o presente termo, que, depois de lido e achado conforme, assina com o declarante e com as testemunhas Almir de Castro Miranda, Tenente Coronel-16-398.258, Capitão Paulo Afonso de Aquino e Albuquerque-16-172.631, ambos servindo neste Batalhão, e eu, Segundo Tenente Raul Faillace Carvalho de Souza-16-512.910, funcionei como escrivão.--.--.--.--.--.

ERNANI AYDOZA DA SILVA Pres. Inq.

WILSON PADUL Declarante

ALMIR DE CASTRO MIRANDA 1ª Testemunha

PAULO AFONSO DE AQUINO E ALBUQUERQUE 2ª Testemunha

RAUL FAILLACE CARVALHO DE SOUZA Escrivão

S. S. P. - D. O. P. S. - GB.
D. I. - S. D. - S. A. F.
Protocolo n.º 2743
Documento n.º 18

WILSON PADUL

Ocupação: Deputado Federal
Ten Cel Médico RR da Aeronáutica

- HISTÓRICO -

- 12/10/57 - "Correio da Manhã" - Deputado pelo PTB de Mato Grosso Rua Júlio Castilhos, 95 - Aptº 301 - Tel.: 27-8610 - Rio-GB. Vendeu auto importado com isenção de direitos (Lei Cadillac).
- 17/06/59 - "Diário de Notícias" - Faz parte da Delegação Brasileira à reunião interparlamentar a se reunir em VARSÓVIA.
- Maio - 61 - "O SEMANÁRIO" - Como Deputado da Frente Parlamentar Nacionalista enviou ao "Instituto Cubano de Amizade com los Pueblos", em telegrama protestando contra a invasão de Cuba. Ref O Semanario nº 258, de 4 a 11/5 61.
- 25/01/62 - "SFICI" - Rio de Janeiro-GB - É um dos Parlamentares brasileiros que se encontra em Praga a convite do Governo da TCHECOSLOVÁQUIA. (Ref Informe Interno nº 2, de 25/01/62).
- 08/05/62 - "Correio de Manhã" - Deputado Federal pelo PTB do Mato Grosso. End.: Conjunto do IAPTEC - 107 - bloco 2 - Aptº 606 - Tel.: 2-0729 - Brasília. Signatário de um "manifesto" visando a organização de uma "delegação representativa dos valores da gente brasileira" no VIII FESTIVAL MUNDIAL DA JUVENTUDE e dos ESTUDANTES pela PAZ e AMIZADE, a realizar-se em HELSINKI (Ref Correio da Manhã de 8/5/62. O manifesto está arquivado no Prontuário de Aldo José Arraútes).
- 30/04/63 - "SSOP" - Por indicações do Marginado ao Chefe da Casa Civil da Presidência da República, deverão ser nomeados para a Faculdade de Direito de Mato Grosso, os advogados José Anibal de Souza Boret e Benedito da Silva Freire, ambos comunistas. (Ref Info nº 5163/63 SSOP de 30/4/63).
- 07/04/64 - SFICI-GB - O Marginado exerceu a função de Ministro da Saúde, no Governo João Goulart, a partir de Jun/63. Elemento conivente com todos os atos daquele Governo até o fim.

Mandou colocar 16 caminhonetas do Serviço de Endemias Rurais à disposição do Corpo de Fuzileiros Navais, para transportar os Fuzileiros Rebeldes durante a crise da semana Santa. (Março 64).

O Serviço de Endemias Rurais era dirigido pelo Sr Mourão Filho, homem de confiança do marginado. (Ref Informe do SFICI, de 7/5/64).

- 22/06/64 - SFICI - SPS - SAS - SE/SAPAS - RONALDO DE ARRUDA CASTRO em depoimento prestado no 16º BC consta "Quando da extinção da Comissão Mista Brasil-Bolívia, seus servidores foram indenizados na forma da Lei ao serem dispensados; que por intermédio de então Ministro da Saúde WILSON PADUL, foram posteriormente classificados em várias repartições federais o que tornou indevida a indenização recebida; que esse dinheiro não foi reposto aos cofres públicos ficando a Associação dos Servidores da Comissão (ASERAN) com uma pequena parcela desse dinheiro, sendo a maior parte, cerca de Cr\$ 40.000,00 depositada em nome do marginado e alguns proceres do PTB de CORUMBÁ.

JOÃO BATISTA ARANTES, preso por agitação consta em seu depoimento prestado no 16º BC, que o Sr ANDRADE LIMA nos últimos tempos de sua administração na FBC disse que para receber uma verba de Cr\$ 60.000,00

CONTINUA

S.S.P. - D.P. - S.P.S. - S.P.A. - S.P.B. - S.P.C. - S.P.D. - S.P.E. - S.P.F. - S.P.G. - S.P.H. - S.P.I. - S.P.J. - S.P.K. - S.P.L. - S.P.M. - S.P.N. - S.P.O. - S.P.P. - S.P.Q. - S.P.R. - S.P.S. - S.P.T. - S.P.U. - S.P.V. - S.P.W. - S.P.X. - S.P.Y. - S.P.Z. - S.P.AA. - S.P.AB. - S.P.AC. - S.P.AD. - S.P.AE. - S.P.AF. - S.P.AG. - S.P.AH. - S.P.AI. - S.P.AJ. - S.P.AL. - S.P.AM. - S.P.AN. - S.P.AO. - S.P.AP. - S.P.AQ. - S.P.AR. - S.P.AS. - S.P.AT. - S.P.AU. - S.P.AV. - S.P.AW. - S.P.AX. - S.P.AY. - S.P.AZ. - S.P.BA. - S.P.BB. - S.P.BC. - S.P.BD. - S.P.BE. - S.P.BF. - S.P.BG. - S.P.BH. - S.P.BI. - S.P.BJ. - S.P.BL. - S.P.BM. - S.P.BN. - S.P.BO. - S.P.BP. - S.P.BQ. - S.P.BR. - S.P.BS. - S.P.BT. - S.P.BU. - S.P.BV. - S.P.BW. - S.P.BX. - S.P.BY. - S.P.BZ. - S.P.CA. - S.P.CB. - S.P.CC. - S.P.CD. - S.P.CE. - S.P.CF. - S.P.CG. - S.P.CH. - S.P.CI. - S.P.CJ. - S.P.CL. - S.P.CM. - S.P.CN. - S.P.CO. - S.P.CP. - S.P.CQ. - S.P.CR. - S.P.CS. - S.P.CT. - S.P.CU. - S.P.CV. - S.P.CW. - S.P.CX. - S.P.CY. - S.P.CZ. - S.P.DA. - S.P.DB. - S.P.DC. - S.P.DD. - S.P.DE. - S.P.DF. - S.P.DG. - S.P.DH. - S.P.DI. - S.P.DJ. - S.P.DL. - S.P.DM. - S.P.DN. - S.P.DO. - S.P.DP. - S.P.DQ. - S.P.DR. - S.P.DS. - S.P.DT. - S.P.DU. - S.P.DV. - S.P.DW. - S.P.DX. - S.P.DY. - S.P.DZ. - S.P.EA. - S.P.EB. - S.P.EC. - S.P.ED. - S.P.EE. - S.P.EF. - S.P.EG. - S.P.EH. - S.P.EI. - S.P.EJ. - S.P.EL. - S.P.EM. - S.P.EN. - S.P.EO. - S.P.EP. - S.P.EQ. - S.P.ER. - S.P.ES. - S.P.ET. - S.P.EU. - S.P.EV. - S.P.EW. - S.P.EX. - S.P.EY. - S.P.EZ. - S.P.FA. - S.P.FB. - S.P.FC. - S.P.FD. - S.P.FE. - S.P.FF. - S.P.FG. - S.P.FH. - S.P.FI. - S.P.FJ. - S.P.FL. - S.P.FM. - S.P.FN. - S.P.FO. - S.P.FP. - S.P.FQ. - S.P.FR. - S.P.FS. - S.P.FT. - S.P.FU. - S.P.FV. - S.P.FW. - S.P.FX. - S.P.FY. - S.P.FZ. - S.P.GA. - S.P.GB. - S.P.GC. - S.P.GD. - S.P.GE. - S.P.GF. - S.P.GG. - S.P.GH. - S.P.GI. - S.P.GJ. - S.P.GL. - S.P.GM. - S.P.GN. - S.P.GO. - S.P.GP. - S.P.GQ. - S.P.GR. - S.P.GS. - S.P.GT. - S.P.GU. - S.P.GV. - S.P.GW. - S.P.GX. - S.P.GY. - S.P.GZ. - S.P.HA. - S.P.HB. - S.P.HC. - S.P.HD. - S.P.HE. - S.P.HF. - S.P.HG. - S.P.HH. - S.P.HI. - S.P.HJ. - S.P.HL. - S.P.HM. - S.P.HN. - S.P.HO. - S.P.HP. - S.P.HQ. - S.P.HR. - S.P.HS. - S.P.HT. - S.P.HU. - S.P.HV. - S.P.HW. - S.P.HX. - S.P.HY. - S.P.HZ. - S.P.IA. - S.P.IB. - S.P.IC. - S.P.ID. - S.P.IE. - S.P.IF. - S.P.IG. - S.P.IH. - S.P.II. - S.P.IJ. - S.P.IL. - S.P.IM. - S.P.IN. - S.P.IO. - S.P.IP. - S.P.IQ. - S.P.IR. - S.P.IS. - S.P.IT. - S.P.IU. - S.P.IV. - S.P.IW. - S.P.IX. - S.P.IY. - S.P.IZ. - S.P.JA. - S.P.JB. - S.P.JC. - S.P.JD. - S.P.JE. - S.P.JF. - S.P.JG. - S.P.JH. - S.P.JI. - S.P.JJ. - S.P.JL. - S.P.JM. - S.P.JN. - S.P.JO. - S.P.JP. - S.P.JQ. - S.P.JR. - S.P.JS. - S.P.JT. - S.P.JU. - S.P.JV. - S.P.JW. - S.P.JX. - S.P.JY. - S.P.JZ. - S.P.KA. - S.P.KB. - S.P.KC. - S.P.KD. - S.P.KE. - S.P.KF. - S.P.KG. - S.P.KH. - S.P.KI. - S.P.KJ. - S.P.KL. - S.P.KM. - S.P.KN. - S.P.KO. - S.P.KP. - S.P.KQ. - S.P.KR. - S.P.KS. - S.P.KT. - S.P.KU. - S.P.KV. - S.P.KW. - S.P.KX. - S.P.KY. - S.P.KZ. - S.P.LA. - S.P.LB. - S.P.LC. - S.P.LD. - S.P.LE. - S.P.LF. - S.P.LG. - S.P.LH. - S.P.LI. - S.P.LJ. - S.P.LL. - S.P.LM. - S.P.LN. - S.P.LO. - S.P.LP. - S.P.LQ. - S.P.LR. - S.P.LS. - S.P.LT. - S.P.LU. - S.P.LV. - S.P.LW. - S.P.LX. - S.P.LY. - S.P.LZ. - S.P.MA. - S.P.MB. - S.P.MC. - S.P.MD. - S.P.ME. - S.P.MF. - S.P.MG. - S.P.MH. - S.P.MI. - S.P.MJ. - S.P.ML. - S.P.MM. - S.P.MN. - S.P.MO. - S.P.MP. - S.P.MQ. - S.P.MR. - S.P.MS. - S.P.MT. - S.P.MU. - S.P.MV. - S.P.MW. - S.P.MX. - S.P.MY. - S.P.MZ. - S.P.NA. - S.P.NB. - S.P.NC. - S.P.ND. - S.P.NE. - S.P.NF. - S.P.NG. - S.P.NH. - S.P.NI. - S.P.NJ. - S.P.NL. - S.P.NM. - S.P.NN. - S.P.NO. - S.P.NP. - S.P.NQ. - S.P.NR. - S.P.NS. - S.P.NT. - S.P.NU. - S.P.NV. - S.P.NW. - S.P.NX. - S.P.NY. - S.P.NZ. - S.P.OA. - S.P.OB. - S.P.OC. - S.P.OD. - S.P.OE. - S.P.OF. - S.P.OG. - S.P.OH. - S.P.OI. - S.P.OJ. - S.P.OL. - S.P.OM. - S.P.ON. - S.P.OO. - S.P.OP. - S.P.OQ. - S.P.OR. - S.P.OS. - S.P.OT. - S.P.OU. - S.P.OV. - S.P.OW. - S.P.OX. - S.P.OY. - S.P.OZ. - S.P.PA. - S.P.PB. - S.P.PC. - S.P.PD. - S.P.PE. - S.P.PF. - S.P.PG. - S.P.PH. - S.P.PI. - S.P.PJ. - S.P.PL. - S.P.PM. - S.P.PN. - S.P.PO. - S.P.PP. - S.P.PQ. - S.P.PR. - S.P.PS. - S.P.PT. - S.P.PU. - S.P.PV. - S.P.PW. - S.P.PX. - S.P.PY. - S.P.PZ. - S.P.QA. - S.P.QB. - S.P.QC. - S.P.QD. - S.P.QE. - S.P.QF. - S.P.QG. - S.P.QH. - S.P.QI. - S.P.QJ. - S.P.QL. - S.P.QM. - S.P.QN. - S.P.QO. - S.P.QP. - S.P.QQ. - S.P.QR. - S.P.QS. - S.P.QT. - S.P.QU. - S.P.QV. - S.P.QW. - S.P.QX. - S.P.QY. - S.P.QZ. - S.P.RA. - S.P.RB. - S.P.RC. - S.P.RD. - S.P.RE. - S.P.RF. - S.P.RG. - S.P.RH. - S.P.RI. - S.P.RJ. - S.P.RL. - S.P.RM. - S.P.RN. - S.P.RO. - S.P.RP. - S.P.RQ. - S.P.RR. - S.P.RS. - S.P.RT. - S.P.RU. - S.P.RV. - S.P.RW. - S.P.RX. - S.P.RY. - S.P.RZ. - S.P.SA. - S.P.SB. - S.P.SC. - S.P.SD. - S.P.SE. - S.P.SF. - S.P.SG. - S.P.SH. - S.P.SI. - S.P.SJ. - S.P.SL. - S.P.SM. - S.P.SN. - S.P.SO. - S.P.SP. - S.P.SQ. - S.P.SR. - S.P.SS. - S.P.ST. - S.P.SU. - S.P.SV. - S.P.SW. - S.P.SX. - S.P.SY. - S.P.SZ. - S.P.TA. - S.P.TB. - S.P.TC. - S.P.TD. - S.P.TE. - S.P.TF. - S.P.TG. - S.P.TH. - S.P.TI. - S.P.TJ. - S.P.TL. - S.P.TM. - S.P.TN. - S.P.TO. - S.P.TP. - S.P.TQ. - S.P.TR. - S.P.TS. - S.P.TT. - S.P.TU. - S.P.TV. - S.P.TW. - S.P.TX. - S.P.TY. - S.P.TZ. - S.P.UA. - S.P.UB. - S.P.UC. - S.P.UD. - S.P.UE. - S.P.UF. - S.P.UG. - S.P.UH. - S.P.UI. - S.P.UJ. - S.P.UL. - S.P.UM. - S.P.UN. - S.P.UO. - S.P.UP. - S.P.UQ. - S.P.UR. - S.P.US. - S.P.UT. - S.P.UU. - S.P.UV. - S.P.UW. - S.P.UX. - S.P.UY. - S.P.UZ. - S.P.VA. - S.P.VB. - S.P.VC. - S.P.VD. - S.P.VE. - S.P.VF. - S.P.VG. - S.P.VH. - S.P.VI. - S.P.VJ. - S.P.VL. - S.P.VM. - S.P.VN. - S.P.VO. - S.P.VP. - S.P.VQ. - S.P.VR. - S.P.VS. - S.P.VT. - S.P.VU. - S.P.VV. - S.P.VW. - S.P.VX. - S.P.VY. - S.P.VZ. - S.P.WA. - S.P.WB. - S.P.WC. - S.P.WD. - S.P.WE. - S.P.WF. - S.P.WG. - S.P.WH. - S.P.WI. - S.P.WJ. - S.P.WL. - S.P.WM. - S.P.WN. - S.P.WO. - S.P.WP. - S.P.WQ. - S.P.WR. - S.P.WS. - S.P.WT. - S.P.WU. - S.P.WV. - S.P.WW. - S.P.WX. - S.P.WY. - S.P.WZ. - S.P.XA. - S.P.XB. - S.P.XC. - S.P.XD. - S.P.XE. - S.P.XF. - S.P.XG. - S.P.XH. - S.P.XI. - S.P.XJ. - S.P.XL. - S.P.XM. - S.P.XN. - S.P.XO. - S.P.XP. - S.P.XQ. - S.P.XR. - S.P.XS. - S.P.XT. - S.P.XU. - S.P.XV. - S.P.XW. - S.P.XX. - S.P.XY. - S.P.XZ. - S.P.YA. - S.P.YB. - S.P.YC. - S.P.YD. - S.P.YE. - S.P.YF. - S.P.YG. - S.P.YH. - S.P.YI. - S.P.YJ. - S.P.YL. - S.P.YM. - S.P.YN. - S.P.YO. - S.P.YP. - S.P.YQ. - S.P.YR. - S.P.YS. - S.P.YT. - S.P.YU. - S.P.YV. - S.P.YW. - S.P.YX. - S.P.YY. - S.P.YZ. - S.P.ZA. - S.P.ZB. - S.P.ZC. - S.P.ZD. - S.P.ZE. - S.P.ZF. - S.P.ZG. - S.P.ZH. - S.P.ZI. - S.P.ZJ. - S.P.ZL. - S.P.ZM. - S.P.ZN. - S.P.ZO. - S.P.ZP. - S.P.ZQ. - S.P.ZR. - S.P.ZS. - S.P.ZT. - S.P.ZU. - S.P.ZV. - S.P.ZW. - S.P.ZX. - S.P.ZY. - S.P.ZZ.

- 29/09/64*
- destinada a citada Fundação, foi obrigado a distribuir (10%) aos seguintes indivíduos: Cr\$ 1.500.000,00 para o marginado / (Deputado de Mato Grosso).
Consta ainda, na Guarnição, rumôres sobre a distribuição de verbas do Min Saúde, pelo ministro WILSON FADUL, a entidades fantasmas de Mato Grosso. (Ref Info nº 1700-SFICI - 7 Gab 25/5/64).
 - 13/07/64 - SFICI - Cassado pelo AI de 09 Abr 64 (Ref DO nº / 112 de 13 Jun 64).
 - 19/09/66 - Imprensa de Montevideu - levou manifesto da Frente Ampla a JG em Montevideu. (Ref Bol Info nº 428, de 15/09/66 de SNI/ARJ) FAC.
 - 29/09/66 - Imprensa - GB - Em 28/9/66 em reunião com o Sr OL em apartamento na Zona Sul, representava juntamente com o Sr RENATO ARCHER os Srs JK e JG. O assunto foi a inclusão da política social de VARGAS no manifesto da FRENTE AMPLA. Da reunião sairá a redação final do manifesto, que será divulgado após a eleição de Mar CS. (DN) (Ref Bol Info nº 450, de 7 28/9/66, do SNI/ARJ) FAC
 - 20/10/66 - ADITAR/ROV-(B-2) - O marginado que esteve no URUGAUI, ~~xx~~ mantendo contacto com o Sr JG entre os dias 14 e 18 Set 66, regressou ao Brasil, trazendo instruções do mesmo.// (Ref ACE 11991, de 29/9/66 - Info nº 585, de 23/9/66 do ~~XXXXX~~ ADITAR/ROV - Prot 6170/66 - SS 164 - (FP).
 - 31/10/66 - SNI/ASP - Coordenou uma reunião em CAMPO GRANDE, da qual compareceram todos os líderes afastados pela Revolução. (Prot 603/64 - 17/11/64 - PB 1905/SNI/ARJ).
 - 15/12/66 - SE - CSN (OF) - Consta de cópia do ofício nº 115-25/3243/66, de 11 Out da Sg/CSN, ~~xxxx~~ que o marginado e outros, cometeram fraude à Lei, tornando-se proprietários de terras devolutas, na região do Araguaia, em Barra do Garças. (Ref ACE 12.697/66).
 - 12/07/67 - EMB/ROV - Montevideu/ROV - O marginado viajou para Montevideu durante a 1ª semana de maio de 67, a fim de ~~//~~ avistar-se com o Sr JG. O objeto da viagem pedida por JG, é o de impartir instruções relativas a seu ingresso na Frente Ampla. (Ref CIEEx/01/314/29 Mai 67/ Emb ROV - ACE 5990- D SS-16/3375/67) (FR).
 - 25 Set 67 - ASP/SNI - O marginado tem prontuário na ASP. (/ Ref ACE nº 4.659, de 10/06/65 anexo nº 3 fls 45, da Entidade "SNI/ASP" anexo nº 8 fls 62 (FS).
 - 26/04/68 - Imprensa - Brasília - O STF concluiu o julgamento do IPM do DNERV, em que é indiciado com outros, decidindo pelo seu encaminhamento à Justiça Militar (UH - 28/03/68).
 - 09/05/68 - ARJ/SC-3
A - 1 - GB - Mantém contacto permanente com ~~//~~ EDMUNDO FERREIRO MONIZ DE ARAGÃO - (Ref ACE 6023/68 Info 455, de 27/3/68) (FAB).
 - 16/12/68 - SNI/ASP (ENG) - Campo Grande (MT) - Ex-Min da Saúde do Gov JG - Ex-Dep Federal (cassado). Em Set 68, encontra-se na Cidade de Campo Grande-MT, hospedado na residência de João Zacarias de Carvalho Coriêa. Vem mantendo contacto com seus ex-correligionários do ex-PTB. (Ref. ACE nº 20.251/68). "Fq"

- - 00 - -

S. S. P. - D. O. P. S. - GB.
D. I. - S. D. - 9. A. F.

GB - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA
D.O.P.S. - S.I.
SEÇÃO DE PROCESSAMENTO

INFORME Nº SP/198

Em 08 Set 1966

Assunto: WILSON FADUL

Disseminação: SNI/ARJ

- WILSON FADUL, brasileiro, natural de Marquês de Valença-Estado do Rio de Janeiro, nascido em 14.2.1920, filho de André José Fadul e de Angelita Menezes Fadul, casado, médico, carteira de identidade nº 2.929-M. Aeronáutica, portador do passaporte nº 464.973, expedido em 15.7.1964 pelas autoridades da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e Segurança de Fronteiras, no Rio de Janeiro, constando residir / na av. N.S. de Copacabana nº 1.049/ap. 702, solicitou, nesta data, para fins de viagem, visto em seu passaporte.

- Ao que consta, WILSON FADUL irá à Argentina a negócios, ao Chile, a passeio e, ao Uruguai, visitar JANGO.

- Consta, outrossim, que o reportado foi indiciado nos seguintes IPMs:

- nº 17 - Três Lagoas (MT);
- nº 261- DNERU;
- nº 586- DNERU;
- nº 629- M. da Saúde;
- nº 155- do qual foi Encarregado o Maj Roberto de Godoy Moreira.

- O elemento em foco teve os seus direitos políticos / suspensos por 10 anos e o mandato de Deputado Federal (MT) cassado. / (D.O. de 5.11.1965).

- Finalmente, WILSON FADUL esteve, em 1964, na Argentina e Uruguai, desembarcando no Aeroporto de Viracopos em 22.7.1964.///

..*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*.*

21/13

1 — DO sr. Artur Mattos, Presidente das Organizações Associadas ao Sindicato de Empresas de Transportes de Carga da Guanabara: "No momento em que pátria brasileira ressurge para a democracia, em nome das Organizações Associadas ao Sindicato de Empresas de Transportes de Carga da Guanabara parabeniso-me com ilustre patriota governador pela patriótica posição adotada e desassombradas atitudes momento histórico de 31 de março".

2 — Do sr. João Filgueira, Prefeito Municipal de Três Lagôas, MT.: "Congratulo-me prezado chefe brilhante vitória forças democráticas".

3 — Do sr. Napoleão José da Costa, Prefeito Municipal de Varzea Grande, MT.: "Congratulo eminente Governador posição desassombrada tomada atual conjuntura nacional, hipotecando Vossencia irrestrita solidariedade dêste município".

4 — Do snr. Rubens Santos, Presidente da Camara Municipal de Várzea Grande, MT.: "Povo varzea-grandense cõscio atos Vossencia, hipoteca irrestrito apoio causa liberdade democracia".

5 — Dos snrs. Henio Maldonado, Luiz M. Ambrosio, José da Lapa Pinto de Aruda, João Ferraz...

Minas Gerais, bem como dos valorosos soldados de Caxias, cuja frente tomou o bravo General Amaury Kruehl e hipoteca irrestrito apoio".

4 — Snr. Herdi Rosa Bruno, Prefeito Municipal de Amambai, MT.: "Congratulo-me Vossencia atuação destacada seu Governo trazendo retorno paz à família brasileira".

5 — Do Snr. Joaquim Tenório Sobrinho, Prefeito Municipal de Cassilândia, MT.: "Apresento Vossencia minhas felicitações e irrestrita solidariedade pelo movimento empreendido em defesa da democracia, das liberdades e dos direitos constitucionais".

6 — Do Snr. Lavrador Gomes Chaves, Prefeito Municipal de Guia Lopes de Laguna, MT.: "Povo Guia Lopes de Laguna congratula-se Vossa Exa. grande defensor democracia nossa pátria vitória esmagadora alcançada sobre falsos brasileiros perturbadores ordem e paz da nossa terra. Solidarios vossa atitude marcharemos unidos em defesa da democracia".

7 — Dos Senhores José da Costa Alves Prefeito Municipal de Bonito, MT., José Ferreira de Jesus, Presidente do Diretorio da UDN, Heron do Couto Delegado de Policia Hipolito Cunha Monteiro, Secretário da UDN e Dorival Teixeira Cruz Coletor todos do Municipio de Bonito MT.: "Interpretando o sentido

UMERO
BIDOS

rsas par-
lo ao Pa-
legramas
nando C.

ários ex-
brilhante
o Mato-
sso regi-

a quan-
Destá-

o. Presi-

3 — Do sr. Antônio José Pereira, Prefeito Municipal de Santa Rosa: "Venho solidarizar-me: Vossa presença pela atitude desassombrada que tomou pela manutenção regime democrático e liberdades humanas e cristãs nobre povo brasileiro".

4 — Da sra. Maria Pacheco e Alves, presidente da Liga Independente pela Liberdade: "A Liga Independente pela Liberdade congratula-se com o Governador de Mato Grosso pelo brilhante desfecho da luta em pró da liberdade para a qual concorreu com denodo e patriotismo."

5 — Do sr. Alberto Byinton Jr., Presidente do Conclap, do Rio GB:



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Fôlha de Ata

RUBRICA

PRESIDENTE

1.º SECRETÁRIO

2.º SECRETÁRIO

ATA N. 41 DE 16 DE Maio DE 1969 FL S 8

Aliam-se, destarte, essas duas circunstâncias a pedir consideração para o problema: o interesse da Justiça e o sentimento humano.

Atendendo ao que temos constatado e às ponderações dos Juizes das referidas comarcas, e que voltamos a insistir, junto ao Poder Executivo, na urgente necessidade de uma solução para esse caso. Sala das Sessões, em 16 de maio de 1969. as) Jose Cerveira.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o deputado Cacildo Huguene

ney.
O SR. CACILDO HUGUENEY - Sr. Presidente, volto a requerer a urgência urgentíssima para o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que doa uma aeronave ao Aero Clube de Alto Araguaia. Portanto, espero contar com o apoio de todos os colegas.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra o deputado Valdomiro Gonçalves.

O SR. VALDOMIRO GONCALVES - Sr. Presidente, para solicitar da Mesa a prorrogação do prazo a Comissão Parlamentar de Inquerito requerida pelos srs. deputados, para apurar as possíveis irregularidades no ICLC, para que possa concluir o seu trabalho. A Presidência da Comissão Parlamentar de Inquerito solicita que a Mesa prorrogue este prazo até o dia 15 do mês próximo, ou seja, junho, para que possamos devolver a Mesa os resultados dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - A Presidência vai estudar o requerimento formulado pelo deputado Valdomiro Gonçalves, e, oportunamente, decidirá sobre o assunto.

Com a palavra, o deputado Celso Amaral.

O SR. CELSO AMARAL - Sr. Presidente, srs. deputados: para apresentar o seguinte requerimento: Requeiro a Mesa, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Marechal Arthur da Costa e Silva, DD. Presidente da República, com cópia ao General, Ministro dos Exércitos., Indicação nº 58/69. Requeiro a Mesa, nos termos regimentais, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Marechal Arthur da Costa e Silva, DD. Presidente da República, com cópias ao Exmo. Sr. Dr. Luiz da Gama e Silva, DD. Ministro da Justiça, ao Sr. General Aurelio Lyra Tavares, DD. Ministro do Exército ao Serviço Nacional de Informações, ao Conselho de Segurança Nacional, vasado nos seguintes termos:

1. Considerando que a Revolução de Março é um movimento oriundo de consciência de todos os brasileiros bem intencionados e que querem ver a Pátria recolocada na trilha de honradez e dignidade que nos legaram nossos antepassados.

2. Considerando que esse pessoal revolucionário um dos fatores imprescindíveis para a fixação e a concretização de uma revolução, no tempo e no espaço, isto é, na história necessita ser unificado e arregimentado.

3. Considerando que a ARENA, Partido da Revolução, pela maneira com que foi organizado, unindo-se seu bojo até forças anti-



ESTADO DE MATO GRÓSSO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Fôlha de Ata

RUBRICA

PRESIDENTE

1.º SECRETÁRIO

2.º SECRETÁRIO

ATA N. 41 DE 16 DE Maio DE 19 69 FL S 10

coibir a propaganda exagerada, com finalidades promocionais.
d) Fiscalizar nas entidades, que recebem verbas dos poderes públicos, a correta aplicação das referidas dotações.

II - No setor Rural e Industrial:

a) Fiscalizar a ação dos sindicatos e das cooperativas, denunciando todo e qualquer ato de subversão ou corrupção.
b) Difundir entre os agricultores, operários e criadores os grandes princípios da Revolução de Março, através da imprensa falada e escrita.

III- No setor Educacional:

a) Fiscalizar nas escolas a ação dos professores, denunciando os incompetentes, os relapsos, os corruptos e os subversivos.
b) Cooperar com os diretores das escolas no sentido de serem comemoradas condignamente as principais datas nacionais e, de um modo especial, o dia da Pátria e o dia da Revolução.
c) Fiscalizar o cumprimento rigoroso do ensino da disciplina Instrução Moral e Cívica.
d) Difundir e ampliar em cooperação com as autoridades competentes a campanha da alfabetização de adultos.
e) Fiscalizar as organizações estudantis, os Grêmios e os Centros, para que nas suas diretorias não entrem elementos subversivos ou politiquieiros, em geral estudantes profissionais, denunciando as manobras destes elementos nocivos aos que, de fato, querem estudar.
f) Organizar com os diretores e professores, Centros de bolsas de estudo para atender aos estudantes necessitados.
g) Difundir as vantagens do Projeto Rondon e estabelecer ligação com os responsáveis pelo mesmo, no sentido de proporcionar aos estudantes universitários uma integração total com os grandes problemas da Pátria Brasileira, para cuja solução eles foram chamados a cooperar.

IV - No Setor Social

a) - Organizar ligas municipais de Assistência para dar atendimento as crianças desamparadas, aos pobres e aos necessitados, entregando a sua direção as senhoras e aos estudantes.
b) - Cooperar com todas as boas iniciativas surgidas na comunidade, para que todos sintam o bafejo da Revolução no estímulo as obras boas e justas.
c) - Estabelecer permanente Contato com os Conselhos das comunidades vizinhas para que o seu trabalho seja perfeito e homogêneo e venha cada mais consolidar os princípios revolucionários nas comunidades brasileiras. Sala das Sessões, 16 de maio de 1969. as) Celso Amaral. JUSTIFICATIVA: 1. Aos revolucionários autênticos e que tem fome e sede de justiça, oferece o Conselho Revolucionário Municipal, a grande oportunidade de darem a sua cooperação efetiva e vigilante a todos os setores da vida pública. À sua presença, a sua patriotica e decidida contra qualquer forma de corrupção ou subversão, constituirá, dentro de breve tempo, na implantação da filosofia revolucionária, tão bem expressa pelo grande almirante Tamandare na batalha do Riachuelo: "O Brasil espera que cada um cumpra com o seu dever".



ESTADO DE MATO GRÓSSO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Fôlha de Ata

RUBRICA

PRESIDENTE

1.º SECRETÁRIO

2.º SECRETÁRIO

ATA N. 41 DE 16 DE Maio DE 19 69 FL S 11

- Dever para com Deus, dever para com a família, dever para com a sociedade e o sagrado dever para com a Pátria estremeçada. Eles, portanto, serão os centros de irradiação dos ideais revolucionários, serão os arautos desta grande força de renovação moral e a sua obra será como a dos apóstolos de Jesus Cristo, no combate ao erro e a indignidade, serão portanto - "o sal da terra" - Porque a Revolução de Março que nasceu do coração da mãe brasileira, que foi o grito da consciência do povo sofredor, que sacudiu a Pátria toda nas grandes "marchas da família com Deus pela liberdade", que foi apençada e guardada pelo manto da Virgem Aparecida, não é vanglória, não é a duvida, mas é patriotismo, verdade e ação. Verdade, patriotismo e ação eis o trímio básico desta nova filosofia, que encarando a fria realidade dos fatos e das situações, procura com patriotismo e a firmeza da ação resolver todos os problemas que afligem o povo brasileiro.

2 - A Revolução necessita, por outro lado, desta legião de boa vontade, para concretizar os seus princípios ideológicos junto ao povo, evitando, destarte as distorções da verdade e fetuada pertinermente pelos corruptos e pelos subversivos.

3 - Pelo lado pratico, estes Conselhos oferecerão, ao poder público um grande auxilio, não só pela cooperação patriótica darão na solução dos problemas das comunidades, como também pela fiscalização honrada e firme, necessaria e indispensavel, a administração pública.

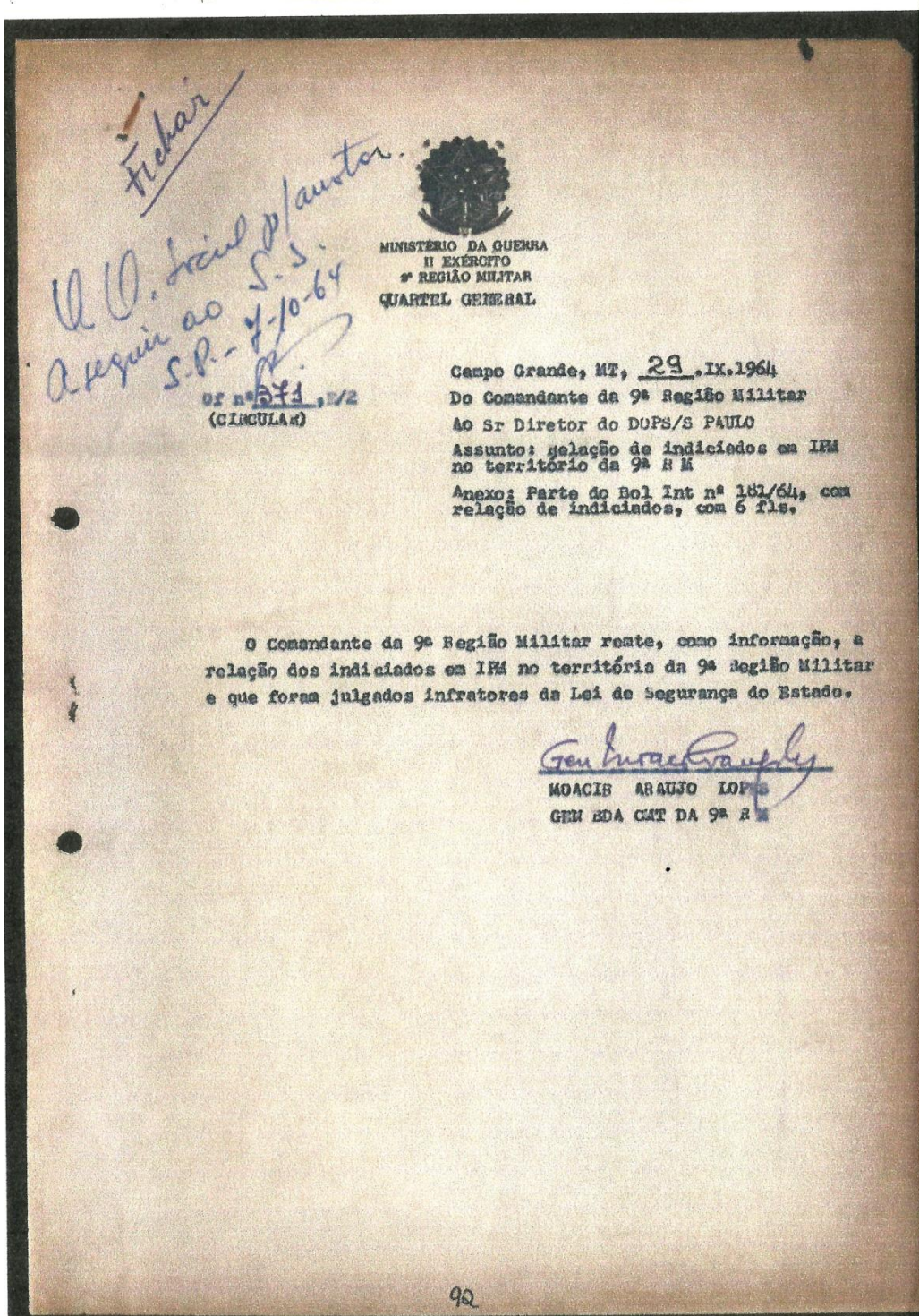
4 - Unindo, pois, dois fatores básicos que são a moralização administrativa e o agrupamento dos autenticos revolucionários, através destes Conselhos Revolucionarios Municipais, formar a grande falange dos bons brasileiros, cujos frutos serão não só o banimento total dos maus da vida pública como também a soma dos esforços dos bons para grande arrancada da Pátria Brasileira na senda do progresso e do desenvolvimento.

5 - Os Conselhos Revolucionarios Municipais, pelas suas múltiplas atribuições terão uma tarefa árdua, sem duvidas, mas o seu trabalho será para o bem do Brasil e a Pátria tudo se dá e dela nada se pede". Sala das Sessões, 16 de maio de 1969. as) Celso Amaral.

O SR. PRESIDENTE - Passaremos ao Grande Expediente. Com a palavra, o deputado Cleomenes Nunes.

O SR. CLEOMENES NUNES - Sr. Presidente, srs. deputados: apresentei nesta data um pedido de informações encaminhado a S.E.Xa. o Sr. Secretario de Educação e Cultura. O requerimento de informações não necessita, de acordo com o Regimento, ser discutido pelo Plenário, entretanto, entendemos que deveríamos dar uma satisfação aos membros desta Casa sobre os motivos que originaram o nosso pedido de informações.

Foram nomeados, de acordo com a lei 2761, de 9 de setembro de 1967, os srs. Delegados de Ensino do Estado. Essas nomeações, segundo estavam informados, foram feitas dentro do que dispõe a lei já citada. Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de um tempo a esta data temos ouvido serias criticas aos trabalhos desenvolvidos pelos Srs. Delegados de Ensino do Estado, e, junto com tais criticas, algumas denuncias de que os Srs. Delegados de Ensino teriam sido nomeados sem que fossem cumpridos dispositivos da lei 2761.



DHS/S. rad.
Kamara
(Cont do Bol Int nº 181, de 23 Set 64, da feira, da 9ª R M) fls 1622...

6 - DESLOCAMENTO - Autorização - Transcrição do radiograma:

Este Comando enviou ao Exmo Sr Cmt do II Ex o seguinte rádio:

Cmt II Ex-S P 110-30F/9 de 10 Jul 64 pt Fm: cumprimento Aviso 529-D5-C de 14 Jul 57 vg solicito Vex autorizar deslocamento funcionário civil Francisco Pereira de Oliveira motorista et Luiz Leite de Oliveira vg ajudante vg lotados 30F/9 para Cáceres-Mt vg fim transportarem materiais obras 2ª B Fron pt Gen Maciel Lopes -Cmt 9ª R M

Em resposta, recebeu o seguinte:

"Cmt 9ª R M C Gr Mt nr 2347-2L de 31 Jul 64 pt Rora 110-30F/9 de 10 Jul pt Exmo. Sr Gen C. t II Ex autorizou deslocamento funcionários civis mencionados vg lotados 30F/9 vg p ra Cáceres-Mt vg fins transportarem materiais obras 2ª B Fron pt 8) Gen Macedo Ch 3M II Ex".

Em consequência, fica homologada a autorização deste Comando, constante do BI nº 132, de 15 Jul 64, que autorizou por antecipação o deslocamento dos funcionários acima referidos. (Nota nº 265-F., de 22 Set 64).

Autorizo o deslocamento do Cap Eng F Const Walter José de Castilho, Adjunto do 30F/9, desta Guarnição para a de Cáceres-Mt; a serviço de fiscalização de obras. (Nota nº 37-30F/9, de 22 Set 64).

7 - PROIBIÇÃO DE ENTRADA NOS QUARTIS E REPARTIÇÕES DA 9ª REGIÃO MILITAR - Relação de Indiciados:

A fim de dar cumprimento à determinação contida em o item 6, da 3ª Parte do BI nº 141, de 28 Jul 64, publica-se a relação de indiciados enquadrados na Lei de Segurança do Estado (Lei nº 1802, de 05 Jan 53) e que estão proibidos de entrarem nos Quartéis e Repartições da 9ª R M, por medida de segurança, até nova ordem e cujos nomes já constam das Soluções do IPM, obrigatoriamente publicadas em Boletim ostensivo, e que abaixo se seguem:

Nº IPM DO QUEL FOI ENCARRREGADO O CORONEL ADOLFO JOÃO DE PAULA DOUTO, NA GUARNIÇÃO DE CIMPÓ GRANDE

- 1- Acelino Granja
- 2- Alberto Medor
- 3- Amaro de Castro Lima
- 4- Antonio José Gussão
- 5- Antonio Roberto Vasconcellos
- 6- Archimedes Previde
- 7- Arthur Martins de Barros
- 8- Ary Rodrigues Freire
- 9- Cezar Gianothi
- 10- Diomedes de Araujo Franca
- 11- Domingos Aparecido Bissoli
- 12- Ezequiel Ferreira Lima
- 13- Fernando Pereira Falcão
- 14- Gilberto José de Carvalho
- 15- Humberto Medor
- 16- Itamar Barrreira de Macedo
- 17- João Feltosa Sobreira
- 18- Lafayette Câmara de Oliveira
- 19- Luiz Gonzaga de Santa Rosa
- 20- Luiz Sá Carvalho

ANEXO 14 Informe IPMs - 9ª Região Militar

Manoel Freire, 11

(Cont do Bol Int nº 181, de 23 Set 64, da feira, de 9ª R M) 1683...

21 - Manoel Sobreira
22 - Mauro Grato
23 - René Medar
24 - Salvador Hívio de Alico
25 - Waldemar Dallock.

NO IPM DO QULL FOI ENCARGADO O TENENTE CORONEL IRE CHRISTIANO RAM
LO DE OLIVEIRA RAMGO, NA GUARNIÇÃO DE CAMPO GRANDE

1 - Abel Freire de Aragão
2 - Antonio Soares Guimarães
3 - Antonio Teophilo de Cunha
4 - Augusto Simões Loureiro
5 - César Augusto Fernandes Telles
6 - Ernesto Casato
7 - Fernando Sordini
8 - João Batista Pereira Alves
9 - João Merculano Filho
10 - Joarez Ferreira
11 - José Milton Lourenço
12 - Manoel de Oliveira
13 - Nagib Acib Nacer
14 - Nelson Trad
15 - Roger Assaf Bounain
16 - William Maksoud

NO IPM DO QULL FOI ENCARGADO O CAP HELIO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO
NA GUARNIÇÃO DE CAMPO GRANDE.

1 - AGOSTINHO GONÇALVES DA MOTA
2 - Angelo Ferreira Verra
3 - Benedito Nelson da Silva
4 - Demerval Ramos da Rocha
5 - José Marieto Filho.

NO IPM DO QULL FOI ENCARGADO O MAJOR LUIZ CALVENTE BRANDA, NA
GUARNIÇÃO DE CORUMBA.

1 - Adolpho Jorge da Cunha
2 - Américo de Oliveira
3 - Arlindo dos Santos
4 - Guinenez Gomes da Silva
5 - Ibrahim Ismael
6 - Joaquim Muzinho de Oliveira
7 - José Manoel de Oliveira
8 - Valentim José de Oliveira

NO IPM DO QULL FOI ENCARGADO O CAPITÃO MYRON AUGUSTO DE OLIVEI
RA, NA GUARNIÇÃO DE CORUMBA.

1 - Egídio de Souza
2 - Elias de Oliveira Souza
3 - Florisvaldo Setubal Rocha
4 - Getúlio Gomes de Almeida
5 - José Carlos de Souza
6 - José Fausto de Figueiredo
7 - Mateus Ayles Noronha
8 - Nivaldo de Souza Ferreira
9 - Osny Alves de Carvalho

95

ANEXO 15 – Informe IPMs – 9ª Região Militar

(Cont do Bol Int nº 181, de 23 set 64, da feira, da 9ª R M) 15 1625
NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O C.P. MILTON DO MONTE FURTADO, NA GUARNIÇÃO DE AQUIDUANA.

- 1 - Antonio Alves Ferreira
- 2 - Cândido dos Santos
- 3 - Ery José Pereto
- 4 - João Batista do Rosário
- 5 - João Soares
- 6 - Leonardo Nunes da Cunha
- 7 - Osvaldo Jacques Sanches
- 8 - Sebastião de Oliveira

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O CAP NEWTON DE LERUD, RIGAUD, NA GUARNIÇÃO DE AQUIDUANA.

- 1 - José Patrício Filho

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O C.P. OSCAR DA SILVA, NA GUARNIÇÃO DE AQUIDUANA.

- 1 - Benedito Micy Vasco de Toledo
- 2 - Emílio de Castro Cabral
- 3 - Henrique Metello Inverso
- 4 - Milton Ribeiro

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O 1º TPRFT. SERGIO PEDRO COELHO - SILVA, NA GUARNIÇÃO DE BELL VISTA.

- 1 - Cidomir de Souza Santos

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O M.J. EDÍSIO GOMES FAGÓ, NA LOCALIDADE DE DOURADOS.

- 1 - Agostinho Fernandes
- 2 - Blasco de Miranda Curofino
- 3 - José dos Santos Galdeias
- 4 - Raimundo Renato

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O CAP NEWTON DE LERUD, RIGAUD, NA LOCALIDADE DE MIRANDA.

- 1 - Armando Martins Ferreira
- 2 - Daniel de Freitas
- 3 - Frederico Kling Filho
- 4 - Laurival José dos Santos
- 5 - Mício Benavente
- 6 - Tércio Cardoso

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O M.J. EDÍSIO GOMES FAGÓ, NA GUARNIÇÃO DE PORTA FORA.

- 1 - Alexandre Rodrigues
- 2 - Antonio Carlos da Silva
- 3 - Anselmo Serafim Patrocínio
- 4 - Leis Brasil Espindola
- 5 - Francisco José de Melo
- 6 - Francisco Luis Moreira
- 7 - Francisco Moreira Nunes
- 8 - Genésio Pereira de Souza

ANEXO 16 – Informe IPMs – 9 Região Militar

Amorim Cintra

(Cont do Bol Int nº 131, do 23 Set 64, 1ª Feira, da 9ª R M) nº 1626....

- 9 - Geraldo Rocha de Alencar
- 10 - Gerardo Garcia de Souza
- 11 - Guilhermo da Silva
- 12 - Gumercindo Bianchi
- 13 - Hermes Ricardo Dias
- 14 - Jooval Martins da Oliveira
- 15 - João Chaves
- 16 - João Luiz da Silva
- 17 - João Vicente Pereira
- 18 - José Varissimo de Oliveira
- 19 - Manoel Fernandes
- 20 - Ricardo Francisco da Silva
- 21 - Salvador Pereira da Silva
- 22 - Sebastião Lves de Lima
- 23 - Wilson de Souza

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O C.P MELANIO DOMINGOS DO NASCIMENTO, NA GUARNIÇÃO DE CAMPO GRANDE.

- 1 - Lincoln Prado de Souza
- 2 - Marinho José da Silva
- 3 - Ney Dornelas
- 4 - Washington Prado de Souza

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O C.P HAROLDO FRANCISCO GOMES, NA GUARNIÇÃO DE PONTA FORTE.

- 1 - Witonelso Ribes

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O 1º TENENTE ROBERTO CAPOS ZUPQUIN, NA GUARNIÇÃO DE PONTA FORTE.

- 1 - Afonso Golso Dornelas
- 2 - José Issa

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O 1º TENENTE VICTOR HUGO TEIXEIRA RODRIGUES, NA GUARNIÇÃO DE PONTA FORTE.

- 1 - Durval Rodrigues dos Santos

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O C.P ALGER AMORIM CINTRA VIDAL, NA LOCALIDADE DE RIO VERDE.

- 1 - Alarico Reis D'Ávila
- 2 - Antídio De Souza Guedes
- 3 - Nilson Nave Arruda
- 4 - Raymundo Maranhão Filho

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O 1º TENENTE JERRELS FERREIRA MATOS, NA GUARNIÇÃO DE TRES LAGOAS.

- 1 - Arlindo Pedrosa
- 2 - Artur de Sá
- 3 - Custódio Lves Garcez
- 4 - João Alves de Quadros
- 5 - Leonardo Pires de Souza

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O 1º TENENTE ALBERTO CAPOS ZUPQUIN, NA GUARNIÇÃO DE PONTA FORTE.

- 1 - Afonso Golso Dornelas
- 2 - José Issa

NO IPM DO QUAL FOI ENCARRREGADO O 1º TENENTE VICTOR HUGO TEIXEIRA RODRIGUES, NA GUARNIÇÃO DE PONTA FORTE.

47

ANEXO 16 – Informe IPMs – 9ª Região Militar

(Cont do Bol Int nº 181, de 23 Set 64, na feira, da 9ª R M) fls 1627...

NO IPM DO QUAL FOI ENCAMARREGADO O 1º TENENTE ARLANDO SANTOS M. GIEL,
NA GUARNIÇÃO DE TRÊS LAGOAS

- 1 - Mamundo Metello Inverso
- 2 - Martiniano Pereira da Silva
- 3 - Silvio Borba Carrilho de Oliveira

NO IPM DO QUAL FOI ENCAMARREGADO O CAP LOURIVALDO ALVES CONCEIÇÃO,
NA GUARNIÇÃO DE TRÊS LAGOAS

- 1 - Severino Maurício Coelho. (Nota nº 343-SSR/62, de 16 Set 64). (Publicado novamente por ter saído com incorreção no BI nº 177, de 17 Set 64).

8 - REQUERIMENTO DESPACHADO: Por este Comando:

Leonidia Rodrigues de Miranda, irmã do ex-funcionário deste CG, Dionísio Rodrigues de Miranda, falecido a 26 Dez 62, solicitando certidão de tempo de serviço prestado pelo mesmo, bem como a demonstração de suas contribuições para o IP.35, para fins de habilitação à pensão a que se julga com direito. Despacho: Deferido. Certifique-se quanto ao tempo de serviço de "de cujus", na forma da Portaria nº 1627, de 19 ago 58. Com relação à demonstração de suas contribuições para o IP.35, a suplente deverá dirigir nova petição em separado e nesse sentido. Publicação. Mudança para publicar. (Nota nº 320-SSR/62, de 23 Set 64).

9 - SERVIÇO DE SAÚDE REGIONAL/9:

I - ORDEN DE INSPEÇÃO

A - DE CABOS E SOLDADOS - Em 17 Set 64

Sejam inspecionados de saúde pela JMSP/9, para fins de promoção, os Cb Macair Tosta de Moraes, Sergio Valdez e Loudival Espindola Cardoso, todos do Contg do 9GR/9.

B - DE PESSOAS DE FAMÍLIA DE MILITARES

Seja inspecionada de saúde pela JMSP/9, o menor Eduarildo de Oliveira, filho do 3º Sgt José de Oliveira, da 2ª Cia Fron.-

II - RESULTADO DE INSPEÇÃO:

A - DE OFICIAIS- Em 17 Set 64:

Incapaz temporariamente para o serviço do Exército, necessita de 20(vinte) dias para seu tratamento, o Cel 166 Dr Ruben Alberto Abbot de Castro Pinto, deste CG.

B - DE CABOS E SOLDADOS- Em 17 Set 64:

Aptos para o serviço do Exército, os Cb Macair Tosta de Moraes, Loudival Espindola Cardoso e Sergio Valdez, todos do Contg do 9GR/9.-

C - DE PESSOAS DE FAMÍLIA DE MILITARES- Em 17 Set 64:

Deve baixar ao H G C G o menor Eduarildo de Oliveira, filho do 3º Sgt José de Oliveira, da 2ª Cia Fron. (Nota nº 89-SSR/9, de 22 Set 64).-